

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

PABLO THIAGO CORREIA DE MOURA

**OS PARTIDOS POLÍTICOS DE MATRIZ TROTSKISTA NA ARGENTINA (PTS, PO
E IS): atuação contra os governos kirchneristas**

**CAMPINA GRANDE – PB
AGOSTO-2016**

PABLO THIAGO CORREIA DE MOURA¹

**OS PARTIDOS POLÍTICOS DE MATRIZ TROTSKISTA NA ARGENTINA (PTS, PO
E IS): atuação contra governos kirchneristas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas

**CAMPINA GRANDE – PB
AGOSTO – 2016**

¹Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande, iniciado em 2012, sob a orientação do Professor Doutor Gonzalo Adrián Rojas, vinculado na referida instituição à linha de pesquisa 'Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas, e integrante do Grupo de Pesquisa Práxis na UFCG. E-mail: pablomourapb@hotmail.com

M929 Moura, Pablo Thiago Correia de.
Os partidos políticos de matriz Trotskista na Argentina
(PTS, PO e IS): atuação contra os governos kirchneristas /
Pablo Thiago Correia de Moura.- Campina Grande-PB, 2016.
259f.
Orientador: Gonzalo Adrián Rojas
Tese (Doutorado) - UFCG/CH
1. Ciências sociais. 2. Partidos políticos. 3. Trotskismos.
4. Kirchnerismo. 5. Tática política. 6. Estratégia política.

UFPB/BC

CDU: 3(043)

PABLO THIAGO CORREIA DE MOURA

**OS PARTIDOS POLÍTICOS DE MATRIZ TROTSKISTA NA ARGENTINA (PTS, PO
E IS): atuação contra os governos kirchneristas**

Este exemplar corresponde ao texto da Tese de
Doutorado em Ciências Sociais, defendida em
sessão pública realizada em 26 de agosto de
2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas
Orientador

Prof. Dr. Roberto de Sousa Miranda
Examinador interno

Prof. Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior
Examinador interno

Profa. Dra. Cláudia Maria Costa Gomes
Examinadora externa/UFPB

Profa. Dra. Luciana Aliaga
Examinadora externa/UFPB

**CAMPINA GRANDE – PB
AGOSTO - 2016**

AGRADECIMENTOS

Aos **meus pais, Cacilda Lamuza Correia e Paulo Vieira de Moura**, pela forma como me criaram, respaldada em valores humanos e sociais e que me influenciaram numa inclinação à esquerda em minha vida e perspectiva de mundo antes mesmo de ingressar na Universidade. Pelos mesmos valores alicerçados na gratidão, na luta e no respeito, expresso minha eterna admiração a ambos;

Aos **meus irmãos**, pelos anos de amizade, carinho e, até, os conflitos, em discussões que tivemos, principalmente, no que se refere a questões como cultura, política e mundo;

Aos meus **demais familiares**: avôs e avós, tios e tias, primos e primas, sobrinhos e sobrinhas e cunhada e a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram em meu favor;

Aos meus **colegas e amigos do Curso de Ciências Sociais** da UFCG, da UFPB, da UFRN e da UFPE, por onde fiz minha caminhada, meu carinho, minha gratidão e uma saudade profunda que sinto de todos pelos dias mais maravilhosos que vivi;

Aos **amigos mais próximos**, pelo apoio, pela a amizade e pela a generosidade. Muito obrigado!;

Ao **meu orientador, o Professor Gonzalo Adrián Rojas**, pela competência e pelo esforço para que esta tese fosse realizada e concluída. Muito obrigado pelo conhecimento compartilhado e pela paciência comigo nas orientações que me prestou e que foram de grande valia!;

Por fim, aos **camaradas do Grupo de Pesquisa Práxis**, por quem tenho profundo apreço, admiração e afeto: **Danilla, Nivalter, Shimenny, Thiago, Janaína, Joyce, Neto, Lucas, Júlia, Rennata, Dani, Rafa, Eduardo e Soraia**. Muito obrigado!

“Nos parece fundamental encontrar la relación entre las concepciones teórico-políticas y las prácticas de una corriente que se propone construirse en la clase obrera”

(Alicia Rojo)

RESUMO

No início do Século XXI, algumas das principais democracias políticas sul-americanas foram governadas por partidos políticos cuja origem política é na esquerda, de viés nacional-popular. Dentre elas, destacamos a Argentina, com os governos de Néstor e Cristina Kirchner. Ante essa atuação pragmática e institucionalista, uma esquerda classista e revolucionária, alicerçada nas bases marxista-trotskistas do socialismo e do comunismo, atua opondo-se, no campo das esquerdas, a esse governismo. Em uma conjuntura em que um processo de ruptura revolucionária não parece se apresentar em médio e em curto prazos, nesse cenário, como esses partidos atuam em relação governos kirchneristas? Trabalhamos com a hipótese de que a arena eleitoral funcionou como subsidiária para as lutas extrainstitucionais, especialmente em âmbito sindical. O objetivo geral foi de compreender as ações – táticas e estratégicas – da esquerda trotskista argentina (socialista e revolucionária) no cenário atual de governos kirchneristas, a partir da análise das experiências dos partidos trotskistas argentinos (PTS, PO e IS). Na análise, contemplamos o referencial teórico marxista-trotskista para caracterizar e identificar a formação, a organização e as ações dos partidos políticos PTS, PO e IS, que comungam com semelhante pensamento político. E para analisar a conjuntura da Argentina kirchnerista, recorreremos às categorias analíticas trotskistas: revolução permanente, desenvolvimento desigual e combinado e ao programa de transição, que serviram para entender a atuação desses partidos à luz da teoria política que os guia, especialmente na caracterização do seu principal adversário político, o que nos possibilitou compreender as tarefas a desempenhar no confronto político com o governo, vislumbrando um horizonte maior da luta de classes. Privilegiamos a utilização de fontes argentinas para elaborar esta pesquisa, tais como: documentos dos supramencionados partidos, livros, artigos e periódicos produzidos na Argentina, assim como dados obtidos em Institutos de Economia e Política. Os resultados obtidos na pesquisa apresentaram, no campo sindical, dois projetos distintos: o sindicalismo burocrático (kirchnerista) e o sindicalismo de base (dos partidos trotskistas), que disputam as comissões internas de fábricas e repartições (locais de trabalho); no campo eleitoral, procuram desenvolver uma oposição operária, classista e socialista ao governo e apontam a saída anticapitalista como a única possível para os trabalhadores e as massas, com destaque para sua independência política.

Palavras-chave: Partidos políticos. Trotskismos. Kirchnerismo. Tática. Estratégia.

ABSTRACT

In the beginning of the XXI century, some of the major South American political democracies are governed by political parties, which have their political origin in the left wing and center-left wing with national-popular tendency; among these we highlight Argentina with the governments of Néstor and Cristina Kirchner. Face of this pragmatic action and institutionalist, a class left and revolutionary, based on Marxist socialism and communism bases acts opposing in the left field this government. In a conjuncture which a revolutionary rupture process does not seem to present the short and medium term, in this scenario, as these parties act opposite the Kirchnerist governments. We hypothesized that the electoral arena operates as a subsidiary for extrainstitucionais struggles, especially in trade union level. The overall objective was to understand the actions - tactical and strategic - the Argentine Trotskyist left (socialist and revolutionary) in the current scenario of Kirchneristas governments, from the experience of the analysis of the Argentine Trotskyist parties (PTS, PO and IS). In the analysis we contemplate the Marxist-Trotskyist theoretical framework for the characterization and identification of training, organization, actions of political parties PTS, PO and IS which share similar political thought, as well as the situation analysis of Argentina Kirchner, whose which we use the Trotskyists analytical categories: permanent revolution, uneven and combined development and transition program, these served to understand the role of these parties the light of political theory that guides them, especially in the characterization of his main political opponent, making it possible to understand the tasks to be performed in the political confrontation with the government envisioning a larger horizon of the class struggle. The focus is the use of Argentine sources for construction of this research, such as: documentos dos supramencionados partidos, livros, artigos e periódicos produzidos na Argentina, assim como dados obtidos em institutos de economia e política. The results obtained in the research presented in the trade union field two different projects: bureaucratic unionism (Kirchner) and base unionism (of Trotskyist parties) competing for the internal commissions of factories and offices (workplaces) in the electoral field try to develop a working opposition, classist and socialist to the government, putting out anti-capitalist as the only possible for the workers and the masses, highlighting its political independence.

Keywords: Political parties. Trotskyism. Kirchnerism. Tactics. Strategy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cronologia: marcos históricos do período militar na América Latina.....	61
Figura 2 – Linha do Tempo Kirchnerista.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Votação dos partidos trotskistas (PTS, PO e IS) nos pleitos nacionais entre 2003 e 2013 (%)	194
---	------------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças políticas entre os partidos trotskistas argentinos.....	126
--	------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFJP	Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones
ALN	Ação Libertadora Nacional
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANP	Assembleia Nacional Piquetera
ANT	Asociación Nacional de Trabajadores
ATE	Asociación Trabajadores del Estado
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCC	Corrente Classista e Combativa
CCO	Comitê Comunista de Oposição
CEIP	Centro de Estudos, Investigações e Publicações León Trotsky
CEOP	Centro de Estudios de Opinión Pública
CFK	Cristina Fernández de Kirchner
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CO	Concentração Operária
COI	Corrente Obrero Internacionalista
CRCI	Coordenação pela Refundação da IV Internacional
CS	Convergência Socialista
CTA	Central de Trabajadores de la Argentina
EDI	Economistas de Izquierda
ERP	Exército Revolucionário do Povo
ESMA	Escuela de Mecánica de la Armada
FAP	Forças Armadas Peronistas
FAL	Forças Armadas de Libertação
FASINPAT	Fábrica Sin Patrones
FIP	Frente de Izquierda Popular
FIT	Frente de Izquierda e y de los Trabajadores
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMLN	Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional
FOS	Frente Obrero Socialista
FSLN	Frente Sandinista de Liberación Nacional
FT-CI	Fracción Trotskista – Cuarta Internacional
FTV	Federación de Tierra y Vivienda
G.IV.I	Grupo IV Internacional
GCI	Grupo Quarta Internacional
GOM	Grupo Obrero Marxista
IC	Internacional Comunista
ICA	Izquierda Comunista Argentina
INAES	Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social
INDEC	Instituto Nacional de Estadística y Censos de la Republica Argentina
IPS	Instituto del Pensamiento Socialista
IS	Izquierda Socialista
LAS	Lei de Asociaciones Sindicales
MAS	Movimento ao Socialismo
MECON	Ministerio da Economia
MI-RA	Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Argentina
MIJD	Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados
MNER	Movimento Nacional de Empresas Recuperadas

MNFR	Movimiento Nacional de Fabricas Recuperadas
MNFRT	Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores
MNR	Movimento Nacional Revolucionário
MST	Movimento Socialista de los Trabajadores
MST-AS	Movimento Socialista dos Trabalhadores – Alternativa Socialista
MTD	Movimento de Trabalhadores Desempregados
MTEySS	Ministério do Trabalho, Emprego y Seguridad Social
MTL	Movimento Territorial de Libertação
OEAR	Observatório Electoral Argentino
OII	Oposición de Izquierda Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIS	Aliança Movimento Pátria Altiva e Soberana
PCA	Partido Comunista Argentino
PC-RA	Partido Comunista da Região Argentina
PCRA	Partido Comunista da República Argentina
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Partido Justicialista
PO	Partido Obrero
POR	Partido Operário Revolucionário
PORS	Partido Operário da Revolução Socialista
POSDR	Partido Operário Social Democrata Russo
PRS	Partido Revolucionário Socialista
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS	Partido Socialista
PSCH	Partido Socialista Chileno
PSIN	Partido Socialista de la Izquierda Nacional
PSO	Partido Socialista Operário
PST	Partido Socialista dos Trabalhadores
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
PT	Partido dos Trabalhadores
PTS	Partido de los Trabajadores Socialistas
SOECN	Sindicato de Obreros y Empleados Ceramistas de Neuquén
STIA	Sindicato Trabajadores de Industrias de la Alimentación
SU-CI	Secretariado Unificado da IV Internacional
UBA	Universidad de Buenos Aires
UCR	União Cívica Radical
UIT-CI	Unidade Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional
UJS	Unión Juventude Socialista
UNGS	Universidad Nacional de General Sarmiento
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UST	União Socialista dos trabalhadores
UTA	Unión Transviarios Automotor
UTPBA	Unión de Trabajadores de Prensa de Buenos Aires
UOCRA	Unión Obrera de la Construcción de la República Argentina
UOM	Unión Obrera Metalúrgica
VPR	Vanguardia Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TEXTO: CAPÍTULOS E TÓPICOS.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 AS TEMÁTICAS ESTUDADAS SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS.....	20
2.1.1 Conceito(s) e tipologia dos partidos políticos.....	21
2.1.2 A perspectiva liberal-democrática para os partidos políticos.....	23
2.1.3 O modelo marxista-leninista de partido: uma conceituação histórica, organizativa e teórica.....	32
2.2 O TROTSKISMO COMO MODELO DE AÇÃO POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA.....	39
2.2.1 Os papéis das classes sociais no programa de transição e na Revolução Permanente.....	46
2.2.2 Como ser revolucionário sem revolução? As táticas políticas para esse período.....	47
2.2.3 Conclusões do capítulo: a especificidade argentina com base nas categorias trotskistas.....	52
3 CONJUNTURA: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS.....	54
3.1 CONTEXTO POLÍTICO QUE ANTECEDE OS GOVERNOS CONSIDERADOS DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA.....	54
3.1.1 Fim do bloco soviético: uma breve apresentação histórica do “socialismo real”.....	55
3.1.2 Ditaduras (Governos) Militares na América Latina no Século XX.....	58
3.1.3 A Política Neoliberal na América Latina.....	64
3.2 OS GOVERNOS NACIONAL-POPULARES NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI.....	73
3.2.1 Críticas destacadas aos governos nacional-populares.....	79
4 OS PARTIDOS MARXISTAS TROTSKISTAS NA ARGENTINA.....	86
4.1 BREVE HISTÓRIA DO TROTSKISMO NA ARGENTINA.....	86
4.2 PARTIDO DE LOS TRABAJADORES SOCIALISTAS (PTS).....	96
4.3 PARTIDO OBRERO (PO).....	109
4.4 IZQUIERDA SOCIALISTA (IS).....	117
4.5 PTS, PO E IS: UMA EXPLANAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS.....	127

CONVERGENTES.....	
5 PARTIDOS TROTSKISTAS VERSUS KIRCHNERISMO: EMBATES NOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS ARGENTINOS NO SÉCULO XXI (2001-2013).....	131
5.1 ARGENTINAZO.....	133
5.1.1 O Estado de Sítio decretado por De la Rúa (2001) e a eclosão dos levantes populares.....	133
5.1.2 O Movimento Piquetero.....	136
5.1.3 As assembleias populares (assembleias de bairros).....	142
5.1.4 As fábricas recuperadas.....	143
5.1.5 Posição do PTS sobre o argentinazo 2001.....	148
5.1.6 A posição do PO sobre o argentinazo 2001.....	150
5.1.7 Posição da Izquierda Socialista sobre o argentinazo 2001.....	153
5.1.8 Divergências entre os partidos trotskistas sobre 2001.....	154
5.1.9 Considerações sobre o argentinazo e a participação dos partidos trotskistas.....	159
5.2 A ARGENTINA SOB OS GOVERNOS KIRCHNER.....	162
5.2.1 Principais críticas ao Kirchnerismo.....	168
5.3 AS LUTAS NOS ESPAÇOS SINDICAIS ENTRE O KIRCHNERISMO E OS PARTIDOS TROTSKISTAS ARGENTINOS: SINDICALISMO BUROCRÁTICO GOVERNAMENTAL VERSUS INDEPENDÊNCIA CLASSISTA.....	172
5.3.1 Sindicalismo de base.....	177
5.3.2 A luta sindical sob a perspectiva marxista: considerações sobre as ações dos trotskistas argentinos.....	189
5.4 A ARENA ELEITORAL - TROTSKISMO VERSUS KIRCHNERISMO: A EMERGÊNCIA DA FIT.....	194
5.4.1 Antes da FIT.....	195
5.4.2 FIT 2011: superação da cláusula de barreira e a polêmica do programa mínimo.....	196
5.4.3 FIT 2013: ampliação do sucesso político e eleitoral.....	201
5.4.4 As diferenças políticas e estratégicas entre os partidos que compõem a FIT permanecem, principalmente, fora das eleições.....	206
5.4.5 Partidos trotskistas argentinos e eleições: conclusões do tópico.....	206
6 ANÁLISE DAS AÇÕES DOS PARTIDOS À LUZ DAS CATEGORIAS TROTSKISTAS EM AMBIENTE KIRCHNERISTA.....	213
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	228

REFERÊNCIAS.....	234
ANEXO 1.....	245
ANEXO 2.....	247

1 INTRODUÇÃO

Esta tese apresenta uma abordagem sobre a ação política dos partidos que compõem a esquerda marxista trotskista argentina e sua oposição aos governos nacionais kirchneristas.

A proposta consistiu em estudar os chamados partidos da esquerda marxista² que não compõem as bases governistas da Argentina: o *Partido de los Trabajadores Socialistas* (PTS), o *Partido Obrero* (PO) e a *Izquierda Socialista* (IS). Duas dimensões comuns, inicialmente, vinculam-se à análise deste estudo: a dimensão *ideológica*, em que os partidos políticos escolhidos comungam de semelhança ideológica no campo da política partidária e têm como perspectiva político-ideológica o Marxismo de matriz trotskista, porém cada qual com seus diferentes alinhamentos. Todas essas perspectivas ideológicas se identificam ao se contrapor ao Kirchnerismo, que vem governando a Argentina desde 2003. A segunda dimensão comum a uma análise dá-se no plano *político-governamental*, que coloca em campos similares a esquerda marxista trotskista argentina, onde esses partidos fazem oposição aos Governos Kirchner, Néstor (2003-2007) e Cristina Fernández (2007-2013).

Ao tratar dessa temática, propusemo-nos a analisar como essa esquerda marxista atuou em um período de aparente refluxo do movimento revolucionário socialista internacionalista e o ambiente onde esse governo tem recebido relevante apoio popular na Argentina. Trata-se, portanto, de investigar como essa esquerda marxista trotskista atuou nessa conjuntura histórica político-social nesse início de Século XXI.

A questão que envolve a atuação da esquerda marxista trotskista argentina, em tempos de Kirchnerismo, foi a seguinte: Os caminhos trilhados – a forma e o conteúdo das ações político-partidárias – para romper com a configuração política existente avançou em que direção? Essa pergunta se justifica porque a finalidade desses partidos é de elaborar um projeto de revolução socialista e operária que derrube o imperialismo (capitalismo). Por essa razão, é importante saber em que caminho tem avançado e – se possível – o quanto tem avançado nesse caminho.

² Esses partidos são classificados como de esquerda marxista, de orientação socialista e comunista. O principal fator que os caracteriza no campo do espectro político como revolucionários e, por isso, não partícipes de coalizões de governo, é o fato de seus respectivos programas políticos ressaltarem a necessidade de romper com aspectos essenciais da ordem político-social vigente: mudança da economia, transformação da política institucional e revolução social, o que indica uma tendência no campo doutrinal, como modelo de ação política adotado por partidos que não se aproximam dos valores e das instituições existentes na vida pública, razão por que tenta modificá-los radicalmente. O posicionamento dessa esquerda tem como origem social as classes subordinadas, os operários e demais setores trabalhistas.

Nossa hipótese é de que a arena eleitoral funciona como subsidiária para as lutas extraparlamentares. Esses partidos (PTS, PO e IS) utilizam o espaço eleitoral como local privilegiado de visibilidade política para tentar ocupar outros espaços políticos onde poderiam se inserir bem mais na classe trabalhadora e nas massas, quer dizer, buscar o sucesso, principalmente na arena sindical, utilizando a arena eleitoral como um campo intermediário. Nossa proposta é de entender as organizações partidárias trotskistas argentinas e seus objetivos na disputa eleitoral, utilizando a perspectiva que tem como base as características originárias desses partidos políticos e seu vínculo ideológico. Isso é essencial para formular estratégias eleitorais tão particulares e diferentes do que propõe a maioria dos partidos políticos no processo eleitoral. A justificativa para a atuação dos partidos na arena sindical é sua origem partidária de caráter classista-trabalhista, que impõe às organizações participarem das lutas sindicais. Como esses partidos visam à representação classista tanto quanto (ou até mais) a representação eleitoral, a arena sindical passa a ser um campo de disputa deles e de manutenção de identidade classista imprescindível a esse tipo de organização. Os partidos supramencionados não se limitam à busca por votos ou ganhos eleitorais restritos ao ambiente onde se desenvolve essa atividade (arena eleitoral), mas à procura de outros tipos de ganhos políticos não inseridos exclusivamente nas perspectivas de âmbito estritamente parlamentar-eleitoral, vislumbrando as instâncias sindicais, por exemplo.

Assim, ocupar um espaço à esquerda no movimento sindical significa dar primazia às lutas diretas (extrainstitucionais) e não só disputar o espaço institucional, mas também construir um polo de esquerda e eleger parlamentares, como também considerar que a campanha eleitoral, assim como os eventuais mandatos, deverá estar a serviço das lutas diretas desses tipos de organizações partidárias fora da arena política eleitoral-parlamentar, nas disputas por representação nos movimentos sindical e popular, na visão desses partidos, porque as lutas diretas são determinantes para conquistar as mudanças favoráveis para a maioria do povo. Para os trotskistas argentinos, as lutas diretas podem fazer avançar realmente o país para o socialismo. Eles entendem que os fins eleitorais – devido à baixa perspectiva de vitória eleitoral – são importantes para os fins não eleitorais – divulgação das propostas político-partidárias, busca de representatividade nos diferentes setores da sociedade civil e oposição aos partidos de esquerda que se encontram na posição de situação. A esquerda marxista trotskista argentina busca disputar a base eleitoral e sindical dos partidos de esquerda, e de acordo com suas elaborações, manter a coerência é imprescindível, pois acreditam que, em caso de crise revolucionária, serão reconhecidos

pelas massas por manter sua coerência. A dimensão eleitoral, medida pelo número de votos, tem efeitos essencialmente indiretos sobre essas organizações partidárias, porque esses partidos muitas vezes, só percebem suas relações com o ambiente externo em termos de filiados e militantes, em detrimento do número de eleitores. No atual contexto político, a possibilidade de vitória eleitoral é mínima, mas a decisão de pressionar o governo abre possibilidades para se explicar a atuação desses partidos no espaço político e em toda a amplitude de seus campos (eleitoral, sindical, e dos movimentos populares).

Três dimensões clássicas nos estudos de partidos políticos se apresentam para exame: a *dimensão interna*, que visa traçar um perfil partidário, a partir de parâmetros como a ideologia política e a observação dos partidos como unidade de análise; a segunda dimensão – a da *arena popular* - foca a atuação dos partidos no cenário sindical e como ocorre essa inserção; e a *dimensão institucional*, que auxilia a construir a identidade partidária e investiga como os integrantes da esquerda marxista atuam ante as contingências existentes na arena institucional: as eleições. A seguir, faremos uma breve descrição de alguns aspectos particulares de cada uma dessas dimensões e como elas auxiliaram no desenvolvimento do trabalho.

Dimensão interna - a ideologia política - A análise da dimensão interna privilegiará a ideologia política desses partidos e nos remeterá a investigar como a organização partidária se relaciona com o programa político, com as estratégias eleitorais e suas linhas ideológicas e a coerência entre as deliberações e os conteúdos programáticos estabelecidos nos documentos oficiais dos partidos definidos em seus respectivos congressos e manifestos. Em termos ideológicos, verificamos se suas doutrinas políticas, intimamente ligadas a sua origem política, divergem uma da outra, o que propõem e a que são endereçadas.

A segunda dimensão, que corroborará a classificação e a identificação desses partidos, no espectro político-ideológico da esquerda, retratará a atuação das referidas agremiações políticas nas arenas extrainstitucionais, especialmente a sindical. Na arena sindical, discutiremos sobre sua inserção no sindicalismo³, através da análise da atuação da esquerda marxista trotskista argentina, e focaremos sua participação nos principais conflitos sindicais no período estudado.

Dimensão institucional - as eleições. Caracterizaremos, em termos políticos, cada um dos partidos que compõem a esquerda marxista trotskista e suas relações com o processo

³ Luta contra a burocracia sindical, análise da participação dos partidos com inserção nessas centrais sindicais e o sindicalismo de base.

eleitoral: estratégias eleitorais e aliancistas⁴, seu manifesto político e seu programa de governo. Analisaremos as campanhas aos pleitos nacionais executivos entre os intervalos de 2003 e 2013 e os resultados eleitorais e políticos obtidos pela esquerda marxista trotskista. Ou seja, no plano institucional, como se deu a postura desses atores na arena eleitoral, que implicou diretamente sua ação com os governos Kirchner.

Quanto aos objetivos, o geral consiste em compreender as ações – táticas e estratégicas – da esquerda trotskista argentina (socialista e revolucionária) no cenário dos governos kirchneristas. Para isso, elencamos os seguintes objetivos específicos: I. Discutir sobre os impactos dos governos considerados como de esquerda na América Latina neste Século XXI, no pensamento da esquerda clássica marxista contemporânea; II. Verificar como se articulam as ações táticas e estratégicas usadas em diferentes plataformas políticas – eleitoral e sindical. III. Apresentar os resultados políticos alcançados pelos partidos trotskistas argentinos.

Como recorte temporal, analisaremos o período compreendido entre 2001 – quando houve uma profunda crise social, política e econômica, que culminou com a ascensão dos governos Kirchner, que obteve relevante apoio popular (eleitoral) na Argentina – e 2013, a fase próxima do término do ciclo de governos kirchneristas. Escolhemos periodizar o tempo de acordo com os mandatos presidenciais do Kirchnerismo (2003-2007; 2007-2011 e 2011-2013), para analisar a contento essa conjuntura, que não pode ser vista como homogênea, e, principalmente, para verificar se houve ou não mudanças de ações e propostas políticas (táticas) dos partidos PTS, PO e IS, objeto de estudo desta pesquisa.

Constatamos que, na literatura sobre partidos políticos, existem possibilidades de periodizar as ações das organizações partidárias. Chilcote (1982), em seu trabalho sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), assevera que as mudanças nos estilos de atuação das organizações comunistas podem ser um tipo de recorte temporal. Ele divide essas atuações em: eleitoral, subeleitoral e revolucionária. Também há outras divisões periódicas propostas, que podem ser baseadas nas mudanças organizativas do partido e nas mudanças da linha de atuação – similar à de Chilcote - ou partir das políticas de alianças ao longo da história de dada agremiação partidária. Desses trabalhos, destacamos autores como Zaidan (1989) e Marcos Del Roio (1990).

⁴ Trataremos das coligações eleitorais forjadas por esses partidos. Na Argentina, com a Frente de Izquierda e y de los trabajadores (FIT). São exemplos de coligações eleitorais forjadas por esses partidos no período em análise.

Esta pesquisa se justifica por causa da emergência de um fenômeno histórico (principalmente em seu sentido político) que vem ocorrendo na primeira década do Século XXI na América Latina: o surgimento de governos identificados com bandeiras e lutas de esquerda dos mais diferentes tipos (nacional-popular, progressista e neodesenvolvimentista, em favor dos povos originários etc.). Os governos de esquerda que surgiram na primeira década do Século XXI contemplam alguns aspectos comuns: 1. Fatores étnicos (que não são marcantes nos governos de esquerda do Brasil e da Argentina, mas os são na Bolívia e no Equador); 2. Contrários aos regimes militares, pois advêm dessa luta; 3. Procuram autonomia em relação às grandes potências mundiais, em especial, aos Estados Unidos, e, conseqüentemente, vislumbram mais integração regional; 4. Posturas neodesenvolvimentistas (que contemplem tanto a política econômica quanto as reformas sociais), supostamente em detrimento de políticas neoliberais mais “clássicas”, o que é perceptível aos governos do Partido Justicialista (PJ) em seus discursos. Esse último, o ponto central, põe em lados opostos os governos kirchneristas e os partidos da esquerda marxista trotskista - a política econômica.

A esquerda marxista trotskista argentina tem como objetivo primeiro o horizonte do socialismo. Para esses partidos, em nenhum dos governos kirchneristas da Argentina, que contam com o apoio de setores da esquerda, há qualquer perspectiva de transformação social. Diante desse quadro, questionamos: Esses partidos que pesquisamos estão se comportando como no sentido tático e estratégico a esse governo? Seria nessa linha o desenvolvimento de nosso problema de pesquisa, já destacado mais acima.

Acreditamos que esta pesquisa servirá como subsídio para a discussão sobre as organizações partidárias trotskistas argentinas e sua ação política para o campo da esquerda marxista⁵ na Argentina. A área em que se desenvolverá a pesquisa é a de teoria e ciência política, mais especificamente, no que diz respeito ao teor do conteúdo democrático e do alcance dos aspectos políticos, governamentais e sociais da temática que envolvem os partidos políticos, a organização partidária e o sistema político-eleitoral argentino. Nossa intenção é de compreender as ações desenvolvidas pelos partidos de matriz trotskistas, porque, nos últimos anos, eles se dispuseram como alternativa no campo da oposição de esquerda ao Kirchnerismo, com relevante apoio social e ações eficientes nesse enfrentamento político, com destaque para a Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FIT).

⁵ Realizamos trabalho similar, na dissertação de Mestrado, quando tratamos dos partidos marxistas brasileiros: PCB, PSTU e PSOL.

Na análise dos partidos políticos marxistas trotskistas argentinos, contemplaremos o referencial teórico marxista-trotskista, para caracterizar e identificar a formação, a organização e as ações dos partidos políticos PTS, PO e IS, que comungam de semelhante pensamento político. Para analisar a conjuntura da Argentina kirchnerista nessa última década, recorreremos às categorias analíticas trotskistas: revolução permanente, desenvolvimento desigual e combinado e o programa de transição, que também servirão para explicar a atuação desses partidos à luz da teoria política que os guia, especialmente na caracterização do seu principal adversário político, na perspectiva de compreender as tarefas a serem desempenhadas no confronto político com o governo, vislumbrando um horizonte maior da luta de classes. Outras categorias trotskistas serão empregadas no decorrer da pesquisa. A conceituação e o modo de aplicar essas categorias estão detalhados no capítulo teórico apresentado mais a diante.

Para a coleta dos dados, recorreremos às seguintes fontes primárias: os documentos dos partidos da esquerda marxista trotskista argentina, como resoluções das instâncias partidárias (diretórios e executivas), as resoluções de congressos, encontros e conferências; documentos produzidos durante os governos de Néstor e Cristina Kirchner; entrevistas e pronunciamentos disponibilizados de líderes e personalidades políticas da Argentina, particularmente ligadas aos referidos partidos, dados⁶ econômicos, políticos e sindicais da Argentina e fontes secundário-bibliográficas: livros, revistas e artigos científicos produzidos, principalmente, na e por argentinos (as) para nos aproximarmos bem mais da temática.

Outro método empregado foi o da entrevista. Em novembro de 2015, entrevistamos o principal líder do PTS, partido que compôs a FIT, e o candidato a Vice-Presidente da República da Argentina em 2011, Christian Castillo. A entrevista foi gravada em áudio e em vídeo. Para conseguir do candidato informações relevantes, mas que, nem sempre, estão disponíveis nos documentos e nos livros acerca dos partidos em estudo, empregamos a técnica de entrevista semiestruturada (RICHARDSON, 1999).

⁶ Principais fontes desses tipos de dados: o Observatório Electoral Argentino (OEAR), o Ministerio del Interior Argentino, o Instituto Nacional de Estadística y Censos de la Republica Argentina (INDEC), o Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (INAES), o Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas (MNFR) e o Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social (MTEySS), entre outros.

1.1 SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TEXTO: CAPÍTULOS E TÓPICOS

No primeiro capítulo, apresentamos o referencial teórico do nosso objeto de pesquisa, com base nos conceitos partido político, marxismo e trotskismo, e construímos o referencial teórico deste trabalho com base no modelo de análise explicativa que adotamos na pesquisa, o marxismo-trotskyismo.

No segundo capítulo, abordamos a conjuntura e os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais da temática em que está envolvido o objeto de pesquisa (os partidos da esquerda marxista trotskista contra o Kirchnerismo). Portanto, analisamos os antecedentes históricos, a experiência soviética, as ditaduras cívico-militares latino-americanas, a redemocratização e o neoliberalismo na América Latina, que antecederam a chegada dos atores políticos identificados com a esquerda ao poder e fizemos uma breve descrição e caracterização dos governos nacional-populares na América Latina no Século XXI e a Argentina kirchnerista.

No capítulo três, focalizamos o “protagonista” da tese - os partidos que compõem a esquerda marxista trotskista argentina (PTS, PO e IS) – e apresentamos um perfil desses partidos nos seguintes tópicos: antecedentes históricos e origem, quem são os partidos marxistas trotskistas argentinos (suas dimensões teórica e ideológica), as lideranças e as participações em fatos políticos destacados na última década.

No capítulo quatro, tratamos dos principais pontos (fatos políticos) que opuseram os partidos de esquerda marxista-trotskyista e o kirchnerismo. Subdividimos esses pontos em: pré-kirchnerismo, governos kirchneristas e os confrontos com os partidos trotskistas nas arenas sindical e eleitoral. Também tecemos considerações sobre as ações dos partidos e as contra-ações governamentais, os resultados desses embates e, posteriormente, analisamos as implicações políticas para esses partidos. No capítulo, quatro, analisamos os partidos (objeto de pesquisa) trotskistas e sua atuação política (práxis) nas arenas institucionais e não institucionais - eleitoral e sindical.

No capítulo cinco, tecemos considerações sobre nossa hipótese e tentamos compreender os caminhos para os partidos trotskistas por meio da relação de oposição existente entre a esquerda marxista trotskista e os governos kirchneristas, as principais lutas travadas nesse período, as formas e os conteúdos desses conflitos e as consequências desses embates à luz das categorias analíticas marxista-trotskyistas.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos o debate e os resultados da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS TEMÁTICAS ESTUDADAS SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS

A temática sobre partidos políticos é considerada, na Ciência Política, como uma das áreas clássicas que está entre as mais pesquisadas e estudadas. Apresentaremos, ainda que brevemente, um pouco dessa área e alguns dos principais autores que trabalham com essa temática. Entendemos a área dos partidos políticos como uma unidade de análise do ramo da Ciência Política, como ampla e multifacetada.

Poderíamos dividir o campo dos partidos políticos em duas grandes áreas: uma análise interna, ou intrapartidária, que foca aspectos como organização, estrutura partidária (normas, burocracia, cargos, dirigentes, hierarquia), ideologia, objetivos, representação social, origem histórica, composição social dos membros, tendências (frações), formas de ingressar no partido, distribuição do poder interno, causas e formas de mudanças partidárias etc., e uma análise externa, que fornece elementos analíticos quanto às ações partidárias: tática e estratégia; fidelidade partidária; trajetória política de dirigentes e detentores de mandato; os sistemas político, eleitoral, partidário e jurídico em que se inserem e relacionam-se os partidos; os ambientes institucionais (eleitoral, parlamentar e governamental), os ambientes extrainstitucionais (sindicatos, movimentos sociais em geral), os recursos que os partidos detêm etc.

Acima, listamos uma série de áreas de investigação dos estudos sobre partidos políticos. Um autor que exemplifica e aglutina essas áreas é Ware (2004), que organiza os diferentes enfoques e perspectivas em três tipos: o enfoque sociológico, o institucional e o competitivo. O enfoque sociológico procura enxergar os partidos políticos como produtos das demandas dos diferentes grupos sociais; o enfoque institucional destaca a importância do cenário institucional onde se desenrola a disputa política; e o enfoque competitivo centra na competição entre partidos, principalmente na arena eleitoral dos regimes democrático-liberais.

Neste capítulo, tratamos dos partidos políticos sob três enfoques: o primeiro, de âmbito mais geral, analisará uma das áreas acima descritas, a que trata da tipologia dos partidos quanto à origem, à ideologia, às ações e aos objetivos para os partidos políticos. Observamos que, para caracterizar, conceituar e classificar os partidos políticos, ainda que nesse momento nos utilizemos de um arcabouço de autores liberais e institucionais, como

poderão ver, são autores que apresentam os partidos de modo amplo, cujos aspectos característicos servem para debates que acontecem tanto para liberais quanto para socialistas. A apresentação desses pontos servirá para destacar uma das áreas em que os partidos políticos atuam e privilegiará a análise de sua atuação em âmbito externo ao seu ambiente intrapartidário, foco da apreciação deste trabalho sobre os partidos trotskistas argentinos em seus conflitos com o kirchnerismo. No segundo enfoque, remetemo-nos à perspectiva liberal-democrática e nos restringimos aos seus aspectos mais fundamentais e identitários, ao tratar das definições sociopolíticas, dos conceitos de partidos políticos, de suas características, de quais os modelos de partidos políticos tipificados por esses autores e as funções e as finalidades que os partidos políticos desenvolvem no campo político e no societário. Por último, abordamos a perspectiva marxista e socialista-comunista para os partidos políticos vinculados à classe trabalhadora, que será tomada como base para os estudos do nosso objeto de pesquisa - os partidos marxistas trotskistas argentinos.

2.1.1 Conceito(s) e tipologia dos partidos políticos

Dentre os cientistas políticos que trabalharam com a temática tipologia dos partidos políticos, Maurice Duverger (1970) destaca-se com a obra *Os Partidos Políticos*, escrita na década de 1950. Nesse livro, Duverger apresenta uma tipologia que se tornou muito popular na ciência política: partidos de quadros, partidos indiretos e partidos de massa. Ele dirige a análise para as estruturas partidárias, considerando nos partidos, sobretudo, seu aspecto organizativo para compreender seus objetivos. Sob seu ponto de vista, a origem dos partidos é imprescindível para o formato organizativo e os objetivos que eles vão assumir. Divide-os em partidos de origem parlamentar e partidos que surgem por fora da arena parlamentar e eleitoral - são os partidos de origem externa, que buscam suprir demandas políticas de sindicatos.

Duverger não focaliza tanto o debate que privilegia o que os partidos executam – a estratégia – mas enfatiza o que são – a organização. Para uma análise mais global dos partidos, devem-se considerar sua ideologia, sua estrutura e organização intrapartidária. Seguindo a lição desse autor, apresentamos, a seguir, a tipologia dos partidos políticos.

Os partidos de quadros, ou comitês, nasceram das comissões eleitorais, que se formavam, inicialmente, apenas por ocasião dos pleitos e dissolviam-se em seguida. Depois, atingiram âmbito nacional e tornaram-se permanentes. Na Inglaterra, o papel do líder parlamentar era fundamental para a disciplina do voto. Em outros países da Europa, de mais

tradição partidária, a autoridade pertencia ao dirigente do partido político. Nos EUA, os partidos de quadros aproximaram-se das características dos partidos de massa. Instituído-se as eleições primárias, o conjunto dos cidadãos foi convocado para designar os candidatos dos partidos. No entanto, todas as diretrizes essenciais provêm de comissões de influentes. A organização obedece a uma disciplina rígida em nível local, mais tênue na circunscrição estadual e nula na dimensão nacional, portanto sem a disciplina do voto. A ideia é de selecionar (absorver) pessoas de prestígio social, de diferentes classes ou grupos, para que sejam candidatas que possam angariar votos dos diferentes estratos sociais, esses últimos, agora com direito de voto.

O partido do tipo comitê é pequeno em número de pessoas (partido fechado); não tem recrutamento, pois está mais voltado para candidatos do que para militantes; não tem livre associação, mas convite a participar (ideia de prestígio, de elitismo); busca por pessoas “notórias”, ao invés de filiados (personalidades sociais da política, da economia etc.); os comitês atuam em espaços geográficos grandes (objetivando a perspectiva eleitoral); sua atividade é do tipo sazonal ou semipermanente (não permanente), com foco nos períodos eleitorais; nasce no período de sufrágio limitado (restrição ao direito de voto sobre mulheres, pobres e analfabetos) e é a expressão formal da classe burguesa, seja dos partidos conservadores (aristocratas, eclesiásticos, industriais, banqueiros), seja dos liberais (comerciantes, industriais médios, funcionários, professores, advogados, jornalistas, enfim a pequena burguesia).

A classificação dos partidos do tipo indireto está relacionada à sua proximidade com certos grupos de pressão, o que justifica esse nome. Nesse caso, as comissões eleitorais passaram a ser constituídas, por exemplo, por delegados de sindicatos. Houve uma substituição dos influentes tradicionais (de prestígio moral e financeiro) por representantes de sindicatos e outras organizações sociais. As massas incluem-se nesse sistema, mas de maneira indireta. Duverger refere que

são essas organizações que contam com numerosíssimos aderentes: é assim que as ‘massas’ são incluídas no sistema, mas só de maneira indireta. O cidadão não adere ao partido em si; adere a uma organização que é membro coletivo do partido. Sendo a mesma coisa, quanto à natureza dos laços de dependência (DUVERGER, 1970, p.172).

Os partidos de massa têm a origem ligada aos movimentos socialistas. Posteriormente, sua técnica foi adotada pelos partidos comunistas e pelos fascistas. Os candidatos eram operários (representação do tipo orgânica), e esses partidos não poderiam

unir-se a outros que não fossem do mesmo espectro ideológico ou não contemplassem a mesma doutrina política nem poderiam receber financiamento de campanha do tipo burguês (empresarial), para manter a independência da classe burguesa. A campanha e as demais despesas partidárias eram bancadas pelos próprios operários e filiados, e a representação do partido, interna (seus dirigentes) e externamente (parlamentares e representantes políticos), era organizada de modo mais democrático que a dos partidos de quadros, com assembleias e sessões locais que designavam delegados para as esferas nacionais. Essas seções também serviam ao processo de educação das massas e à ideologia do partido. A escolha de candidatos deveria ser democrática e realizada em encontros que hoje constituem a convenção partidária. Os partidos de massa abrem-se para toda a população, porque pretendem que ela participe realmente das discussões do Estado e da sociedade, e não, apenas, das eleições.

Os partidos comunistas, com características nos partidos de massa, nascem de cisões dos partidos socialistas e sua estrutura organizativa baseava-se no Partido Comunista Soviético (PCUS), com forte controle interno. O elemento básico para esse controle de membros era a célula, que buscava atrair grande número de adeptos – ao contrário dos partidos de quadros – e os organizava e redistribuía-os não pelos seus domicílios de origem – como os partidos socialistas, comitês e seções – mas levando em consideração seu local de trabalho, ou seja, células de empresa, células de atelier etc. Suas características principais eram: mantinha contato permanente e estreito entre os membros, por causa do local de trabalho; era relacionado à esfera política, com duas questões indissociáveis, o que contribuía para que o operário entendesse bem mais as questões políticas e a realidade concreta que o afetava. “As solidariedades de trabalho são mais estreitas que as do bairro e da cidade” (DUVERGER, 1970, p.365).

2.1.2 A perspectiva liberal-democrática para os partidos políticos

O partido político é uma organização de parte ou parcela do povo que segue os mesmos ideais políticos, com o objetivo de desenvolver uma ação voltada para o exercício dos negócios do Governo. Sua finalidade é de ocupar os espaços de poder do Estado pelos meios democráticos (votos, eleições etc.). Esse é um tipo de definição vinculada ao pensamento liberal⁷, que, enxerga na finalidade – obtenção e exercício do poder político –

⁷ Outros autores que poderíamos citar que, em algum grau, contemplam em suas obras esse tipo de pensamento político sobre partidos são: Max Weber e Schumpeter, Downs, para destacar alguns dos mais conhecidos.

seu objetivo principal, e nos processos eleitorais, o instrumento para tal finalidade. Ressaltamos que essa perspectiva visa diferenciar-se também de determinados partidos que chegaram ao poder não por via eleitoral, mas por meio de insurreição, entre eles, está o Partido Bolchevique na Rússia em 1917.

Sartori (1982) define os partidos políticos como “qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições e seja capaz de colocar, através de eleições, candidatos a cargos públicos” (SARTORI, 1982, p.85). Assim, o autor relaciona uma parte do significado de partidos com os preceitos de diversidade (ou pluralismo) cultural, social e política. São valores remetentes à democracia política, principalmente à questão do consenso e da diminuição do conflito nos diferentes âmbitos de que eles fazem parte e que vão atribuir sentido e identidade aos partidos políticos. O autor assegura que a flexibilização desses valores (conflito e consenso) serve para definir os partidos, no que se refere a sua identidade, e limitar os partidos no tocante a sua atuação no sistema partidário. A importância do aspecto cultural está em mostrar “uma visão de mundo baseada, em essência, na convicção de que a diferença, e não, a semelhança, a dissensão, e não a unanimidade, a mudança, e não, a imutabilidade levam a uma vida melhor” (SARTORI, 1982, p.35).

Quanto ao pluralismo social, são as diferenças que norteiam as demandas sociais para fins políticos, e o pluralismo político indica uma diversidade no poder, em que contrastam e convivem com uma “pluralidade de grupos que são, ao mesmo tempo, independentes e não inclusivos” (Idem). São conceitos que tendem a adotar uma visão instrumental da democracia, dos meios que fazem a política e, diretamente, da relevância dos partidos.

Na concepção de Sartori, os partidos são meios ou instrumentos de representação do povo, através dos quais expressam suas reivindicações, e representam para as autoridades os desejos do povo. Tornaram-se os meios de representação, juntamente com a democratização da política, pelo fato de suas atividades essenciais estarem ligadas a funções democráticas, como a representatividade política. Para o autor, os partidos canalizam a vontade pública, expressam e refletem a opinião pública e a modelam e manipulam. Mesmo assim, continuam a ser a instituição que traduz as preferências da massa com vistas às ações de políticas públicas.

Entendemos que a forma como Sartori define os partidos políticos remete a noções de que sua razão e sua finalidade são vinculados à implementação do governo representativo. Sartori assevera que

os partidos só mantêm com segurança o seu curso quando conseguem equilibrar o partidarismo com o governo imparcial, a fidelidade ao partido e a fidelidade ao Estado, o interesse do partido e o interesse geral (...) em suma os partidos que são partes são instrumentos de governo de um todo pluralista: pressupõem a diversidade e institucionalizam a discordância. O partido que não é parte nega, inversamente, o princípio mesmo da diversidade e institucionaliza a repressão da discordância (1982, p.89).

Michels (1982), além de se posicionar favorável ao desnivelamento entre governantes e governados, reforça-o com o que denomina de falta de vontade das massas de participarem da política. A massa tende a se afastar do epicentro das decisões políticas. A necessidade de uma liderança política e a renúncia das massas a participarem da política, segundo Michels, são explicadas pelo fato de o número de pessoas que se interessam pelos assuntos públicos ser ínfimo, apesar de muitos cidadãos gozarem de direitos políticos. Essa renúncia dos assuntos públicos é voluntária. Ou seja, o cidadão é consentidor, legitimador dessa apatia política.

Weber (1999), em seus estudos organizacionais dos partidos políticos (teoria da burocratização), compreende-os, fundamentalmente, como “organizações voluntariamente criadas e baseadas no livre recrutamento [...]. Seu objetivo é [...] sempre de obter votos nas eleições para cargos políticos ou em corporações com voto” (WEBER, 1999, p.544). Weber refere que o alcance desse objetivo auxilia outro que é derivado dele - a patronagem de cargos públicos - mas ressalta que existem os partidos representantes de ideologias que pretendem realizar objetivos políticos.

Em regra, porém, os partidos são ambas as coisas: têm fins políticos objetivos, transmitidos pela tradição e, devido a essa última, apenas lentamente modificáveis, mas aspiram também à patronagem de cargos. (...) Todas as lutas entre partidos não são apenas por fins objetivos, mas também, e, sobretudo, lutas pela patronagem dos cargos (Idem, 546).

O desenvolvimento dos partidos serviu de instrumento para que os grupos sociais emergissem no sistema político e, sobretudo, por meio dos partidos, determinados grupos puderam exprimir as próprias reivindicações e as próprias necessidades e tomar parte do processo de formação das decisões políticas. Partindo dessa premissa, classificam-se em duas as funções inerentes aos partidos políticos: a) estruturar as preferências do eleitorado, funcionando como ponto de partida para que os cidadãos escolham seus representantes; e b)

fazer parte do governo e organizar o processo de tomada de decisões⁸ nos Poderes Legislativo e Executivo, por meio dos seus líderes. Com isso, o partido torna-se sujeito da ação política e é delegado para agir no sistema institucional, a fim de conquistar o poder e governar. Essa perspectiva é característica do liberalismo político (KINZO, 2005; CARREIRÃO, 2006).

Kinzo (2005) ressalta que a função primordial dos partidos – de representar os eleitores na arena política para obter o poder político legítimo no contexto de um eleitorado de massas – tornou-se possível e viabilizou a representação política democrática quando os partidos modernos se constituíram como tais e assumiram as tarefas de

estruturar a disputa eleitoral, ou seja, definir e diferenciar as opções a serem oferecidas ao eleitor, facilitando o ato de votar e possibilitando a construção de identidades políticas, e de mobilizar o eleitorado, isto é, incentivar o eleitor a ir às urnas e votar em uma dessas opções oferecidas, opções que se constituem como agregações de preferências, ou seja, representações de interesses (KINZO, 2005 *apud* PRAÇA e DINIZ, 2005, p.16).

Assim como Schumpeter⁹, Downs (1999), baseado numa racionalidade voltada para fins governamentais, afirma que as eleições são um meio para se chegar ao poder político, e as ideologias também são mecanismos usados pelos partidos para se diferenciar uns dos outros, a fim de ter a preferência do eleitor e de vencer a competição pelo poder. Esse autor registra que o sufrágio universal, experimentado no regime político democrático representativo, é utilizado com frequência pelo eleitor, na forma de voto, em partidos moderados, deixando um número pequeno de eleitores sujeitos a posicionamentos mais radicais na distribuição do eleitorado.

Os partidos, especialmente os da esquerda, utilizam uma estratégia política que enaltece o aspecto ideológico como arma principal para a disputa do poder na arena eleitoral na busca de voto dos eleitores. Essa tática é reportada por Downs, quando se refere ao desenvolvimento de ideologias políticas por alguns partidos, como meio de obter votos

⁸ “As atividades dos partidos na arena decisória estão associadas à formulação, ao planejamento e à implantação de políticas públicas agora, participando como atores legítimos do jogo do poder e no processo de negociação política” (KINZO, 2005 *apud* PRAÇA e DINIZ, 2005, p.16).

⁹ Schumpeter (1984, p.353) assevera que “partido e máquina política são simplesmente a resposta ao fato de a massa eleitoral ser incapaz de qualquer ação que não seja o estouro da boiada, e constituem uma tentativa de regular a competição política que é exatamente semelhante às práticas correspondentes de uma associação comercial”. A democracia é um acordo institucional para selecionar um governo através da competição por votos no mercado eleitoral. Assim, Schumpeter entende que as organizações partidárias buscam predominantemente o poder político (ideia de máquina política), e os meios (ideologia, estrutura organizativa, base eleitoral) são secundários e instrumentais para o alcance do objetivo primário.

(DOWNS, 1999). Essa perspectiva teórica vislumbra que alguns eleitores, de forma racional, decidem votar ideologicamente, e não, por meio de comparações políticas.

Ao invés de comparar o comportamento governamental com as propostas da oposição, compara ideologias partidárias e apoia aquela que se parece mais com a sua. Desse modo, vota com base em competência ideológica, não em questões específicas [...] Porém os eleitores votam com o intuito de influenciar as ações dos partidos políticos, não as afirmações deles (DOWNS, 1999, p.119-120).

A ideologia, o voto, os eleitores e os partidos são procedimentos e atores utilitários e economicamente racionais, na perspectiva de Downs, que abstrai os elementos históricos de sua análise.

Chegamos, então, a uma tipologia dos partidos proposta por Oppo, que classifica os partidos em três tipos, de acordo com sua formação e finalidade: a) os partidos de organização de massa; b) os partidos eleitorais de massa; e c) os partidos de organização de massa que se transformam em partidos eleitorais de massa. Seguindo essa tipologia, o autor explica que o partido de organização de massa surgiu em fins do Século XIX, com o desenvolvimento do movimento operário e com

as transformações econômicas e sociais produzidas pelo processo de industrialização [que] levaram à ribalta política as massas populares, cujas reivindicações se expressam inicialmente em movimentos espontâneos de protesto, encontrando depois canais organizativos sempre mais complexos até a criação dos partidos dos trabalhadores. É precisamente com o aparecimento dos partidos socialistas – na Alemanha em 1875, na Itália em 1892, na Inglaterra em 1900 e na França em 1905 – que os partidos assumem conotações completamente novas: um séquito de massa, uma organização difusa e estável com um corpo de funcionários pagos especialmente para desenvolver uma atividade política e um programa político-sistemático (OPPO, 2004, p.900).

Isso denota que os movimentos socialistas surgiram com o intuito de criar uma consciência coletiva para educar as massas e torná-las politicamente ativas e conscientes do seu papel de classe. O tipo de estrutura partidária que se desenvolveu foi o piramidal:

Na base havia as uniões locais – círculos ou seções – com a finalidade de enquadrar todos os membros do partido pertencentes a um dado espaço territorial (bairro, cidade, país). As seções tinham reuniões periódicas e discutiam os principais problemas políticos e organizacionais do momento. Ocupavam-se da atividade de propaganda do proselitismo e elegiam os próprios órgãos de direção internos e os seus representantes de nível superior no partido. Por sua vez, as seções estavam organizadas em nível de

circunscrição eleitoral ou a nível provincial ou regional, em federações, que constituíam os órgãos intermediários do partido com funções prevalentemente de coordenação. Enfim, a cúpula era constituída pela direção central, eleita pelos delegados enviados pelas seções ao congresso nacional que era o órgão máximo de deliberação dentro do partido, o qual estabelecia a linha política a que deviam sujeitar-se todas as instâncias do partido, desde as seções até a direção central. Todas as posições de responsabilidade eram de caráter eletivo e era também função das assembleias do partido escolher os candidatos às eleições. Esses últimos, uma vez eleitos, tinham um mandato imperativo e eram obrigados a uma rígida disciplina de partido na sua atividade parlamentar (Idem).

Denominado de partido de aparelho ou partido de organização de massa, esse tipo guarda correspondência, principalmente, com o partido social-democrata alemão do final do Século XIX, em sua fase revolucionária, mas pode ser generalizado para a maior parte dos partidos socialistas e trabalhistas europeus daquele período.

No segundo tipo de partido apresentado por Oppo, o partido eleitoral de massa, identificam-se, sistematicamente, as mesmas características organizativas do partido de organização de massa, com seções, federações e direção centralizada. O primeiro ponto de distinção recai sobre a mobilização de eleitores em detrimento da arregimentação de associados. O segundo ponto é que os partidos eleitorais de massa

não são dirigidos de um modo geral a uma classe ou uma categoria particular, não se propõem a uma gestão diferente da sociedade e do poder, mas procuram conquistar a confiança dos estratos mais diversos da população, propondo em plataformas amplas e flexíveis, além de suficientemente vagas, a satisfação do maior número de pedidos e a solução dos mais diversos problemas sociais (OPPO, 2004, p.902).

Os objetivos dos partidos eleitorais de massa são, essencialmente, de natureza eleitoral, ou seja, a conquista de eleitores e, conseqüentemente, de poder político. Por isso, no tocante à sua organização estrutural, há uma prioridade na escolha dos candidatos para as eleições, para que eles preencham os requisitos necessários para aumentar o potencial eleitoral do partido. Nesses termos, apresenta sua definição de partidos eleitorais de massa:

Nesse tipo de partido não existe, ou existe de modo contratado, uma disciplina de partido ou uma ação política unitária. É muito frequente, na verdade, que o partido apresente várias faces segundo a natureza das camadas e das zonas geográficas a que se dirige, tal como aconteceu muitas vezes em que sua linha política sofreu variações táticas notáveis em conexão com momentos políticos particulares. Por esse conjunto de conotações, o partido eleitoral de massa foi definido também como 'partido pega-tudo' (Idem).

O último modelo de partido apresentado por Oppo, dentro da sua tipologia, surgiu do processo progressivo através do qual os partidos de organização de massa (ou partidos de aparelho) modificaram sua essência de atuação política e passaram a acentuar aspectos estritamente eleitorais, além do empenho maciço para ampliar sua influência para além de suas tradicionais bases de classe social e a importância sempre crescente da atividade parlamentar. Ocorre assim uma tendência à homogeneização dos partidos, para se transformarem em partidos pega-tudo ou catch all, usando a expressão corrente na ciência política.

Em razão dessa mudança de características política, ideológica e social, esses partidos perdem algumas características originais, como a participação das bases na vida dele, que se torna menos regular e menos deliberativa, e a contínua ação de educação moral e intelectual das massas, que reduz a identificação do programa partidário com um conteúdo de classes, e o apelo à transformação da sociedade também diminui. A inserção de partidos de origem operária no mercado político, como escreve Oppo, fez com que eles abandonassem qualquer apelo ou projeto político de uma transformação radical da sociedade. Esse tipo de mudança estrutural e política tem surtido impacto na sociedade, particularmente, com a diminuição na participação política com objetivos de tipo geral, totalizante e transformador.

A mudança de ação dos partidos de organização de massa, que assumiram características predominantemente de partido eleitoral de massa, e cujo fator determinante foi a possibilidade de gerir o poder político, exigiu que esses partidos de aparelho amenizassem sua identificação com os setores classistas, principalmente os setores operários, e aglutinassem em seus quadros características mais globais e diversificadas que atendessem aos mais diferentes setores sociais. Devido a isso, fizeram transformações em sua estrutura organizacional.

A participação política de base se orientou preponderantemente para a propaganda eleitoral, e a obra de educação moral e política das massas se tornou quase que supérflua. Em contraposição, acentuou-se a importância do profissionalismo político nos níveis médios e altos do partido e a cooptação de 'peritos' para se poder fazer face a uma atividade política cada vez mais complexa; do mesmo modo, tornou-se essencial a escolha dos candidatos com vistas ao sucesso eleitoral do partido, recorrendo-se para isso aos próprios notáveis de várias esferas sociais e profissionais (OPPO, 2004, p.903).

Os limites dos partidos políticos, pela ótica liberal-democrática, circunscrevem-se na institucionalidade jurídico-legalista vigente, em ambiente onde predominam os grupos econômico-políticos. Entendemos que algumas das características destacadas sobre essa perspectiva podem complementar e auxiliar nossas explicações sobre o entendimento da institucionalidade burguesa.

Depois de apresentar uma categorização dos alicerces da perspectiva liberal-democrática para os partidos políticos, achamos necessário, antes do contraponto marxista socialista-comunista, fazer uma análise intermediária que serve como uma espécie de prelúdio à sua abordagem, na tentativa de demonstrar que existem explicações que não circunscritas somente ao liberalismo, mas que também colaboram para uma prévia ambientação da abordagem socialista e marxista. Para isso, recorreremos aos escritos de Ângelo Panebianco (2008).

Em seu livro, *Modelos de Partidos*, Panebianco (2008) sintetiza as diferentes abordagens e os âmbitos de análise dos partidos a partir do enfoque organizativo, que avalia a análise intrapartidária e as relações interpartidárias, com a crítica a dois preconceitos (abordagens) que focam as finalidades dos partidos políticos de um modo panorâmico: um sociológico, que tende a enxergar os partidos como produto das demandas dos grupos sociais por eles representados, como mera manifestação das diferentes divisões sociais no âmbito político, e um teleológico, em que existe a ideia de que os partidos são organizações constituídas em vista de objetivos específicos e voltados para sua realização e objetivos individualizáveis. O preconceito teleológico dá pouco crédito aos objetivos ideológicos dos partidos e se alinha com a afirmação de Anthony Downs de que os partidos perseguem políticas para ganhar as eleições mais do que tentam vencer eleições para perseguir políticas. Sua ideologia, em muitas circunstâncias, não serve para definir seus objetivos. Panebianco esclarece como essas duas linhas macroanalíticas colocam em campos opostos uma perspectiva liberal, mais próxima da abordagem teleológica, e a perspectiva marxista mais próxima da abordagem sociológica.

Como as abordagens (os preceitos teleológicos e sociológicos) se vinculam às duas correntes políticas aqui analisadas (o liberalismo e o socialismo), os âmbitos apresentados como dilemas, na obra de Panebianco, pelos quais os partidos precisam responder, servem também como categorias que diferenciam e opõem as duas correntes. O referido autor apresenta quatro dilemas em sua obra, dos quais destacamos dois como importantes para entender a dicotomia supramencionada.

O primeiro dilema organizativo coloca em confronto o modelo racional e o modelo do sistema natural. O primeiro considerava os objetivos oficiais da organização partidária como de fundamental importância para justificar a existência da organização (vinculado ao preceito sociológico). Já no modelo do sistema natural, muitas vezes, esses objetivos são vistos como dos dirigentes da organização, e não, como os verdadeiros objetivos oficiais do partido, que visavam à sobrevivência da organização e à manutenção das próprias posições de poder (preceito teleológico). A organização, como um instrumento para a realização dos objetivos (interesses) de seus titulares, mais do que isso, é considerada como uma estrutura que responde e se adapta a uma multiplicidade de demandas por parte dos vários jogadores e que procura manter um equilíbrio conciliando essas diferentes demandas.

O outro dilema que serve para caracterizar as correntes e vincular seus respectivos partidos é o referente ao tipo de postura que o partido deve desempenhar diante do ambiente em que está inserido, seja do tipo adaptação, seja do tipo domínio. O ambiente ao qual o partido se adapta é aquele em que ele (o ambiente) exerce domínio sobre a organização. Isso acontece para que a organização possa sobreviver ou manter as posições de poder dentro de sua estrutura. Um exemplo desse tipo de organização é aquela cujo partido se limita a transferir para a arena política as demandas dos grupos sociais que formam sua base (preceito sociológico), portanto, é uma organização do tipo que se adapta ao ambiente. A organização modifica (domina) o ambiente, por exemplo, quando maximiza os próprios votos, com o intuito de dominar a arena eleitoral.

As metas ideológicas originárias contribuem para forjar a organização. São as metas ideológicas selecionadas pelos líderes do partido que definem o “território de caça” e circunscrevem a base social da organização. As metas ideológicas originárias são os instrumentos determinantes para formar a identidade coletiva da organização e que influenciam muitas das decisões organizativas iniciais, pois são elas que fornecem os recursos simbólicos de identidade ao sistema de incentivos e modelam a imagem externa da organização, o que influencia a disputa e a cooperação do partido com outras organizações. Ou seja, não há a substituição dos fins ideológicos – as metas ideológicas originárias – pelos interesses da direção organizativa, segundo Panebianco, mas uma complementariedade.

Importante descrevermos a perspectiva de Panebianco, porquanto ela possibilita que enxerguemos as finalidades, as atividades e os ambientes dos partidos para além do processo estritamente institucional e além do seu objetivo pragmático eleitoral-governamental. Apesar de o autor pertencer a uma corrente analítica neoinstitucionalista, ele apresenta uma possibilidade mais ampla para outras análises, que iremos apresentar a partir de agora.

2.1.3 O modelo marxista-leninista de partido: uma conceituação histórica, organizativa e teórica

Neste tópico, abordaremos os aspectos referentes à teoria conferidos por Marx e Engels - Partidos Comunistas, alusão às Internacionais, os aspectos ligados ao Estado Socialista e à sociedade comunista; os conceitos de Revolução e Reforma; o papel da democracia e da república “nesse novo mundo sem o Estado capitalista Burguês”.

Também apresentaremos o conceito leninista de Partido Comunista, os aspectos referentes à Revolução Russa, e os conceitos de Centralismo Democrático, Partido de Vanguarda, Classe Operária, Democracia, Sindicalismo, Revolução serão igualmente abordados com base nas obras de Lênin: *Que Fazer?*, *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução* e *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*.

As transformações econômicas, políticas e sociais produzidas pelo processo de industrialização, no final do Século XIX, constituíram o ambiente para o desenvolvimento do movimento operário e, com isso, o surgimento dos partidos operários. Na segunda metade do Século XIX, os termos ‘partidos socialistas’ e ‘partidos comunistas’ eram usados como sinônimos de partidos vinculados ao movimento da classe trabalhadora. Posteriormente, identificados com o tipo de partido proposto por Lênin¹⁰, no início do Século XX, em ruptura com os segmentos sociais democratas do movimento operário, a função a que os partidos comunistas se propunham era de educar e conscientizar as massas sobre seu papel de submissão ao sistema capitalista e à ordem política burguesa, visando que a classe operária tomasse consciência de sua condição, para auxiliar a transformá-la em sujeito histórico da revolução. Para isso, era necessário criar um corpo de funcionários, exclusivamente, para desenvolver a atividade e o programa político. O trabalho desse corpo de funcionários era de se dedicar à atividade de propaganda e de educação dos trabalhadores, em tempo integral. Para isso, deveriam ser escolhidas pessoas qualificadas para essa função. Não necessariamente Esse corpo de funcionários qualificados não teria, necessariamente, que ser formado por trabalhadores das fábricas (representação orgânica da classe), pois eles não dispunham de tempo nem qualificação para serem os agentes organizativos do partido

¹⁰ Lênin, em 1898, compôs o Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR), que, depois de 1902 e do livro *Que Fazer?*, dividiu-se em Bolcheviques e Mencheviques. Importante frisar que, até 1914, Lênin defendia o processo revolucionário na Rússia Czarista em duas fases: uma democrático-capitalista burguesa e posteriormente, uma proletária e socialista.

comunista, como explicado por Lênin (1978), para quem os trabalhadores fabris tinham apenas a espontaneidade das massas oprimidas.

A defesa da construção de um partido proletário independente, no pensamento e na atividade política de Marx e Engels, era de fundamental importância, e a classe operária não poderia agir como classe, exceto constituindo-se em um partido político que fosse distinto dos velhos partidos, formados pelas classes proprietárias e que a elas se opunham. Essa foi uma resolução da Primeira Internacional de 1872. Marx defendia que, como só havia um proletariado, deveria haver apenas um partido. Ressaltamos que a estrutura organizativa do partido e as funções inerentes a ela não foram detalhadas por Marx, e Lênin acabou por explicitar essa temática.

O partido comunista aparecia como o que aglutinava a concepção materialista da história e o papel decisivo de um partido na revolução proletária. Para Marx, o partido tinha o objetivo e a função primordial de auxiliar o proletariado a derrubar o Estado burguês e implantar a ditadura do proletariado. Para isso, propunha um programa de governo mínimo, que deveria ser implantado pelo proletariado depois do estabelecimento de sua ditadura (MARX, 1990).

Sobre essa etapa de implantação de um Estado Proletário, é importante enfatizar que, além da preocupação em derrubar o Estado burguês, seria necessário criar as condições para o estabelecimento do proletariado como a classe dominante do poder político. Isso passava, necessariamente, pelo desenvolvimento de todo o aparelho político¹¹ e econômico burguês – a indústria, a propriedade, o capital – criando-se assim os alicerces necessários à derrubada do capitalismo burguês pelos proletários: “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletário” (MARX, 1990, p.31).

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas (MARX, 1990, p.37).

Para os marxistas-leninistas, a tomada do poder é resultado da luta revolucionária. Após a tomada do poder, é preciso estabelecer a ditadura do proletariado, sob a hegemonia

¹¹ O desenvolvimento das condições subjetivas: consciência e solidariedade de classe, partido internacional da revolução proletária.

do partido. No livro, *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução* (1979), Lênin identificava a ditadura do proletariado com a tomada de poder com a destruição do governo, o desmantelamento do Exército, a nacionalização das terras e dos bancos, o controle da produção pelos operários e uma nova Internacional. A tática dos bolcheviques consistia em conquistar os soviets¹² para essas posições revolucionárias. Importante contextualizar que Lênin analisava a Rússia, naquele momento, em uma fase de transição entre a revolução burguesa – fevereiro – e a proletária - outubro.

Eduard Bernstein, dirigente do Partido Social Democrata Alemão, afirmava que, através do voto, os operários conquistariam a maioria parlamentar e, com uma legislação adequada, reformariam e superariam, de forma lenta, gradual e pacífica, o regime capitalista. Ou seja, os partidos socialistas deveriam priorizar o movimento progressivo das reformas em detrimento da luta em prol do objetivo final - a revolução. Apesar de ser considerado um instrumento da burguesia, participar institucionalmente da disputa eleitoral e de um possível mandato parlamentar serviria para o partido atuar de modo a não só se distinguir das políticas burguesas, como também dos anarquistas, defensores do abstencionismo. O dilema entre reforma e revolução – no sentido de ruptura radical com a ordem vigente – acompanharia a história do Partido Socialdemocrata Alemão até sua ruptura com os segmentos leninistas do movimento operário, provocando divisões e rompimentos na organização partidária, como no caso das estratégias políticas traçadas para o contexto da 1ª Guerra Mundial em 1914.

A apreciação de partido de Lênin continha forte influência do pensamento de Marx e Engels, porém explicitava mais a relação à constituição formal do partido, no que diz respeito ao conteúdo (ponto central da visão de partido constituído por trabalhadores de Marx), e, principalmente, à constituição organizativa – constituição formal do corpo hierárquico partidário e planejamento sistemático do programa de metas e funções inerentes à ação partidária. Para Lênin, a estrutura organizativa do partido, denominada de centralismo democrático (usou a expressão pela primeira vez em 1905), seguiria o seguinte formato: a cúpula partidária seria constituída pela direção central (Comitê Central) e eleita pelos delegados enviados pelas seções regionais e locais ao Congresso Nacional, que é o órgão máximo de deliberação dentro do partido, que estabelecia a linha política e a que deviam sujeitar-se todas as instâncias dentro do partido, desde as seções até a direção central. Depois de realizado, o Congresso Nacional do Partido era extinto temporariamente até a realização

¹² Soviets, em linhas gerais, eram órgãos do poder operário e camponês na Rússia soviética.

do próximo. Todas as posições diretivas de função decisória eram de caráter eletivo. As assembleias do partido também tinham a função de escolher os candidatos às eleições. Estes últimos, uma vez eleitos, tinham um mandato imperativo e sujeitavam-se a uma rígida disciplina de partido em sua atividade parlamentar.

O partido de vanguarda de Lênin alicerçava-se num modelo centralizado e empenhado em fundir a teoria e a consciência socialistas com o movimento operário. O partido de quadros era considerado como o mais adequado tanto para o estágio de desenvolvimento do movimento operário na época, quanto para as condições de ilegalidade impostas pelo czarismo. No entanto, valendo-se da maior liberdade proporcionada pela revolução de 1905 e, conseqüentemente, pela revolução de outubro de 1917, Lênin manifestou-se totalmente favorável a um amplo partido de massas baseado no centralismo democrático, com eletividade, responsabilidade e a possibilidade de afastar as lideranças.

Em seu livro, *Que Fazer?*, Lênin afirma: “A consciência política de classes só pode ser levada ao operário de fora, isto é, só de fora da luta econômica” (LÊNIN, 1978, p.422). E distinguiu consciência sindical – que os operários podiam adquirir espontaneamente – de consciência social democrata¹³ – que o partido tinha a função de desenvolver entre o proletariado.

O que acabou materializando a representação de partido proposta por Lênin foi a III Internacional Comunista (IC), fundada em 1919, em Moscou, a qual não via as reformas como um meio para uma revolução posterior, via a socialdemocracia como adversária e oposta aos interesses comunistas. A III Internacional, de inspiração leninista, via a ideia de revolução como sinônimo de uma ruptura brusca e radical com a ordem econômica, social e política burguesa. A III Internacional pregava a unidade de ação e de pensamento, através do centralismo democrático, segundo o qual a minoria deveria se submeter às decisões da maioria depois de amplo debate no interior das instâncias organizacionais do Partido. Outro traço marcante foi o incentivo à formação de vários partidos comunistas em países de todo o mundo, considerados seções nacionais da Internacional Comunista. Ressaltamos que, na tradição da III Internacional Comunista, a organização partidária teve grande importância, pois materializava o conceito de partido de vanguarda desenvolvido por Lênin, segundo o qual caberia ao partido comunista assumir a liderança do movimento operário para a revolução. A revolução era percebida como resultado do conflito entre as classes sociais, com a ação coordenada do partido direcionado pela teoria marxista-leninista. Na visão de

¹³ O termo socialdemocracia está concebido em perspectiva revolucionária, diferente da socialdemocracia de Bernstein, caracterizada na II Internacional (LENIN, 1978).

Lênin, sem o partido, a classe operária permaneceria limitada às reivindicações imediatistas das lutas sindicais, e a consciência política do proletariado só se desenvolveria por meio de um agente externo, porém envolvido na práxis revolucionária, nesse caso, o partido revolucionário.

A perspectiva leninista sobre a estrutura organizacional do partido também tinha como objetivo assegurar a disciplina na formação de quadros políticos. Dessa forma, a relação entre a classe operária e a consciência da classe operária foi disposta assim: o partido de quadros, com a ajuda dos intelectuais que lhe pertenciam, desenvolvia a consciência de classe da qual a visão marxista de mundo era o núcleo, e essa consciência era transmitida à classe operária pela liderança comunista.

A visão leninista de mundo se baseia numa concepção científica de sociedade, como também propunha Marx. É uma concepção de tomada de poder para e pelo proletariado e de construção da sociedade que legitima, através da ciência e da prática sócio-política, a ação revolucionária do partido representante da classe operária. Os leninistas enfatizam o papel do Partido Comunista como arma de luta, formado de militantes marxistas dotados de consciência de classe e organizado segundo o princípio do centralismo democrático. Para os leninistas, o problema do sindicalismo é que ele não é dotado da consciência política trazida pelo partido comunista, pelo fato de sua perspectiva ser muito estreita e estar voltada essencialmente para a melhoria das condições econômicas da classe trabalhadora, e não, para a atividade revolucionária. Em vez de confiar no desenvolvimento espontâneo da consciência da classe operária, os leninistas veem no partido um catalizador que leva a teoria revolucionária e a organização política às massas exploradas. Como sentencia Lênin (1978), sem uma teoria revolucionária, não pode haver qualquer movimento revolucionário.

Os leninistas rejeitam a possibilidade de que o Estado capitalista possa ser conquistado e posto a serviço dos interesses do proletariado ou de que o socialismo possa ser atingido por meios evolucionários dentro do Estado capitalista, como propunham os socialdemocratas da II Internacional, particularmente inspirados por Bernstein. Por isso, enfatizam o papel de vanguarda do partido, e não, apenas, a atividade, em âmbito sindical, da classe operária.

Um partido comunista, ainda que esteja em uma situação de democracia, não se limita ao terreno parlamentar e institucional. Além da atividade política, ele oferece aos seus militantes uma gama de atividades nas áreas social, cultural, recreativa etc. e atua em todas as esferas da vida, pois sua proposta não é só de mudar o regime político ou as formas de

governos, mas também de transformar as relações sociais e fazer vigorar uma nova concepção de mundo.

Sintetizamos assim o pensamento de Lênin para a questão do partido revolucionário:

Seu pensamento teórico sobre o partido foi um constructo baseado na análise empírica da realidade, através de um processo evolutivo; desde um texto inicial como *Que Fazer?* No qual implicava a construção de um partido de vanguarda em face do déficit organizativo POSDR; passando por uma tomada de posição revolucionária com total poder aos soviets em, *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução*; até cristalizar-se já no formato conhecido da URSS, com a concentração de poderes pelo C.C. em *Esquerdismo doença infantil do comunismo* (FIGUEIREDO, 2013, p.46).

Portanto, historicamente, os partidos políticos de caráter marxista e operário participam do processo eleitoral, orientados, preponderantemente, para a propaganda e a educação moral e política das massas, utilizando os espaços do processo eleitoral representativo como um campo de divulgação do pensamento revolucionário socialista-comunista – como descrito, por exemplo, nos textos *Manifesto Comunista* e *Crítica ao programa de Gotha*, de Karl Marx e F. Engels, *O Estado e a Revolução* e *Que Fazer*, de V. Lênin, e *A propósito do partido comunista*, de Pannekoek – para denunciar os limites da democracia política burguesa através do método dialético da luta de classes resumida assim:

A alternativa revolucionária estaria na organização de ‘partidos socialistas’ e no enfoque da ‘participação parlamentar’ como ‘um elemento político subordinado à estratégia revolucionária global’, e não no ‘abstencionismo’ (LESSA, 1996, p.169).

Os partidos marxistas de caráter socialista-comunista – ao qual se alinham os partidos da esquerda marxista trotskista argentina – surgiram com o intuito de ajudar a criar uma consciência coletiva para educar as massas e torná-las politicamente ativas e conscientes do seu papel de classe. A participação no processo eleitoral, segundo essa lógica, contribui para organizar bem mais a classe operária (esse pensamento predominou na 1ª Internacional). Convém enfatizar que as eleições são úteis como um terreno favorável para o proletariado acumular força e devem servir de importante ponto de apoio às lutas diretas, aguardando o momento decisivo (condições objetivas e subjetivas) para a tomada do poder político centralizado na figura do Estado. Adiantamos que esse aspecto descrito é a causa de forte característica de imobilidade político-ideológica identificada nos partidos marxistas trotskistas argentinos da atualidade.

A crítica feita aos instrumentos liberal-republicanos de democracia é de que, sob a égide de um regime de classes, eles só serviriam para a participação (limitada e insuficiente) das camadas mais pobres da população com o sufrágio e as eleições. Segundo os partidos de caráter marxista, esses mecanismos, na verdade, só devem ser vistos como instrumentos através dos quais o movimento proletário possa melhorar seu nível de organização e comprometimento e aglutinar forças para a verdadeira revolução sócio-política¹⁴, que, em hipótese alguma, poderia ser feita com instrumento político burguês. Porém, não se deve subestimar ou negar a importância da estratégia da hegemonia na luta pelo avanço da democracia e na transição ao socialismo. Para os partidos marxistas revolucionários, a batalha pela hegemonia é condição prévia e necessária, mas nunca suficiente na luta pelo socialismo. A esfera política é um dos principais espaços de que dispõe a classe trabalhadora para enfrentar a exploração e a opressão do capital, já que não há política fora da disputa pelo poder e contra o Estado. “Retira-se o Estado da política, e o que sobraria? Trata-se da ideia de um fazer político, não independente do Estado, mas indiferente à sua realidade” (ROCHA *apud* LESSA, 1995, p.53). Ressalta-se a preocupação em evitar que a participação institucional acabe por submeter os militantes socialistas à ordem burocrático-administrativa burguesa.

Para os partidos marxistas revolucionários, a revolução deve ser permanente, como no trotskismo, até a extinção do Estado e da política como forma de dominar e explorar, e a ditadura do proletariado como meio para essa ruptura, transformação e revolução. Dessa forma, pode ter legitimidade a revolução de caráter verdadeiramente social, político e transformador. Sobre a democracia política, só serviria como um meio de se buscar por igualdade verdadeiramente social, o que hoje se entende como justiça social, e como “a realização da igualdade política exigia como pressuposto a igualdade social, estabelecia-se a identidade entre democracia e comunismo [...] entretanto, não era feita à democracia como forma institucional [...] a democracia liberal-representativa” (BIANCHI, 2007, p.119).

A democracia representativa, como um campo de atuação (para a atividade tática), é uma esfera político-eleitoral, um dos principais instrumentos de que dispõem os partidos políticos marxistas representantes da classe trabalhadora para enfrentar a exploração e a

¹⁴ Revolução sócio-política: conceito imprescindível do Marxismo, segundo o qual a conquista do poder político através das regras do jogo – processo eleitoral institucional – ou de uma insurreição violenta que solapasse do poder vigente a classe dominante burguesa – como na teoria leninista da tomada do poder – ainda não poderia concretizar totalmente uma revolução política, econômica e social se não fossem concretizados e instaurados os valores socialistas sob uma perspectiva dialética, em que se instaurasse um regime viável com a mobilização constante da classe operária e das demais camadas populares no exercício direto do poder. Tratava-se de uma revolução que transformasse qualitativamente as diretrizes do Estado, e não, que se limitasse a alterar o controle do poder político governamental como apenas uma revolução política.

opressão do capital, já que não há política que exclua a disputa pelo poder, e o Estado, uma alternativa revolucionária, estaria na organização de partidos socialistas e no enfoque da participação parlamentar como “um elemento político subordinado à estratégia revolucionária global e não no abstencionismo” (LESSA, 1995, p.54).

Os partidos de influência marxista eram incumbidos de resgatar o papel histórico de partido revolucionário junto com o movimento de massas, disputando sua hegemonia política e ideológica, visando assumir a direção do movimento operário. Deveriam adotar como prioridade o movimento de massas e o trabalho nos sindicatos de trabalhadores, para transformar grande parte de seus militantes em dirigentes sindicais, privilegiando o recrutamento de novos militantes nessa área de atuação.

Os marxistas revolucionários não acreditam que a transformação da sociedade será feita “por dentro”, no jogo “viciado” das eleições. É preciso convencer a população disso. Para os marxistas, isso só pode ser feito por meio de uma forte luta política e das experiências dos próprios trabalhadores com o regime com o qual estão se confrontando. A sociedade só pode se transformar com uma revolução. Portanto a opção por participar ou não das eleições é uma questão tática. Diante desse quadro, a principal característica dos partidos estudados é o fato de utilizarem uma tática política que enaltece o aspecto ideológico como arma principal para a disputa do poder utilizada na arena eleitoral, na busca de voto dos eleitores. Esse aspecto será abordado nos próximos capítulos.

O posicionamento ideológico dos partidos foi internalizado pelo programa (manifesto) político, pela declaração de seus líderes, pelo comportamento dos detentores de mandato público dos partidos e pelas ações desenvolvidas pelos partidos. Sobre essas ações, destinadas aos diferentes âmbitos, trataremos mais adiante nos próximos capítulos.

2.2 O TROTSKISMO COMO MODELO DE AÇÃO POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA

Com base no material bibliográfico de Trotsky: *Balanços e perspectivas* [1906]; *A revolução permanente* [1929]; *O que é centrismo* [1930]; *O que é uma situação revolucionária* [1931]; *A questão da unidade sindical* [1931]; *O problema nacional e as tarefas do partido proletário* [1935]; *Programa de transição* (1936); *O estado não operário e não burguês* [1937]; *Sobre o partido “operário”* [1940], e de autores que buscaram apreender o cerne do Trotskismo: Sachetta, em *O Trotskismo* (1946), e Bensaid, em *Trotskismos* (2008), procuramos sistematizar e sintetizar a perspectiva teórica e prática do partidário revolucionário russo e destacar os pontos, principalmente os circunscritos na

esfera da política que formulam e compõem seu pensamento. A pedra fundamental do Trotskismo é a tese da revolução permanente¹⁵ aliada ao programa de transição.

O estabelecimento de uma sociedade socialista não pode, de acordo com Trotsky, ocorrer senão por meio de um rompimento revolucionário com a ordem vigente capitalista. Em sua concepção, as classes exploradas produtoras não serão capazes de tomar o poder sem uma luta contra as classes proprietárias que defenderão sua dominação econômica: “A vitória do proletariado nessa luta de classes terá de ser [...] protegida pela criação de uma ‘ditadura do proletariado’ [...] cabe ao partido político do proletariado o papel de liderança na revolução” (BOTTOMORE, 1988, p.395).

O Programa de Transição escrito por Trotsky (1936), durante seu exílio no México, foi perseguido pelo stalinismo e teve como objetivo definir a conjuntura, a forma e o conteúdo para construir a Revolução Socialista. O programa de transição foi elaborado para a conferência de fundação da IV Internacional, em setembro de 1936, com a finalidade de superar a III Internacional comunista degenerada pelo stalinismo: “A tarefa estratégica da IV Internacional não consiste em reformar o capitalismo, mas em derrubá-lo. Seu objetivo político é a conquista do poder pelo proletariado para realizar a expropriação da burguesia” (TROTSKY, 1936, p.3).

Trotsky defendia a necessidade de vincular as reivindicações imediatas das massas operárias, ainda no sistema capitalista, ao programa revolucionário socialista proletário. O programa de transição para o Socialismo emergiu do conflito e do desenvolvimento das condições objetivas e subjetivas para a vitória da revolução.

Para analisar a maturidade das condições objetivas e subjetivas da revolução socialista, Trotsky partiu da observação da economia, da política e da sociedade capitalista de seu tempo. A condição econômica da sociedade já foi conquistada quando as forças produtivas (terras, matérias-primas, qualificação e trabalho humanos empregados em máquinas, ferramentas e fábricas) não cresciam mais e alcançaram o ponto mais alto de seu desenvolvimento produtivo e tecnológico.

O capitalismo liberal, baseado sobre a livre concorrência e a liberdade de comércio, já desapareceu. O capitalismo monopolista, que o substituiu, não somente foi incapaz de controlar a anarquia do mercado, como também, ao

¹⁵ Nesse texto, Trotsky desenvolve as teses anunciadas no Manifesto Comunista de Marx, faz uma crítica ao stalinismo, principalmente ao socialismo nacional implementado por Stalin, na URSS, em detrimento da implementação prática da teoria da revolução permanente posta de lado pelo stalinismo, que previa a expansão da revolução socialista internacionalista ao invés do fortalecimento no plano interno soviético. Para tal análise, o autor resgata a conjuntura das três revoluções russas (1905, fevereiro e outubro de 1917).

contrário, conferiu a essa última um caráter particularmente convulsivo. A necessidade de um controle sobre a economia, de uma direção estatal, de uma planificação é, atualmente, reconhecida, pelo menos em palavras, por quase todas as correntes do pensamento burguês e pequeno burguês, do fascismo à social-democracia (TROTSKY, 1936, pp.6-7).

A necessidade de transição rumo a um novo sistema social que supere o capitalismo exige que as condições econômicas já estejam maduras, como demonstrado na citação acima, e que as condições políticas e sociais se desenvolvam. Essas condições subjetivas estão ligadas à esfera política (direção do movimento revolucionário mundial) e à social (consciência de classe). Dentre os fatores que determinam o movimento de massas e sua tomada de consciência, temos, de um lado, as condições objetivas do capitalismo – sua exploração e alienação sobre o trabalhador – o que direciona as massas rumo à revolução e, de outro, paralelamente, devem ocorrer a liderança e a educação das mesmas em perspectiva revolucionária socialista realizada pelos partidos proletários e suas direções das organizações operárias. Trotsky (1936) adverte que uma situação revolucionária não aparece de uma só vez, sua aproximação é marcada por toda uma série de convulsões, como as descritas aqui até o momento.

Na análise do capitalismo fora de seu epicentro (Europa e Estados Unidos), Trotsky (1936) enuncia que o desenvolvimento capitalista desigual e combinado ocorre nos países coloniais e nos semicoloniais (“periferia do capitalismo”), por serem dominados pelo imperialismo mundial, porém, de forma alguma impede que eles também utilizem a forma do programa de transição. O desenvolvimento desigual e combinado reúne formas econômicas primitivas (pré-capitalistas como a manufatura, a tração animal, por exemplo, em que não existe a separação entre produtores e meios de produção) com outras mais desenvolvidas da técnica e da ciência capitalistas, para determinar o modo como a classe operária luta contra a classe burguesa, aquela vai combinar, em seu conteúdo de luta, tarefas não realizadas pela burguesia, como a independência nacional e a democracia burguesa, juntamente com a luta socialista e proletária contra o imperialismo mundial. As reivindicações transitórias (a questão nacional e a democracia institucional, por exemplo) são postas como partes integrantes do desenvolvimento da revolução proletária socialista e internacionalista. “Os problemas centrais desses países coloniais e semicoloniais são: a revolução agrária, isto é, a liquidação da herança feudal, e a independência nacional, isto é, a derrubada do jugo imperialista. Essas duas tarefas estão estreitamente ligada uma à outra” (TROTSKY, 1936, p.18).

Segundo Trotsky (1936), se as condições estão dadas para a revolução, e ela não acontece, o problema é da direção revolucionária. Por isso o autor afirma que a crise histórica da humanidade é a de direção revolucionária. As táticas, para a estratégia socialista, na perspectiva de Trotsky, são o programa de transição¹⁶ e a revolução de caráter permanente. Como já apresentamos brevemente, o programa de transição parte da necessidade de se desenvolverem condições objetivas e subjetivas para a revolução - e elas não se desenvolvem de maneira linear - assim como de um conjunto de reivindicações transitórias cujo objetivo é de ultrapassar as reivindicações do programa mínimo de reivindicações democráticas em direção à revolução proletária. Portanto, o programa de transição deve ter duas fases integralizadas: uma, em que se devem realizar as tarefas que não foram feitas pelas burguesias nacionais, que inclui todas as reivindicações democráticas que deveriam ter sido atendidas pelo próprio capitalismo, dentre as quais, podemos destacar os direitos sociais, direito a voto, emprego etc.

A IV Internacional não rejeita as reivindicações do velho programa mínimo, à medida que elas conservaram alguma força vital. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais. Mas conduz esse trabalho diário ao quadro de uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. À medida que as velhas reivindicações parciais mínimas das massas se chocam com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isto ocorre a cada passo –, a IV Internacional avança um sistema de reivindicações transitórias, cujo sentido é dirigir-se, cada vez mais aberta e resolutamente, contra as próprias bases do regime burguês. O velho programa mínimo é constantemente ultrapassado pelo programa de transição, cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária (TROTSKY, 1936, p.3).

Assim, a revolução permanente normalmente inicia-se em âmbito nacional (o Estado revolucionário pode permanecer em isolamento por certo tempo) para, depois, integrar-se na fase internacionalista. Ainda na fase de reivindicações transitórias, Trotsky ressalta que países atrasados – do ponto de vista do desenvolvimento capitalista – não superarão seu atraso passando pelas etapas¹⁷ já atravessadas pelos países adiantados, mas as condensando ou saltando. Esse processo é típico dos países que estão fora do capitalismo adiantado na Europa Ocidental e na América do Norte.

¹⁶ Preferimos retirar, por recorte teórico, espacial e metodológico, a análise do programa de transição que recai sobre países em contexto fascista e stalinista (Estado Operário Degenerado), por entender que essas duas conjunturas não são aplicáveis, na atualidade (Século XXI), à conjuntura da Argentina kirchnerista.

¹⁷ Estruturas socioeconômicas (etapas) para transição ao socialismo: feudalismo – capitalismo pré-industrial – capitalismo industrial.

Mas o que seria essa ferramenta teórica para a revolução proletária socialista, denominada de revolução permanente? Para elaborar a Teoria da Revolução Permanente, Trotsky (1929) resgatou Marx, para quem revolução permanente é aquela que não se concilia com nenhuma forma de dominação de classe, não se detém no estágio democrático-nacional e passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação do capitalismo, em âmbito nacional, e contra o imperialismo, em âmbito internacional, uma revolução em que cada etapa está contida em germe na etapa precedente e só termina com a liquidação total da sociedade de classes.

A revolução permanente, cuja elaboração foi iniciada por Trotsky, em 1905, e retomada em 1928, refere, em linhas gerais, que a desigualdade na evolução econômica e política entre os países é uma lei absoluta do capitalismo. Assim, o triunfo do proletariado – como classe autônoma – e do socialismo – como forma-estágio social, econômica e política que supera o capitalismo - ocorrerá de maneira diferente (espacial e temporalmente) pelos diferentes países. Será contínua, primeiramente, em âmbito nacional, em que as massas oprimidas da cidade e do campo, sob a liderança do proletariado organizado, reúne-se, e o proletariado sobe ao poder¹⁸ abrindo a possibilidade, inicialmente, de uma revolução democrática¹⁹ para, depois, uma revolução socialista.

De início, compreende o problema da “supressão do absolutismo e da servidão quando os haja” (SACHETTA, 1947, p.17), seguindo da passagem da revolução democrática para a revolução socialista (superação do Estado Nacional liberal burguês, que não é democrático, pois não se pode distinguir democracia de socialismo, porquanto ambas andam juntas).

O cumprimento das tarefas democráticas, proposto [nos] países burgueses atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisto consistia a ideia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que para os países atrasados, o caminho para a democracia passa a ditadura do proletariado [...] a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Dessa maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade. (TROTSKY, 1929, p.5).

¹⁸ Através de insurreição violenta contra o Estado e a burguesia locais.

¹⁹ Democrática, no sentido de ser plural quanto a sua composição social de classes (proletariado industrial, operariado rural, camponeses e setores da pequena burguesia, como artesãos e comerciantes liberais) e na perspectiva de realizar as tarefas burguesas, como a revolução agrária e a democrática, não realizadas.

Assim, para os países de desenvolvimento capitalista-burguês atrasado (países coloniais e semicoloniais), a Teoria da Revolução Permanente significava que a solução de suas tarefas nacional e democrática só ocorreria via ditadura do proletariado, que assume a direção nacional e de suas massas camponesas²⁰ (massas oprimidas da cidade e do campo), o que se denominou de ditadura do proletariado apoiada pelos camponeses. Isso significa que a vitória da revolução democrática só será concebível por meio da ditadura do proletariado, apoiada em sua aliança com os camponeses e os setores da pequena burguesia destinada, em primeiro lugar, a resolver as tarefas da revolução democrática. Para Trotsky (1929), o papel decisivo da transformação agrária e, por conseguinte, da revolução democrática, só poderia ser feita no curso da luta contra a burguesia liberal, pelos esforços conjugados dos operários e dos camponeses que serviriam, conseqüentemente, para melhorar as condições para a revolução socialista.

No curso do seu desenvolvimento, por isso o caráter ininterrupto, a revolução democrática se transforma diretamente em revolução socialista na extinção do direito burguês de propriedade (TROTSKY, 1929).

Posterior à realização do programa de transição, a Teoria da Revolução Permanente caracteriza a própria revolução socialista:

Durante um período, cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua. A sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar. Cada fase de reconstrução decorre diretamente da precedente. Os acontecimentos que se desenrolam guardam, necessariamente, caráter político, dado que assumem a forma de choques entre os diferentes grupos da sociedade em transformação. As explosões da guerra civil e das guerras externas se alternam com os períodos de reformas ‘pacíficas’. As profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se, formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexa que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista (TROTSKY, 1929, p.5).

A citação acima caracteriza o caráter permanente da revolução, em que a conquista do poder pelo proletariado apenas inaugura a revolução, que enxerga a construção socialista baseada na luta de classe em escala nacional e internacional, independentemente de se ela

²⁰ O papel do campesinato, nesse momento, deve ser de auxiliar o proletariado a resolver os problemas agrários e nacionais, que denota o caráter democrático do processo revolucionário. Por ser maioria da população dos países atrasados, o campesinato não pode ficar à parte no processo de luta de classes e, em aliança com o proletariado, realizará uma luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal. O campesinato não pode ter papel dirigente, tampouco independente nesse processo revolucionário.

começa em países de capitalismo desenvolvido ou atrasado. O programa socialista caracteriza-se, aqui, de maneira breve, como controle estatal e da produção econômica pelo proletariado, apoiado pelas, até então, classes oprimidas e pela substituição da política, da economia e da ideologia, próprias do capital, por outras de forma e conteúdo totalmente diferentes. O controle operário da economia deve estar elaborado em um plano econômico planejado que deve se dar sobre os bancos, a indústria pesada e os transportes centralizados em áreas-chave.

O programa socialista da expropriação, isto é, da derrubada política da burguesia e da liquidação de seu domínio econômico, não deve, de nenhuma maneira, impedir-nos, no presente período de transição, de reivindicar, apresentando-se a ocasião, a expropriação de certos ramos da indústria entre os mais importantes para a existência nacional ou de certos grupos da burguesia entre os mais parasitários [...] é necessário fundir todos os bancos numa instituição única. Somente a expropriação dos bancos privados e a concentração de todo o sistema de crédito nas mãos do Estado colocarão à disposição desse os meios reais necessários, quer dizer, materiais e não apenas fictícios e burocráticos, para a planificação econômica (TROTSKY, 1936, p.8).

A Teoria da Revolução Permanente requer a defesa do caráter internacional da revolução socialista, que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. Para Trotsky (1929), as forças produtivas do capital têm caráter transnacional, logo, a revolução socialista não pode restringir-se ao âmbito nacional, onde ela (a revolução proletária) se deflagra. Também deve proteger as conquistas obtidas pelos trabalhadores dos países que ainda estão vivendo sob a égide do capital. Trotsky (1929) defende que os diferentes países chegarão ao socialismo em ritmos diferentes. Em determinadas circunstâncias, certos países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado antes dos países avançados, mas só depois desses chegarão eles ao socialismo.

Um país atrasado, colonial ou semicolonial, cujo proletariado não esteja bastante preparado para conduzir o campesinato e conquistar o poder é, por isso mesmo, incapaz de levar a bom termo sua revolução democrática. Por outro lado, num país em que o proletariado chegue ao poder em virtude de uma revolução democrática, o destino ulterior da ditadura e do socialismo dependerá, afinal, menos das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional. (TROTSKY, 1929, p.13).

2.2.1 Os papéis das classes sociais²¹ no programa de transição e na Revolução Permanente

Todas as frações do proletariado e todas as camadas, profissões e grupos devem ser levados ao movimento revolucionário socialista sob a liderança do movimento proletário revolucionário internacional. Na luta pelas reivindicações parciais e transitórias, os operários precisam de organizações de massas, sobretudo, dos sindicatos. É dever das organizações operárias revolucionárias lutarem contra a burocracia reformista no interior dos sindicatos. “O sindicato não é um fim em si, mas somente um dos meios da marcha para a revolução proletária” (TROTSKY, 1936, p.5).

O papel dos sindicatos, segundo a IV Internacional (que representa o partido da revolução mundial) propõe que, em virtude de suas tarefas, de sua composição e do caráter de seu recrutamento, os sindicatos não podem substituir o partido. A edificação de partidos revolucionários em cada país, seções da IV Internacional, é uma das tarefas primordiais na transição. O campesinato é outra classe, diferente do operariado rural, “é a pequena-burguesia do campo. [...] É por isso que a tarefa política do proletariado industrial consiste em fazer penetrar a luta de classes no campo. Somente assim poderá separar seus aliados de seus inimigos.” (TROTSKY, 1936, p.11).

Por fim, Trotsky (1936) fala sobre em que moldes esse pacto deve ser formado entre as classes exploradas sob a liderança do proletariado industrial urbano e em conformidade com a perspectiva da revolução socialista:

A aliança que o proletariado propõe, não às ‘classes médias’ em geral, mas às camadas exploradas da cidade e do campo, contra todos os exploradores, incluindo os exploradores ‘médios’, não pode ser fundamentada sobre a coação, mas somente sobre um acordo voluntário, que deve ser consolidado em um ‘pacto’ especial. Esse ‘pacto’ é, precisamente, o programa das reivindicações transitórias, livremente aceito pelas duas partes. (TROTSKY, 1936, p.12).

Assim, o trotskismo (IV Internacional e suas seções partidárias e sindicais), em suas diferentes frações, opõe-se aos stalinistas, aos socialdemocratas, aos liberais burgueses e aos fascistas e não procura unir-se a grupos de linha política a que se opõe em nenhuma das frentes populares existentes. “Sua tarefa é de acabar com a dominação capitalista. Sua finalidade é o socialismo. Seu método é a revolução proletária” (TROTSKY, 1936, p.27).

²¹ Não destacamos aqui os papéis de outras classes a que Trotsky faz menção no texto *O Programa de Transição* (1936). São eles: os comitês de fábrica e a pequena burguesia.

2.2.2 Como ser revolucionário sem revolução? As táticas políticas para esse período

Neste item, abordaremos as táticas políticas trotskistas para períodos de aparente refluxo do movimento internacionalista revolucionário ou do acúmulo de suas forças. Destacaremos as referidas táticas, conhecidas como *entrismo* e *centrismo*, quando uma situação é revolucionária, e *frentes*, que servem, em nossa opinião, para que possamos entender as ações políticas dos partidos trotskistas nesses períodos, mas não apenas neles.

Na perspectiva de Trotsky (1935), o *entrismo*, no Partido Socialista Francês, também chamado de giro francês, foi uma tática defensiva que objetivava conter o avanço fascista que se alastrava pela Europa Ocidental e expandir os quadros trotskistas entre os militantes no interior do Partido Socialista Francês, que simpatizavam com o Marxismo e a revolução e com a ideia de criar uma IV Internacional, na tentativa de fazer com que a tática trotskista, no interior do Partido Socialista Francês, desse uma guinada à sua esquerda revolucionária e socialista. Esse espaço também foi usado devido à pouca inserção da liga dos comunistas²² no início da década de 1930 no cenário do movimento de massas.

Na perspectiva de Pablo²³, década de 1950, em “seu” *entrismo sui generis*, os trotskistas deveriam entrar em partidos de massas social-democratas, estalinistas, ou nos partidos populistas anti-imperialistas da periferia capitalista para defender a participação dos trotskistas em agremiações partidárias com vínculos com o proletariado. Essas agremiações eram adversárias e lhes faziam perseguição política com frequência. “O *entrismo* de longa duração iniciado em 1952 foi apresentado como o meio, em período de refluxo do movimento revolucionário, para continuar em contacto com o movimento real” (BENSAID, 2008, p.102).

A razão principal para a tática *entrista*, na perspectiva de Trotsky ou de Pablo, seria a de se integrar no movimento real das massas. Ela estaria condicionada a uma revolução iminente, que levaria os partidos stalinistas e socialdemocratas a se esquerdizarem e a defenderem relações sociais não capitalistas. “Esse *entrismo* nos partidos de massa não tem por fim a sua transformação ilusória em partidos revolucionários, mas favorecer o desenvolvimento de tendências críticas no seu seio” (BENSAID, 2008, p.93). Para Trotsky, era uma tática de curto prazo (BENSAID, 2008), para Pablo, de longo prazo. O uso dessa tática é possível quando “uma orientação *entrista* é concebível em condições de repressão ou

²² Secção da Oposição de Esquerda Internacional.

²³ Pablo: Miguel Reptis (Michel Pablo), secretário geral da Secretaria Unificada da IV Internacional.

quando o controle hegemônico de aparelhos reformistas condena uma organização independente a uma vida propagandística vegetativa, vigiada pela necrose sectária” (BENSAID, 2008, p.105). Assim, entende-se que o entrismo é uma tática defensiva, que serve para defender os direitos conquistados nos regimes políticos burgueses, vislumbrando um programa ou estratégia caracterizada pelo socialismo.

Bensaid (2008, p.102) coloca que o dilema da tática entrista, para os partidos revolucionários, seria de “pertencer a uma corrente oposicionista num grande partido ou o compromisso de construção de uma pequena organização independente”. Segundo Trotsky (1930), o *centrismo* é uma das três tendências (posições políticas) que o movimento operário pode assumir perante uma situação objetiva sob o regime imperialista da burguesia tanto em campo político-partidário quanto sindical. As outras duas são o reformismo²⁴ e o comunismo. Trotsky (1930, p.6) entende que “o centrismo sempre muda de posição: oscila à esquerda e ao comunismo, ou à direita e ao reformismo”. Assim, as duas correntes fundamentais da classe operária mundial são o social-imperialismo, de um lado, e o comunismo revolucionário, de outro.

Trotsky (1930) crítica o centrismo, porque,

enquanto o comunismo é o porta-voz da classe operária e o reformismo representa os interesses da cúpula privilegiada da mesma, o centrismo reflete o processo transicional no interior do proletariado, as distintas ondas dentro de suas distintas camadas e as dificuldades que estorvam o avanço a posições revolucionárias definitivas. [...] Por sua parte, as massas jamais permanecem muito tempo nessa etapa transicional: unem-se conjuntamente aos centristas e logo avançam para unir-se aos comunistas ou voltam aos reformistas, a não ser que caíam, por um tempo, na indiferença (TROTSKY, 1930, p.3).

Trotsky escreve sobre o centrismo no contexto do fim da década de 1920 com forte teor de oposição ao stalinismo e criticando parte do movimento operário por sua falta de autonomia e de independência política diante desse governo, assim como pelo afastamento da perspectiva socialista que essa tática provoca. Ele mantém a defesa do comunismo como objetivo maior e definitivo do movimento operário e condiciona a realização desse objetivo por parte desse movimento à sua organização em unidade política, à tomada de consciência de classe e à fidelidade ao programa de revolução socialista.

²⁴ Reformismo como corrente que emerge dos extratos superiores (diretivos) e privilegiados do proletariado (sua “aristocracia e burocracia”) e reflete os interesses desse extrato poderoso – especialmente, no tocante à direção dos interesses operários nas negociações sindicais com patrões e governos – com mentalidade, na maioria dos casos, pequeno-burguesa. Os mais elevados elementos do reformismo chegam ao poder e ao bem-estar, pela via parlamentar burguesa (TROTSKY, 1930).

Enquanto durar o capitalismo, que impõe diversos danos ao proletariado, não se pode esperar que desapareçam as diferenças entre o partido – produto da seleção ideológica – e a classe – produto automático do processo de produção. “Apenas depois da vitória do proletariado – caracterizada por um autêntico renascimento econômico e cultural das massas, isto é, pelo processo de liquidação das classes – o partido poderá dissolver-se pouco a pouco nas massas trabalhadoras até que, tal qual o estado, desaparecerá” (TROTSKY, 1930, p.3).

Como “enxergar” *uma situação (conjuntura) revolucionária*? Para Trotsky (1931), só é possível haver uma situação revolucionária quando estiverem unidas (interlaçadas) condições econômico-sociais e políticas favoráveis a uma insurreição revolucionária. Não pode haver apenas uma das duas, pois isso resultaria em insucesso ou incompletude para a revolução proletária.

As condições econômicas e sociais de uma situação revolucionária²⁵ se dão, em geral, quando as forças produtivas de um país estão em decadência; quando diminui sistematicamente o peso do país capitalista no mercado mundial, e os recursos das classes também se reduzem sistematicamente; e quando o desemprego é regular e elevado, o que já não é simplesmente consequência de uma flutuação conjuntural, mas um mal social permanente. Quanto às condições políticas de uma situação revolucionária, devem ter partido proletário revolucionário independente, política (governo) e economicamente (burguesia), e consciência de classe, sobretudo por parte do proletariado.

De acordo com Trotsky (1930, p.2), “a situação revolucionária somente existe quando as condições econômicas e sociais que permitem a revolução provocam mudanças bruscas na consciência da sociedade e de suas diferentes classes”. A mudança a que o pensador marxista se refere é a de mentalidade das classes sociais no capitalismo – burguesia, classe média e proletariado – que transformará também a estrutura social em sua totalidade. Essa mudança de mentalidade acontece, segundo Trotsky (1931), com o aumento da intensidade dos sentimentos revolucionários das massas (critério de maturidade da situação revolucionária), que ocorre a partir da tomada de consciência de classe – exploração e opressão – oriunda de ações políticas do proletariado. Posterior à etapa de consciência de classe e ação política organizada por parte do proletariado, Trotsky (1931) refere que é preciso haver mudança de mentalidade também nas outras classes, para que ocorra o sucesso da revolução. As ideias e os sentimentos políticos da classe média devem convergir, em grande medida, com o proletariado, na perspectiva de fazer uma mudança radical na

²⁵ Trotsky analisa a Inglaterra do início da década de 1930.

sociedade (e não, uma mudança contrarrevolucionária, fascista), e a burguesia deveria transformar sua mentalidade, pois a inerente ameaça revolucionária acarretaria, no interior da classe dominante burguesa, seu fracionamento, o que, conseqüentemente, provocaria sua desintegração.

Sobre a assimetria, Trotsky (1931) ressalta que as condições de uma situação revolucionária se desenvolvem, principalmente, quanto às irregulares condições políticas. O autor e foca, especificamente, a maturação vagarosa do Partido Revolucionário do Proletário e como essa condição compromete o desenvolvimento das condições concretas de manifestação de situação revolucionária, apesar de não impedi-la. Como o partido revolucionário do proletariado é responsável pela luta e pela organização política dos trabalhadores, o atraso do seu desenvolvimento acaba atrasando também suas condições políticas. Porém, como já ressaltamos, atrasa, mas não impede. Trotsky (1931) lembra o exemplo da Alemanha de 1923 e afirma que pode ocorrer uma situação revolucionária sem o amadurecimento do partido revolucionário do proletariado. Também (1931) alerta para a dificuldade de antever quando uma situação revolucionária está madura, mas não precisa o tempo para tal acontecimento e indica um contexto em que ela se manifesta:

O partido revolucionário apenas pode descobri-lo através da luta pelo crescimento de suas forças e influência sobre as massas, sobre os camponeses e a pequena burguesia das cidades etc.; e pelo debilitamento da resistência das classes dominantes (TROTSKY, 1931, p.3).

As formulações táticas das organizações comunistas internacionais, conhecidas como *Frentes*, ganharam força como respostas às conjunturas que surgiram depois do final da Primeira Guerra Mundial e no contexto do nazi-fascismo na década de 1930.

A ideia de Frentes surgiu com Trotsky, nos acontecimentos que antecederam 1905, quando o revolucionário russo ressaltou que era preciso superar o atraso feudal por meio de uma revolução burguesa para, só depois, iniciar um processo de revolução socialista. Para Trotsky, a revolução burguesa não poderia ser uma reforma liberal e constitucional pertencente apenas à burguesia, por isso cabia ao partido proletário o papel de ala de esquerda da frente democrática, para sustentar a burguesia contra a reação das forças feudais e, ao mesmo tempo, defender os interesses do proletariado contra a burguesia. Nesse contexto, a ideia de Frentes, a princípio, surgiu da necessidade de superar o atraso feudal e de abrir caminho para a revolução burguesa.

A *Frente Popular*, pensada como uma coalizão do proletariado com a burguesia e outros setores, está ambientada, principalmente, em âmbito governamental nacional²⁶. Nos países coloniais e semicoloniais, essas frentes populares ampliavam-se para frentes nacionais. Na frente popular, o partido burguês, sobretudo sua ala da esquerda, tem prevalência sobre o partido proletário e se confronta com o movimento de massas que se encontra desprivilegiado na Frente Popular. A análise trotskista sobre a frente popular é de que ela era produto da crise de direção revolucionária do movimento operário e tinha caráter contrarrevolucionário, que desmobilizava as organizações trabalhistas nos diferentes âmbitos sociais.

A defesa da tática de Frentes de Trotsky (1936) ressaltava a necessidade política de uma *Frente Única Operária*, oposta à colaboração com os partidos burgueses (Programa da IV Internacional), hostil à formação de Frentes entre organizações proletárias e burguesas (as frentes populares) e seu caráter pluriclassista. “As ‘Frentes Populares’, de um lado, e o fascismo de outro, são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária” (TROTSKY, 1936, p.2).

Trotsky era crítico das frentes populares e afirmava que “uma das tarefas da política das frentes populares e da ‘defesa nacional’ é transformar centenas de milhões de homens da população colonial em carne de canhão para o imperialismo ‘democrático’” (TROTSKY, 1936, p.19). A frente única, como tática para intervir na luta de classes, consiste na unidade da classe trabalhadora para enfrentar a burguesia.

Advertimos, por fim, sobre o perigo da cisão para essas organizações (BENSAID, 2008), um aspecto bastante regular nas discussões sobre trotskismo. Primeiro, dividir-se não sobre questões de princípios, mas sobre divergências de táticas passageiras, e o perigo de antecipar as consequências práticas de uma controvérsia teórica e, finalmente, a valorização das relações entre uma organização internacional e as secções nacionais: “A função de uma organização internacional é de adotar uma posição comum face aos grandes acontecimentos mundiais (sem esconder a existência inevitável de posições minoritárias eventuais) e de deixar às secções a mais ampla autonomia na condução da sua política nacional” (BENSAID, 2008, p.95).

²⁶ Citamos como exemplo a Guerra Civil espanhola, entre 1936 e 1939, em que Trotsky fazia advertências em relação à formação de uma frente popular entre operários e camponeses com a burguesia dirigindo-a, e que, nesse caso, obstaculizam a emancipação das classes oprimidas. Também o fato de o contexto da França de 1935 a 1936 poder ser utilizado nas explicações sobre frentes populares.

2.2.3 Conclusões do capítulo: a especificidade argentina com base nas categorias trotskistas

Para entender o desenvolvimento das ações dos partidos marxistas trotskistas argentinos (PTS, PO e IS), é necessário, primeiro, fazer uma análise da conjuntura na última década (social, política e econômica) da Argentina kirchnerista e, depois, observar como as ações desses partidos refletem em sua matriz teórico-política que eles reivindicam. De acordo com Panebianco (2005), a ideologia de cada partido é o melhor indicador dos seus objetivos. Assim, partimos desse pressuposto para estudar os partidos trotskistas argentinos.

A teoria da revolução permanente serve para analisar a conjuntura da Argentina kirchnerista – em que fase ela se encontra – como também para analisar e avaliar as ações dos partidos sob o prisma dessa perspectiva. O programa de transição e as táticas políticas marxista-trotskistas apresentadas até aqui contribuem para que se compreendam as tarefas que serão realizadas pela revolução proletária socialista, capitaneada pelos partidos de representação operária (PTS, PO e IS), e como eles estão buscando fazê-las. Aplicaremos as categorias analíticas para explicar o momento político da Argentina kirchnerista neste Século XXI, com o intuito de propor que ela seja localizada em um contexto que a teoria trotskista permite.

A partir da categorização da Argentina kirchnerista, investigamos se as ações dos partidos trotskistas acompanham a perspectiva teórica trotskista, se de maneira integral ou parcial, onde é insuficiente etc. Analisamos as ações políticas dos partidos trotskistas argentinos (PTS, PO e IS), à luz das categorias políticas apresentadas até aqui, dentre as quais, destacamos: a revolução permanente, o programa de transição, a frente única, o entrismo, quando uma situação é revolucionária, e as greves sindicais, assim como a crítica e a oposição às táticas políticas, como: as frentes populares pluriclassistas; o centrismo; o sectarismo e o reformismo socialdemocrata.

Ressaltamos que é imprescindível demarcar uma etapa de confronto com o imperialismo de uma etapa de construção do socialismo, para analisarmos as organizações partidárias trotskistas argentinas.

Assim, fechamos o capítulo teórico com questões dos partidos políticos e de esquerda marxista trotskista argentino, que abrangem dois pontos fundamentais: a real definição ideológica e sua correspondente realização e a persuasão da população quanto à eficácia dessa premissa. Isso quer dizer que usaremos o arcabouço teórico marxista-leninista em relação aos partidos políticos, assim como as categorias analíticas trotskistas apresentadas,

para analisar a conjuntura argentina kirchnerista e as ações dos partidos políticos PTS, PO e IS.

3 CONJUNTURA: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS

3.1 CONTEXTO POLÍTICO QUE ANTECEDE OS GOVERNOS CONSIDERADOS DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

A chegada aos governos nacionais latino-americanos, no fim do Século XX e principalmente início da primeira década do Século XXI, de atores políticos que se colocam enquanto identificados no campo político da esquerda²⁷, pode ser compreendida de maneira conjunta, como parte de um mesmo processo e fenômeno histórico.

O contexto caracterizado como Pós-guerra fria²⁸, a desintegração do chamado “socialismo real” e do bloco soviético²⁹, o fortalecimento global e regional do modelo econômico neoliberal, como resposta à crise global do Estado de Bem-Estar Social e a transição e a consolidação democrática regional com a superação de governos pautados em ditaduras militares são aspectos relevantes que forjam a ascensão desses governos na América Latina. A análise dessa conjuntura histórica, que antecedeu a chegada desses governos,

²⁷ Esquerda: O conceito de esquerda, para o Leninismo – com a revolução russa – semanticamente passa a ser usado como sinônimo do conjunto de forças e tendências que, no confronto entre capitalismo e socialismo, mostram algum grau de proximidade com o último. A Esquerda englobaria: anarquistas, comunistas, socialistas, socialdemocratas e social-liberais. O internacionalista venezuelano, Demétrio Boersner (2005), apresenta uma definição bem ampla e flexível de esquerda: a primeira característica, identificação com os interesses das classes trabalhadoras e populares, não de maneira paternalista, mas mediante lutas e pressões organizadas; segundo, compreender a democracia liberal (burguesa) como fase histórica e dialética do avanço humano, que, mesmo com seu esgotamento, criou valores como liberdade, igualdade e solidariedade que são válidos e que devem ser defendidos a todo alcance contra retrocessos autoritários e fascistas; terceiro, ampliar a democracia do âmbito político e formal para os âmbitos das relações econômicas, sociais e culturais, para que sejam regidas pelos interesses históricos das maiorias; quarto, a defesa do internacionalismo e a solidariedade entre os povos na luta por sua emancipação nacional e social, rechaçando a guerra e o armamentismo, visando à interação e à irmandade entre etnias e culturas na possibilidade de haver uma futura democracia universal; cinco, o internacionalismo da esquerda não deve excluir de modo algum os movimentos de liberação nacional dirigidos contra os casos de dominação imperial colonial. Ou seja, deve haver uma estratégia de aliança entre o socialismo e o nacionalismo anti-imperialista; por último, a esquerda deve combater movimentos populistas autoritários. Utilizamos o conceito de Boersner (2005) para identificar os governos latino-americanos (relacionados ao “giro à esquerda”) como atores políticos que, em algum grau, corroboram as posições de esquerda mencionadas.

²⁸ Guerra Fria: denominação atribuída ao período histórico de disputas e conflitos em questões sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas, bélicas e ideológicas entre os Estados Unidos e a União Soviética, que compreendeu o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, entre essas duas supramencionadas nações e suas zonas (áreas) de influência.

²⁹ Bloco do leste, ou soviético, formado na época da Guerra Fria e que contava com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e dos países aliados do centro e do leste da Europa, como Alemanha Oriental, Albânia, Hungria, Polônia e Romênia. A designação Bloco do Leste ou Bloco Soviético era utilizada para se referir ao Pacto de Varsóvia, uma aliança de cunho militar formada em 1955 pelas nações socialistas do leste da Europa e pela União Soviética. A alcunha também se referia ao Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), que tinha o objetivo de integrar economicamente os países do leste europeu. Mesmo estando geograficamente fora do grupo, nações como Coreia do Norte, Vietnã, Cuba e Mongólia eram consideradas como parte do Bloco devido à ideologia.

objetiva entender as lutas de classes e as correlações de força que oportunizaram a produção desse novo ciclo para América Latina.

O “giro à esquerda”, governos nacional-populares constituídos por atores políticos identificados com o espectro da esquerda, iniciou-se com a chegada ao governo da Venezuela com Hugo Chaves, em 1998, e se estendeu até Mauricio Funes, em El Salvador, em 2009. “Las fuerzas de izquierdas aportan así al aparato gubernativo un conjunto de dirigentes sociales, militantes y técnicos provenientes de sectores sociales desfavorecidos y marcados por su extracción de clase o por su etnia y color de piel” (GALLEGOS, 2006, p.34). Lembramos que esse “giro à esquerda” vem perdendo força desde 2013.

Assim, estruturamos o tópico da seguinte forma: primeiramente, os antecedentes históricos mais significativos que anteciparam a chegada ao poder dos governos nacional-populares na América Latina, focando na conjuntura da pré-chegada deles ao poder: o término do ciclo das ditaduras militares na região; a extinção do bloco soviético; a hegemonia neoliberal e o meio de se obter o poder - a democracia institucionalista (eleições). Na segunda parte do capítulo, apresentamos os governos denominados de esquerdistas pela Ciência Política de viés institucionalista. Posteriormente, expomos as principais propostas desses governos para a América Latina: democracia social, mudanças socioeconômicas pós-neoliberais e autodeterminação nacional. Por fim, fazemos a crítica aos governos ditos de esquerda, na América Latina, e nos referimos aos pontos: se houve a superação do neoliberalismo, se são democracias consolidadas e se são governos de esquerda mesmo ou nacional-populares.

3.1.1 Fim do bloco soviético: uma breve apresentação histórica do “socialismo real”

Com base, principalmente, em Hobsbawn³⁰, apresentamos os impactos que esse fato histórico teve e ainda persiste, em algum grau, na ação dos partidos alinhados aos ideais marxistas, como os que compõem a esquerda marxista trotskista na Argentina. O triunfo da Revolução Russa, depois de uma violenta guerra civil, estabeleceu o surgimento de um novo Estado, único, mas profundamente empobrecido (majoritariamente campesino) e atrasado, do ponto de vista tecnológico e científico e com grandes dimensões territoriais. O sistema político soviético e, conseqüentemente, o sistema político do bloco soviético, baseavam-se em

³⁰ Historiador marxista britânico, que viveu no Século XX (1917-2012). Usamos como base bibliográfica, no desenvolvimento desse tópico, sua obra, *Era dos Extremos – O breve Século XX*.

um modelo unipartidário³¹, fortemente hierarquizado e com inclinação autoritária, que monopolizava o poder do Estado – na verdade, muitas vezes, substituía o próprio Estado – operando uma economia centralmente planejada e (pelo menos em teoria) impondo a ideologia marxista-leninista aos habitantes do país. A segregação³² do campo soviético também foi uma de suas características no período da Guerra-Fria.

O período do pós-Segunda Guerra levou para a Europa a emergência do Estado socialdemocrata, assim como a expansão do Estado soviético. Enquanto o Estado soviético representa uma ruptura com a economia liberal, o Estado socialdemocrata representa um novo paradigma de reforma econômica, o Keynesianismo, sem, entretanto, vislumbrar a existência de uma ruptura com o capitalismo liberal.

Os Estados do bloco soviético que surgiram pós-45, eram controlados por partidos comunistas nos moldes stalinistas³³. O Estado e o Partido comunista sob esse modelo caracterizavam-se pelo “sistema político unipartidário com estruturas de autoridades altamente centralizadas; verdade cultural e intelectual oficialmente promulgada, determinada pela autoridade política; economias centrais planejadas pelo Estado; e, até mesmo, (...) líderes supremos de forte perfil” (HOBBSAWN, 1995, p.385). Politicamente, os Estados, surgidos ou impostos, começaram a formar um único bloco sob a liderança da URSS, e em alguns países, com influência limitada, exemplo da Iugoslávia, ou mesmo pequena, como a China.

A partir de 1956, com os ataques oficiais à era stalinista, feitos durante o XX Congresso do PCUS³⁴, iniciou-se o desmoronamento político do bloco soviético, como reflexo da morte de Stálin, em 1953, e a desestalinização na década de 1960. Os efeitos e os reflexos desse fato se espalharam por todo o campo soviético. Na Polônia, surgiu uma liderança comunista reformista. Na Hungria, uma revolução, também sob uma liderança comunista reformadora, decretou o fim do sistema unipartidário. Assim, os governos da Tchecoslováquia, da Polônia e da Hungria fizeram concessões econômicas dentro do regime soviético, entre elas, a descoletivização da agricultura. Com a pressão em torno da

³¹ Dentro do Estado de partido único, não existe sistema, porquanto é pré-requisito um sistema de interações resultante da competição interpartidária. No sistema unipartidário, a única relação existente é de caráter intrapartidário e ainda limitada (SARTORI, 1982).

³² Observamos que existe também a interpretação de autosegregação do bloco soviético.

³³ Stalinismo: termo que se refere à natureza do regime que existiu na União Soviética sob a direção de Stalin, desde os fins da década de 1920, quando ele alcançou o poder supremo, até sua morte em 1953. [...] depois das denúncias [XX Congresso do PCUS em 1956] dos crimes cometidos durante os anos em que governou a URSS, o termo stalinismo ou stalinista adquiriu uma conotação genérica e pejorativa, referindo-se a comportamentos ditatoriais, arbitrários e repressivos de pessoas e regimes de Esquerda (BOTTOMORE, 1988).

³⁴ Na segunda metade da década de 50, as principais denúncias publicadas por Krushev, no XX Congresso do PCUS em 1956, foram: os crimes cometidos pelo governo Stalin contra os soviéticos, a prática personalista e autoritária, que acarretou na ausência de democracia e violou o princípio leninista de democracia intrapartidária e gerou dogmatismo e sectarismo político, além das deformações do socialismo de concepção marxista-leninista.

descentralização política e econômica, devido à estrutura dos estados do bloco soviético, a reforma veio de cima, isto é, do comando do Partido, com um plano de ação para a flexibilização política, econômica e social. Com base nesses aspectos, ajudou a manter unido o bloco soviético pelo menos por mais vinte anos, mas não deixou de mostrar a crescente crise do modelo soviético.

O declínio do modelo socioeconômico soviético era fruto, também, da corrupção da burocracia política soviética, que se utilizava da estrutura organizacional partidária, centralizadora, monolítica e autodirigida para criar, dentro do aparato estatal, um sistema de patronato, nepotismo e suborno, que favorecia os responsáveis pelos diferentes setores da burocracia estatal soviética. Por fim, o último golpe governamental para o desmanche soviético foi a combinação da *glasnost*, que equivalia à desintegração de autoridade, com a *Perestroika*, que equivalia à destruição dos velhos mecanismos que faziam a economia funcionar, sem oferecer qualquer alternativa, o que, conseqüentemente, gerou o colapso no padrão de vida dos cidadãos, aspectos do governo Gorbachev.

No fim de 1989, a desintegração econômica contribuiu para a desintegração política. Com o fim dos planos econômicos e das ordens políticas vindas do centro do Partido Comunista, o esgotamento do modelo soviético, em 1991, teve seu ponto crucial com a separação definitiva das repúblicas socialistas soviéticas, em curso desde 1989 (HOBBSAWN, 1995). A Rússia soviética, denominação de Hobsbawn, enxergava o capitalismo mundial como um inimigo a ser derrubado pela revolução mundial do comunismo. Essa revolução nunca aconteceu, e a Rússia soviética foi isolada, cercada por um mundo capitalista, onde a maioria dos governos ocidentais queria impedir o estabelecimento do sistema socialista. Isso significa que diversas contradições surgem do socialismo real, divergente do socialismo objetivado por Marx. Aspectos como autoritarismo estatal, culto à personalidade do líder, ortodoxia e liderança do Partido Comunista transformam a Rússia Soviética em um estado policial e autoritário, diferentemente do socialismo vislumbrado.

O término da experiência soviética, marcada pelo stalinismo, e a degeneração da revolução de outubro de 1917, o qual se caracterizou como um sistema político unipartidário, com estruturas de autoridades altamente centralizadas, verdade cultural e intelectual oficialmente promulgada determinada pela autoridade política e economias centrais planejadas pelo Estado foram o principal espólio com que tiveram que lidar os partidos de esquerda do pós-Guerra Fria.

Assim, os partidos políticos que chegaram ao poder na América Latina, no início do Século XXI, destacam o valor da democracia liberal-institucional como um regime político a

ser (per) seguido, afasta-se do centralismo democrático que foi degenerado como forma de organização política, para citar dois exemplos da experiência soviética que impactou a esquerda que chegou ao poder na América Latina. O Estado burocrático degenerado soviético, ao seu fim, trouxe para as organizações marxistas (socialistas e comunistas) o ônus de serem identificadas pejorativamente com o modelo soviético de política. Esse simbolismo afetou a conscientização dos trabalhadores e das massas e o avanço da perspectiva de ruptura com o sistema capitalista.

3.1.2 Ditaduras (Governos) Militares na América Latina no Século XX

Neste tópico, tecemos algumas considerações sobre o fenômeno histórico das Ditaduras Militares na América Latina, a conjuntura histórica (espaço e tempo), as características fundamentais, os atores políticos envolvidos e seus respectivos papéis, a cronologia dos regimes militares, com sua ascensão e queda, e os impactos e os efeitos da ditadura (neste caso, sobre a esquerda e o marxismo latino-americano). Não pretendemos entrar nas particularidades temporais do período militar que existem – dividindo o período militar em fases – tampouco nas especificidades espaciais de cada um dos países que sofreram intervenção militar. Nosso intuito é de apresentar um panorama desse fenômeno histórico (político e social), que exerceu e ainda exerce influência sobre a ação dos partidos de esquerda na América Latina.

Apresentamos, predominantemente de forma descritiva, os significados ideológicos e políticos dos governos ditatoriais na América Latina, como parte de um processo (fenômeno) em que ele estava imerso – a guerra fria – e os aspectos que cercavam este último: os Estados Unidos como potência imperialista, o “medo” do comunismo, a divisão do mundo em zonas de influência, que afetaria a América Latina, com a doutrina norte-americana de “segurança e defesa continental”, entre outros pontos.

Ao analisar o fenômeno histórico dos governos ditatoriais militares (que também contaram com a colaboração de civis) de forma homogênea, focado em aspectos gerais, regulares e em traços comuns dos regimes militares latino-americanos, destacamos que essa é uma escolha metodológica e teórica que visa ater-se de maneira breve e panorâmica, porém, sem subtrair ou “pular” a importância desse fenômeno histórico e cultural – o autoritarismo é parte da identidade da formação política dos países latino-americanos – enraizado na cultura política latino-americana. Ressaltamos, também, que a escolha por analisar homogeneamente o supramencionado fenômeno, em hipótese alguma, visa substituir ou refutar a importância

dos aspectos heterogêneos (sejam espaciais, sejam temporais) que o referido fenômeno permite, mas analisar, de maneira compacta e com base referencial nos autores marxistas Erick Hobsbawn (1995) e Osvaldo Coggiola (2001), os seguintes pontos: a influência dos sucessivos governos norte-americanos³⁵ em colaboração com o golpe e com os governos militares; os regimes repressivos, entreguistas e colaboracionistas latino-americanos; a dissolução das instituições representativas; a falência ou crise dos regimes políticos democráticos³⁶ e dos partidos políticos tradicionais; a militarização da vida política e social em geral; o aumento do poderio econômico, social e político da instituição militar; o Estado Militar como principal guardião do capital internacional e defensor da restauração econômica, que significava um programa de desenvolvimento baseado na “livre iniciativa”, e no âmbito político, a defesa contra a “ofensiva” do comunismo internacional; por fim, a resistência dos grupos sociais às ditaduras militares. São esses os principais traços comuns do regime militar instaurado em diversos e diferentes países da América Latina dos anos de 1960 até os de 1980.

No ensaio “Balanço e perspectivas” (1906), em que Leon Trotsky analisou a Rússia czarista, ele destacou a importância dos fatores externos como deflagradores de determinados processos políticos e sociais num dado país. Influências semelhantes também ocorreram em diversos episódios marcantes da história política da América Latina. A ditadura militar é um exemplo aplicado dessa perspectiva.

Como fenômeno, a ditadura militar foi um processo social (inseridas aqui questões políticas, econômicas, culturais e ideológicas) registrado em várias partes do mundo simultaneamente. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a sociedade global entrou em uma nova fase de tensões, conhecida como Guerra Fria. Esse período histórico caracterizou-se pela rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética – países que saíram fortalecidos quando terminasse Segunda Guerra. Os Estados Unidos se estabeleceram como líderes de um chamado “bloco capitalista”, constituído de países que adotaram esse sistema politicoeconômico. Em oposição, a União Soviética liderava um bloco de países ditos socialistas. Cada uma dessas potências considerava-se defensora desses sistemas.

³⁵ “Motivações” para auxiliar o governo norte-americano com as ditaduras militares latino-americanas: I. A tensão internacional entre os Estados Unidos e a União Soviética impulsionou os primeiros a colaborar com os regimes de exceção latino-americanos, pois temiam perder sua zona de influência na região. A defesa da supressão da democracia como “necessária” para conter o avanço do comunismo na região; II. Fornecimento por parte do Governo norte-americano de aparato logístico, material e militar para o golpe e sua manutenção.

³⁶ Para Weffort (1992), nunca houve uma democracia de fato e ampla na América do Sul, mesmo antes dos regimes militares dos anos 1960, 1970 e 1980.

Sobre a paranoia anticomunista, existia uma ameaça, de fato e iminente, comunista? É possível questionar o quanto de realidade havia nessa “ameaça soviética”. A estratégia da ameaça externa aos Estados Unidos era conveniente para os governos norte-americanos. Se a América não estava segura, essa falta de segurança também ameaçava os demais aliados, principalmente os europeus, fragilizados pelo cenário da própria guerra. Os EUA consideravam que não podiam abandonar a responsabilidade de liderar os países “democráticos” contra a “ameaça comunista³⁷”, considerada uma ameaça ao próprio capitalismo. Por outro lado, essa liderança lhes permitiria usufruir de todos os benefícios consequentes, portanto não havia perigo verdadeiro de uma conspiração comunista mundial (HOBSBAWM, 1995).

Devido à proximidade geográfica, a América Latina ficou à mercê da influência dos Estados Unidos, dentro do que havia sido estabelecido na Conferência de Yalta³⁸. Mas isso não quer dizer que todos os países latino-americanos assim procederam, e apesar de as forças repressivas norte-americanas trabalharem abertamente contra qualquer governo hostil aos seus interesses, as forças sociais dos países latino-americanos não deixaram de buscar novas soluções para escapar da dominação imperialista.

O primeiro exemplo dessa contraofensiva golpista foi Cuba, que ousou se emancipar dos Estados Unidos. Assim como os demais países da América Latina, esse país tem um histórico de dependência colonial e exploração – primeiro, do imperialismo europeu, e depois, do imperialismo norte-americano. Durante a primeira metade do Século XX, a influência dos Estados Unidos na ilha caribenha foi extremamente notada, através de governos “fantoche”³⁹ dos norte-americanos. Nesse contexto, os Estados Unidos adotaram a doutrina da contrainsurreição: em aliança com a maioria dos governantes dos países da América Latina, iniciaram e desenvolveram um programa sistemático de militarização do poder político, sob o pretexto de atender aos legítimos desejos de modernização das forças de segurança (IANNI, 1988). Isso quer dizer que, com a desculpa de estarem promovendo melhorias na segurança

³⁷ Exemplos de ações anticomunistas por parte dos governos norte-americanos: no campo econômico, o plano Marshall (1947); na arena militar, a criação da OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o desenvolvimento de armas atômicas (1949); na política, a doutrina Truman (1947) e o Macarthismo (1950). Entretanto, destacamos que o anticomunismo não surgiu na situação posterior à Segunda Guerra Mundial, ele existiu desde que o Socialismo se apresentou como fundamento teórico de organizações políticas ligadas à classe operária e aos trabalhadores em geral. Aprofundou-se com a revolução de outubro, na Rússia, e com o estabelecimento do regime soviético ali (SODRÉ, 1984). Também ganhou uma dimensão amplificada com o advento da Guerra Fria.

³⁸ Conferência de Yalta: ocorrida em 1945, ao término da Segunda Guerra Mundial, simbolizava “repartição ou partilha do mundo” entre os Estados Unidos (Roosevelt), a Inglaterra (Churchil) e a URSS (Stálin).

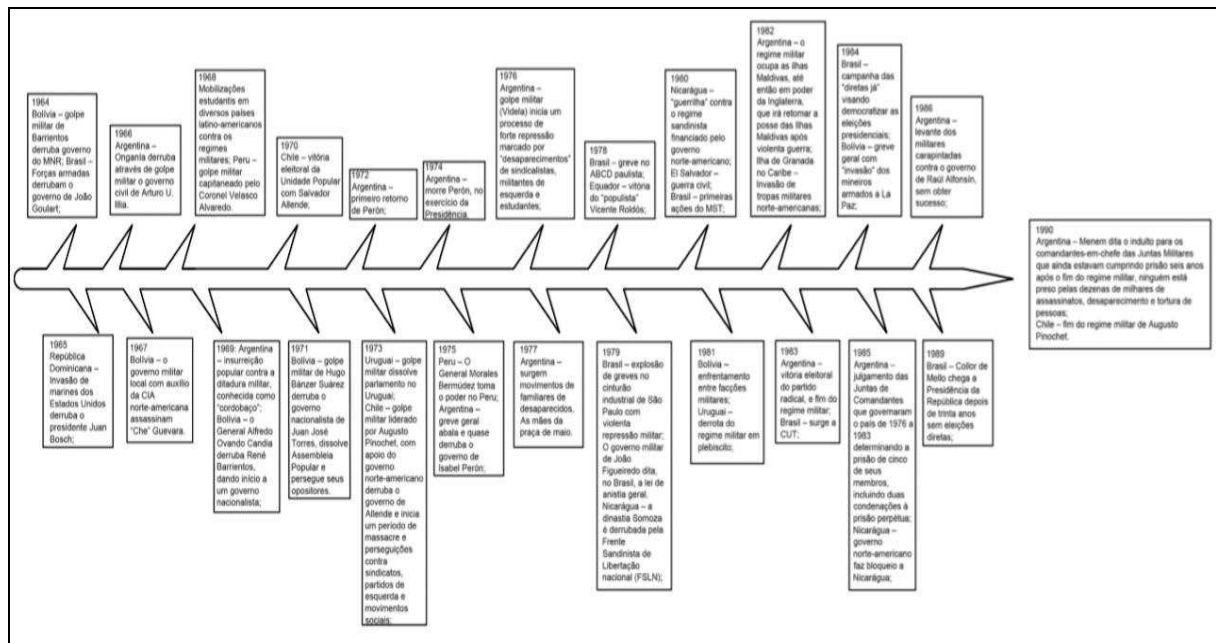
³⁹ Exemplo de governo do tipo “fantoche”, subordinado às diretrizes norte-americanas, foi o de Fulgêncio Batista, que antecedeu a revolução cubana em 1959.

interna dos países, os Estados Unidos forneciam armamento, recursos financeiros e conhecimento técnico às forças antirrevolucionárias.

Os norte-americanos fizeram um tipo de intervenção indireta nos países da América Latina, ou seja, os norte-americanos trabalhavam em conjunto com as forças mais reacionárias do país em questão. O Chile é um exemplo disso: em 1970, Salvador Allende foi eleito presidente pela coligação Unidade Popular, formada pelos partidos Socialista, Comunista e Radical (socialdemocrata) e mais três grupos de esquerda (ROSSI, 1987). Isso era inadmissível aos olhos dos Estados Unidos, que acabaram por financiar uma conspiração contra o governo de Allende, o que culminou em seu assassinato, durante o golpe militar encabeçado pelo General Pinochet (1973). No Brasil, esse tipo de política norte-americana também foi aplicado entre outros países, como abordaremos no tópico seguinte.

Observamos que o espaço abaixo é destinado à linha do tempo dos marcos históricos do período militar na América Latina.

Figura 1 - Cronologia: marcos históricos do período militar na América Latina



Fonte: Coggiola (2001)

O ciclo golpista latino-americano, emergido nos anos 1960, é um fenômeno novo, pois demarcaria a passagem do caudilhismo militar, típico das ditaduras latino-americanas da primeira metade do Século XX, que assumiam o poder por meio de um líder, e não, de uma instituição para o domínio institucional das forças armadas "juntas" militares (COGGIOLA, 2001).

As principais tarefas das ditaduras militares eram de restaurar a ordem econômica e financeira e “frear o bolsão comunista” contrário aos interesses norte-americanos nos países latino-americanos⁴⁰. Apresentaremos por área (política, justiça, sociedade e trabalho) algumas dessas ações dos governos militares. Eventualmente usamos os países latino-americanos para exemplificar e caracterizar como elas se manifestaram.

A criação de dispositivos formais autoritários, em substituição aos mecanismos legais democráticos institucionais, foi característica dos governos militares latino-americanos. Exemplos desses dispositivos são os atos institucionais ocorridos no Brasil, sob a vigência do Regime Militar, que se caracterizava por: eleição indireta para Presidente da República, exclusividade do Poder Executivo para projetos de lei que criassem ou aumentassem a despesa pública, poder concedido ao Executivo Nacional para decretar estado de sítio sem audiência prévia do Congresso, suspensão, por seis meses, de garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade (que atingiu o funcionalismo e a Magistratura), ministros militares e o Presidente da República eleitos pelo Congresso, poderiam cassar mandatos legislativos federais e suspender direitos políticos por dez anos, sem apelação judicial, atribuição à justiça militar da competência para julgar civis acusados de crimes contra a segurança nacional, eleições indiretas para governadores e vice-governadores de Estado nas Assembleias Legislativas, nomeação de prefeitos das capitais pelos governadores, decretar intervenções nos estados, nos municípios e nos territórios, decretar confisco de bens. Ou seja, estabelecer a supressão de princípios constitucionais que abarcavam direitos políticos e também civis. Essa conjuntura não era apenas do Brasil, porquanto poderia ser estendida e verificada também em diversos desses pontos apresentados acima para as demais ditaduras latino-americanas.

A perda de autonomia e repressão dos setores civis - Na Argentina, uma das características da ditadura de Juan Carlos Onganía (1966), que tomou o poder derrubando o governo civil do Partido da União Cívica Radical (UCR), é a retirada de autonomia das universidades - “a depuração da educação pública fez a igreja penetrar em todos os setores do aparelho educacional” (COGGIOLA, 2001, p.18) - e repressão a toda e qualquer oposição seja política ou oriunda do âmbito civil. Na Bolívia, em 1964, as forças armadas, encabeçadas por René Barrientos Ortuño, derrubaram o governo civil do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), (COGGIOLA, 2001). Entre 1952 e 1964, os mineiros bolivianos

⁴⁰ O “bolsão comunista”, oriundo, principalmente, dos quadros trabalhistas (sindical-industrial e camponês), objetivava pressionar os governos locais por transformações e reivindicações para seus respectivos setores. Podemos citar como exemplo o Brasil, onde os sindicatos pressionavam pelas reformas de base, e as ligas camponesas agrárias de Francisco Julião, por reforma agrária.

foram protagonistas de uma das mais profundas revoluções da América do Sul e derrubaram, em 1952, através de insurreição violenta, compostas pelos setores trabalhistas: mineiro e camponês, o regime da “Rosca” formada pela oligarquia agrária e do estanho. O Exército também foi destruído e colocaram-se na ordem do dia a nacionalização do complexo mineiro, a reforma agrária e a eliminação do latifúndio. Segundo Coggiolla (2001), o MNR, ao privilegiar a reconstrução do Estado boliviano, incluindo as forças armadas (com auxílio logístico, técnico e financeiro norte-americano). Esse aspecto tornou-se um grande problema e acabou findando seu regime político com o golpe de Ortuño.

No campo trabalhista, utilizando a Argentina como exemplo, o equivalente a ministro da economia, Adalbert Krieger Vasena, sintetizava a trajetória da burguesia argentina – de subordinação ao capital norte-americano – com medidas de congelamento do salário, aumento do desemprego, superexploração da mão de obra e cooptação sindical. Os conflitos e os confrontos entre trabalhadores e o Estado Militar iniciaram-se com os setores sindicais, que romperam com a cooptação dos militares na Argentina. Exemplo disso é a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), que se cindiria. Diversos conflitos sindicais isolados, porém duros, acontecem no movimento sindical: portuários em greve (1966), petroleiros em La Plata de Buenos Aires (1968), metalúrgicos da Citroen (1969) e, principalmente, a greve de Córdoba (1969), denominada de *Cordobazo*⁴¹, que uniria operários e estudantes.

Devido à resistência armada (guerrilha) dos grupos de esquerda, principalmente a partir da década de 1970, começou uma onda de mobilizações populares que percorreu toda a América Latina, inspirada em grandes mobilizações internacionais (desde a revolução cubana até o maio francês, primavera de praga, ofensiva norte-vietnamita contra a ocupação da Indochina pelos Estados Unidos etc.). Agrupamentos de oposição ao regime militar, que atuavam na clandestinidade, empreenderam ações armadas: no Brasil, exemplos desses agrupamentos são: a Ação Libertadora Nacional (ALN), comandada por Carlos Marighella; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Lamarca, além de guerrilheiros – vinculados ao Partido Comunista do Brasil – que combateram no Araguaia. Todos esses agrupamentos identificados com a luta armada foram eliminados pelas tropas repressivas do Estado. Na Argentina, surgiram: as Forças Armadas de Libertação (FAL), cisão do PCR maoísta, as Forças Armadas Peronistas (FAP) e o Exército Revolucionário do Povo (ERP), de origem trotskista, que rompeu com a IV Internacional em 1973. Esses foram agrupamentos armados que combateram o regime militar argentino.

⁴¹ Para Coggiolla (2001), o *cordobazo* abriria uma situação revolucionária compreendida no período entre 1969 e 1976 (“anos de fogo”).

Ressalte-se, contudo, que a saída da ditadura ocorreu através da rendição negociada ou de “acordos por cima”⁴². Quando a oposição ganhou força, e a ditadura esteve verdadeiramente ameaçada, os ditadores procuraram as negociações a fim de salvar o máximo de seu controle ou de riqueza possível. Quando há negociação, não significa que os dois lados se sentam juntos em bases de igualdade, discutem sobre as diferenças que produziram o conflito entre eles e as resolvem. Exemplo de rendição negociada foi a Argentina de Perón, que procurou conciliar a esquerda com a direita em torno de seu governo, a saída mais viável e possível ao regime militar⁴³, “o sentido da tática de Perón era de canalizar a radicalização política surgida com o ‘cordobazo’ com as organizações peronistas” (COGGIOLA, 2001, p.30).

Algo sentido até hoje e que ainda não foi superado definitivamente foi a eliminação de grande parte dos líderes e dos quadros políticos de esquerda (oriundas de partidos, sindicatos, movimentos estudantis, intelectuais). Os que sobreviveram vivem ou viveram marcados por esse período⁴⁴. Podemos dizer que o término dos regimes militares deixou várias marcas para as agremiações e os grupos que se identificavam com a esquerda, porém nos parece que a questão da democracia se sobressaiu como norte político e ideológico para esses grupos. Muitas vezes, não necessariamente a democracia seria pensada em termos marxistas, mas prevaleceria para várias dessas agremiações que chegam ao poder político defendendo a democracia como procedimento institucional, um instrumento que objetiva operacionalizar a formação de governos escolhidos por maiorias populacionais. Mais adiante, trataremos dessa influência, que seria a marca de muitos governos identificados com a esquerda e que chegaram ao poder no início do Século XXI.

3.1.3 A Política Neoliberal na América Latina

Desde a década de 1970, o termo neoliberalismo vem sendo utilizado para se referir a um tipo novo de ação estatal, a uma nova configuração da economia, a um novo tipo de pensamento político e econômico, que guarda diversas relações com o liberalismo clássico.

Na América Latina, a ascensão ao poder de políticos identificados com bandeiras de esquerda, como Lula (Brasil), Néstor e Cristina Kirchner (Argentina), Tabaré Vasquez e

⁴² Processo engendrado no interior da classe dominante (COGGIOLA, 2001).

⁴³ Frente Justicialista de Libertação Nacional: abarcava desde setores ligados ao capital internacional e ao nacionalismo católico, até o peronismo de esquerda.

⁴⁴ Coggiola (2001): quase cem mil desaparecidos e dezenas de milhares de assassinatos são números da “era das ditaduras” latino-americanas.

“Pepe” Mujica (Uruguai), Michelle Bachelet (Chile), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador), Hugo Chávez (Venezuela) e Daniel Ortega (Nicarágua), renovou o discurso nacional-desenvolvimentista de meados do Século XX, agora readaptado para o início do Século XXI, com a denominação de novo desenvolvimentismo, visto como indicativo de um esgotamento do modelo neoliberal por alguns e uma continuidade para outros.

Neste tópico, apresentaremos um panorama sobre o neoliberalismo, conceitos, sua origem, sua história, seus adversários, as causas e as bases teóricas - principalmente porque entendemos que o neoliberalismo ainda vigora na América Latina - quais os seus impactos e seus efeitos nos países, nos governos e na esquerda latino-americana. Por último, faremos uma crítica de viés marxista ao neoliberalismo, com a abordagem do papel dos principais atores envolvidos nesse processo: o mercado, a sociedade e o Estado. Para isso, recorreremos aos pressupostos teóricos de Perry Anderson (1995) e Andrea Galvão (2008).

O neoliberalismo, ou liberalismo neoclássico⁴⁵, é produto do liberalismo econômico capitalista. Uma corrente de pensamento (ideologia) que vê e julga o mundo social a sua maneira, transmutada em um conjunto de políticas adotadas por governos conservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970, e propagadas pelo mundo por meio das organizações multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), criadas pelo acordo de *Bretton Woods* (1945).

Perry Anderson (1995, p.22) define o neoliberalismo como

um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional.

No conceito liberal de liberdade, ela é concebida como um valor supremo, e a liberdade econômica, como eixo central dessa liberdade liberal. O liberalismo econômico, a economia clássica e o monetarismo, entre as doutrinas mais destacadas, inspiraram o neoliberalismo, cujos pilares atacam o intervencionismo econômico e social estatal, as políticas públicas planejadas pelo Estado e a assistência social; defendem a privatização de empresas estatais, com a transferência de parcelas crescentes da prestação de serviços públicos – como saúde, educação e previdência social – para o setor privado; reduzem a tributação e os impostos cobrados pelo Estado; defendem o fim da regulamentação das

⁴⁵ Difere, em alguns aspectos, do liberalismo clássico dos Séculos XVIII e XIX.

atividades econômicas (fixar ou autorizar preços de produtos e serviços) que, para os neoliberais, gerava aumento da inflação e queda da produção; e defendem o Estado de Direito, com limites restritos aos direitos e às liberdades, circunscritos à jurisprudência (igualdade formal).

Estado de Direito, no sentido de regime de Direito formal — de não concessão pela autoridade de privilégios legais a determinados indivíduos — salvaguarda a igualdade perante a lei, que é a antítese do governo arbitrário. Uma consequência necessária disso — contraditória apenas na aparência — é que essa igualdade formal perante a lei conflita e é de fato incompatível com qualquer atividade do governo que vise a uma igualdade material ou substantiva intencional entre os diferentes indivíduos, e que qualquer política consagrada a um ideal substantivo de justiça distributiva leva à destruição do Estado de Direito. Para proporcionar resultados iguais para pessoas diferentes, é necessário tratá-las de maneira diferente. Dar a diferentes pessoas as mesmas oportunidades objetivas não equivale a proporcionar-lhes a mesma oportunidade subjetiva. É inegável que o Estado de Direito produz desigualdade econômica — tudo que se pode afirmar em seu favor é que essa desigualdade não é criada intencionalmente com o objetivo de atingir esse ou aquele indivíduo de modo particular. [...] Pode-se mesmo afirmar que, para o Estado de Direito ser uma realidade, a existência de normas aplicadas sem exceções é mais relevante do que o seu conteúdo (HAYEK, 1987, p.91).

O neoliberalismo⁴⁶ emergiu logo depois da Segunda Guerra Mundial. Sua principal motivação (social, política, econômica e ideológica) foi opor-se ao Estado intervencionista e de bem-estar keynesiano. Seu texto de origem - *O Caminho da Servidão* - de Friedrich Hayek, de 1944, ataca as limitações dos mecanismos de mercado por parte do Estado, que as coloca como ameaça à liberdade individual e, conseqüentemente, segundo Hayek, coletiva.

No contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, os adversários do neoliberalismo foram o Estado de bem-estar europeu (*Welfare State*), o *New Deal* norte-americano, o Keynesianismo e o regime soviético – tratado por Hayek como uma ditadura totalitarista – como os principais opositores e adversários. Esses mesmos adversários eram regimes políticos e econômicos que levariam suas respectivas sociedades capitalistas ou não à referida “servidão”, que dá título a sua obra. Hayek fundou a Sociedade de Mont Pèlerin⁴⁷, com reuniões internacionais, com o propósito de combater, principalmente, o Keynesianismo e preparar alicerces para outro tipo de capitalismo.

⁴⁶ Ressaltamos que neoliberalismo é um termo usado pelos críticos dessa corrente. Para seus autores e defensores, o termo “neoliberalismo” tem uma conotação pejorativa, por isso, é preferível referir-se a ele como liberalismo contemporâneo.

⁴⁷ Composta por: Gary Becker, James Buchanan, Milton Friedman, Douglass North e Ronald Coase.

As bases ideológicas do neoliberalismo de Hayek e Friedman, como já referido mais acima, focalizam a defesa do liberalismo como principal corrente do capitalismo, uma óbvia oposição à supremacia intervencionista daquele momento histórico. Assim, os principais alicerces ideológicos são: a *igualdade*, entendida como o desnivelamento entre os homens, tanto de ordem física e biológica quanto social e política, em que uma minoria (representativa) toma as decisões, que caracterizam interesses individuais. A igualdade deve ser relativizada para se obter uma democracia operacional e estabilizada, apenas os seletos (aristocracia) devem ser providos pela igualdade; a igualdade deve ser apenas formal, pois, segundo o neoliberalismo ela é impossível em sua plenitude. A *liberdade* está também restrita aos preceitos formais da lei. A liberdade do indivíduo tem que ser limitada à circunscrição dos direitos legais. Salvas, aqui, as liberdades econômicas individuais dos que dominam os meios de produção, que Hayek define como habilidade natural inerente a determinados indivíduos. Quanto à *participação*, o indivíduo é apenas um consentidor, e sua participação é passiva, que serve para legitimar a democracia procedimental com regras que impossibilitam a participação popular ativa e transformadora. Essa participação fragmentada e relativa, no sentido de os indivíduos estarem limitados a canais de participação nesse processo, é sinônimo de totalitarismo e não, de democracia, em que a maioria não serve para governar, apenas, para legitimar. O excesso de participação provoca demandas e traz supostos aspectos de ingovernabilidade para o funcionamento da democracia liberal. No *sistema político*, a palavra democracia é ressemantizada, limitada a um processo eleitoral de escolha de governantes (de forma indireta); soberania relativa, periódica e temporal, através da realização de eleições “livres” para os governos, com base na defesa legal do procedimento eleitoral, mas também do uso do poder econômico nesse processo; a maioria eleitoral serve apenas para legitimar o processo de formação de governo. Desse modo, enxerga a natureza humana como extremamente individual e egoísta.

Em síntese, o neoliberalismo vê a forma como a sociedade é organizada totalmente procedimental e relativa, com forte defesa da naturalização da desigualdade social e política como aspecto imutável, defende os mais capazes intelectualmente, do talento natural, em que se negligenciam as contingências sociais como fatores de diferenciação das oportunidades socioeconômicas existentes e há uma estrutura aristocrática que garantiria a estabilidade sociopolítica, justificada pela violência como meio de manter a ordem social liberal. A disciplinarização das massas serve para defender os privilégios privados, em que a lógica liberal decreta a impossibilidade de uma organização social em que não haja uma elite dominante. A democracia, como regime, é vista sob o prisma concorrencial combinado com

um contraditório processo de apatia política, em que a democracia passa a ser um fim a serviço da liberdade econômica individual.

A finalidade do neoliberalismo era de conquistar a hegemonia no eixo central do capitalismo. A partir da década de 1970, o neoliberalismo, como doutrina econômica, defende a liberdade de mercado e restrição à intervenção estatal sobre a economia, o que só deve ocorrer em setores imprescindíveis (segurança física dos indivíduos, por exemplo) ainda assim, em um grau mínimo. Passou a vigorar, governamentalmente, e o primeiro governo a adotar tal política neoliberal foi o de Pinochet, no Chile, em 1974, na Europa Thatcher (1980), e Reagan (1982), nos Estados Unidos.

O governo Thatcher elevou as taxas de juros, reduziu os impostos sobre os rendimentos altos, aboliu controles sobre os fluxos financeiros, gerou níveis de desemprego altos, repreendeu as greves, impulsionou uma reformulação legislação antissindical e cortou gastos sociais. Lançou-se

num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado [...] A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por essa via, derrubar o regime comunista na Rússia. [...] Na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana (ANDERSON, 1995, p.10).

A partir da década de 1960, com as modalidades de intervencionismo (planejamento econômico e reformas sociais de caráter redistributivo), o intervencionismo estatal começou a decair e a ampliar a crise no welfare state, o que auxiliou a ascensão do liberalismo *laissez-faire*; a chegada da crise em 1973, quando todo o capitalismo caiu numa longa e profunda recessão, combinado, pela primeira vez, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, mudou o cenário e favoreceu a perspectiva neoliberal. A partir daí, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno, e as raízes da crise, como afirmaram Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões

reivindicativas sobre os salários e para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995).

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (ANDERSON, 1995, p.9).

O Consenso de Washington foi a denominação de uma articulação para implantar o neoliberalismo de maneira ordenada em diversos países. Em 1989, reuniram-se o governo estadunidense e organismos financeiros internacionais especializados em assuntos latino-americanos, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo avaliar as políticas econômicas implantadas até então. As políticas recomendadas pelas agências e os organismos internacionais foram unificados e transformados em plataforma a ser implantada na América Latina.

Os dez pontos considerados como consensuais entre os participantes, através dos quais ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro, foram resumidos nas seguintes regras: Disciplina fiscal (através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação e eliminar o déficit público); Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura; Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; Liberalização financeira, com o fim de fazer restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuarem em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; Taxa de câmbio competitiva; Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; Eliminação de restrições ao capital externo, que permitiu o investimento direto estrangeiro; Privatização com a venda de empresas estatais; Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e Propriedade intelectual (NEGRÃO, 1998).

O receituário do FMI, dali em diante, deveria fazer parte do discurso das elites dos países periféricos, como se fosse de sua iniciativa e de interesse do seu povo. Entendemos que

a América Latina foi o espaço de experimentações neoliberais, nos anos de 1990⁴⁸, com o Governo de Salinas, no México, em 1988; seguido da chegada ao poder de Menem, na Argentina, em 1989; a presidência de Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela; e a eleição de Fujimori, no Peru, em 1990, e de Collor de Mello, no Brasil, em 1990, são exemplos de experiências neoliberais latino-americanas em governos eleitos por maiorias eleitorais.

A conjuntura favorável à ascensão do neoliberalismo, na América Latina, teve como principais características a desindustrialização e a desnacionalização, e o *mercado*, que orientava a ordem social e econômica por sua “impessoalidade”, que lhe dava “legitimidade” para tal tarefa, estabelecendo relações com o modelo estatal mais propício a operar no liberalismo - o Estado mínimo ou Estado de direito.

Assim, o neoliberalismo, como tática das classes dominantes, é “uma ofensiva do capital contra o trabalho [também contra o Estado intervencionista] [...] como uma forma de restaurar o poder de classe, num processo que beneficiou, sobretudo, o capital financeiro” (SAMIR AMIN, 2001 *apud* GALVÃO, 2008, p.151). O autor acrescenta que “o objetivo da ordem neoliberal é, acima de tudo, político: trata-se de promover a restauração da renda e do patrimônio das frações superiores das classes dominantes” (DUMÉNIL e LÉVY, 2006 *apud* GALVÃO, 2008, p.152).

A passagem do Keynesianismo para o neoliberalismo é a “expressão da alteração da configuração das relações de poder entre classes e frações de classe, de um período a outro” (DUMÉNIL e LÉVY *apud* GALVÃO, 2008, p.153), que expressa um novo compromisso de classe. O compromisso neoliberal se sustenta em uma aliança entre a fração superior da classe capitalista (finança) e os altos gestores, que se tornam proprietários com a participação na distribuição de ações.

O neoliberalismo é considerado uma vitória do capital na luta de classes por possibilitar a retomada do poder dos proprietários, mediante a recuperação de altas rendas para o capital e os altos gestores. Os proprietários pressionam os gestores a maximizar as taxas de lucro e, para isso, buscam eliminar leis e regulamentos sobre o mercado de trabalho e o mercado de capitais, de modo a ‘reforçar o caráter capitalista das relações de produção’ (GALVÃO, 2008, p.153).

⁴⁸ Esse continente foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo, o Chile, sob a ditadura de Pinochet.

Assim, o neoliberalismo reforça-se ao elevar sua taxa de lucro com a retirada das restrições do Estado, através do protecionismo econômico e da proteção social. E ao reforçar-se, também reforça as desigualdades socioeconômicas.

As classes exploradas são pressionadas pela política econômica de governos neoliberais a receber seus efeitos negativos, como: a intensificação do trabalho, o aumento da insegurança no emprego, o desemprego e a precarização das condições de trabalho. Para Harvey (2004), o neoliberalismo se apropria das demandas e das aspirações de parcela das classes dominadas, invertendo-lhes o sentido, e ressignificá-las. Nesse processo de inversão, os direitos restritos são convertidos em privilégios, e as conquistas trabalhistas são consideradas custos dos quais as empresas devem se desfazer.

Em consonância com a linha de pensamento seguida por Galvão (2008), depreendemos que o neoliberalismo ascendeu, em detrimento do bem-estar social, como um modelo político-econômico prevalecente no interior do capital e da sociedade. Nesse entendimento, as relações de poder conflitantes que existem entre as frações da classe dominante, política e economicamente, no bloco do poder⁴⁹ no modo de produção capitalista que irão se acentuar as contradições e as lutas entre as diversas frações da burguesia nas formações capitalistas na passagem dos seus estágios. Ou seja, a partir da década de 1960 e, principalmente, na de 1970, com a crise do petróleo em 1973 e a política econômica baseada no bem-estar social, que se esgotou para as frações da classe dominante, como apontou Galvão (2008), com a queda das taxas de lucro, por exemplo, houve uma nova reconfiguração do capital, em que um “novo” modelo político-econômico iria predominar – o neoliberalismo – (mas não extinguir) o anterior – *o welfare state* – em cada uma dessas fases do desenvolvimento do modo de produção capitalista, suas respectivas burguesias lideraram o bloco no poder, de acordo com Galvão, no ciclo em que o neoliberalismo prevalece é privilegiado o ciclo do capital-financeiro, como fração hegemônica e liderando as frações da classe dominante.

O papel do Estado na defesa da política econômica neoliberal caracteriza-se por assegurar os interesses políticos gerais do conjunto do bloco no poder e manter a hegemonia das frações burguesas no interior do estado, e por servir de instrumento político e ideológico de dominação para as classes dominadas. Desse modo, o Estado representa uma dupla função: a de representar a classe do grupo que se encontra no poder e a de promover a organização

⁴⁹ Bloco no poder: conceito ligado à arena política, em que o poder é exercido por diversas classes e suas frações da classe dominante. Uma dessas classes ou frações de classe irá se sobressair e exercer o poder em aliança com as demais (POULANTZAS, 1975).

política da hegemonia, buscando unificar interesse e resolver conflitos contrários a esses interesses.

São efeitos permissivos do neoliberalismo na América Latina: a) o aumento da exclusão social; b) a diminuição do poder dos Estados Nacionais por sua inserção na globalização de modo dependente e por se submeterem às metas monetárias impostas pelos organismos internacionais e deixar suas economias vulneráveis; c) o aumento dos níveis de desemprego e da informalidade no mercado de trabalho; e d) o aumento da violência. Mantém-se a dependência da exportação de combustíveis e de energéticos, além de os Estados Unidos permanecerem como principal mercado de destino das exportações.

Entendemos que o *laissez-faire*, de fato, não ocorreu “ao pé da letra” nos governos neoliberais. É importante ressaltar que governos não praticaram exclusivamente atividades e tarefas de tipo neoliberal, houve a mescla com políticas de inspiração keynesiana, por exemplo.

Embora as palavras de ordem do discurso neoliberal sejam desregulamentação e flexibilização, novas formas de regulamentação orientadas pelo mercado são criadas. O princípio do livre mercado é contraditado pelas práticas protecionistas dos países centrais, o que reforça as relações imperialistas com os países da periferia (GALVÃO, 2008, p.155).

A hegemonia neoliberal se expressa igualmente no comportamento de partidos e governos que formalmente se definem como seus opositores:

O que demonstravam essas experiências – principalmente das décadas de 1980 e 1990 – era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal (ANDERSON, 1995, p.11).

A finalidade do neoliberalismo, como política de governos, no tocante ao aumento de lucros e à redução de empregos e de salários, foi exitosa, inclusive, em alavancar o sistema capitalista durante o período de crise na década de 1970. Para Anderson (1995), economicamente, o neoliberalismo fracassou, porquanto não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, conseguiu muitos dos seus objetivos e criou sociedades marcadamente mais desiguais. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou bastante êxito ao disseminar a ideia de

que não havia alternativas para os seus princípios, e que todos tinham de se adaptar as suas normas.

Uma última conclusão a que chegamos sobre a instauração de governos neoliberais na América Latina foi de que essa política econômica não vigora somente em regimes autoritários (caso do Chile de Pinochet na década de 1970), mas também em regimes democraticamente eleitos por maiorias populacionais, como aconteceu em diversos países da América Latina, nos anos 1990, além de governos com atores e posições políticas tanto no espectro político de direita quanto no de esquerda.

3.2 OS GOVERNOS NACIONAL-POPULARES NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

É no contexto conflituoso de superação da conjuntura descrita no tópico anterior que, no início do Século XXI, grupos políticos identificados com bandeiras de esquerda conquistam o poder político executivo na América Latina pela via democrática institucional (eleições). Trata-se de um fenômeno político novo, que reivindica ser um contraponto ao ciclo neoliberal, aos sistemas políticos militares e ao modelo soviético, com a defesa da democracia procedimental, e que reúne um grupo de governos e de lideranças com trajetórias e estilos diferentes, com orientações políticas, muitas vezes, não convergentes, mas que têm em comum a preocupação com o enfrentamento da pobreza, através de programas de política social, entre um de seus aspectos, além de histórico político vinculado e identificado com posições e lutas políticas da esquerda.

Ao aceitar a institucionalidade democrática e participar dela, como espaço principal das lutas políticas, abre mão de uma tática e de estratégias revolucionárias e as substitui por políticas de alianças com partidos de centro e, em alguns casos, até com a direita, visando à estabilidade governativa que esses partidos acabam alcançando quando são lançados ao poder. São partidos que se identificam com a esquerda e que superaram a perspectiva revolucionária e marxista que caracterizou historicamente grande parte desses grupos políticos e a substituiu por um discurso que combina a adesão à institucionalidade com uma política estatal-intervencionista focada no aumento dos gastos sociais, de inspiração nacional-popular. Para promover o seu “reformismo”, esses novos governos acreditam que o Estado assume um papel preponderante, regulando o mercado e, principalmente, promovendo políticas sociais focalizadas nos setores mais pobres da sociedade, mas sem desrespeitar os princípios do equilíbrio fiscal e do mercado do atual sistema global capitalista. Sob esse prisma, chegaram

ao governo e passaram a incorporar temas como democracia representativa e participativa, economia de mercado, livre iniciativa econômica, propriedade privada, ampliação da cidadania, padrões de consumo, caráter multifacetado da existência social, entre outros aspectos, abrindo caminho para a diversidade de formas de identificação desses sujeitos, proporcionando uma compreensão identitária menos homogênea, como propunha o marxismo, e distanciando-se da identidade classista que, até os anos 1970, era a base para grande parte dos atores políticos de esquerda. A partir dos anos 1980, essa fluidez na identidade passou a ser constante. Exemplo maior dessas características são os aparecimentos dos chamados novos movimentos sociais.

A socialdemocracia europeia e a defesa do papel do Estado no planejamento da economia, com o modelo econômico de inspiração keynesiana, assim como a defesa da democracia-liberal, visando ao chamado Estado do Bem-Estar Social por ela construído, segundo autores como Lanzaro (2007) e Roberts (2008), foram a principal inspiração para os governos nacional-populares latino-americanos que chegaram ao poder no início do Século XXI, produto das crises produzidas pela política econômica neoliberal oriunda desses governos militares, na década de 1960, e que desmancharam grande parte das conquistas trabalhistas e sociais conseguidas antes no contexto de governos nacional-desenvolvimentistas. Aqui existe a relação do resgate do papel do Estado e suas funções sociais que é encampado por esses governos e auxiliam em sua ascensão ao poder.

Para Castañeda (1994), a esquerda governista latino-americana, politicamente situada na centro-esquerda, é composta, em suas tendências internas, de partidos inspirados na socialdemocracia europeia. Porém também coexistem, em seu interior, tendências marxistas, leninistas e nacional-populistas. As características que unem essa esquerda, segundo Castañeda, são: foco predominantemente eleitoral-democrático, a defesa formal-legal dos direitos individuais e coletivos, além da preocupação com questões de justiça social e redução das desigualdades e do desenvolvimento social etc. Esses governos abarcam o conjunto de novos movimentos sociais, que não se vinculam às linhas clássicas de classe, cuja principal origem social está na nova pobreza urbana latino-americana, o que lhe confere um caráter essencialmente popular. São os movimentos pela moradia, de mulheres, ecológicos e em defesa dos direitos humanos.

Para Roberts (1998), a defesa da democracia institucionalista passou a ocupar posição central nas posições da esquerda governista latino-americana. Somamos a isso a preocupação das ações governamentais, que vislumbravam melhorar padrões de cidadania ligados ao acesso a bens de consumo e a serviços públicos. Ressaltamos que essa discussão (Castañeda,

Roberts) compõe a que é vigente na literatura política latino-americana sobre as “esquerdas” latino-americanas no poder, sobre a qual decorre o debate que existem diferentes tipos nessas esquerdas governistas. Poderiam existir duas esquerdas, porém, para outros autores, há mais de duas.

Neste tópico, apresentaremos, ainda que de forma breve e, sobretudo, descritivamente (sem tanta inferência nossa), tal discussão, que remonta a uma abordagem pertinente da conjuntura analítica do nosso trabalho. Os autores da ciência política institucionalista latino-americana que defendem a existência de diferentes tipos de esquerdas governistas na América do Sul são: Reid (2007), Panizza (2006), Roberts (2008) e Lanzaro (2008), Alcántara (2008), Petkoff (2005), Mires (2008), Rouquié (2007), Weyland (2009), Gallegos (2006), Paramio (2005).

Os principais parâmetros utilizados pelos autores mencionados para tipificar e diferenciar os governos identificados com a esquerda, quanto aos aspectos social, político, econômico, cultural e administrativo, em dois tipos em suas obras, são os seguintes: I. Organização – avalia-se o grau de institucionalização dos governos; II. Ideologia – é verificado o quanto os governos se afastam ou não do ideário socialista e comunista. Quanto mais integração ao sistema político e aceitação das instituições mais autonomia externa e nacionalização dessas forças, o que é caracterizado como mais afastamento de referentes socialistas e classistas por parte desses governos; III. Democracia – é usada para saber quais são os governos em que mais houve adesão à democracia institucionalista⁵⁰ e quais os que se afastam dela a fim de modificá-la; IV. Neoliberalismo – se os governos rompem ou dão continuidade às políticas econômicas neoliberais de seus antecessores políticos; V. Partido – com o intuito de vincular a representação à identidade com valores entendidos como “de esquerda”.

⁵⁰ Democracia institucionalista: Apoiados em um conceito instrumental e restrito aos aspectos políticos da democracia, autores como Schumpeter, Sartori, Dahl e Bobbio sugerem que são necessários instrumentos jurídico-formais supostamente inerentes e suficientes para se reconhecer certo regime político-social supostamente democrático. Esses autores destacam e reiteram seu compromisso com esse tipo de arranjo político-instrumental superficial e limitado que, segundo entendem, é suficiente para operacionalizar uma sociedade democrática de que precisamos. São próprios desse sistema: a garantia dos direitos de liberdade e a defesa do princípio da maioria referendando a formação de um dado governo eleito pelo sufrágio universal numa disputa eleitoral pluripartidária e concorrencial. Assim, percebe-se a simpatia em comum desses autores por governos representativos, porque, além de privilegiar esse tipo de democracia procedimental, pelo fato de, aparentemente, ela defender os direitos individuais, refuta qualquer tipo de aproximação com a democracia direta, ou seja, defendem uma democracia representativa e oligárquica, com a formação de elites políticas (MOURA, 2011, p.162-63).

A tese geral, defendida por esses autores é de que existem duas ou mais⁵¹ esquerdas governistas na América Latina no Século XXI. O primeiro tipo seria a moderada, ou socialdemocrata⁵², formada/representada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com Lula, no Brasil, em 2003; pelo Partido Justicialista (PJ), com Nestor e Cristina Kirchner, na Argentina, em 2003; com pela *Frente Amplio*, de Tabaré Vázquez, em 2004, no Uruguai; pelo Partido Socialista do Chile (PSCH), com Michelle Bachellet, em 2006, entre outros. Genericamente, essa esquerda é socialdemocrata, moderada e pautada na institucionalidade (poderes, instituições, procedimentos, normas legais). Procede assim, porque teria aprendido com as ditaduras que viveram, com o declínio da luta armada e do “socialismo real”, com o exercício de governos em distintos níveis subnacionais e com a atuação parlamentar. Tudo isso os teria feito democratas, “responsáveis”, reformistas. Pretende (ao menos no discurso), através de sua inserção institucional, tornar suas sociedades progressivamente mais justas e inclusivas, no sentido de promover a ascensão socioeconômica dos estratos mais pobres de suas sociedades.

Para Lanzaro (2008), essa esquerda moderada⁵³ é, primordialmente, institucionalista, porquanto os partidos que governam apresentam um forte grau de institucionalidade, que se caracteriza pela longevidade de partidos políticos, pelo compromisso com o processo eleitoral (pluripartidarismo e competitividade entre eles) e pelo regime democrático republicano.

Aspectos comuns dessa esquerda institucional são seus antecedentes de luta (por vezes armada) contra as ditaduras militares, em seus respectivos países, a clandestinidade, a vida parlamentar, com mandatos parlamentares legislativos e o exercício do governo em esferas locais e regionais, para chegar à esfera nacional. Essas são características que remetem ao PT (Brasil), ao Socialismo Chileno (PSCh) e à Frente Amplio (Uruguai), segundo Petkoff (2005).

O segundo tipo de esquerda governista⁵⁴ é rotulado de autoritário e/ou populista, composto pelos seguintes governos: o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), com Hugo Chaves, em 1999; o Movimento ao Socialismo (MAS), na Bolívia, com o líder

⁵¹ Garretón (2006) defende a existência de três tipos de esquerda: a primeira, pautada em partidos (Chile, Uruguay); a segunda, alicerçada em lideranças (Venezuela), e a última, na questão Étnica (Bolívia). Gallegos (2006) também defende que existem três tipos de governos de esquerda.

⁵² Socialdemocrata: Moderada – o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, e o do Partido Justicialista (PJ), na Argentina, podem ser classificados como exemplares da social-democracia na América do Sul, em virtude da sua "fidelidade radical aos mecanismos eleitorais (...), compromisso com o processo democrático, com o respeito aos direitos humanos e com a liberdade de expressão e de associação", além da sua "preocupação com a 'questão social'", projetando a redução das desigualdades sociais (CASTAÑEDA, 1994: 120-1). Considere-se, ainda, que, para chegar ao poder, o PT e o PJ apoiaram-se em coalizões políticas amplas com partidos de centro e de esquerda.

⁵³ Lanzaro (2008) denomina de esquerda socialdemocrata crioula.

⁵⁴ Alguns autores, como Petkoff (2005), incluem os governos da Nicarágua da Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) e de El Salvador com a Frente Farabundo Martí para la Libertación Nacional (FMLN) como partícipes do fenômeno das *Esquerdas Latino-americanas no Governo*. Nesse caso, o referido autor coloca os mencionados governos como pertencentes à linha chavista (tida como populista).

indigenista Evo Morales em 2005; e a Aliança Movimento Pátria Activa e Soberana (PAÍS), no Equador, tendo à frente Rafael Correa. Essa esquerda denominada de populista é retratada como alicerçada no autoritarismo político, ou seja, com a institucionalidade instável (poderes, instituições e normas frágeis); não pautada em valores republicanos; seus líderes são supostamente mais personalistas (acima de instituições e partidos); não teriam vivido um processo de modernização em toda a sua plenitude, o que levou ao estabelecimento de governos com fortes tendências autoritárias e que, se (ainda) não podiam ser caracterizados como ditatoriais, tampouco poderiam ser considerados autênticas democracias. São tidas como esquerdas nacionalistas e estatizantes. Entendemos, portanto, que a ascensão de governos populistas é produto também das crises das instituições políticas.

Paramio (2005) assevera que o populismo de esquerda, ou novo populismo, como ele chama – abarca os governos de Hugo Chavez e Evo Morales principalmente – e se apoia em discursos que atacam os governos anteriores, e o conjunto de partidos tradicionais, que apoiavam esses governos que os antecederam. O autor se refere a esses antecessores como elites políticas traidoras dos interesses populares e nacionais e que se colocam (os novos governos) como representantes “legítimos” desses interesses nacionais e populares. Busca, também, construir novas instituições políticas. Para Paramio, esse novo populismo bolivariano é a ressignificação de um discurso já usado (pelos antecessores) para se desprender de qualquer controle normativo-institucional. Nesse novo populismo, esses governos se afastam da mesma agenda neoliberal, ainda que mantenham o princípio da responsabilidade fiscal e da estabilidade macroeconômica e monetária, aspectos característicos do neoliberalismo. Há uma exacerbação do nacionalismo, principalmente contra as empresas estrangeiras e as oligarquias nacionais tradicionais. Contudo, o principal alicerce de sustentação e manutenção desses governos ditos populistas é a questão da redistribuição (transferência), principalmente de renda, que recebe apoio das camadas mais pobres e excluídas da sociedade. Essa redistribuição não é legítima, pois não garante equidade quanto à renda, ao trabalho e aos direitos, e é mais uma política assistencialista pontual (não estruturante) que garante apoio político aos líderes das maiorias populacionais (PARAMIO, 2005).

Todos esses governos, identificados com diferentes bandeiras da esquerda, chegaram ao poder via eleições, utilizam-se do protagonismo estatal, divergem dos modelos clássicos marxistas na organização e na ação, participam da democracia institucional, são antineoliberais (ao menos no discurso de suas diretrizes), opõem-se ao imperialismo estadunidense na América Latina e buscam reforçar o discurso da autonomia e da identidade

nacionais. Em alguma medida, defendem a democracia do tipo participativa, ao conquistar e se estabelecer no governo. O Chavismo, por exemplo, alterou as regras do jogo político (Assembleias Constituintes, Novas Constituições) utilizando instrumentos de democracia participativa⁵⁵ para aumentar a participação popular (plebiscito, referendo, espaços e representações para sociedade civil).

A defesa da democracia social é exaltada por todos esses governos que propõem transformar o contexto do capitalismo, entretanto, ainda não apontam (concretamente) para a superação desse modelo. Podemos destacar, entre essas ações, a não realização – frisamos que houve mudanças ainda muito tímidas – das denominadas *reformas estruturais democrático-populares* - tributária, política, agrária e urbana - do sistema financeiro, a democratização dos meios de comunicação etc., objetivando diminuir a concentração de riqueza e de poder. Porém, ainda vigora uma política social em conformidade com o modelo de produção capitalista, que convive em seu âmago por produzir crescimento econômico e algum desenvolvimento social: criação de empregos, melhorias na educação e na saúde e redução da pobreza. Roberts (2008) defende que, na América Latina “progressista” (Brasil, Chile e Uruguai), surgiu uma variante da socialdemocracia, que combina a democracia representativa com uma economia de mercado e iniciativas do Estado para reduzir as desigualdades e promover a cidadania social. A construção dessa socialdemocracia latino-americana visava reduzir as desigualdades e expandir os direitos sociais, dentro dos limites da democracia representativa e da economia de mercado, ou seja, a esquerda latino-americana se “move” no campo da socialdemocracia.

Destacamos as políticas governamentais na área de assistência social, orientadas para “reduzir” as desigualdades e “melhorar” a qualidade de vida dos setores mais pobres e os direitos de cidadania dos grupos menos favorecidos. No Brasil, destaca-se o programa de transferência de dinheiro Bolsa Família; no Chile, o programa focado na assistência à pobreza; no Uruguai, o programa de alocação familiar para os setores de baixa renda, que concedeu subsídios para gastos com alimentos, água e energia elétrica.

⁵⁵ Democracia participativa: de maneira genérica, caracteriza-se pelo recrutamento da participação popular e pelo controle do poder vindo de “baixo”, que se estende aos órgãos de decisão política e econômica, transformando-se em uma governança compartilhada entre o poder político institucional e os órgãos representativos da sociedade civil organizada. Como elementos de um governo que se propõe a ser pautado na democracia participativa, temos: o plebiscito, referendo, iniciativa popular de leis como canais de consulta e deliberação de que a população participa diretamente (sem intermediação de representantes com mandatos políticos), além de instrumentos e mecanismos que utilizam a representação, que é oriunda da sociedade civil organizada, como: ouvidorias, conselhos de gestão e discussão sobre demandas públicas a partir de plenárias sobre orçamentos. Porém ressaltamos que a democracia participativa não substituiu a democracia representativa tradicional, pautada em mandatos políticos e partidos sob os alicerces da legalidade e dos processos eleitorais.

A autodeterminação nacional e a integração regional também fazem parte da agenda desses governos. A integração regional latino-americana é uma proposta para diminuir a força do imperialismo estadunidense na região e reforçar a bandeira hasteada por esses governos de mais autonomia nacional e regional para a América Ibérica.

3.2.1 Críticas destacadas aos governos nacional-populares

Nós discordamos dessa classificação e dessa dicotomia apresentadas, em que existem, pelo menos, dois tipos de governos identificados com o espectro político de esquerda - um autoritário e outro democrático. Entendemos que todos os governos identificados com atores de esquerda analisados são nacional-populares, não rompem, tampouco têm estratégias para superar o capitalismo. As reformas (políticas sociais focalizadas) visam, por fim, atender às necessidades do capital⁵⁶, que se tornaram insustentáveis no período anterior à chegada desses governos e afetaram até mesmo a reprodução social do capital, alicerçada na política neoliberal extremamente exploratória, que provocou conflitos e um novo ciclo na luta de classes engendradas pelos trabalhadores e as massas com suas representações políticas contra o desmanche das conquistas trabalhistas e sociais e a descarada capitulação do Estado ao mercado.

A crítica que fazemos se apoia na manutenção da maior parte da política econômica dos governos de esquerda em concordância com seus antecessores, como no exemplo abaixo, do caso do Brasil e do seu respectivo Presidente, onde a mudança parece ser mais no discurso e no clima político do que na realidade econômica e social.

Hay una nueva paradoja en ello, pues la política económica brasileña ha mantenido un control plenamente ortodoxo de la estabilidad monetaria, en clara contradicción con las críticas que el Partido de los Trabajadores (PT), desde la oposición, había formulado contra la gestión de Fernando Henrique Cardoso. Pero simbólicamente la elección de Lula, como la derrota de Carlos Menem frente a Néstor Kirchner en Argentina en 2003, fue la señal del cambio de clima político e ideológico en la región (PARAMIO, 2005, p.64).

Desse modo, há a manutenção do neoliberalismo (consenso de Washington), cujo pilar é a estabilidade macroeconômica e monetária, dada por esses governos. Para Roberts (2008, p.87), “es poco lo que ha cambiado y suponen que las fuerzas del mercado global estrecharán el abanico de opciones políticas y disciplinarán a los gobernantes para que no se aparten

⁵⁶ Frear a taxa média decrescente de lucro.

demasiado de las reglas liberales”. Para Paramio (2005, p.66), “el giro a La izquierda está muy lejos de configurar hoy un model económico alternativo al Consenso de Washington”. Nenhuma das esquerdas supera o neoliberalismo: “Las formas institucionales y las alternativas políticas que están surgiendo son aún demasiado incipientes, fluidas y políticamente contingentes para hacer afirmaciones audaces sobre su futuro” (ROBERTS, 2008, p.98).

E continua:

Por supuesto, todas las medidas mencionadas están aún bastante lejos de las ambiciosas políticas redistributivas y las normas de ciudadanía social [...] Indudablemente, no indican hasta el momento que América Latina –o incluso países específicos dentro de la región– haya construido una alternativa integral al modelo de desarrollo neoliberal. [...] Las medidas focalizadas de alivio de la pobreza son, en el mejor de los casos, una ampliación de las políticas sociales ajustadas al mercado propias del neoliberalismo, en tanto que aún se encuentran en gestación formas más universales de protección social. Essas políticas, así como la forma que adoptan los Estados de Bienestar reformulados, están tremendamente condicionadas por las herencias sociales de la reestructuración del mercado en América Latina; en particular, el desafío de incorporar a los pobres urbanos y a los sectores informales a programas de bienestar social integrales, y el carácter inestable y fragmentario de la fuerza de trabajo sometida a mercados laborales flexibles, a los que los nuevos gobiernos de izquierda no les han impuesto hasta ahora más que mínimas regulaciones (ROBERTS, 2008, p.97).

A defesa da democracia representativa é outro ponto de limitação para a perspectiva de superar a ordem vigente evidenciada nesses governos. É claro o acatamento às instituições jurídicas e políticas democrático-burguesas, visto que todos chegaram ao poder pela via legal e, de uma forma ou de outra, governam dentro desses limites.

Os governos latino-americanos chegam ao poder apoiados em um modelo de democracia que exalta a existência de instrumentos jurídico-formais supostamente suficientes para reconhecer certo regime político-social, com mecanismos democráticos que são inerentes a esse sistema: a garantia dos direitos de liberdade e a defesa do princípio da maioria, referendando a formação de um governo eleito pelo sufrágio universal numa disputa eleitoral pluripartidária e concorrencial. Assim, vê-se a simpatia dos governos latino-americanos por democracias representativas, outrora adversárias, porque, além de privilegiar esse tipo de democracia em seus mandatos, eles refutam qualquer tipo de democracia direta, ou seja, mantêm-se uma democracia representativa formalista, sem perspectivas concretas de se transformar em uma democracia substantiva, econômica e social.

Assim, “No parece casual, entonces, que los triunfos de las izquierdas provengan de la participación electoral y del voto de los sectores pobres y medios de cada país”. (GALLEGOS, 2006, p.33). Continua Gallegos:

En la actual dinámica regional se verifica, en efecto, una nueva identificación entre los pobres y el voto: los sucesivos triunfos de Hugo Chávez están claramente anclados en la participación electoral y en el apoyo sostenido de los sectores pobres y marginados a la Revolución Bolivariana, aun si ésta les ha ofrecido más reconocimiento que efectiva redistribución. Essa identificación política ha generado, por otro lado, uma acelerada polarización, y las clases medias y altas sienten cada vez más distancia con el régimen (Idem).

Originalmente, os partidos que governavam a América Latina detinham características de partidos de massas, do tipo “classista de massas” e, secundariamente, do “leninista”. Atualmente se aproximariam do tipo “eleitoralista pragmático” partidos que enfatizam o âmbito eleitoral, como estratégia política para angariar apoio eleitoral das camadas pobres e médias da sociedade, como ocorreu com a eleição de Luís Inácio “Lula” da Silva, no Brasil, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002.

Por su parte, para llegar al gobierno el Partido de los Trabajadores (PT) brasileño debió ampliar su base original —conformada por los sindicatos obreros, el apoyo de ciertas zonas rurales y el respaldo de los sectores medios en el sur del país— y ganar presencia electoral en el resto del territorio. Así, en las elecciones locales de 2004, el PT pasó a ser uno de los partidos más votados en el nordeste brasileño, la región más pobre del país, históricamente controlada por coroneles y hacendados locales (Idem).

A crítica à perspectiva de inspiração socialdemocrata está presente em Bianchi (2007), ao tentar melhorar as condições existentes no regime capitalista. Esse arranjo instrumental visa apenas equacionar problemas oriundos do Estado capitalista burguês, sem tentar transformar (romper) seu caráter fundamental, que é a opressão imposta pelo Estado, mas atenuar – se é que isso é possível – o caráter excludente da democracia burguesa.

Roberts (2008) identifica na busca de reduzir as desigualdades sociais e na ampliação dos direitos sociais em ambiente de democracia representativa e de economia de mercado, elementos de inspiração socialdemocrata europeia nos governos de esquerda latino-americanos. Considerando, entretanto, que a social-democracia surgiu em um local e em um tempo muito determinados – a Europa Ocidental do Século XX – Roberts questiona “¿No se incurre entonces en un ‘estiramiento conceptual’ al aplicar actualmente el término

‘socialdemocracia’ a experimentos políticos que se producen en circunstancias históricas y geográficas radicalmente distintas?” (ROBERTS, 2008, p.88). Roberts (2008) observa que a América Latina é uma região de industrialização tardia, que não dispõe de um proletariado industrial numeroso e com baixa sindicalização que serviriam de base para a socialdemocracia em seus moldes europeus. Assim, “cualquier proyecto socialdemócrata en América Latina tendrá necesariamente un sujeto histórico diferente, más diverso, que el de Europa occidental: una coalición o un bloque de grupos subalternos en lugar de una clase social” (ROBERTS, 2008, p.91). O autor destaca a falta de elementos concretos que identifiquem esses governos com a socialdemocracia europeia.

Os governos nacional-populares tentam (ao menos em seus discursos) resolver a contradição existente entre a democracia como um procedimento eleitoral e a questão dos cidadãos ativos. Para esses governos, um governo de paz e de consenso é o ideal para uma democracia. Esse governo deve iniciar-se na tensão e no conflito entre os grupos que disputam o poder, através do debate livre de ideias e propostas. Posteriormente, é necessário um consenso na busca de uma operacionalidade desejável para um regime democrático. Ressaltam que, além da liberdade do dissenso, a democracia deve gerar consenso para se ter a tal operacionalidade, que não se daria em um regime de soberania popular, mas em um de características parciais, composto juntamente com elites políticas que, em respeitando os preceitos mínimos de democracia, já destacados acima, são, por si sós, “capazes” de gerar um “autogoverno democrático” sem, necessariamente, desembocar numa democracia popular-direta e vacinando-se de qualquer possibilidade de regimes autocráticos ou totalitaristas.

Um contrassenso existente na defesa dessa democracia como valor para os governos latino-americanos refere-se à ambiguidade do caráter vinculante: primeiro, o povo está vinculado a um regime procedimental que, supostamente, através da participação eleitoral, promove a defesa dos seus direitos; depois, quebra qualquer vinculação do eleitor com o representante, para defender a hipotética sustentação da necessidade de operacionalizar a democracia e reproduzir o mesmo sistema político formalista e limitado às participações regulares da população.

Outra incongruência é a defesa do Estado do tipo progressista neodesenvolvimentista como sinônimo de Estado democrático e popular. Não nos parece que a ampliação da democracia política para outras esferas que não fossem a arena decisória e a progressiva extensão da democracia econômica, pensadas por diferentes correntes marxistas, algumas existentes no interior desses governos se realizaram tão factualmente como defendida politicamente pelos mesmos governos. Essas democracias, que funcionam politicamente

como representativas, propõem que a elite minoritária se afaste do processo de tomada de decisões e que a vasta maioria passe a possuir a riqueza ocupando áreas de participação popular. Entendemos que ocorre o contrário, que a manutenção de instrumentos e de mecanismos políticos e econômicos da sociedade capitalista continua, fraturando qualquer proposta de democracia como poder popular.

O sistema democrático representativo e “participativo” defendido pelos governos latino-americanos fragilizam as mobilizações populares e limitam o poder popular de chegar aos processos de tomada de decisão via mecanismos institucionais antimajoritários (defesa da democracia representativa). Portanto, só a superação desse modelo atenderia a uma ressignificação do termo representação e participação e resgataria seu caráter intrínseco, que remete à promoção dos valores democráticos, e não, a aspectos que a paralise e a esvazie.

Quando esses governos defendem os direitos como um contrapeso aos excessos do capitalismo, não o fazem com argumentos verdadeiramente e radicalmente opostos ao regime capitalista, mas com o uso de discurso reformista, manejado de forma conservadora, com o propósito de dissolver os conflitos de classe. Essa estratégia é dada às mais diferentes deformações, servindo para defender a democracia procedimental.

A democracia defendida pelos governos de esquerda latino-americana, neste Século XXI, opõe-se à democracia social participativa, ao defender uma democracia como arranjo político institucional e procedimental e fingir criticar e melhorar, através dessa crítica, o capitalismo, quando é usado como subterfúgio “legítimo e único” canal de crítica e “purificação” da ordem capitalista. Essa democracia atua muito mais como mecanismo do que como perpetuação do capitalismo, sob o falso pressuposto de defendê-lo contra seus próprios excessos.

A crítica que é feita aos instrumentos liberal-republicanos de democracia que serviriam para incluir as camadas mais pobres da população, como o sufrágio e as eleições, na verdade, segundo Marx, deve ser vista apenas como um instrumento em que o movimento proletário melhora seu nível de organização e comprometimento e aglutina forças para a verdadeira revolução sócio-política, que, em hipótese alguma, poderia ser feita através de um instrumento político burguês. A verdadeira política existiria caso houvesse igualdade política e soberania popular.

Quanto à democracia, serviria como sinônimo de comunismo, uma busca por igualdade verdadeiramente social, no sentido entendido hoje de justiça social, “na medida em que a realização da igualdade política exigia como pressuposto a igualdade social, estabelecia-se a identidade entre democracia e comunismo [...] entretanto não era feita à democracia como

forma institucional [...] a democracia liberal-representativa” (BIANCHI, 2007, p.119). A democracia é uma premissa do comunismo, e não, o próprio comunismo.

Os governos latino-americanos nacional-populares alicerçam suas bases distintas do tradicional traçado de classes proposto pelo marxismo, com a abdicação das teorias e das ações marxistas para a política. Para eles, a democracia institucional deixa de ser vista como um instrumento para fortalecer a realização dos fins revolucionários e passa a ser incorporada como um valor em si mesmo. O norte em direção ao socialismo não existe, sequer é cogitado por esses governos. As perdas de base social e de modelos que servissem de farol para esse norte também contribuem para esse distanciamento. Ressaltamos que as referências ao socialismo existem no discurso e nos documentos oficiais de tendências internas desses partidos que governam os supramencionados países, com o objetivo principal de não perder “suas origens ideológicas”, ao menos nas publicizações de suas posições, já que, nesse âmbito, as programáticas parecem ter sido superadas. O socialismo é visto como um conjunto de valores igualitários e de participação, que não são antagônicos à economia de mercado. Nesses termos, essa esquerda governista latino-americana, ao mesmo tempo em que se distancia da esquerda marxista clássica do Século XX, incorpora as preocupações políticas relativamente novas, como a defesa das diversidades sociais, da ecologia e dos direitos humanos, sem questionar a sociedade de classes.

Concluímos-se, nessa abordagem, que o tipo de regime político e de sistema social democrático defendido e operacionalizado por esses governos está muito mais próximo da formação de oligarquias combinadas pelos setores econômico e estatal em aproximação com as características de democracia nacional-popular. Na separação das esferas de participação, em que canais de participação ativa das classes populares situam-se fora da arena decisória política, esta última permanece exclusiva dos políticos profissionais oriundos das elites governamentais. A democracia ainda se restringe a defender as regras do jogo, em um processo eleitoral procedimental que conta com a participação dos eleitores “cidadãos” – aqueles com direitos “protegidos” – e serve para legitimar a formação de um governo consentido por maioria eleitoral, em que, posteriormente, ocorre a ruptura de qualquer mandato vinculatório imperativo entre representante e representado, respaldado por uma suposta necessidade de operacionalizar esse regime sociopolítico – governabilidade e eficiência tecnocratas – em que o autor defende o processo de democratização do estado gradualmente e que, erroneamente, desembocaria na democratização da sociedade.

É nesse cenário de conjuntura e contexto em que esses governos latino-americanos recebem massivo apoio eleitoral, também marcado por contradições quanto à consolidação e à

superação de ditaduras militares e pelo amadurecimento de dada forma de democracia como regime político, com a não superação do neoliberalismo econômico, e a indefinição de qual norte ideológico – neste início de século – movimentará a perspectiva desses governos, com que se depara a esquerda marxista trotskista argentina, nosso objeto e sujeito de estudo, que apresentaremos nos próximos capítulos.

4 OS PARTIDOS MARXISTAS TROTSKISTAS NA ARGENTINA

Neste o capítulo, focalizamos o “protagonista” da tese - os partidos que compõem a esquerda marxista trotskista na Argentina – e apresentamos um perfil deles nos seguintes aspectos: antecedentes históricos e origem dos partidos da esquerda marxista trotskista na Argentina, suas dimensões teórico-ideológicas, as lideranças, os marcos histórico-político e as plataformas políticas.

Para compreender a postura desses partidos marxistas trotskistas, é necessário que analisemos suas ações estratégicas nas arenas intrapartidária (ideologia), eleitoral (institucional) e extraparlamentar (sindicatos), para que possamos verificar os objetivos latentes pretendidos por eles nos diferentes espaços políticos.

4.1 BREVE HISTÓRIA DO TROTSKISMO NA ARGENTINA

Neste tópico, trabalhamos a temática do Trotskismo na Argentina, abordamos o surgimento e o desenvolvimento dessa corrente de pensamento político e apresentamos, a partir de suas principais tendências (morenismo, pousadismo, socialismo-nacional), ainda que brevemente, seus principais partidos, seus líderes e os eixos políticos – luta de classes, revolução, IV Internacional, oposição de esquerda, partido comunista, stalinismo, eleições, movimento obreiro, libertação nacional, imperialismo – relacionando-os com os acontecimentos mais destacados da conjuntura político-social internacional e argentina (peronismo, ditadura militar, redemocratização política) ao longo desse período de participação trotskista na luta de classes.

Na elaboração deste tópico, apoiamo-nos nos escritos⁵⁷ de Coggiola (2006), Rojo (2002, 2010, 2012), Gabriela Liszt (2006), Herrera (2006) e Rojas (2006). As décadas de 1930 a 1950 são marcadas, no que se refere à política econômica nacional argentina, pelo modelo de substituição de importações que culminaria com sua crise e a ascensão do neoliberalismo a partir de meados da década de 1970. Foi nesse contexto histórico, político e econômico em que se desenvolveram as primeiras organizações trotskistas argentinas.

⁵⁷ Parte do material bibliográfico importante sobre o surgimento e o desenvolvimento do trotskismo na Argentina não foi colocada neste trabalho por questões de acesso às obras, algumas restritas à Argentina de maneira impressa. Dentre elas, mencionamos: *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina*, de Ernesto González (1995); *El trotskismo en la Argentina (1929-1960)*, de Osvaldo Coggiola (1985); *Liberación nacional, socialismo y clase trabajadora*, de Norberto Galasso (1991); *El marxismo olvidado en la Argentina*, de Horácio Tarcus (1996), entre os mais destacados escritos sobre a temática.

Em 1928, na América do Sul, os trotskistas argentinos foram o primeiro grupo político ligado à Oposição de Izquierda Internacional (OII). Surgiram da cisão no interior do Partido Comunista Argentino (PCA), de onde nasceu o Partido Comunista da Região Argentina (PC-RA), que, posteriormente, seria transformado no Partido Comunista da República Argentina (PC-RA) e, finalmente, no Concentração Operária (CO), cujo principal dirigente foi José Penelón (ROJAS, 2006).

Os trotskistas argentinos se dispuseram como alternativa revolucionária ao stalinismo – o PCA era a seção argentina da III Internacional – e criticavam o PCA e suas posições stalinistas e as alianças com setores da burguesia local:

En respuesta a los virajes políticos implementados por la Internacional Comunista y su expresión en el PC argentino, los trotskistas discutieron contra la política sectaria de los comunistas hacia las organizaciones sindicales de masas, planteando la necesidad del frente único de los trabajadores. Posteriormente, cuando la IC imponga a los partidos nacionales la política de alianzas con sectores burgueses a través de los frentes populares, los trotskistas defenderán una posición de independencia de clase. (ROJO, 2012, p.109).

Em seu surgimento, as agremiações trotskistas argentinas emergiram de cisões no interior dos partidos de esquerda socialista e comunista, muitas das quais são produtos da tática entrista articulada pelos trotskistas nesses partidos. Em 1929, surgiu o primeiro grupo trotskista na Argentina, cujos dirigentes mais destacados foram Antônio Galo, Pedro Milesi, Libório Justo e Mateo Fossa. Em 1930, formou-se o Comitê Comunista de Oposição (CCO), dirigido pelo inglês, Roberto Guiney, que capitaneou a ruptura com o PCA (dirigido por José Penelós); depois, surgiu o Partido Comunista-República Argentina (PC-RA), que editou o primeiro periódico “La verdad”. Em 1932, foi criada a Izquierda Comunista Argentina (ICA), que tem como jornal-panfleto o “Boletim de Oposição”, que difundia as posições políticas da Oposição Internacional e as críticas à teoria estalinista do socialismo em um só país. No plano nacional, a ICA se opunha ao PCA. Em 1935, veio o Grupo IV Internacional (GIVI). Em 1936, um setor trotskista, encabeçado por Liacho, decidiu fazer entrismo no Partido Socialista (PS) e organizou frações no interior dele, que se fissurou e transformou-se no Partido Socialista Operário (PSO). Posteriormente, os trotskistas foram expulsos do PSO e estabeleceram uma diferenciação política para o plano eleitoral em oposição ao PSO e ao PCA (ROJAS, 2006).

No fim da década de 1930, foram consolidadas as já demarcadas diferenciação e ruptura entre Trotsky e Stálin, com a mudança de rumos dentro da URSS – já apresentadas ao

longo do primeiro e do segundo capítulos desta tese – e Trotsky rompeu com o Partido Comunista Soviético e com a III Internacional. Assim, surgiram a Oposição de Esquerda e a IV Internacional. Esse fato impulsionaria as ideias trotskistas na Argentina, onde se iniciou o Peronismo e surgiram vários grupos trotskistas, entre eles, o Grupo Obrero Marxista (GOM), em 1943, com Nahuel Moreno, que, em 1948, fundaria o Partido Operário Revolucionário (POR). Pousadas fundou o Grupo Quarta Internacional (GCI) e publico a “A Voz Operária” em 1947.

Em 1941, Libório Justo rompeu com a IV Internacional e fundou o Partido Operário da Revolução Socialista (PORS), que seria a primeira seção argentina da IV Internacional (ROJAS, 2006; ROJO, 2012). E, 1944, Nahuel Moreno fundou o Grupo Obrero Marxista (GOM) e passou a publicar a “Frente Proletária” em 1946. O GOM, sob a liderança de Moreno, rechaçou a contradição entre o processo de industrialização e a estrutura econômica existente, assim como a inexistência de contradição entre a burguesia industrial e a oligarquia argentina nos anos 1940. Esse partido defendia a relação estreita entre ambos os setores nacionais com o imperialismo e a impossibilidade de haver uma revolução democrático-burguesa liderada pela burguesia industrial nacional. Assim, as tarefas democráticas, como a revolução agrária, por exemplo, estariam sob a liderança do proletariado e em aliança com o campesinato em oposição à burguesia nacional e ao imperialismo. Quanto ao peronismo, é representante do imperialismo inglês e dos setores mais concentrados da economia nacional. É definido pelo GOM como bonapartista *sui generes* – levando em consideração as particularidades locais e a conjuntura internacional de meados do Século XX – em que se apoia na Igreja, no Exército e na burocracia, atuando em nome das classes dominantes locais e do imperialismo inglês. Sobre a burguesia industrial argentina, considera-a estreitamente vinculada aos interesses do imperialismo, assim como a burguesia agrária nacional (ROJO, 2002).

O morenismo caracteriza a classe operária e os sindicatos em conjuntura peronista como passivos e apáticos e que, somados com a falta de direção revolucionária do proletariado, confluíram para o sucesso do peronismo no campo trabalhista. A estatização de sindicatos pelo peronismo demonstra que tanto ele quanto as direções sindicais “entreguistas” são instrumentos do imperialismo. Assim, a postura do GOM (“Frente Proletário”) foi de atuar nos sindicatos peronistas, onde a maioria dos trabalhadores pretendia retirar esses sindicatos do peronismo e vislumbrava a construção de novos sindicatos e uma nova Central Sindical, autônomas do Estado e do Imperialismo, com a finalidade de acelerar o movimento

revolucionário por meio de sindicatos que lutassem pelo programa da IV Internacional (ROJO, 2002).

Na Argentina, o fato de o caráter e as tarefas da revolução, por ser predominantemente agrária e semicolonial, e o capitalismo nacional (setores agrário e industrial) estarem intimamente ligados entre si e ao imperialismo não possibilita a aliança entre o proletariado nacional e a burguesia nacional, no sentido de mobilizar um movimento nacionalista. Assim, a luta contra o imperialismo acaba também se transformando na luta contra o capitalismo em nível nacional.

Sobre o entrismo no peronismo, realizado pelo GOM e, posteriormente, pelo POR, González (1995 *apud* ROJO, 2002) assevera que o GOM e sua inserção no âmbito dos obreiros peronistas (sindicatos) em 1945 argumentava que esse tipo de postura se deu em respeito às decisões tomadas pelas bases, que deveria ter autonomia em sua decisão, e essa postura do partido, que fortalece a democracia operária e a independência de classe em relação aos patrões e aos governos.

José Posadas fundou o Grupo Quarta Internacional (GCI) e publicou a *Voz Proletária* em 1947⁵⁸. Compreende a Argentina como um país de base econômica primário-exportadora dependente do imperialismo e defende que a ascensão da burguesia industrial, produto do processo de industrialização, é uma nova classe em oposição à velha oligarquia agrária. Assim, a burguesia industrial nacional teria conflito de interesses com o imperialismo (inglês e estadunidense). Porém o GCI (“*Voz Proletária*”) não concorda que a revolução de caráter democrático-burguês estaria nas mãos da burguesia nacional, e o proletariado, aproveitando-se desse conflito entre a burguesia nacional e o imperialismo, impulsionaria a luta revolucionária. Na perspectiva do GCI, o peronismo é um movimento nacionalista burguês, que representa os interesses da burguesia industrial nacionalista, que se apoia no proletariado para impulsionar a política de desenvolvimento industrial, opondo-se ao imperialismo e à oligarquia agrária local. Porém, não acredita que a burguesia argentina seja capaz de lutar contra o imperialismo. O peronismo era o governo da burguesia industrial anti-imperialista. Posteriormente, o posadismo se converteu em agente ideológico do peronismo (ROJO, 2002).

Para o posadismo e o GCI, o peronismo havia produzido uma pequena transformação social com a substituição, como classe principal, da oligarquia agrária pela burguesia industrial, que era representada pelo peronismo.

⁵⁸ Anteriormente, em 1945, saiu do PORS.

Para a Voz Proletária, a burguesia industrial, que domina os sindicatos, usa-os como arma de negociação contra a oligarquia agrária e o imperialismo. Porém a burocratização dos sindicatos também os distanciou da classe operária, que é utilizada contra o imperialismo. Para a Voz Proletária, o caráter e as tarefas do proletariado, para a revolução na Argentina, deveria realizar, de forma combinada, as tarefas nacionais, como a reforma agrária e a socialista, pelo fato de a Argentina ser um país semicolonial, dentro do sistema capitalista em sua fase imperialista (ROJO, 2002).

Jorge Abelardo Ramos (“O Avermelhado”), de linha socialista-nacional, fundou o Grupo Octubre, em 1945, e publicou Octubre a partir de 1946. Ramos afirma que a industrialização nos anos 1930 e 1940 introduziu uma grande transformação na estrutura econômica argentina, que favoreceu a burguesia industrial local, que se desenvolve em contradição com a estrutura existente (agrário-exportadora). O caráter semicolonial da Argentina impõe a tarefa democrático-burguesa para o processo revolucionário tendo como componentes desse movimento nacional o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia industrial na luta contra o imperialismo. Ressaltamos que a Octubre de Ramos destaca que a burguesia nacional era incapaz de lutar contra o imperialismo e passou essa tarefa para os trabalhadores. Sobre o peronismo, expressa um movimento nacional que representa os interesses da burguesia nacional em seu enfrentamento contra a oligarquia agrária e o imperialismo no processo de desenvolvimento da industrialização e da burguesia industrial. Enxergava que as massas deveriam apoiar o desenvolvimento burguês liderado pelo peronismo para acelerar a luta de classes. Sobre a burguesia nacional e o imperialismo, a Argentina é um país semicolonial, com uma economia agrária fundamentalmente capitalista e um proletariado industrial altamente concentrado (ROJO, 2002).

Segundo a análise do Octubre, a classe operária e os sindicatos, em conjuntura peronista, apesar de conter elementos burocráticos e estatais (como a CGT), sua sindicalização foi vantajosa para a consecução de uma unidade de classe. Ressalta, também, a necessidade de criar um partido revolucionário dos trabalhadores, o caráter e as tarefas da revolução na Argentina inicialmente são a revolução democrático-burguesa (libertação nacional do imperialismo, revolução agrária e industrial) liderada pelo proletariado em um movimento de libertação nacional. Esses são características do socialismo nacional. Para Coggiola (2006), o grupo de Ramos, com a defesa do socialismo nacional, faz apologia à burguesia argentina.

Assim, na década de 1930 e, principalmente, na de 1940, a Argentina caracterizava-se, econômica e politicamente, pelo aumento da dependência do imperialismo assumindo de vez

seu caráter semicolonial, com as seguintes características: ser um país produtor de matérias-primas e alimentos, desenvolvimento do parque industrial ainda incompleto, dependência de capital externo – com estabelecimento de pactos e compromissos – através dos quais sua soberania era relativizada. O pacto Roca-Rucín com a Grã-Bretanha é prova disso (ROJO, 2002). O processo de industrialização doméstico reflete a dependência ao capital imperialista externo na forma de capitais e de tecnologias estrangeiras que produzem relações de subordinação da burguesia agrária e industrial com o Imperialismo inglês e estadunidense. Essa análise é refletida nas correntes que já foram descritas quanto ao caráter do desenvolvimento produtivo econômico da Argentina.

Quanto ao Estado Nacional e sua política econômica, o modelo de industrialização por substituição de importações procurava superar a crise do modelo primário exportador (crise do setor agrário argentino). O peronismo emergiu como um movimento nacionalista burguês que tentava se apoiar no proletariado para governar em benefício da burguesia industrial, do Exército e da burocracia estatal. O peronismo buscou o apoio das classes trabalhadoras na crise burguesa nacional e a ofensiva imperialista (ROJO, 2002).

O nacional-desenvolvimentismo e as teorias da modernização surgiram da crise da hegemonia britânica e de sua divisão internacional do trabalho, que especializava os países centrais em atividades industriais e os países periféricos na produção de mercadorias primário-exportadoras. Ou seja, os países centrais especializados em produtos industrializados (maior valor agregado) e os países periféricos especializados em produtos primários (agrícolas e matérias primas). Assim, o Estado nacional foi redirecionado para impulsionar a industrialização e a modernização tecnológica do país.

O nacional-desenvolvimentismo apontava a industrialização como solução para o desenvolvimento periférico com liderança do estado nesse processo, já que a burguesia nacional era incapaz de liderar e não havia perspectivas de que essa industrialização ocorresse via capital estrangeiro. Para fazê-lo, o Estado teria que estabelecer as políticas de substituição de importações, que visavam internalizar a produção industrial de mercadorias que se consumiam mediante a importação. Tratava-se, então, de substituí-la pela produção nacional. Para isso, seria necessária uma intervenção ativa do Estado no comércio exterior e no controle das divisas obtidas com a exportação, que redirecionasse seu uso de fonte de importação de produtos de consumo para financiar a industrialização nacional.

A modernização proposta pelo nacional-desenvolvimentismo sempre esteve vinculada à liderança do capital estrangeiro no consórcio que ele estabelece com o capital nacional e o Estado. Em 1961, as influências nacionalistas, peronistas e socialistas se juntaram para

construir o Partido Socialista de la Izquierda Nacional (PSIN), manifestada na tática político-eleitoral com a Frente de Izquierda Popular (FIP) em 1971, que iria se repetir em 1973. Para os trotskistas, as tarefas democráticas pendentes devem ser realizadas no processo revolucionário, e quanto à fase de libertação nacional, são

aquelas que, por la época histórica, la burguesía ya no está en condiciones de concluir quedando su resolución en manos del proletariado hegemonizando la alianza con campesinos y sectores populares. Son tareas democráticas la liberación de la nación de la dominación imperialista y la reforma agraria y también la defensa de libertades elementales de los trabajadores, como el derecho a la organización sindical (ROJO, 2012, p.110).

Em 1963⁵⁹, formou-se o Secretariado Unificado da IV Internacional (SU-CI). Os pilares defendidos para a revolução mundial eram: primeiro, fazer a revolução colonial nos países atrasados; segundo, fazer a revolução proletária nos países capitalistas avançados; e por fim, a revolução política nos países controlados pela burocracia soviética. A posição política do SU-CI, de Pablo, defendeu a guerrilha de influência castrista. Essa tática resultou na destruição das seções do SU-CI na América Latina (ROJAS, 2006).

Em 1965, formou-se o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), cujo expoente principal era Mário Roberto Santucho. Em 1968, em seu IV Congresso, o PRT dividiu-se entre os defensores da luta armada (o grupo denominado *El Combatient*, com Santucho liderando) contra o regime de exceção militar e os contrários (agremiação *La Verdad*). Entre eles, estava Moreno, que iria sair do PRT e fundar o PST. Em 1969, o PRT adotou como orientação a luta armada contra o regime militar argentino. O PRT foi à seção argentina da IV Internacional e, em 1973, o PRT se separou da IV Internacional alegando que ela teria caráter pequeno burguês e pouco proletário.

Na década de 1970, o PRT (grupo *El Combatient*) participou da luta armada, com a criação do Exército Revolucionário do Povo (ERP), segundo o qual, a luta contra a ditadura fora, inicialmente, a guerra revolucionária pelo socialismo. Esse partido sucumbiria ante o Estado Militar Argentino e, posteriormente, cindir-se-ia em outras organizações políticas.

O PRT (*La Verdad*) desaguaria no Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), em 1972, que se transformaria no Movimento ao Socialismo (MAS) em 1982.

No plano internacional, a conjuntura que antecedeu e influenciou o surgimento do MAS foi marcada pela guerra do Vietnã (confronto entre uma potência imperialista e um país

⁵⁹ Organização que surgiu na reunificação da IV Internacional no Congresso de 1963, depois de sua cisão em 1953, que se dividiu em dois polos: um liderado por Michel Pablo (Secretariado Internacional) e outro, que teve à frente Moreno e Lambert (Comitê Internacional).

semicolonial); pela revolução dos cravos, em Portugal (1974), um país de segunda ordem no capitalismo mundial; e pelo avanço eleitoral da socialdemocracia europeia. Para Liszt (2006), o imperialismo, principalmente o estadunidense, recorreu à tática defensiva da democracia (direitos humanos, eleições livres etc.) devido ao conflito de classes em que eclodia essa tática defensiva que ela denominou de “contrarrevolução democrática” dos anos 1970, posteriormente transformada em ofensiva neoliberal materializada nos governos Reagan (EUA) e Thatcher, na Grã-Bretanha, na década de 1980. A política de contrarrevolução democrática implantada pelos EUA, pela União Europeia e pelo Japão impediu processos revolucionários e findou ditaduras que não serviam mais ao imperialismo. Ou seja, implantou democracias burguesas relativamente estáveis na periferia do capitalismo e aleijou a perspectiva de revolução proletária (LISZT, 2006). A política de contrarrevolução democrática materializava-se no avanço da socialdemocracia europeia com triunfos eleitorais em diferentes países.

No plano nacional, a Guerra das Malvinas (1982) serviu ao governo militar argentino para despistar o foco da ditadura militar, a ascensão do movimento obreiro na CGT, a crise econômica e a mobilização popular de 30 de março. O PST, ainda que não apoiasse o regime militar local, analisou a guerra como um enfrentamento de uma ditadura semicolonial contra uma democracia imperialista, que deveria derrotar o campo imperialista primeiro, conseqüentemente, e indiretamente apoiando o regime militar. Para Liszt (2006, p.6), “la política del PST se puede considerar en general principista” para a guerra das Malvinas. É principista, por se manter coerente com a perspectiva política de Trotsky - “1º a luta antiimperialista” - porém inconseqüentes por darem apoio indireto ao regime militar doméstico. Ou seja, problemas que a condição de guerra impõe à tática e à estratégia socialista. Para Moreno, o triunfo da política pacifista (socialdemocrata), apoiada em diferentes setores da classe média, favoreceu o imperialismo.

A queda do Governo Galtieri (1982), com a perda da Guerra das Malvinas, abriu caminho para a ascensão da “Multipartidaria” (PJ, UCR, MID, PDC e PI) que, junto com o Partido Comunista Argentino, apoiou o regime de transição (ditadura para democracia) de Bignone, que duraria 15 meses. O MAS surgiu com a volta da democracia institucionalista durante o alfonsinismo (1983-1989), alicerçado nos extratos sociais da classe operária: trabalhadores, estudantes e profissionais dos setores populares.

La construcción del MAS, [foi] centrada en la militancia barrial, las afiliaciones, la apertura de locales, las reuniones asamblearias, el apoyo a las

luchas y la distribución del periódico, todo esto desligado de una construcción estructural en el movimiento obrero y con una baja calidad de cuadros, que en general carecían de formación marxista (LISZT, 2006, p.12).

É fato que também existiram acusações de certa posição centrista contra o MAS em seu surgimento. “El MAS fue concebido desde sus inicios como un proyecto centralmente electoral, que se ubicó como ‘pata izquierda’ del régimen transicional de Bignone apoyado en la Multipartidaria” (LISZT, 2006, p.9). Essa passagem demonstra a análise que o MAS faz da conjuntura nacional que também o influencia, nesse caso, a “defesa” da democracia institucionalista e de um governo burguês depois de período de ditadura militar. É importante colocar a influência desse contexto histórico na vigência de um regime político, social, econômico, cultural e ideológico pensado e teorizado pelas diferentes correntes de esquerda e que passam nesse período inerentemente por valores e instrumentos políticos democráticos, em que, incessantemente, devem-se rechaçar quaisquer aspectos do tipo autoritário e totalitarista de governo. Por isso, o MAS edifica seus alicerces na questão do vínculo entre democracia e socialismo e no valor da democracia como centro da transição para o socialismo.

A respeito do governo de transição, o MAS denunciou a estreita relação entre militares e a Multipartidária, cujos partidos que a constituíram “posaram” de opositores do regime militar para se fortalecer em relação à opinião pública. O MAS foi a expressão da esquerda argentina no fim da década de 1980. Em 1989, transformou-se no maior partido trotskista do mundo (ROJAS, 2006) e com relativa força eleitoral na Argentina – para um partido de caráter revolucionário e socialista – e fez um parlamentar no Poder Legislativo nacional, Luís Zamora. Porém, desde 1988, começou a se fragmentar em outras organizações políticas. Várias divergências auxiliaram essa “diáspora”, dentre elas, destacamos a política de alianças eleitorais, com a coligação com o PCA. Alguns desses grupos que saíram do MAS continuaram se reivindicando morenistas: o Partido dos Trabalhadores pelo Socialismo (PTS)⁶⁰, a Liga Socialista Revolucionária, a União Socialista dos Trabalhadores (UST), o Partido Revolucionário Socialista (PRS), a Convergência Socialista (CS), o Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST), que se mantém unificado mas com duas tendências importantes: a MST-AS (Alternativa Socialista) ou MST-UNITE-NE - e o outro grupo, denominado de Izquierda Socialista (IS), outro partido objeto deste estudo (ROJAS, 2006; LISZT, 2006).

⁶⁰ O PTS, até o momento de romper com o MAS, era morenista, porém, depois de sua saída, refutou o morenismo.

Entre 1980 e 1990, trabalhadores, estudantes e profissionais integraram as filas do MAS, que chegou a dirigir dezenas de comissões internas, sindicatos, organizações de bairros e centros estudantis, conseguiu uma bancada no parlamento e organizou mobilizações na praça de maio. Seu auge foi entre 1987 e 1992 (fim do governo Alfonsín e início do governo Menem). O MAS fez parte do conjunto de grupos políticos argentinos de concepções teóricas e políticas morenistas, porém o MAS de hoje sequer é sombra do que foi no passado (COGGIOLA, 2006).

Liszt (2006) fez duras críticas ao MAS como um partido político revolucionário e acusou-o de centrista e de não ter criado uma estratégia revolucionária compatível com o momento histórico-político argentino (transição da ditadura para democracia), além de ser pouco principista (ao rever a teoria da revolução permanente de Trotsky). Concluiu sua crítica ao MAS dizendo: “El MAS no sólo no contribuyó al surgimiento o al desarrollo de una organización obrera independiente, sino que constituyó un obstáculo para la construcción de un verdadero partido revolucionario” (LISZT, 2006, p.23). Porém, para Liszt (2006) o MAS foi o último ascenso revolucionário na Argentina.

Com a chegada de Carlos Menem à presidência, o menemismo, mais um “seguidor” da linha peronista, inaugurou uma década (1989-1999) de adaptação da política argentina ao capital financeiro internacional (FMI e Banco Mundial). A política do menemismo consistia em se aliar às políticas americanas e adotar o modelo econômico neoliberal. A Argentina era a porta de entrada das políticas econômicas neoliberais na região, que serviam aos interesses dos EUA e da União Europeia em troca de participação na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). No plano doméstico, o Governo Menem foi marcado por corrupção, privatizações e perseguições políticas aos seus opositores, e o fim do seu governo é produto da crise econômica nacional, que proporcionou às massas a oportunidade de intervir ativamente na luta de classes, que, ao proporcionar a radicalização política, acabaram em uma vitória eleitoral da aliança entre a UCR, a Esquerda peronista e a Esquerda democratizante, encabeçadas por De La Rúa e sua vice-presidente, a peronista “Chacho” Álvarez em 1999 (COGGIOLA, 2006).

O principal movimento social, durante a década Menem, foi o movimento piquetero, que surgiu em 1997. Em sua composição social, o movimento incluía trabalhadores dos diferentes setores da economia e os desempregados. Sua forma de agir partia das mobilizações populares de rua, e o conteúdo de suas reivindicações era a efetivação de direitos sociais fundamentais. O movimento piqueteiro não postula transformar-se em um partido eleitoral, mas se converter em força para dentro do movimento de massas.

Essa brevíssima descrição do trotskismo, especialmente na Argentina, é consciente de que inúmeros fatos, acontecimentos, posições e disputas políticas importantes em que o trotskismo esteve inserido na Argentina não foram relatados, porém nosso intuito é de destacar a historicidade e as posições políticas⁶¹ tão ricas desse pilar do pensamento marxista e os principais problemas para os trotskistas revolucionários ao longo de sua história, a saber: a falta de desenvolvimento do internacionalismo proletário; a luta contra o imperialismo e o capitalismo e o estado nacional populista, seja em regime militar ou democrático institucional, e os dilemas quanto à tática democrático-burguesa ou socialista-operária, entre outros. Ressaltamos que, na Argentina, a história trotskista é marcada pela tentativa de colocar em prática o programa de transição trotskista e o sistema de reivindicações transitórias, partindo das condições e da consciência em dado momento histórico das camadas da classe operária, o que conduz a uma só e invariável conclusão: a conquista do poder pelo proletariado, que defendia os direitos democráticos dos obreiros e suas conquistas sociais, ou seja, uma mobilização sistemática das massas para a revolução proletária, o que serviu para clarear as análises sobre as ações dos partidos trotskistas na década atual.

A partir do episódio conhecido como “argentinazo”, em 2001, de que trataremos no capítulo quatro, atemo-nos às ações políticas específicas dos três partidos trotskistas objetos deste estudo: o PTS, o PO e a IS. Trataremos, nos tópicos abaixo, dos perfis dos partidos e abordaremos: origem, participações, lideranças e marcos dos partidos marxistas trotskistas na Argentina. Traçaremos um perfil da dimensão interna, que inclui a estrutura organizativa dos partidos e as perspectivas político-ideológicas e suas diferentes matrizes, e da dimensão externa, com as propostas e a atuação política dos partidos na arena institucional (eleições, governo-parlamento), e na arena extrainstitucional (sindicalismo). Para tal construção, utilizaremos, principalmente, os documentos que servem para identificar e caracterizar os partidos: o Manifesto Partidário, o Estatuto, o Programa Político e os Congressos Partidários.

4.2 PARTIDO DE LOS TRABAJADORES SOCIALISTAS (PTS)

Nesta seção, contextualizamos, descrevemos, caracterizamos e apresentamos o perfil do PTS, a partir da análise de seus documentos partidários, obtidos, principalmente, em seu *website*: www.pts.org.arg, onde procuramos selecionar textos oficiais do partido que

⁶¹ Os partidos trotskistas argentinos em estudo (PTS, PO e IS) não seguem as linhas políticas destacadas na construção deste capítulo: nacional-socialismo, posadismo e o morenismo, exceto a IS, que se considera morenista.

servissem ao propósito inicialmente descrito neste parágrafo. Este subcapítulo foi dividido nos seguintes eixos temáticos: origem e história, ideologia, inserção e propostas para a classe trabalhadora, através do sindicalismo, minorias políticas (juventude, estudantes, mulheres, direitos humanos), eleições, conjuntura internacional, publicações, principais lideranças e análise que faz do Kirchnerismo.

O PTS é um partido representante da classe trabalhadora, revolucionário, socialista e internacionalista. Surgiu em 3 de maio de 1988, conduzido por ex-integrantes de uma corrente interna (Tendência Bolchevique Internacionalista), que romperam com o Movimiento al Socialismo (MAS), em seu III Congresso, no mesmo ano. A ruptura, segundo o próprio PTS, ocorreu pelo fato de ele enxergar que o MAS adotou uma postura nacional-trotskista em oposição às posições de Nahuel Moreno (PTS, 2006). Depois de romper com o MAS, o PTS também se distanciou das posições morenistas⁶².

O principal vínculo teórico-político do PTS é Trotsky, em que partilham das análises do revolucionário sobre as condições latino-americanas de existência, observando esse continente como colônia ou semicolonias do capitalismo. Para Trotsky, o proletariado internacional e os povos oprimidos são fundamentais na luta contra o capitalismo em sua fase imperialista. Opondo-se ao imperialismo (seja sob o regime político democrático ou fascista) e contra o nacional-populismo, defendia a comunhão de interesses entre a classe operária latino-americana e a classe operária mundial (PTS, 2008). O caráter semicolonial da América Latina é a condição a que os países latino-americanos são submetidos ao imperialismo nas áreas social, política e econômica. Até a crise de 1929, a América Latina era, prioritariamente, provedora de matérias-primas, o proletariado cresceu na América Latina, a partir da década de 1930, e aumentou o peso social dessa classe. Com esse conjunto de processos sociais, políticos e econômicos que afetaram as classes produtoras, a classe operária e as massas populares, novos fenômenos políticos foram produzidos, como o nacionalismo, cujo peronismo é o maior exemplo na Argentina no Século XX e que continua até hoje se amalgamando com outras correntes políticas.

Outro importante aporte ideológico do PTS foi Nahuel Moreno, de cujas ideias o partido se afastou posteriormente, por discordar do fato de se fazer revisionismo do programa de transição e de privilegiar a defesa da teoria da “revolução democrática triunfante” e suas consequências políticas e programáticas. A teoria da revolução democrática de Moreno reconhece que há transformação na passagem de um regime político ditatorial para um

⁶² Ler em: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei3polemica_con_moreno.html>.

democrático-burguês, mesmo sem alterações fundamentais da ordem econômica e social. E sem a passagem de poder da classe dominante capitalista para a classe explorada trabalhadora, há uma alteração no regime (forma) político que pode ser considerada uma revolução (PTS, 2006). Para o PTS, a teoria da revolução democrática triunfante de Moreno auxilia o imperialismo a perpetuar seu domínio através do regime democrático burguês.

Outro importante pensador utilizado na formação de quadros, na análise conjuntural e no arcabouço teórico para táticas e estratégias do partido foi Clausewitz⁶³, que entende a guerra como uma extensão da política por meios bélicos. Convém enfatizar que é necessário entender esse instrumento (a guerra) para que, nos momentos decisivos, os revolucionários não estejam despreparados. O estudo sobre Clausewitz também é considerado importante para a defesa posterior de um Estado proletário contra um levante contrarrevolucionário das forças capitalistas.

O manifesto político do PTS é o documento central e mais importante do partido, porque contém as posições programáticas a serem seguidas e implementadas, expressa os princípios e as razões de eles existirem e a política adotada contra os governos Kirchner etc. Esse manifesto é elaborado por seu Comitê Central, para ser discutido nas Conferências Regionais e na Conferência Nacional do partido, que define suas linhas políticas e programáticas para determinado período de tempo. Entre os temas de que trata o Manifesto Político, estão: questões internacionais e nacionais, orientação e organização teórica e prática do partido e eleições do Comitê Central (CC).

O PTS reivindica a defesa da revolução permanente como norte teórico-político, a qual estabelece o caráter, o sujeito e as tarefas da revolução nos países atrasados, identifica-se com a oposição de esquerda latino-americana (seção política argentina de 1929, em consonância com a Oposição de Esquerda fundada por Trotsky logo depois do V Congresso da IC e da NEP, e se opõe radicalmente ao stalinismo), opõe-se à visão de revolução por etapas da IC e dos PCs e defende que as tarefas democráticas (reforma agrária e libertação nacional, entre outras) seriam resolvidas através da revolução socialista liderada pelo proletariado, em aliança com os camponeses e os setores populares pobres (PTS, 2008).

A subordinação da luta entre as nações semicoloniais e as imperialistas e a luta entre capitalistas (nacionais e estrangeiros) e proletariado (nacional e internacional) – O PTS

⁶³ Carl Von Clausewitz (1780-1831): general prusiano e teórico militar, cuja principal obra foi *Da Guerra* (publicada, originalmente, em 1832). É o autor da famosa “fórmula”: “a guerra é a continuação da política por outros meios”.

rechaça o nacional trotskismo por ir de encontro ao internacionalismo defendido como identidade do partido.

A construção de um grande partido de trabalhadores, um dos pontos mais ressaltados como sua necessidade, inicia-se, primeiro, por buscar apoio no conjunto dos setores oprimidos e na recomposição classista e revolucionária do movimento obreiro. Segundo, por emancipar a classe trabalhadora do controle dos partidos patronais e romper politicamente com o peronismo e com outras variantes capitalistas: “La superación de la experiencia peronista es la cuestión estratégica a resolver para que sectores de masas de los trabajadores puedan avanzar hacia su independencia de clase” (PTS, 2005, p.19). Essa posição do PTS demonstra para o partido que a burguesia nacional seria incapaz de fazer uma revolução democrático-burguesa: “El PTS manifiesta su oposición al actual gobierno y su política de subordinación al imperialismo y a los grandes grupos capitalistas. Estamos por el apoyo a todas las luchas de los trabajadores y a su coordinación y unificación contra las patronales y el gobierno” (PTS, 2005, p.4).

O programa de enfrentamento da dominação imperialista proposto pelo PTS é pautado, em um primeiro momento, num programa de reivindicações transitórias e na luta por organismos que tenham duplo poder. São exemplos desse primeiro momento da estratégia: o não pagamento da dívida externa; a renacionalização das empresas privadas sob o controle dos trabalhadores; o salário mínimo acima da inflação; a extinção do desemprego e uma saída (estratégica) por um governo dos trabalhadores baseado em seus organismos de democracia direta e, posteriormente, a luta por independência de classe e a formação de um grande partido de trabalhadores. No terceiro momento, a defesa da estratégia de revolução trabalhista e socialista, conciliando as lutas econômicas, políticas e ideológicas dentro do processo de ditadura do proletariado.

O PTS e os demais partidos marxistas trotskistas argentinos são adversários (inimigos, como se autodeterminam) do Governo, do empresariado, dos burocratas sindicais, da direita e da centro-esquerda (vista como conciliadora de classe) no plano nacional assim como no plano internacional do capital imperialista.

Muitos dos dirigentes, quadros e militantes do PTS ocupam postos de comando em organizações operárias:

60% de los delegados [do PTS] milita en el movimiento obrero, siendo una mayoría de ellos compañeros referentes en su lugar de trabajo. Los obreros industriales representaron el 20% de los delegados y un 13% fueron de importantes empresas de servicios. Además hubo un 25% de universitarios y

terciarios, un 8% de la juventud trabajadora y secundarios, un 5% de compañeros dedicados a tareas intelectuales, entre otros (PTS, 2006, p.1).

O PTS dirige algumas comissões internas de fábricas, detém delegados importantes em alguns setores econômicos, como os da indústria, dos serviços, do transportes, da saúde, da docência etc., participa de lutas nos locais de trabalho diretamente (para defender o sindicalismo de base), dos sindicatos que representam os direitos dos trabalhadores (esses sindicatos disputam com outras agremiações políticas, sindicais e trabalhistas), concorrem em eleições diretivas nesses locais de trabalho - exemplo disso é a apresentação de listas de seus quadros para eleição da Asociación de Trabajadores del Estado y para la Central de Trabajadores Argentinos – e são exemplos de sindicatos que o PTS dirige ou dirigiu: Subte com Claudio Dellecarbonara, Kraft com Javier Herмосilla, Zanon com Alejandro López (que manifesta posição independente) y Raúl Godoy, Pepsico Snacks com Astillero Río Santiago, também com participação destacada no sindicato de telefônicos (FOETRA-Buenos Aires), os tercerizados de ferrocarril UGOFE (ex-roca), também Brukman, Mafissa, Jabón Federal, Garrahan, Paraná Metal, automotrices de Córdoba, pescadores de Bahía Blanca, ajeros de Mendoza etc.

Outra influência do PTS no setor trabalhista é na Fábrica Recuperada de Zanón e, como consequência dessa luta, a liderança no Sindicato de Obreros y Empleados Ceramistas de Neuquén, com Raúl Godoy, membro da direção do PTS. Esse sindicato dirigiu o conflito na Cerámica Zanón, reconhecido nacional e internacionalmente. No próximo capítulo, falaremos sobre os embates entre a esquerda trotskista argentina e os governos kirchneristas.

A política sindical defendida pelo PTS rechaça o “sindicalismo burocrático” pautado na associação entre trabalhadores, governo e patrões, como fazem a CGT e a CTA, as duas centrais sindicais mais importantes da Argentina, acusadas pelo PTS de fazer esse tipo de política sindical. A perspectiva de “colaboração entre classes” é totalmente refutada pelo PTS em diversos de seus documentos. Para o PTS, a CGT segue uma ala do PJ, e a CTA, as variantes patronais de centro-esquerda que participam do governo.

Em oposição ao modelo político de sindicalismo burocrático, o PTS defendia o sindicalismo classista pautado no sindicalismo de base, em que os trabalhadores eram independentes, organizativa e politicamente, do governo e dos patrões. Apoiando-se na posição de Trotsky sobre o papel dos sindicatos, defende, entre as tarefas iniciais, a luta pela independência do movimento trabalhista em relação ao Estado (governos) e aos patrões e que essas lutas ultrapassem as necessidades imediatas da classe trabalhadora como moradia e

emprego, na zona urbana, e reforma agrária, no meio rural, e eleve-se para uma luta política de ruptura, extinção e transformação do sistema econômico, político e social capitalista.

Para o PTS, a fragmentação da classe trabalhadora entre empregados e desempregados e entre permanentes e temporários é uma tentativa de dividir ainda mais os trabalhadores e desorganizá-los, fragilizar a unidade de luta e heterogeneizar a pauta classista. Todos esses aspectos devem ser combatidos pelo partido no interior do movimento obreiro, em suas lutas diretas na área trabalhista e sindical como também em ambiente político.

Os setores-chave do movimento trabalhista, na perspectiva do PTS, são os trabalhadores da indústria e dos setores de serviços, por estarem em posições estratégicas no modo capitalista de produzir, que afeta os interesses do capital, “por su potencial para afectar la ganancia capitalista y su incidencia en el conjunto de la vida social, los trabajadores de la industria y los grandes servicios constituyen los núcleos estratégicos de la clase trabajadora argentina” (PTS, 2005, p.9). Assim, esses setores são estratégicos para serem conquistados nas lutas do partido no movimento de massas.

O PTS propôs a aliança entre os setores trabalhista e popular. Nesse segundo estrato social, o partido identificava a classe média empobrecida e os trabalhadores de diversos ramos como importantes grupos para essa aliança. A classe média é heterogênea, constituída de uma minoria que foi impactada com as políticas neoliberais dos anos 1990 e que, nos anos kirchneristas, recuperou seus níveis de consumo consideravelmente, e uma maioria pauperizada que vive em condições sociais semelhantes à classe operária. São esses extratos da classe média empobrecida do campo e da cidade que devem buscar como aliada a classe trabalhadora, em sua luta contra a exploração capitalista. Os extratos subproletários vivem em condição de extrema pobreza e flagelo social, com moradia ruim nas periferias dos grandes centros urbanos. São vendedores ambulantes e trabalhadores informais em geral (PTS, 2005). Ambos os setores – classe media empobrecida e subproletariado – foram protagonistas nas jornadas de dezembro de 2001.

E como ganhar o apoio dessas frações? Segundo o PTS, a defesa das conquistas, (direitos) na tentativa de flexibilizar as liberdades democráticas são um exemplo disso. Porém, não se pode cair na armadilha que essas conquistas trazem para o movimento obreiro e na ilusão do crescimento econômico para os trabalhadores, que enxergam essas melhoras como permanentes e crescentes e acabam se limitando a esse aspecto.

Por que a classe média é importante? Segundo o PTS, porque ela vem sendo a base do radicalismo nos últimos anos, principalmente o setor estudantil universitário, forte

numericamente, com mais de um milhão de estudantes universitários, e politicamente, com o engajamento nas principais lutas laborais e sociais dos últimos anos.

A inserção no sindicalismo governamental objetiva impulsionar a construção de uma corrente político-sindical nas centrais sindicais CGT e CTA que defende a perspectiva da luta de classes, juntamente com um programa antiburocrático e classista. A tática para os sindicatos, organizada pelo PTS, visa retirar a burocracia sindical governista e ganhar os órgãos diretivos dos sindicatos onde ela se encontra; implementar na organização o método da democracia operária, que consiste em que as decisões sejam tomadas por assembleias gerais, em que os delegados tenham mandato imperativo e liberdade de ação para todas as tendências que atuam em seu interior; e superação da lógica cooperativista em prol da luta do conjunto da classe trabalhadora. Exemplos dessas formas de organização e solidariedade trabalhistas para o PTS são as experiências ceramistas de Zanon, o corpo de delegados dos metroviários de Subte na Capital Federal (PTS, 2005).

O caráter da luta de classes é antiburocrático, antipatronal, antigovernamental e anticapitalista. Defende a independência política dos trabalhadores, com perspectiva classista dessa luta, e unidade entre trabalhadores empregados e desempregados, objetivando recuperar os sindicatos burocráticos “governistas” nos mais diferentes setores.

A participação política no processo eleitoral tem um valor tático, porquanto admite o processo de politização de amplos setores de massas e denuncia o sistema político vigente que cumpre, no regime capitalista, a função de limitar a intervenção das massas na vida política, restringindo a participação popular ao voto (escolha de governantes), sob uma égide política de “legitimidade” e outra jurídica formal de “igualdade de todos perante a lei”. A defesa da liberdade democrática (direitos políticos em geral, por exemplo) conquistada melhora as condições de organização da classe trabalhadora. O espaço eleitoral também é utilizado para divulgar o pensamento e o programa partidário, além de buscar a eleição de parlamentares que devem expor seus mandatos a serviço da causa dos trabalhadores e do povo explorado, oportunizando também uma mobilização extraparlamentar dos trabalhadores (PTS, 2005). Assim, a eleição de parlamentares também tem uma função tática:

Nos proponemos participar de las elecciones con el Frente de Izquierda y conquistar nuevos puestos legislativos para tener más voces de denuncia a las políticas de los capitalistas y alentar desde esas tribunas a la movilización de los trabajadores y la juventud [...] queremos diputados para fortalecer tu lucha. (PTS, 2014, p.1).

Além de marcar a identidade partidária, divulgar as propostas políticas, denunciar o sistema capitalista e buscar a eleição de parlamentares, o PTS vislumbra que, não abertamente, a divulgação de quadros do seu partido, através da plataforma eleitoral, objetiva alcançar lideranças em sindicatos e organizações trabalhistas, aspecto que trataremos no quinto capítulo.

Além do Kirchnerismo e dos partidos de direita, nas eleições, o PTS sempre denunciou a centro-esquerda e sua política conciliatória e reformista, entre eles, destacamos: o Partido Comunista (PC) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR), que orienta a CCC, defensora do abstencionismo eleitoral durante anos. O revolucionário que se adapta às correntes reformistas é o Movimento Socialista de los Trabajadores (MST), produto da diáspora do MAS, que combina eleitoralismo com sindicalismo de autopromoção sectária com oportunismo político (PTS, 2005).

O programa político eleitoral e governamental do partido, ao longo da década, foi incluindo alguns de seus temas e proposições na conjuntura em que se inseria e atualizando a análise de conjuntura, elemento fundamental para a análise periódica da luta de classes. Ressaltamos, no entanto, que alguns temas-base se mantiveram e, em nenhum momento, o partido procurou se inserir em uma política do “possibilismo eleitoral”, adequando seus princípios e propostas com o intuito de inserir mais votos na arena eleitoral. Para o PTS, a sujeição de sua plataforma política ao reformismo, empreendido pela centro-esquerda, com o intuito de conseguir mais conquistas eleitorais, está fora de questão nos apontamentos documentais do partido. A adequação ao politicismo, ou possibilismo, realizada pelos partidos de centro-esquerda, é danosa para o movimento revolucionário internacional, porque essa adequação sepulta o horizonte da revolução socialista, perde-se o aporte metodológico de enxergar e analisar o mundo pela luta de classes (materialismo dialético) e passa-se a “gerenciar” o capitalismo a partir das estruturas estatais que, e não poderá superar esse regime.

Somos realistas y sabemos que hoy el conjunto de los trabajadores tiene una conciencia reformista, la mayoría confía en el gobierno y no hay tendencias a la radicalización política de amplias franjas. Pero somos conscientes de que hay que aprovechar todas las oportunidades para introducir en los sectores más amplios posibles, la perspectiva estratégica revolucionaria y socialista, formando una poderosa corriente trotskista en la vanguardia obrera y estudiantil que, ante los futuros cambios políticos, ampliará su influencia. Si no, el reformismo ganará la partida, y nos adaptaremos (por no dar pelea) a él. En esse sentido, decimos, como Lenin, que las luchas actuales son “escuelas de guerra” para los revolucionarios (PTS, 2006, p.2).

Para o PTS, o Kirchnerismo é herdeiro do peronismo, de base nacionalista-populista-burguesa, e está vinculado aos limites políticos e ideológicos que sua natureza impõe. O Kirchnerismo é uma das diferentes correntes de centro-esquerda peronista, cuja hegemonia foi construída na última década, por meio de discursos, em âmbito político, de confrontação com as corporações empresariais estrangeiras e, conseqüentemente, a “defesa” da autonomia e da soberania nacionais. O Kirchnerismo é descrito como um governo a serviço de uma fração fundamental do grande capital estrangeiro e nacional, que emergiu no contexto histórico da crise de autoridade e representação das instituições políticas argentinas, confrontadas nas jornadas de 2001, objetivando, inicialmente, restaurar a autoridade política em torno de uma coalizão dominante, como resposta à mobilização popular (no sentido de desmobilizar) dos movimentos que expressavam essa crise, como o Movimento Piquetero.

As alianças políticas que sustentam o projeto “nacional-popular” kirchnerista nesse âmbito e, posteriormente, nos mandatos de Néstor e Cristina Fernandes, mais destacadas pelo PTS são a burguesia nacional, a burocracia sindical e os governadores de províncias. A burguesia nacional é exportadora de matérias-primas, do ramo petrolífero, alinhada à multinacional espanhola Repsol-YPF; a burocracia sindical, da CGT e da CTA; e os governadores peronistas, a José De la Sota de Córdoba, Guido Insfrán de Formosa, Alberto Mazza de La Rioja e José Luis Gioja de San Juan.

O Kirchnerismo também passou a contar com apoios populares importantes. No campo dos direitos humanos, a Asociación Madres de Plaza de Mayo, que serviu para dar força para legitimar o governo do ponto de vista político e social. O PTS analisa a Argentina kirchnerista em consonância com as suas chamadas “Teses Nacionais”, enxergando o governo Kirchner como foi necessário para executar o realinhamento no bloco dominante do poder na Argentina e garantir a manutenção das taxas de lucro dos capitalistas, principalmente entre “los exportadores (ya sea productores de insumos industriales, de bienes manufacturados, de industrias extractivas o del sector agrícola y ganadero) donde se encuentran quienes han obtenido las principales ganancias, en un marco general de recuperación de la rentabilidad capitalista” (PTS, 2005).

A recuperação econômica, que iniciou em 2003, juntamente com a aliança política anteriormente descrita, foi o elemento essencial, no campo econômico, para o projeto restauracionista. Essa recuperação econômica está pautada no crescimento internacional da economia, que favoreceu as exportações de matérias-primas do tipo *commodities* – as formas e o produto por meio dos quais a América Latina se insere na economia mundial neste século e nas exportações desses produtos, que são recursos naturais dos mais variados tipos. Os

Governos Kirchner contaram com uma situação nacional favorável durante a maior parte do tempo de seus mandatos, expressada na elevação dos preços dos produtos agrários destinados a exportação.

O Kirchnerismo é caracterizado pelo PTS como um governo que contribuiu para altos níveis de rendimento dos capitalistas estrangeiros e nativos, localizado, principalmente, no chamado setor produtivo, que supera a fração capitalista financeira predominante nos anos 1990. Apesar do discurso de autonomia e de confrontação com as agências bancárias e financeiras internacionais, o Kirchnerismo continuou reproduzindo o atraso e a dependência nacionais ao capital estrangeiro e manteve o pagamento da dívida externa com o FMI e o Banco Mundial. Esse pagamento dá-se a partir de uma política econômica pautada em

lograr altos superávits fiscales, en función de las condiciones creadas por el nuevo tipo de cambio de “dólar alto”. Un superávit que es garantizado incluso mediante la subejecución de las partidas de las áreas sociales, como salud, educación y vivienda, y la inversión en obra pública; y también mediante el mantenimiento de muy bajos salarios a los trabajadores estatales y con jubilaciones y pensiones que siguen por el piso” (PTS, 2005, p.2).

Para o PTS, o Kirchnerismo, em seu primeiro mandato (Néstor), manteve uma política cambial de três pesos para cada um dólar, denominado pelo PTS de neoliberalismo de 3 a 1. Ao longo do seu mandato, logrou taxas de crescimento do PIB em torno de 9%. Até o fim de 2007, o governo Néstor Kirchner teve seu momento mais favorável para o Kirchnerismo e permitiu as distintas frações capitalistas e uma recuperação do salário real até uma posterior e rápida desvalorização.

A condição semicolonial do país permanece com a dependência econômica e política, materializada através de pactos e acordos formais em âmbito internacional, como os organizados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e através da exploração que ocorre por meio dos principais monopólios que dominam a economia mundial, principalmente os agrupados no chamado G7.

A la vez que compiten entre sí por adueñarse de los distintos mercados, esas naciones imperialistas comparten la apropiación de gran parte de los recursos generados en las naciones oprimidas, ya sea a través de la explotación directa que realizan las empresas multi y transnacionales o por medio de mecanismos como la deuda externa o la imposición de reglas comerciales que benefician sus intereses (PTS, 2005, p.5).

Sobre a burguesia nacional, é retratada por ser dependente, por não ter autonomia e estar abaixo dos setores dominantes da economia argentina - o capital internacional financeiro e o capital produtivo - elicerçar seus ganhos, principalmente, no mercado nacional interno.

Es una fracción dependiente económica, financiera, tecnológica y culturalmente del gran capital, que es base de los grandes grupos que dominan actualmente la Unión Industrial Argentina. [...] para sobrevivir necesitan ejercer la superexplotación más brutal sobre sus trabajadores, encontrándose en esas empresas la mayor proporción de trabajo “en negro” y precario. [...] Todo su programa se limita a mendigar una porción mayor del mercado interno, sin cuestionar bajo ningún punto de vista la dominación imperialista del país. Como explotadores de segunda y tercera línea, aunque esse sector puede en circunstancias determinadas alentar tal o cual medida que afecte a alguna de las fracciones burguesas dominantes, es incapaz de llevar adelante una lucha nacional progresiva en forma consecuente (PTS, 2005, p.7).

Para o PTS, o Kirchnerismo continuou a obra do Duhaldismo e do Menemismo - restaurar as condições de dominação burguesa golpeadas durante as jornadas de 2001. Os governos Kirchner não romperam com a dependência ao capital estrangeiro, ao contrário, é uma continuidade da política neoliberal, que é uma condição histórica dos sucessivos governos argentinos: “Históricamente, la clase capitalista nativa ha dado sobradas muestras de su incapacidad para terminar con la dependencia y el atraso, su carácter profundamente ‘antinacional’ se encuentra hoy acentuado por su mayor interpenetración con el capital imperialista” (PTS, 2005, p.6).

O partido propõe as seguintes medidas contra o governo kirchnerita:

Luchar por el no pago de la deuda externa y la ruptura con el FMI, por un salario mínimo equivalente al costo de la canasta familiar (hoy de \$1800), por un subsidio universal de desempleo de \$800 y por la expropiación definitiva de Zanon y todas las fábricas recuperadas y puestas a producir por sus trabajadores. Por la renacionalización bajo control de los trabajadores de Repsol-YPF y de todas las empresas privatizadas y por la nacionalización de la banca y del comercio exterior. Llamamos a imponer a las centrales sindicales la ruptura con el gobierno y a un verdadero plan de lucha por esse programa, que comience con un paro nacional activo de los trabajadores ocupados y desocupados (PTS, 2005, p.4-5).

Essas medidas são parte da luta proposta pelo PTS, com o objetivo de construir

un gobierno de los trabajadores y el pueblo, que a partir de la ruptura con el imperialismo y la expropiación de los grandes grupos capitalistas y la oligarquía terrateniente termine con el atraso y la dependencia en que nos

sumieron los distintos gobiernos patronales. Un gobierno que sólo será posible producto de la movilización revolucionaria de la clase trabajadora, la cual mediante la huelga general política, uniendo sus filas y acaudillando al conjunto de los sectores oprimidos por el capital, podrá doblegar el poder de los capitalistas y su estado (PTS, 2005, p.5).

A consequência dessa política econômica foi de impor à população uma convivência com a péssima realidade de grande desigualdade social, salários baixos, trabalhadores desempregados e precarizados e elevadas taxas de pobreza.

Desde la aguda crisis recesiva de 1998-2002 nuestro país está viviendo un ciclo de importante crecimiento económico, con altísimos niveles de ganancias para los capitalistas extranjeros y nativos. La dependencia y el atraso nacional continúan, expresándose también en el aumento de los índices de desigualdad social, en los salarios deprimidos, en los millones de trabajadores precarios y desocupados, y en las elevadas tasas de pobreza [...] Bajo el gobierno de Kirchner, donde el liderazgo capitalista está en manos de los sectores del autodenominado ‘capital productivo’, estamos viendo que esa fracción de la clase dominante no es menos expoliadora ni ‘antinacional’ que los sectores ‘financieros’ que fueron hegemónicos bajo el menemismo. Gracias a que la devaluación bajó enormemente los costos salariales, permitiendo mejores condiciones para competir en el mercado mundial, y a los precios altamente favorables para las exportaciones -tanto las agrícolas y ganaderas como las de petróleo y gas- los sectores capitalistas más concentrados están obteniendo verdaderas hiperganancias, con los exportadores agroindustriales, las empresas petroleras -como Repsol- y las grandes siderúrgicas -como las empresas del grupo Techint-, a la cabeza de los grandes ‘ganadores’ [...] Siderar, Tenaris, Repsol, Petrobrás, Shell, Solvay Indupa, Aluar, Acindar, Ledesma, Comercial del Plata, Pérez Companc, Cargill, Aceitera Gral. Deheza, Bunge, Nidera, Fate, son algunos de los nombres de las empresas más beneficiadas por esa situación (PTS, 2005, p.1-2).

Assim, os fatores incisivos para a ascensão e a manutenção do Kirchnerismo como força política peiotista principal na Argentina, a partir dos anos dois mil em diante, foram: a política de alianças e cooptações nos campos político e econômico, que permitiu que o Kirchnerismo restaurasse as condições de dominação burguesas e a “culpa” dos “oprimidos” por essa ascensão. A falta de organização da classe operária empregada e sua representação política e do partido revolucionário “auxiliaram” a montagem do projeto restaurador kirchnerista. Na visão do PTS, essas faltas são produtos da traição da burocracia sindical (burocratizada) e das derrotas estruturais que os trabalhadores sofreram nos anos 1990 e que servem para corroborar esse contexto de ascensão kirchnerista.

Christian Castillo y José Montes, dirigentes nacionales del PTS, Cláudio Dellecarbonara (delegado metroviário de Subte), Javier “Poke” Hermosilla (da comissão

interna de delegados sindicais de Kraft), Flávio Bustillo (membro da lista Bordó de ferrocarril Roca), Raúl Godoy (dirigente operário de Zanon e deputado), Oscar Coria (delegado despedido de Kraft), Charlie Platkowsky (delegado de LAN), Ana Laura Lastra (membro da Junta Interna do INDEC), Eduardo Ayala (da Comissão Interna de Donnelley - ex-Atlántida) e Nicolas del Caño, parlamentar na província de Mendoza, são as principais lideranças políticas do PTS, cujos principais agrupamentos para as questões de “minorias” políticas são: Clave ROJA (agrupamento estudantil), Pan y Rosas (agrupamento feminista) e CeProDH (questões de direitos humanos).

A Clave Roja participou de mais de 20 universidades de todo o país. Era formado por militantes da Juventude do PTS e está em diretórios estudantis de nível secundário e superior, como na Universidad de Buenos Aires (UBA), principalmente nos Cursos de Ciências Sociais, Filosofia e Letras; na UNGS (General Sarmiento), em Lanús (UNLA), San Martín (UNSaM). Uma das lutas mais importantes que esse agrupamento apresentou foi a reivindicação pela anulação da “Ley Federal de Educación y la Ley de Educación Superior” (PTS, 2005), em que defendeu o pacto obreiro-universitário. As disputas com o Kirchnerismo nas instituições de ensino superior por reitorias, direções de centros, cursos, diretórios de representação docente e estudantil objetivavam intervir diretamente na luta de classes em todos os seus âmbitos, inclusive no da educação, com a perspectiva de que o movimento estudantil fosse um importante ator no cenário político nacional junto com os trabalhadores. O movimento estudantil do PTS, com sua organização na Clave Roja, defendia a educação pública e a união com os demais trabalhadores contra a precarização do trabalho. Para isso, era necessária uma postura política que o tornasse independente do governo e do setor privado.

Quanto à luta das mulheres pela diversidade de questões e de espaços, destacamos o agrupamento político Pan y Rosas. Nas questões referentes aos direitos humanos, principalmente os crimes políticos e militares cometidos no período da ditadura, o agrupamento CePRoDH (Centro de Profesionales por los Derechos Humanos) é a referência do PTS na área, por defender presos políticos como Raúl Castells. No plano internacional, na Argentina, o PTS é a seção da Fracción Trotskista – Cuarta Internacional (FT-CI).

O objetivo dos meios de comunicação é de difundir a política do partido: posições teórico-ideológicas e orientações sobre a organização do partido e de seus membros (dirigentes, militantes, simpatizantes etc.), de acordo com o centralismo democrático. São seus centros de estudos e pesquisas o Instituto do Pensamento Socialista Karl Marx (IPS) e o Centro de Estudos, Investigações e Publicações León Trotsky (CEIP), dedicados à publicação

e à divulgação das obras de Marx, Trotsky e do pensamento marxista de um modo geral. Ambas as instituições funcionam na cidade de Buenos Aires, que, além de acervo bibliográfico impresso, disponibiliza cursos, seminários e palestras na linha teórica do Marxismo. Quanto às publicações, as principais revistas e periódicos são *online*: “Lucha de Clases”, “Revista Estrategia Internacional” (na Fracción Trotskista – Cuarta Internacional), La Verdad Obrera, o diário online La Izquierda Diario e a revista mensal Ideas de Izquierda. No rádio, na televisão e em conteúdo de áudio e visual para a internet, o PTS promove, respectivamente, o ‘Programa Pateando el Tablero’, a partir de 2012, o programa de televisão Giro a la Izquierda en la ciudad de Córdoba, e desde 24 de março de 2009, produz o canal de televisão para internet conhecido como TVPTS.

O PTS está presente, especialmente, com quadros militantes e diretórios partidários em doze províncias e na capital. Seu objetivo, de imediato, é de formar um partido com forte inserção nos sindicatos, com forma e conteúdo baseados em sindicatos de base como parte da tática de construção de uma via revolucionária de um governo dos trabalhadores. A ocupação de postos em sindicatos, já mencionados neste tópico, revela esse objetivo e serve como aspecto tático.

4.3 PARTIDO OBRERO (PO)

Procuramos contextualizar, descrever, caracterizar e apresentar o perfil do Partido Obrero (PO), por meio da análise de seus documentos partidários, obtidos, principalmente, no seu website: www.po.org.arg, onde procuramos selecionar textos oficiais que servissem ao propósito inicialmente mencionado neste parágrafo. Então, dividimos este subcapítulo nos seguintes eixos temáticos: origem e história, ideologia, inserção e propostas para a classe trabalhadora, sindicalismo, minorias políticas (juventude, estudantes, mulheres, direitos humanos), eleições, publicações, principais líderes e a análise que faz do Kirchnerismo. No interior do mencionado website, consultamos a produção teórica do partido, sobretudo nas revistas (periódicos) *El Clasista* e *En defensa del marxismo*.

O Partido Obrero (PO) foi criado em 1964, sob a denominação de Política Obrera, e, em 1983, passou a atuar com a denominação atual. Tal mudança se justifica porque o governo militar havia proibido essa nomenclatura e também impôs a mudança de nome ao PST, que passou a se chamar MAS, como referimos no tópico anterior deste capítulo. Em 1964, um grupo de jovens trotskistas se separou do Reagrupar, que era uma dissidência do Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Argentina (MI-RA), e decidiu fundar a organização Política

Obrera. No fim da ditadura militar, em 1983, a organização *Política Obrera* se converteu em Partido Obrero (PO) e se apresentou nas eleições presidenciais do mesmo ano, obtendo 30.000 votos (0,1% do total).

De orientação ideológica trotskista, representa a secção argentina da Coordenação pela Refundação da IV Internacional (CRCI), que se autodenominou de esquerda, marxista-trotskista, classista, revolucionário e socialista. São algumas das agremiações do Partido Obrero que atuam em diferentes setores: Polo Obrero (sindical e movimiento piquetero), Tribuna Docente (professores), Unión de Juventudes por el Socialismo (juventude), Apel, Ojo Obrero (cineastas), Lucharte (artistas e militantes da cultura), Plenario de Trabajadoras (mulheres) e Agrupación 1969 (LGBTI).

A *Prensa Obrera*, uma revista semanal, é o principal difusor de ideias e análises do partido. A revista de discussão teórica, *En defensa del Marxismo*, e a publicação internacional *El Obrero Internacional* também são outras publicações do PO.

O PO dirige a Asociación Gremial Docente, o principal sindicato docente da Universidad de Buenos Aires (UBA), também participa da organização de trabalhadores em nível regional e nacional, principalmente docente, participando da direção de algumas seções. O Polo Obrero, uma organização de trabalhadores ocupados e desempregados do PO, participou da construção da Assembleia Nacional de Trabajadores, principal organismo do Movimento Piquetero em escala nacional em 2002.

É preciso compreender as ações e as atividades dos partidos marxistas trotskistas argentinos, em especial, o PO, primeiramente pela caracterização do cenário (social, político e econômico) como imprescindível para as ações de desenvolvimento revolucionário pleiteado pelo referido partido. Desse modo, faremos tal caracterização sob o prisma do Partido Obrero, à luz de suas publicações⁶⁴. Depois, pretendemos sintetizar e clarificar as ações e quais seus objetivos na perspectiva política do Partido Obrero.

Para compreender a política trabalhista-sindical do Partido Obrero e suas ações para esse âmbito, é preciso entender os seguintes aspectos: o contexto em que se insere a luta trabalhista, assim como os adversários dos trabalhadores; as reivindicações trabalhistas mais urgentes; as propostas de ação do partido e os objetivos a alcançar com essas ações. A luta sindical é reivindicativa, serve para as questões imediatas dos trabalhadores e para formá-los politicamente, independentemente do governo, dos patrões e da burocracia sindical. São ações desenvolvidas nesse âmbito: a proibição das suspensões, das demissões, a proteção aos

⁶⁴ Principalmente livros e artigos publicados na internet e obtidos através de seu *website* e periódicos *El Clasista* e *En defensa del marxismo*.

trabalhadores que denunciam as empresas que trabalham em condições precárias e marginalizadas, não ao confisco de parcelas do salário mínimo, luta pela manutenção e pelo aumento do salário, garantia jurídica e efetiva de todos os direitos trabalhistas, entre outras.

Um dos resultados da crise econômica e política incluem a recessão e o desencadeamento de uma ofensiva das patronais contra os trabalhadores e seus direitos, com suspensões de horas de trabalho e demissões, denominados de recursos preventivos de crise⁶⁵. Os empregadores movem ações, como suspensões em massa e demissões (inicialmente voltadas para os trabalhadores mais ativos e os delegados combativos), apoiados, política e juridicamente, pelo Governo (por exemplo, o Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social, que funciona como um órgão que legaliza e colabora com o patronato em âmbito institucional), e os burocratas, segundo o PO, atacam a vanguarda e a resistência de esquerda que está junto dos trabalhadores. O PO repudia e se opõe à burocracia, que ele denomina de antioperária e que está entrelaçada com o patronato.

Outro aspecto atacado veementemente pelo PO, em seus documentos, é a terceirização, que, do ponto de vista social e econômico, é danosa para os trabalhadores em sua amplitude, pois deteriora direitos conquistados em relação ao salário (flexibilização de direitos, baixo poder de compra) e às condições de trabalho (precarização, aumento da jornada, falta de estabilidade), por exemplo, e do ponto de vista político, divide a classe trabalhadora fragmentando as organizações trabalhistas e opondo os trabalhadores. Portanto, há o combate ao trabalho terceirizado (e não, ao trabalhador terceirizado) como parte das relações laborais deficientemente registradas.

O PO defende para o campo trabalhista como tarefa imediata: salário mínimo com poder de compra acima da inflação, recomposição salarial, melhoria das condições de trabalho em geral, cumprimento das leis trabalhistas, proibição de demissões e suspensões (que são demissões encobertas sob o rótulo de retiros voluntários) e retirada dos processos jurídicos contra os trabalhadores. Quanto às propostas de ações do partido, a primeira delas é a de solidarizar-se com as lutas dos trabalhadores e de difundir e rodear de solidariedade e com participação partidária ativa os conflitos em que os trabalhadores estiverem lutando. Porém, para vencer, o Movimento Obreiro deve reunir suas tarefas em torno de um programa alternativo ao do capital.

⁶⁵ Estos “recursos” patronales nacieron con Menem y Cavallo. La norma se encuentra en el capítulo VI de la “Ley de Empleo” (24.013) del año '91, que viabiliza toda la precarización laboral en la Argentina pues además se incorporan los contratos temporarios, pasantías, empleo “juven” y todo tipo de contratos basura.

O plano de lutas para a arena trabalhista propunha mobilizações, assembleias com os trabalhadores e paralizações. As ações desencadeadas por causa da ofensiva sobre os trabalhadores consistem em mobilizar os trabalhadores, o que é possível como produto das assembleias de fábricas, com o objetivo de combater as suspensões e as demissões no local de trabalho; abertura das contas da empresa para os trabalhadores, para que eles compreendam a real situação em que se encontram; tentativas de acordo, em que sejam mantidos os direitos e as garantias trabalhistas por intermédio dos representantes sindicais; e ocupação da fábrica que suspenda ou demita trabalhadores, com sua expropriação sem indenização e controle obreiro.

Nessa perspectiva, é imprescindível conquistar as principais organizações operárias, os grandes cordões industriais e os principais grêmios (direções de sindicatos), para conseguir delegados nas comissões internas das direções de fábricas, a fim de orientar os trabalhadores em suas lutas cotidianas reivindicativas e de atrelar a elas uma estratégia revolucionária e disseminar a proposta política de base operária contra a estrutura sindical burocratizada (PO, 2014). Os sindicatos e suas centrais devem canalizar essas lutas, e não, transformarem-se em obstáculos. Para ganhar os sindicatos para os trabalhadores combativos, o PO propõe um congresso antiburocrático para elaborar um programa que una a todos. A realização de um congresso entre a esquerda revolucionária e o movimento obreiro, para o PO, é de fundamental importância porque só as ações conjuntas podem superar as lutas meramente defensivas com a formulação de um plano de luta que deságue, por exemplo, em uma greve geral. O congresso é a forma político-organizativa dessa união, na perspectiva de desencadear uma luta revolucionária.

Uma greve geral, na Argentina kirchnerista, provocaria uma grande crise política não favorável, segundo o PO. Numa greve geral, o PO observou que se devem evitar duas coisas: o ultimato (abaixo o governo) e uma greve geral, que representa um confronto final de classe contra classe.

Si el movimiento obrero va a una huelga general, desafía el poder del Estado y se coloca como clase antagonica, no puede desconocer que ha roto un puente decisivo con El poder, pero no está todavía preparado para capturar esse poder (PO, 2014, p.32).

Exemplos históricos de greves gerais que, posteriormente, foram sucedidas de momentos piores politicamente: o Rodrigazo de 1975, que foi reprimido, como resposta do golpe militar de 1976; outro exemplo foram as greves gerais francesas de 1936 e de 1939,

quando fascistas e democratas expulsaram todos os partidos de esquerda do parlamento por decreto.

É ressaltado também que as greves gerais são oportunidades de desenvolver a classe operária como um duplo poder:

Extraordinária para desarrollar a la clase obrera como un doble poder. Coordinadoras, comités de fábricas, consejos obreros – es decir, una huelga general que se levanta a cambio de ciertas reivindicaciones – es victoriosa en la medida en que la dirección de la huelga general la haya aprovechado para colocar al proletariado en una situación política infinitamente superior a la precedente – o sea como un episodio que prepara acciones de mayor envergadura, aunque haya tenido que llegar a un compromiso – esto por la insuficiencia de fuerzas acumulada [...] Por eso, la perspectiva de la huelga general tenemos que juntarla con el congreso de bases del movimiento obrero. Tenemos que desarrollar la idea de que una huelga general implica un despliegue de fuerzas, requiere una intervención de conjunto de los trabajadores y un planteamiento alternativo al del gobierno. Un congreso de bases que defina un plan político y económico del movimiento obrero y un plan de lucha. A quienes nos advierten que plantear la huelga general es una aventura – un argumento que se usa para inmovilizar la lucha y no dar continuidad a la huelga del 10 – nosotros les contestamos: ‘pregúntenle a un congreso de bases’ (PO, 2014, p.32-33).

Sob o ponto de vista do Partido Obrero, a ocupação d fábricas e da indústria pelos trabalhadores é uma decisão para uma situação limite.

Os principais objetivos dos trabalhadores para o campo trabalhista-sindical, segundo o PO, são de intervir nos sindicatos e de transformá-los em expressão política dos trabalhadores:

La actividad sindical siempre tiene que tener como punto de partida los problemas reivindicativos, los más sentidos por los trabajadores. El motor vital son las necesidades sociales de una familia obrera – negadas, confiscadas por el capital. Nunca nos podemos despegar de eso y menos en los sindicatos o en una fábrica. Entregar ese terreno, es prácticamente un acta de defunción. (PO, 2014, p.29).

Outro objetivo importante é crescer mais na base sindical (formar quadros), ocupar as comissões diretivas e participar das eleições das centrais sindicais nacionais. Assim, rejeita o abstencionismo, visto pelo partido como forma de favorecer a burocracia e o governo (PO, 2014).

Ressalte-se, contudo, que o objetivo primordial do Partido Obreiro, nesse campo, é de promover a superação política do kirchnerismo-peronismo no plano sindical-trabalhista.

La evolución política de los trabajadores está marcada claramente en la búsqueda de la superación del peronismo y sus estructuras burocráticas y represoras. Los trabajadores han comenzado a abandonar masivamente el peronismo, y esse desafío que se presenta para el sindicalismo de la izquierda clasista y combativa requiere tener una fuerte representación política con mandato directo de los trabajadores, que nos alejará de errores y distracciones. Por eso, por supuesto, un congreso de la izquierda y el movimiento obrero sintetizaría en un programa y en un método el gran potencial político que hoy los trabajadores expresamos todos los días a través de nuestras luchas. Nosotros atamos nuestro destino al desarrollo del Frente de Izquierda y de la Coordinadora Sindical Clasista. Se han agotado las perspectivas de un sindicalismo de lucha pero sin una orientación política clara, independiente del Estado y de todas las variantes patronales (PO, 2014, p.2).

O PO, ao avaliar a década kirchnerista, afirma que o Kirchnerismo é produto da crise de 2001, vem agindo como principal agente da transição de uma crise para outra (2001 e 2008) e caminhando no mandato de CFK rumo a um fim de ciclo político:

La caracterización de la etapa como una transición – con todas sus determinaciones – es decisiva para la acción revolucionaria. La caracterización de la etapa: desvela las posibilidades revolucionarias de esa etapa; las posibilidades revolucionarias están metidas adentro del proceso, no son injertos extraños en él que la vanguardia las postule de forma voluntarista (eso la haría caer, como efectivamente ocurre, en el petardismo). La vanguardia tiene que desenvolver el proceso de la transición, explotar todos los aspectos de la crisis y abrirle a la clase obrera un rumbo frente a esa crisis. Es así como emergen esas posibilidades revolucionarias (PO, 2014, p.1).

O contexto de 2001-02, para a burguesia nacional argentina, apresentava-se com a crise econômica e política, a quebra de bancos, a diminuição do processo de privatizações, a insurgência popular de 19 e 20 de dezembro e o Movimento Piquetero. Essa crise desencadeou o processo de reconstrução capitalista do país, através de Néstor Kirchner. Esse processo vem passando por uma crise ao longo do tempo, segundo o PO (PO, 2013). A crise econômica de 2008 tem nexos e laços com a crise de 2001, portanto, cabe ao Estado arcar com os custos econômicos, políticos e sociais das crises:

Con la perspectiva del tiempo, observa que en esencia esa reconstrucción capitalista consistió en transferir al Estado la hipoteca que dejó la quiebra de 2001/2002 al transferirla al Banco Central, a los jubilados, y levantar esa hipoteca con el capital internacional. En esse momento, la deuda pública y la privada externa es de trescientos mil millones de dólares, muy superior a la que había en 2001 y 2002. La mayor parte de esa deuda se encuentra en las arcas de la Anses, del Banco Central y del Banco Nación. Se ha desarrollado, entonces, un proceso de confiscación económica en beneficio

del capital nacional e internacional. La primera característica de la transición actual es que hemos pasado de una crisis a otra crisis (PO, 2014, p.9).

O Partido Obrero (PO) pontua aspectos devido aos quais os governos kirchneristas vêm passando por uma transição e perdendo força desde sua ascensão a partir da crise de 2001. São eles: o crescimento da dívida externa, o fracasso do nacionalismo burguês, a dissolução da coalizão kirchnerista, o retrocesso da burocracia estatal e a dissolução da centro-esquerda.

A dívida externa (um dos componentes da crise econômica de 2001) continuou, ao contrário do discurso kirchnerista: “Las reservas del Banco Central no permiten, además, pagar las deudas internacionales impagas – con el Club de París, los fondos buitres, las privatizadas que ganaron litigios en el Ciadi e incluso deudas con otros bancos centrales” (PO, 2014, p.10). Ou seja, a Argentina está “en bancarota, porque ha transferido la deuda externa a organismos del Estado y no paga esas deudas, por ejemplo con el Banco Central” (PO, 2014, p.17). O PO defende a suspensão do pagamento da dívida externa, que se investigue se é legítima a totalidade dos encargos ou se há uma sobredimensão de juros e outras tributações sobre ela, assim como a convocação de um referendo para consultar a população sobre o pagamento da dívida.

O fracasso do nacionalismo burguês é marcado por um amplo processo de privatizações, capitaneado pelo kirchnerismo, incluindo o setor petrolífero, o perdão de dívidas etc. O governo faz o discurso político nacionalista de defesa do mercado interno, porém a Chevron (ramo petrolífero), o Banco Mundial, o FMI e os fundos abutres demonstram que o nacionalismo burguês está atrelado ao capital estrangeiro. Houve também, através dos anos e na passagem do governo Néstor para o de CFK, a dissolução da coalizão kirchnerista, com disputas no interior da coalizão de governo entre os partidos de centro esquerda e os de centro direita, o fracionamento no interior do grupo Kirchner e a dissolução do peronismo, que apoiava o Kirchnerismo em diferentes grupos entre os aspectos mais destacados pelo PO.

No campo trabalhista-sindical, o PO aponta que há retrocesso da burocracia estatal, identificado através de sintomas como fragmentação política (múltiplas divisões no interior de sindicatos) e afastamento do peronismo do Kirchnerismo, minando a base política da burocracia sindical. Juntamente com essa corrosão interna, aspectos exteriores têm pesado, como o avanço de numerosos sindicatos do classismo de esquerda como elemento importantíssimo para o retrocesso da burocracia sindical em que se encontra o Partido Obrero.

Há a dissolução da centro-esquerda, conforme o PO, quase que completamente, do panorama político e restaram Lozano e seu apoio político para Victor De Gennaro como candidato a presidente.

Para o PO, o Kirchnerismo é um bonapartismo tardío⁶⁶, “porque llegaba como tal en una etapa de desenlace de la crisis económica y tenía una base estrecha, revelada en el fracaso electoral en numerosas provincias importantes y en las rupturas con sectores relevantes de la burocracia sindical” (PO, 2014, p.20). O governo busca manter-se através de pactos precários com governadores que querem organizar a sucessão de CFK para as eleições de 2015.

A economia é marcada por inflação contínua, tarifas, desvalorização da moeda (peso), aumento dos combustíveis, diminuição do consumo e recessão. As consequências desse quadro para a classe trabalhadora são suspensões massivas, desemprego, queda nos salários e perda de postos de trabalho. O PO defende o entendimento das revoluções de caráter histórico, assim como as transições de caráter político.

Para los revolucionarios, los llamados matices y las oposiciones rígidas deben ser superados por una caracterización de las contradicciones en su desarrollo. Se trata siempre de caracterizar el pasaje de una situación a otra situación y de determinar cómo pilotear ese pasaje. En eso consiste la táctica revolucionaria: en pilotear el pasaje, sea desde una etapa de desarrollo partidario a otra, de una crisis internacional a una guerra, de una crisis económica a una política, pero siempre pilotear un pasaje (PO, 2014, p.15).

Para o PO, é importante buscar a parcela da população que seguia a burguesia nacional e que agora se encontra sem referência política. O fracasso do nacionalismo burguês argentino e latino americano levam, invariavelmente, à resolução dos problemas pela direção da classe operária. Uma evidência disso para o partido é de que houve volatilidade eleitoral do voto kirchnerista e peronista para o Partido Obreiro e para a FIT (PO, 2013). Nesse cenário, o PO e a Frente de Esquerda de que ele é parte postulam a condição de polo político.

Es indudable que el Frente de Izquierda se ha transformado en un canal político, por lo menos en el plano electoral. Digo por lo menos en el plano electoral, porque la izquierda nunca fue un factor político en el campo electoral, esto es significativo. Porque más allá de los avances sindicales y juveniles en diversos lugares, millones de personas o centenares de miles de personas han pasado a votar políticamente a un conjunto de fracciones trotskistas encabezadas por la nuestra” (PO, 2014, p.22).

⁶⁶ Ver: <<http://www.po.org.ar/prensaObrera/1174/partido/un-bonapartismo-tardio-en-la-crisis-mundial-y-las-luchas-de-los-trabajadores>>.

No cenário eleitoral, o PO “emerge para suprimir la lucha entre la izquierda en los procesos electorales y para destacar, mediante un frente, la oposición a los partidos tradicionales y patronales, para evitar que el faccionalismo enfermizo que se manifiesta em forma cotidiana se hiciera presente en la lucha electoral” (PO, 2013, p.21).

O PO defende a unidade do movimento obreiro e da esquerda como uma maneira de os trabalhadores saírem da crise, através da Frente de Esquerda, como polo político de classe com compromissos politicamente legítimos que sirvam ao desenvolvimento de uma frente única de luta, rechaça a tática centrista e defende a direção classista para os sindicatos, sem, necessariamente, prender-se ao sindicalismo de base (PO, 2013). Nesse contexto, questionamos: Convém aceitar os operários peronistas e suas concessões? Para o PO, não levaria, necessariamente, à autoliquidação, porquanto o obreiro peronista não encontra uma referência de mobilização e de saída no peronismo.

O PO é um partido que usa táticas mais flexíveis, como, por exemplo, ele entende que “la formación de listas de izquierda y clasistas en la CTA, con numerosos candidatos vinculados ideologicamente al peronismo, es una expresión del desarrollo que tenemos que impulsar” (PO, 2014, p.27).

Quais os elementos de uma grande transição, o papel de liderança e o norte socialista para derrubar a burguesia e seu governo? Quais os objetivos a por em prática nessa transição?

La conclusivo más importante es que tenemos que estar presentes en las luchas populares y en el movimiento obrero como partido, como la expresión política socialista de esse desarrollo ascendente. ¿Hay una assemble del sute, en alguna fábrica? Hay que decir “só del Partido Obrero y proponho tal cosa”. Todo esto precedido por un trabajo sistemático, lo cual supone una gran distribución de nuestra prensa, del periódico sindical; supone un trabajo y una política. (PO, 2014, p.44).

O partido procurava estar presente e intervir nos planos social, político, ideológico e econômico. A formação de quadros partidários vindos de outros campos políticos e ideológicos e a inserção de setores que nada têm a ver com o Socialismo para transformar em quadros socialistas é tarefa do Partido Obrero.

4.4 IZQUIERDA SOCIALISTA (IS)

Procuramos contextualizar, descrever, caracterizar e apresentar o perfil da IS a partir da análise de seus documentos partidários, obtidos, principalmente, em seu website

www.izquierdasocialista.org.ar e no seu canal de TV online: www.youtube.com/use/isuitci, em que procuramos selecionar textos e pronunciamentos oficiais do partido que servissem ao propósito inicialmente descrito neste parágrafo. Assim, dividimos este subcapítulo nos seguintes eixos temáticos: origem e história, ideologia e internacionalismo, publicações, minorias políticas (juventude, estudantes, mulheres, direitos humanos), principais lideranças, inserção e propostas para a classe trabalhadora, sindicalismo, eleições e a análise que faz do kirchnerismo.

A Izquierda Socialista nasceu da ruptura no interior do Partido Movimiento Socialista de los Trabajadores (MST)⁶⁷. Os conflitos entre tendências internas polarizadas em dois grupos - o MST Alternativa e o MST El Socialista - promoveram a ruptura no interior do MST. Em 2006, esse confronto ficou mais agudo no V Congresso do MST, em que o grupo MST El Socialista⁶⁸ iria se separar e auxiliar a fundar um novo partido - a Izquierda Socialista - um partido político argentino, fundado em 2006, e pertencente à matriz ideológico-política marxista-trotskista na linha morenista. Sua filiação internacional encontra-se na Unidade Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (UIT-CI). É continuadora da corrente política fundada por Moreno em 1943 e que, ao longo de sua história, perpassou diversas organizações políticas argentinas (GOM, POR, Palabra Obrera, PRT-La Verdad, PST, MAS), também fruto da diáspora do MAS⁶⁹, ainda que não diretamente.

A finalidade da IS é de mobilizar as massas e construir um partido revolucionário nas teses e experiências morenistas. Em linhas gerais, seus objetivos articulam-se por construir o partido para a ação, na perspectiva de mobilizar as massas partindo de suas necessidades imediatas e de seu atual nível de consciência. Em sua vida cotidiana, deve predominar uma democracia interna plena, com choques de ideias e dissenso, por meio dos quais se pode elaborar e aplicar uma política correta e corrigível quando ela se demonstrar equivocada. É necessário unir os revolucionários, estabelecer relações com outras organizações, participar de campanhas comuns, responder à luta de classes mundial e lutar pela reconstrução da IV Internacional.

O Morenismo, como uma corrente do interior do movimento trotskista, como movimento político-social, objetivava forjar partido(s) internacionalista(s), colocar em prática o programa revolucionário e caminhar juntamente com as massas em suas lutas. A respeito

⁶⁷ O MST é uma das agremiações políticas surgidas a partir da diáspora do MAS no fim da década de 1980.

⁶⁸ El Socialista também é o nome do principal periódico da Izquierda Socialista.

⁶⁹ Da diáspora do MAS em 1989, emergiram mais de 10 grupos políticos de esquerda originados da mesma corrente. Esse assunto é abordado nesta tese.

desses pontos, em sua obra, *Atualização do Programa de transição*⁷⁰, Moreno procura encontrar um caminho que una as massas, o partido e o programa de transição de Trotsky e analisa esses aspectos fundamentais. Entende que não há trotskismo fora da classe operária, por isso o partido deve aproximar-se da vanguarda proletária com uma direção crescida a partir da práxis operária, para construir um partido obreiro, revolucionário e internacionalista. Há um privilégio de Moreno nas ações do partido voltadas para o proletariado, principalmente sua vanguarda, que dirige as lutas econômicas (defesa dos direitos trabalhistas) da classe trabalhadora.

A função do partido nas lutas dos trabalhadores era subordinada à ação da vanguarda proletária e serviu para divulgar o Socialismo aos operários. Para Moreno, a vanguarda operária é o dirigente da classe operária, por isso os revolucionários devem se vincular a ela, ingressar em seus organismos e participar de suas lutas, objetivando conscientizar esse setor (vanguarda proletária) sobre o Socialismo, a fim de transformar em revolucionários os dirigentes da vanguarda operária.

Outro propósito do alicerce do Morenismo é de superar a crise de direção do proletariado, que também é a superação da crise da humanidade, produto de direções partidárias do movimento operário e de massas reconhecidamente traidoras, como a socialdemocracia e o stalinismo, que substituíram o propósito norte de transição do sistema capitalista para a ditadura do proletariado e serviram, direta ou indiretamente, para a contrarrevolução imperialista. Portanto, é necessário evitar, com educação e conscientização de classe, a burocratização das organizações operárias e a formação de uma aristocracia operária com teorias burocráticas e pequeno-burguesas. A construção de partidos trotskistas de massa e o partido mundial da revolução socialista, a Quarta Internacional, em todos os países do mundo, poderia superar a crise de direção do proletariado (MORENO, 1980).

O internacionalismo defendido pelo morenismo não preconiza que se deve simplesmente apoiar as lutas que acontecem em outros países (ainda que façam parte das tarefas), nem somar partidos nacionais subordinados a um partido nacional maior. A revolução tem caráter mundial, por isso precisa de um partido mundial, porquanto não é possível construir um partido revolucionário nacional sem que ele esteja vinculado a uma Internacional (MORENO, 1980), pois essa é tarefa fundamental, e sem direção revolucionária, não haverá destruição do capitalismo, tampouco construção do socialismo.

⁷⁰ Publicado, originalmente, em 1980, trata-se da atualização do Programa de Transição elaborado em 1938 por Trotsky.

Para nuestra corriente el verdadero socialismo está ligado a la expropiación de la burguesía, a la democracia obrera y a la plena libertad para las masas de participar en la planificación económica y política de un país. Para eso es que hacen falta partidos revolucionarios que peleen por la derrota del imperialismo, por gobiernos de los trabajadores con organizaciones de doble poder (sóviets, consejos obreros o como se den en la realidad) y por el socialismo con democracia obrera, que extienda la revolución a todo el mundo para derrotar a los enemigos históricos del proletariado (GIORDANO, 2013, p.2).

A IS se posiciona alinhada – em seus documentos – às posições de Moreno, principalmente as contidas na obra *Atualização do Programa de Transição*, que ratificam as bases da IV Internacional e da revolução permanente que continuam vigentes como guia para ação do partido e articulada no plano internacional com a UIT-CI.

Os dirigentes nacionais da Izquierda Socialista são: Juan Carlos Giordano, advogado, presidente do partido, diretor do periódico “El Socialista” do próprio partido, que integra a direção nacional da FIT, e deputado nacional eleito pela Província de Buenos Aires. Começou a militar na década de 1980, no período da Guerra das Malvinas, muito próximo das orientações do PST. Em 2001, obteve mais de dois mil e setecentos votos como candidato a deputado nacional pela *Izquierda Unida*; José Castillo, economista, Professor da Universidad de Buenos Aires (UBA), membro da associação gremial da UBA e candidato a deputado nacional na capital argentina em 2013, além de Rubén Pollo Sobrero, dirigente ferroviário e Secretário Geral da Unión Ferroviaria Oeste em Buenos Aires; María Liliana Olivero, psicopedagoga do Instituto Domingo Cabred em Córdoba, foi membro da direção do MST, Delegada de Base no Banco de Córdoba e deputada provincial na Província de Córdoba; Angélica Lagunas, deputada provincial na Província de Neuquén; Laura Marrone, docente, legisladora eleita de Córdoba (trataremos desse assunto no próximo capítulo) e membro de Ademys (Associação Docente). Sua trajetória de militante sindical e de esquerda vincula-se a Nahuel Moreno, que ela acompanhou no PST e no MAS, e foi exilada política na Espanha durante o regime ditatorial; Edgardo Reynoso e Mónica Schlotthauer, ferroviários de Sarmiento, delegados e dirigentes do Corpo de Delegados de Sarmiento juntamente com Rubén “Pollo” Sobrero; Mónica foi militante do MAS na década de 1980; Marcela Almeida, ex-diretora do IPC nacional e candidata a senadora nacional na capital em 2013, e Graciela Calderón, atual secretária geral adjunta de Suteba Matanza.

O periódico “El Socialista”, editado quinzenalmente desde 2011, é o principal meio de difusão do partido (ideologia, posicionamentos etc.), além de participar periodicamente da

‘Revista Correspondência Internacional, produzida em conjunto com a Unidade Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (UIT-CI).

Como já referimos, a arena eleitoral é um campo importante de atuação da esquerda marxista, que utiliza esse *locus* para denunciar o jogo político da burguesia, publicar e divulgar as ideias, conscientizar o eleitorado a respeito do capitalismo, do socialismo e do comunismo, disputar a representação dos trabalhadores e das classes exploradas, conquistar cadeiras no Poder Legislativo nacional e provincial, com a eleição parlamentares, e se opor ao governo kirchnerista, aos patrões e à centro-esquerda:

Somos los candidatos que vamos a pelear no sólo por superar el piso proscriptivo en las internas de agosto, sino fundamentalmente para lograr meter diputados de izquierda al Congreso Nacional y en las legislaturas, el gran desafío que tenemos desde el Frente de Izquierda, enfrentando a todas las variantes patronales y de la centroizquierda. (IS, 2013, p.1).

A Izquierda Socialista se comprometeu a articular a luta institucional-parlamentar com a luta para o campo trabalhista-popular e a apoiar e auxiliar toda a unidade e a coordenação de luta dos trabalhadores. Os mandatos parlamentares apoiam o sindicalismo do tipo combativo em oposição à burocracia sindical, latentemente fortalecendo a defesa de se apresentar como uma alternativa política para os trabalhadores de esquerda contra o oficialismo governante e as variantes pejetistas UCR, PRO e a centro-esquerda.

Os processos eleitorais e a tribuna parlamentar são utilizados pela IS para criticar o Kirchnerismo, que se intitula como “década ganha”, “modelo nacional-popular”. A IS ataca o discurso oficialista do governo e as ações desempenhadas por ele em determinados temas, em que se posicionou opostamente para defender, por exemplo, o não pagamento da dívida externa, a resistência ao acordo com a Chevron e os impostos sobre os rendimentos dos trabalhadores. Ou seja, forte ataque ao governo, procurando também diminuir a legitimidade do primeiro.

La tribuna parlamentaria del Frente de Izquierda servirá a la educación y al desarrollo de una conciencia de clase de los trabajadores; a la denuncia de las conspiraciones del imperialismo y las patronales nativas contra el pueblo, a través del aparato estatal; al reforzamiento de la lucha de los trabajadores y la juventud, y para impulsar las luchas y movilizaciones de carácter político. Utilizaremos la tribuna electoral para fortalecer la lucha, al servicio de las huelgas y la movilización extraparlamentaria en las calles de los trabajadores y la juventud, y como un medio más para el objetivo estratégico de derrotar a los capitalistas y su Estado mediante la revolución social (IS, 2013, p.2).

Quanto às ações desempenhadas pela IS no espaço eleitoral, destacam-se: formação da Frente de Esquerda (FIT), superação do PASO, deflagração do voto útil, obtenção de mandatos legislativos, rotatividade dos mandatos entre os componentes partidários da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores, entre outras deliberações a que vamos nos ater no próximo capítulo.

O sindicalismo combativo como método de ação para o campo sindical - O sindicalismo combativo se opõe ao sindicalismo de Estado⁷¹, defende a militância ativa dos trabalhadores, sua formação política e os direitos de classe conquistados, com discurso e prática orientados para a transformação social, sem concessão ao sistema de acordos ou pactos sociais propostos por governos e empregadores vistos como ataques aos trabalhadores e que desarticulam princípios norteadores destacados acima.

A estratégia é pautada na unidade e na colaboração entre os distintos sindicatos combativos, fundamentais para a ação por meio da qual se procura responder aos ataques neoliberais contra a classe trabalhadora e combater a desmobilização da massa operária, ainda sem consciência política de classe.

A IS opõe-se às centrais sindicais governamentais, especialmente à CGT, com Moyano, e a CTA, com Micheli. No campo sindical, defende o já mencionado sindicalismo combativo como método de ação sindical. Entre as ações deflagradas, está a promoção de assembleias nos lugares de trabalho, com a convocação dos delegados representantes para planejar e deliberar as reivindicações e os atos a serem tomados. Depois, essas ações devem ser articuladas em nível provincial e, conseqüentemente, nacional, com o objetivo de traçar um plano de luta único para todos os setores e sindicatos. A tática pautada na ação direta, com paralizações e greves, procura forçar negociações com o governo e o patronato. O partido também pleiteia as direções de sindicatos, do corpo de delegados das fábricas e outros locais de trabalho, para romper com a relação entre os partidos burgueses e os sindicatos, que promovem a conciliação de classe e defende a democracia sindical como outro princípio balizador. No campo trabalhista, as principais reivindicações são: salários, melhores condições de trabalho, garantias trabalhistas, refutação de demissões e suspensões, luta contra os ajustes econômicos, no plano econômico e laboral, e articulação com a defesa estratégica de superação do peronismo.

⁷¹ O sindicalismo de Estado renuncia a qualquer tipo de transformação social e aspiração revolucionária, ao participar de uma série de pactos com o governo e o patronato, que garantem sua conformidade com a estrutura social, política e econômica do capital.

A defesa da “revolução ferroviária”, com o controle operário sobre a empresa ferroviária, por exemplo, é uma ação que tem como forma e conteúdo o sindicalismo combativo.

Como dicen los trabajadores del Sarmiento, la única ‘revolución ferroviaria’ pasa por reestatizar ya el ferrocarril, poniéndolo a funcionar bajo control, gestión y administración de sus trabajadores, técnicos y usuarios; los únicos interesados en evitar nuevas muertes y brindar un servicio digno para el pueblo trabajador. (IS, 2013, p.1)

Os principais nomes do sindicalismo combativo pertencentes à IS também compõem suas listas no campo eleitoral: José Carlos Giordano, José Castillo, Edgardo Reynoso e Mónica Schlotthauer (dirigentes do corpo de delegados de Sarmiento junto a “Pollo” Sobrero); Graciela Calderón, que batalha no sindicato docente em Suteba Matanza; María Liliana Olivero, deputada provincial na Província de Córdoba; Angélica Lagunas, deputada provincial na Província de Neuquén. Na Capital, a senadora nacional Marcela Almeida, ex-diretora do IPC nacional, sofreu perseguição Cristina no Indec⁷². Muitos dos trabalhadores ferroviários de Sarmiento são delegados do partido no polo Sobrero e parte das listas da FIT (exemplos são Reynoso e Mônica, como já destacados acima).

O objetivo é de construir um partido militante, capaz de mobilizar trabalhadores, estudantes e setores populares: “Queremos jugar un papel en las luchas de los trabajadores. Queremos dar la pelea, pasar de las comisiones internas y cuerpos delegados que tenemos hoy a los sindicatos, para ponerlos al servicio de las luchas de los trabajadores que se vienen” (IS, 2011, p.20).

Sob o ponto de vista da IS, o Kirchnerismo é produto da rebelião popular de 2001. A saída política orquestrada pela burguesia (tanto as grandes empresas locais como o conglomerado de transnacionais que operam no país) e pelo imperialismo para sair dessa crise foi a reconstrução da ordem para que a Argentina continuasse como um país capitalista semicolonial, com o cumprimento de seus acordos político-econômicos, especialmente a manutenção do pagamento da dívida externa com seus credores (CASTILLO, 2011).

O governo de Néstor Kirchner emergiu com a missão de reconstruir e estabilizar, política e institucionalmente, a economia e a sociedade argentina. Logrou receber apoio eleitoral com o discurso de aumentar o crescimento econômico e melhorar o desenvolvimento

⁷² Órgão do IPC, índice de preços ao consumidor.

social. A conjuntura econômica internacional favorável (valorização dos produtos agrários – soja – que exportava o país naquele período) auxiliou esse apoio.

O Projeto “nacional e popular”, “progressista”, de “centro-esquerda” e a “década ganha” são falácias discursivas do Kirchnerismo. Para a IS, o que persiste nos governos kirchneristas é a continuidade da política econômica neoliberal menemista com modestos reajustes de caráter social, porém sem alterar o caráter governista a serviço do capital financeiro (salvamento de bancos), das transnacionais estrangeiras Chevron, Monsanto, Barrick, também a serviço dos grupos nacionais Techint, Roggio, Arcor, entre outros. Permanece o pagamento da dívida externa vista pela IS como ilegal e imoral (IS, 2013).

A reindustrialização não é sua matriz produtiva, como discursava o Kirchnerismo, e a reabertura de fábricas e o crescimento, depois de 2001, são frutos de um leve crescimento depois da crise de 2001. Com a economia argentina, no período kirchnerista, houve a reprimarização, a estrangeirização⁷³ (forte presença de empresas transnacionais em setores importantes, como os de combustíveis, minérios, metalurgia e automóveis, com faturamento maior do que os das empresas nacionais) e a concentração econômica, mais concentrada em um punhado de grandes grupos capitalistas estrangeiros e nacionais, com exportação de matriz agropecuária e agroindústria que favorecia os exportadores estrangeiros (IS, 2013, p.1).

Não há processo de reindustrialização, tampouco que seja nacional. As tendências são de concentração e estrangeirização, com liquidação da indústria, iniciadas desde a ditadura. A IS classifica a Argentina como uma semicolônia yanqui, porque sua estrutura econômica está nas mãos do capital estrangeiro, atada à economia global e sustentada pelos altos preços dos produtos agropecuários no mercado internacional, como a soja.

As nacionalizações⁷⁴ são outro aspecto no âmbito econômico contestado pela IS, para a qual são políticas de resgate do capitalismo à custa de uma crise fiscal maior do que a que é paga pelos trabalhadores. Exemplo disso é a petrolífera Repsol. A proposta da IS é uma política de nacionalização que deve ser preparada metodicamente, iniciando com a abertura

⁷³ Dois terços (324 no total) das 500 maiores empresas argentinas são estrangeiros, um terço (176), nacionais; 79,3% do valor bruto da produção argentina vão para empresas estrangeiras. Todas as automotoras instaladas no país são 100% transnacionais: General Motors, Renault, Peugeot-Citroen, Volkswagen, Toyota, Ford, Fiat, Mercedes Benz, Iveco, Honda e Scania. Houve apenas a reestatização parcial de YPF, e 83% da petroleira continuam em mãos de multinacionais, entre elas, a Chevron, a Petrobrás, entre outras. No âmbito da América Latina, dez anos antes, 76 empresas argentinas estavam entre as 500 maiores do continente; em 2009, diminuíram para 33. No período 2003-2009, os subsídios do Estado para as grandes empresas cresceram em torno de 345%. (IS, 2013, Economía K: ¿“Industria nacional” o extranjerización?).

⁷⁴ Importante diferenciar essas nacionalizações parciais realizadas pelo kirchnerismo das que foram propostas pela Izquierda Socialista. Os últimos propõem que se converta a exploração privada em um serviço estatal público a serviço do povo trabalhador. Nesse caso, a reestatização (nacionalização) deve ocorrer sem o ressarcimento ao capital privado, com controle e administração operária sobre a gestão, e financiamento advindo de impostos das transnacionais.

dos livros das grandes empresas, e a transição será realizada sob o controle dos trabalhadores urbanos e os rurais.

Para a Izquierda Socialista, o Kirchnerismo caminha para um fim de ciclo. No plano econômico, manifestam-se tendências a uma nova crise da dívida com inflação crescente, dívida interna recorde, desvalorização internacional do peso como alguns dos principais indicadores dessa crise no plano econômico. No plano político, há a fragmentação do partido oficial kirchnerista e choques no interior da base de sustentação política do governo CFK (IS, 2013).

Há o entendimento de que o Kirchnerismo está chegando a um fim de ciclo e que esse tempo pode expor, outra vez, o país a situações semelhantes aos momentos históricos, como o Cordobazo (1969), o Rodrigazo (1975) e o Argentinazo (2001). Foram momentos de crise em que o Movimento Obreiro e o Popular careceram de direção política e sindical que superasse o peronismo e a burocracia sindical. Assim, a Izquierda Socialista propõe que não se perca novamente essa oportunidade histórica, que, segundo ela, aproxima-se.

No campo econômico, a IS defende a nacionalização dos bancos, do comércio exterior e da grande indústria; a reestatização das empresas privadas e o controle pelos trabalhadores; a nacionalização dos recursos energéticos e o não pagamento da dívida externa,⁷⁵ que “é ilegal e imoral” para a IS. A dívida externa contraída durante o período militar foi paga com os planos de ajuste, no governo Alfonsín, com as privatizações, no governo Menem, e a IS acusa o Kirchnerismo de continuar o pagamento. O pagamento da dívida retira subsídios para os trabalhadores nas diferentes áreas da vida social, como também nas políticas públicas (IS, 2013).

A estratégia política alicerça-se na busca por obter unidade e mobilização operária e popular com um plano de lutas que unifique todos os trabalhadores em seus diversos âmbitos sociais. A realização de assembleias nos locais de trabalho, juntamente com ações de conscientização e educação política nos bairros populares, as disputas por representação no âmbito sindical, a obtenção e a defesa de mandatos eletivos a serviço das causas trabalhistas devem estar alinhados à defesa da transição do capitalismo.

O principal objetivo político da IS, em âmbito nacional, é de superar o peronismo. Nesse contexto, a apresentação de candidatos ao parlamento e ao governo executivo para o processo eleitoral objetiva dar voz aos trabalhadores, à população e aos explorados. Para a IS,

⁷⁵ Caso o imperialismo promovesse um embargo contra essas medidas, principalmente a suspensão do pagamento da dívida externa, a Izquierda Socialista propunha como contragolpe embargar as propriedades privadas imperialistas em território argentino.

a tarefa de lutar pelos interesses dos trabalhadores e da classe produtora explorada não se limita ao campo institucional, pois a luta contra o governo, o patronato e a burocracia sindical se estende aos locais de trabalho e busca por representação trabalhista em sindicatos e comissões de delegados de fábricas e em outras instâncias laborais, e com a defesa dos diversos direitos trabalhistas conquistados ao longo da história que sofrem pressão e ataques para ser (ainda mais) flexibilizados e precarizados. A busca por unir as diferentes causas trabalhistas, sociais e populares, como salário, emprego, educação, saúde, entre tantas outras, relaciona-se ao objetivo principal do partido, articulado em âmbito internacional, que é de auxiliar a organizar as classes exploradas para a revolução de caráter socialista a partir do desenvolvimento das condições objetivas e subjetivas dentro do modo social de produção predominante.

Quadro 1 – Diferenças políticas entre os partidos trotskistas argentinos

PARTIDO	ORIGEM	INTERNACIONAL	SINDICALISMO	KIRCHNERISMO	OUTRAS BASES SOCIAIS
PTS	Ruptura de uma tendência no interior do MAS (1988)	Fracción Trotskista – Cuarta Internacional (FT-CI).	Subte (metroviários); Zanón (ceramista); Kraft (alimentos)	Herdeiro do peronismo de base nacional-populista-burguesa; Sustentado por alianças entre a burguesia nacional, a burocracia sindical e os governadores de províncias	Clave Roja (estudantil), Pan y Rosas (mulheres), CeProDH (direitos humanos)
PO	Ruptura de uma tendência no interior do MI-RA (1964)	Coordenação pela Refundação da Quarta Internacional (CRCI)	Polo Obrero (Movimento Piquetero)	Produto da crise de 2001. Principal agente na transição de uma crise para outra (2001 e 2008)	Unión de Juventudes por el Socialismo (juventude), Ojo Obrero (cineastas), Lucharte (artistas e militantes da cultura), Plenario de Trabajadoras (mulheres), Agrupación 1969 (LGBTI)
IS	Ruptura de tendência no interior do MST (2006)	Unidade Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (UIT-CI)	Unión Ferroviaria Oeste em Buenos Aires; Corpo de Delegados Ferroviarios de Sarmiento	Produto da crise de 2001. Representam tanto os interesses da burguesia nacional (agroexportadora) quanto os do imperialismo	Mujeres de Izquierda Socialista, Juventud de IS, e Docentes, Ferroviários, Estatais, Telefônicos, Metalúrgicos (inserção sindical nesses ramos)

Fonte: Elaboração própria

4.5 PTS, PO E IS: UMA EXPLANAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS CONVERGENTES

Esses partidos funcionam com base no conceito leninista de centralismo democrático e contam com uma estrutura centralizada por seus organismos de direção. O Comitê Central é a direção máxima de sua organização, eleito em congresso nacional. As direções regionais (províncias) discutem e decidem sobre como implementar e adequar a política nacional e elegem suas direções. As células (organizações de base do partido inseridas em movimentos estudantis, populares, organizações sindicais e de trabalhadores, associação de moradores etc.) servem para difundir os ideais dos partidos nessas organizações da sociedade civil, discutem e decidem sobre como intervir em suas frentes e elegem as próprias direções.

Os partidos marxistas trotskistas argentinos são constituídos pela direção central (Comitê Central), eleita pelos delegados enviados pelas seções regionais ao Congresso Nacional. Esse órgão máximo de deliberação do partido estabelece a linha política à qual devem subordinar-se todas as suas instâncias, desde as seções até a direção central. Todas as posições de responsabilidade – cargos executivos dos órgãos diretivos – são de caráter eletivo. Também é função das assembleias do partido escolherem os candidatos às eleições que, quando eleitos, devem respeitar um mandato imperativo e sujeitar-se à disciplina do partido em sua atividade parlamentar.

Partidos originalmente ideológicos não apresentam mudanças bruscas de linha política. Já os de caráter socialista e comunista detêm, historicamente, alguns princípios como forte centralização do controle organizacional interno e não se aliam a outros partidos que não sejam do mesmo espectro ideológico ou que não contemplem a mesma doutrina política. Por essa razão, esses partidos políticos visam ser a expressão da classe trabalhadora e procuram manter um vínculo com as estruturas da sociedade, para que as ideologias a expressem.

Nesse contexto, os partidos marxistas, de um modo geral, propunham-se a educar e a conscientizar as massas sobre o seu papel de submissão ao sistema capitalista e à ordem política burguesa, para que elas, conscientes de sua condição, desenvolvessem uma estrutura organizativa estável e articulada, que envolvesse o maior número de trabalhadores e atingisse toda a esfera da vida social, a fim de acolher as demandas e as exigências e transformá-las em um programa de luta. Esse é o discurso produzido no interior dos partidos marxistas trotskistas argentinos, que serve para sustentar o modelo de partido que se apresenta como alternativa aos partidos burgueses, alinhados à ordem capitalista mundial.

São partidos de origem externa à arena decisória (parlamentar e eleitoral), emergidos de rupturas de outros partidos políticos socialistas e comunistas ligados aos movimentos

sociais e sindicais, que, estando vinculados a parcelas de movimentos sociais e políticos de contestação, ocorre-lhes a imposição do aspecto ideológico como parte importante da identidade organizativa dos partidos. As bases sociais perseguidas por essa esquerda para apoiar sua ideologia político-social para militância extraeleitoral e para compor quadros partidários são: assalariados do campo e da cidade, camponeses pobres e/ou de média renda, movimento estudantil e, principalmente, os trabalhadores e os operários da indústria e do comércio. Porém, a tentativa de ampliar as bases sociais da esquerda, não só classista, mas também cidadã e popular (massificação), é tema recorrente em diversas de suas publicações, que citam sempre o conjunto dos trabalhadores excluídos do modo de produção capitalista e os pertencentes à luta política, porém, ainda privilegiando o classismo, ao menos nos discursos de campanhas.

Segundo os partidos trotskistas argentinos, não há perspectivas de transformação para a classe trabalhadora no governo do PJ kirchnerista, entendido como produto da saída burguesa da crise de 2001, porquanto as alianças entre a classe trabalhadora e a burguesia, com vistas a construir um governo que possa desencadear um processo de pleno desenvolvimento social com boa qualidade de vida e bem-estar, com amplo acesso dos trabalhadores aos bens e aos serviços essenciais à vida, não passa de uma grande falácia da propaganda do partido “dito” de esquerda em defesa de uma alternativa nacional em que se inclua a burguesia, no sentido de um “capitalismo autônomo”.

Nessa perspectiva, a alternativa socialista aparece como o objetivo maior a ser alcançado – de ser o norte de todas as ações e iniciativas transformadoras. Entendemos que, dessa forma, a revolução socialista é um processo complexo e de longo prazo, que envolve múltiplas formas e instrumentos de luta. Para que esse objetivo se viabilize, será necessária a união de todas as forças que identifiquem no capitalismo e no imperialismo as causas mais profundas do quadro excludente atual e os inimigos centrais a serem derrotados. Essas forças podem ser partidos políticos, grupos, entidades, movimentos sociais ou pessoas que se colocam em oposição à ordem burguesa hegemônica, que defendem a justiça e a igualdade social, que propõem caminhos e realizam lutas e ações políticas no sentido de mudar radicalmente a realidade. Essa defesa é feita pelos trotskistas argentinos.

A classe operária, sob a ótica dos partidos, deve travar duas espécies de luta integralizadas: o combate contínuo para atenuar a forte pressão da exploração, com o propósito de aumentar os salários e os direitos trabalhistas e o aumento da sua força, com vistas a vencer o capitalismo e instaurar um novo sistema de produção. A ação institucional nos sindicatos, a utilização da justiça burguesa ou a pressão sobre o parlamento para aprovar

leis de interesse dos trabalhadores são também parte da atividade dos partidos independentes de governos e patrões. No entanto todos esses instrumentos – táticos – devem estar sempre subordinados à estratégia permanente, que é a mobilização dos trabalhadores e sua organização, numa perspectiva classista, revolucionária socialista e internacionalista.

A esquerda marxista trotskista argentina alicerça a defesa de um sindicalismo classista⁷⁶, com o objetivo de divulgar a estratégia socialista, a independência de classe, a defesa da ação direta dos trabalhadores e a democracia operária. A concepção classista e socialista da luta dos trabalhadores requer a vinculação das lutas econômicas imediatas à luta política geral contra o capitalismo. É tarefa permanente dos sindicatos lutarem contra as instituições que dão corpo ao sistema capitalista – o próprio Estado capitalista (compreendendo as instituições como os governos, a justiça, o parlamento, a polícia etc.) – como também contra ideologias que buscam legitimar esse sistema. Dessa forma, defende a posição dos trabalhadores de não aceitarem a exploração a que estão submetidos, por entender que os efeitos das crises econômicas podem impulsionar novos ciclos de lutas, que resultarão em grandes mobilizações dos trabalhadores, imersos no movimento sindical, base de apoio político e de composição de quadros dentro desses partidos.

As forças de orientação classista propõem a luta na arena sindical para enriquecer a experiência militante da classe trabalhadora contra a intimidação lançada pelos empregadores e seus partidos na estratégia política de se consolidar como alicerce para a necessidade de organizar a classe trabalhadora. Ao participar das lutas sindicais, os trotskistas argentinos ressaltam que a mobilização não pode cair nas armadilhas do oportunismo eleitoral e do aparelhamento partidário. Os governos do PJ são considerados agentes das proposições e das ações de políticas liberais: implementação de cortes de gastos públicos, sucateamento dos sistemas públicos de saúde, educação, previdência e imposição da redução de salários e a precarização dos empregos. Nessa perspectiva, esses governos não só aprofundaram seu papel conciliador, como também se transformaram em uma correia de transmissão das políticas neoliberais. Deve-se colocar nesse quadro – tática e estratégia – um importante fator que se apresenta para a esquerda clássica marxista - o caráter da ação sindicalista. Para essa esquerda, o problema recai sobre a seguinte proposição: a permanência nos sindicatos da manutenção de uma dimensão reivindicativa, pensada como alicerce para desempenhar um papel revolucionário nas lutas dos trabalhadores. Essa tática tem caráter limitado à arena

⁷⁶ Classista é a ideia de independência dos trabalhadores em relação à burguesia e à cooptação pelo aparelho estatal.

econômica. A inserção na classe trabalhadora, para os partidos trotskistas argentinos, contraria a política conciliadora do sindicalismo patronal.

Ressaltamos que os trotskistas argentinos são semelhantes quanto à forma como deve se dar a atuação sindical, críticos às novas qualificações exigidas pelo capital, diluídas em várias categorias profissionais, que podem ir além da representação sindical e ampliar sua atuação em novos quadros de luta que, nessa década, compartilham com as reivindicações de outros movimentos sociais e populares, como os que combatem a discriminação sexual e a racial, quanto participar das lutas que são exclusivamente trabalhistas, que devem ser produto de um processo de unidade de ação nas lutas cotidianas dos trabalhadores. Essas ações sindicais estão refletidas nas propostas dos componentes dos partidos.

Por fim, as congruências de ação para o campo eleitoral, com a utilização da tática de frentes únicas, forjadas por eles na conformação de uma frente de esquerda - a FIT.

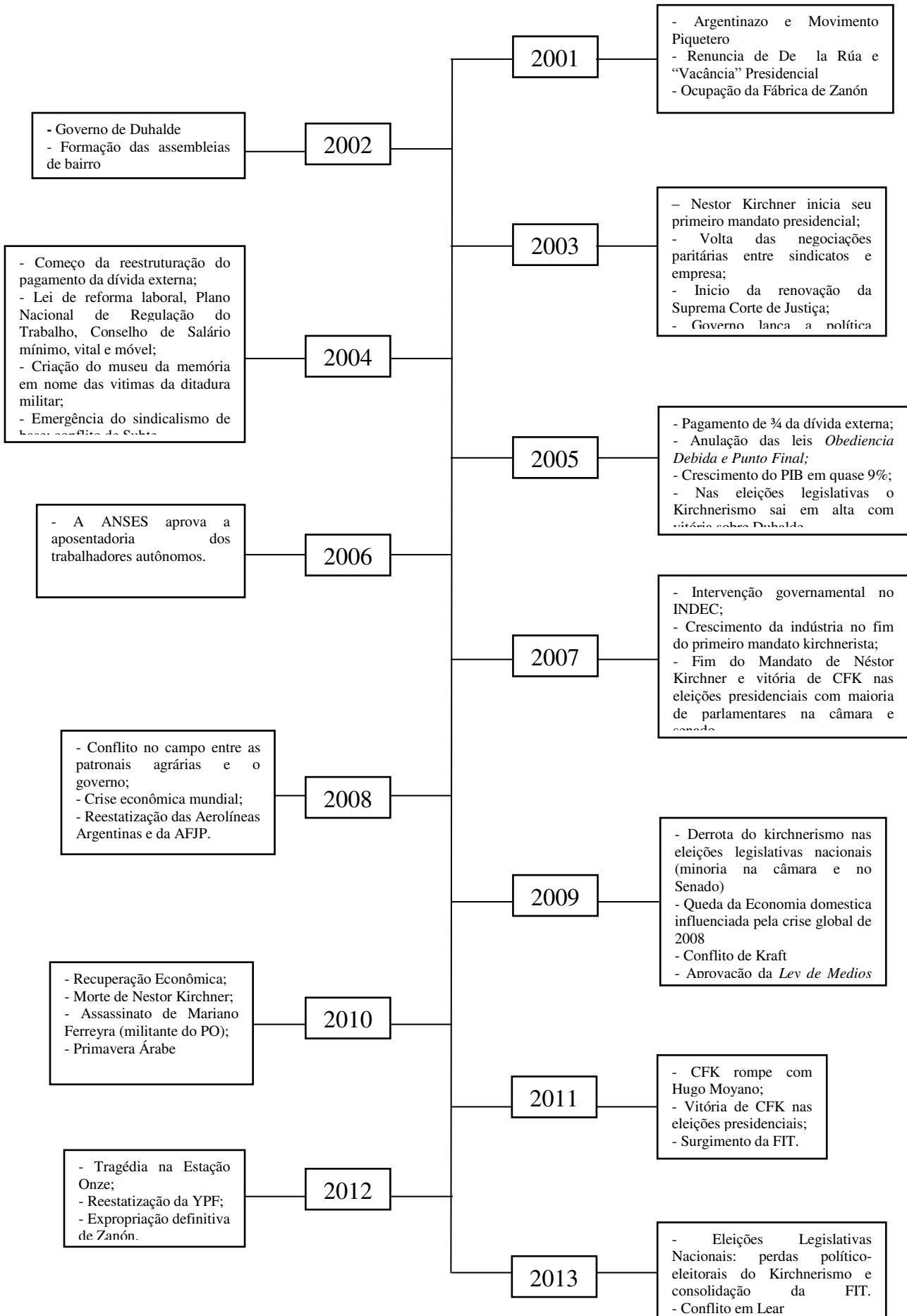
5 PARTIDOS TROTSKISTAS VERSUS KIRCHNERISMO: EMBATES NOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS ARGENTINOS NO SÉCULO XXI (2001-2013)

Neste capítulo, tratamos dos principais fatos e temas políticos que opuseram os partidos de esquerda marxista trotskista e o Kirchnerismo, periodizando esses pontos durante o Kirchnerismo e dividindo-os em três blocos analíticos: as jornadas de dezembro de 2001 (argentinazo), com a crise política, que oportunizou a ascensão do Kirchnerismo; os conflitos na arena político-sindical entre os governos Kirchner - Néstor e Cristina Fernandez - e os partidos trotskistas (PTS, PO e IS); e as lutas em ambiente político-eleitoral, em que descrevemos as contra-ações dos partidos à ação governamental nos processos eleitorais utilizados como episódios políticos a serem retratados e os resultados desses embates. Fazemos uma apreciação das participações dos partidos trotskistas argentinos nos principais fatos políticos contra os governos kirchneristas, na última década, focando-os, principalmente, nas áreas sindical e eleitoral, para tentar confirmar o tratamento de nossa hipótese inicial de utilizar o âmbito eleitoral para reforçar as ações e as lutas diretas em âmbito sindical.

Este tópico se divide nos seguintes pontos: primeiro, a conjuntura política doméstica, que antecedeu a chegada do Kirchnerismo ao poder, e a crise de dezembro de 2001; segundo, a descrição, em linhas gerais, do Kirchnerismo nas áreas política e econômica e os conflitos entre ele e os partidos trotskistas no campo político extraparlamentar (sindical); terceiro, os conflitos entre o Kirchnerismo e os partidos trotskistas no campo político institucional (eleições). Por fim, apresentamos uma breve discussão sobre os resultados, os debates e as conclusões sobre os conflitos entre o Kirchnerismo e os partidos trotskistas argentinos.

Apresentaremos, abaixo, o mapa da linha do tempo, com os principais fatos políticos (2003-2013) que colocaram em confronto os partidos marxista-trotskistas e o Kirchnerismo. Usamos como parâmetros os principais eventos (acontecimentos) relevantes no período kirchnerista, incluindo os fatos em que os partidos trotskistas argentinos estiveram presentes.

Figura 2 – Linha do Tempo Kirchnerista



5.1 ARGENTINAZO

5.1.1 O Estado de Sítio decretado por De la Rúa (2001) e a eclosão dos levantes populares

Segunda-feira, 19 de dezembro de 2001. O Presidente da República Federativa da Argentina, Fernando De La Rúa, do partido político Unión Cívica Radical (UCR), autorizou o decreto 1678, que estabeleceu o Estado de Sítio⁷⁷ em todo o país por 30 dias. Como um instrumento de natureza excepcional, em regimes políticos democráticos burgueses, o Estado de Sítio foi decretado por Fernando De La Rúa, buscou, conforme posicionamentos desse governo, reprender a onda de violência e de saques que iniciara dias antes em todo o país, principalmente na capital, Buenos Aires, com o pretexto de resguardar o exercício dos direitos dos cidadãos (LA NACIÓN, 20/12/2001).

Com mais de trinta mortes⁷⁸, pessoas feridas (108), detenções (328)⁷⁹, em dois dias (19 e 20 de dezembro de 2001), por forças policiais que atuavam durante o estado de exceção decretado pelo governo De La Rúa e apoiado pela maioria dos governadores das províncias, o Governo preferiu a saída da violência institucional para a crise econômica, política e social em que o país estava imerso. Além da saída repressora do uso da força física, houve tentativas de escapar da crise mediante algumas ações políticas tomadas pelo Governo: a troca de postos de comando no interior do Poder Executivo, com a troca do ministro da economia, Domingo Cavallo, por Ricardo López Murphy; políticas sociais de caráter emergencial, como o plano de assistência social, que incluía a distribuição de alimentos etc., foram algumas das rotas buscadas pelo Governo De La Rúa em caráter de urgência, porém, sem obter sucesso, o que resultou na renúncia de De La Rúa em 20 de dezembro de 2001.

A vacância do cargo foi imediatamente ocupada por alternâncias no cargo máximo eletivo nacional que durou onze dias, período em que a Argentina chegou a ter quatro presidentes: Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saá, Eduardo Camaño e Eduardo Duhalde, o último derrotado nas últimas eleições presidenciais de 1999. O vice-presidente, na coalizão de governo de De la Rúa, Carlos “Chacho” Álvarez, também renunciaria à Presidência antes de

⁷⁷ Ver artigos 23 e 99 da Constituição Nacional da Argentina.

⁷⁸ Segundo dados disponibilizados, o número oficial de mortos, durante esse episódio, chegou a 39.

⁷⁹ <<http://www1.rionegro.com.ar/arch200112/p20gg5.html>; <http://www.pagina12.com.ar/2001/01-12/01-12-20/pag03.htm>>.

assumir. “Chacho Álvarez foi uma importante figura da Frente País Solidário (FREPASO)⁸⁰, visibilidade que o içou ao posto de candidato a vice-presidente, na chapa de De La Rúa, em 2009.

Partindo desse fato político, analisamos a conjuntura argentina que precedeu a ascensão ao Poder Executivo nacional de Nestor e Cristina Fernandez Kirchner subsequentemente. Entender, por meio da alegoria, esse episódio emblemático e significativo como uma nova correlação de forças alçou ao poder um grupo político até então pouco expressivo, em nível nacional e no interior do peronismo, para reformular e recuperar os ganhos capitalistas na Argentina, com o retorno ao protagonismo econômico do Estado, sem ser, de fato, uma alternativa para superar a crise que contemplasse os interesses populares⁸¹ em sua integralidade.

A raiz dos problemas políticos, sociais e econômicos que eclodiram nesse episódio é datada de antes mesmo da chegada de Fernando De La Rúa à Casa Rosada, a partir da conservação da política econômica herdada de seu antecessor, Carlos Menem, baseada no neoliberalismo, com forte privatização de setores estratégicos da economia argentina, como o setor energético, o de transporte e o de telecomunicações; com a importação de produtos de bens de consumo duráveis e não duráveis, que desequilibrou sobremaneira a balança comercial do país; e a lei de convertibilidade, que equiparava (paridade cambial) o peso ao dólar. Como consequência, houve níveis altos de desemprego, de inflação, de queda na produção interna, entre outros. No âmbito político, as instituições políticas tradicionais perderam a legitimidade popular, o que se habituou a chamar de crise de representação política.

Para o historiador argentino, Norberto Galasso (2011)⁸², em posição política alinhada ao Kirchnerismo em boa parte do seu período, a conjuntura que propicia a crise econômica (bancarrotas) nesse momento está alicerçada em “un grupo de grandes consórcios transnacionalizadores copa el peronismo para una política que era la política del Consenso Washington, es decir, de liberalización de giros al exterior, privilegiar o mercado, las

⁸⁰ FREPASO: apresentou-se como opositora do menemismo, na segunda metade dos anos 1990, com forte discurso de moralização da política, que parecia ter possibilidades de apresentar uma alternativa de governo, com destaque para as figuras de Graciela Fernández Meijide e Chaco Álvarez. À frente do FREPASO, predominavam os setores médios. Porém, nas eleições nacionais de 1999, a FREPASO vai se juntar em aliança ao radicalismo (UCR) de De La Rúa (GALASSO, 2011).

⁸¹ Entendemos como interesses de caráter popular as temáticas ligadas a questões do trabalho (emprego, salário, condições de trabalho) e questões de promoção social por parte do Estado (saúde, educação, segurança, transporte, moradia).

⁸² Importante militante e historiador da Frente de Esquerda Popular, um grupo originariamente trotskista, que defendia as ideias de socialismo nacional, cujo principal dirigente foi Jorge Aberlardo Ramos. Nos últimos anos, Galasso se definiu como kirchnerista, porém, por fora do peronismo.

relaciones carnales con Estados Unidos, destrozará toda la obra fundamental que había hecho el peronismo a partir del 45” (GALASSO, 2011, p.115).

E continua:

El control de comercio exterior, más el control de los depósitos bancarios, que si bien subsistieron los bancos del 46 em adelante como empresas privadas, no podían disponer a su antojo de los depósitos bancarios. Todo eso fue destruido. Fui también destruido el sistema previsional, fue destruido el aparato industrial [...] con una política que al establecer a igualdad peso-dólar, favorecía las importaciones. Esto trajo como consecuencia que Menem va a dejar el poder con casi un 20 por ciento de desocupados (GALASSO, 2011, p.115-16).

De la Rúa recebeu de Menem um sistema econômico totalmente dependente do mercado internacional, representado nas corporações internacionais defendidas por seus países-matriz - entenda-se Estados Unidos - com um sistema bancário e previdenciário nacional em pedaços, com desemprego na casa dos 20% e com a lei de convertibilidade que equipara o peso ao dólar, aspecto que se mostrou essencial para afunilar a crise econômica argentina no fim de 2001.

A política econômica sobre a convertibilidade (1 peso = 1 dólar) não se sustentou. A convertibilidade produziu um grande volume de importações, que diminuiu as exportações e a produção da indústria nacional e produziu uma balança comercial desfavorável, um comércio exterior deficitário que resultou em endividamento: “El gobierno de De La Rúa se puede resumir como la administración de la crisis y la convertibilidad, con rasgos antipopulares, y para colmo de males, con rasgos de corrupción” (GALASSO, 2011, p.121). A figura de Domingo Cavallo, como ministro da economia do governo De la Rúa, tornava esse governo ainda mais parecido com uma continuidade do menemismo.

O “corralito”, outra medida aplicada pelo governo De la Rúa para sair da crise econômica limitava em 250 pesos os saques bancários das pessoas em contas correntes, o que contribuiu para tornar seu governo mais impopular. A queda na produção e no consumo e a diminuição do fluxo de dinheiro geraram saques, o que culminou no Estado de Sítio de 19 e 20 de dezembro de 2001.

No plano político, o desgaste de De La Rúa pode ser notado pelo parâmetro eleitoral. Em 14 de outubro de 2001, as eleições nacionais legislativas receberam o nome de “voto bronca”⁸³, com vertiginosa queda da votação de De la Rúa (em 1999, foi de 8.745.000 votos, e em 2001, de 3.340.000 milhões), que teve menos da metade dos votos e perdeu para

⁸³ Tipo de voto de protesto.

Duhalde com votação diminuta (caiu de 6.847.000 mi para 5.727.000 milhões de votos⁸⁴), votos brancos (23%), votos nulos (4%) e abstenções (23%) são a marca dessa eleição: “Esto estaba diciendo que la sociedad se preparaba para decir que ‘se fueran todos’. Era el repudio a una dirigencia que no daba respuestas, no interpretaba, no se había renovado durante la dictadura genocida” (GALASSO, 2011, p.123). Para Galasso (2011), a figura política de De la Rúa perdeu força, e o menemismo saiu enfraquecido do processo eleitoral.

Foi a partir desse cenário de profunda crise, que emergiram os levantes populares, protagonizados em três extensões: o movimento piquetero, as assembleias populares ou assembleias barriais e o movimento de ocupação das fábricas.

5.1.2 O Movimento Piquetero

O Movimento Piquetero, também conhecido como Movimento de Trabalhadores Desempregados⁸⁵ (MTD), autodefine-se como uma expressão do desenvolvimento do poder popular, composto de outros movimentos sociais e agrupamentos (BUKSTEIN, 2007; LARKER, 2009; SVAMPA, 2004; CAMPIONE e RAJLAND, 2006).

Para compreender a origem do Movimento Piquetero, é necessário entender a conjuntura de transformação social, política e econômica da Argentina, principalmente a partir da década de 1990. O Movimento Piquetero é produto da política econômica neoliberal, que levou ao empobrecimento parcelas da população, como a classe média, e cujo produto continha o desemprego e diversas formas de precarizar o trabalho, a saber: subemprego, informalidade, vulnerabilidade social e exclusão, além da flexibilização dos direitos sociais trabalhistas outrora conquistados: “Los despidos que se practicaron en el marco de las reconversiones y privatizaciones de las empresas del estado y los cierres de las privadas que no podían competir en una economía de libre mercado” (LARKER, 2009, p.1).

Los ‘90 fueron así para la Argentina años de descolectivización masiva que afectaron muy especialmente a las grandes zonas industriales, que por entonces ya arrastran consigo las secuelas de una primera devastación, producto del plan económico instrumentado por la última dictadura militar. En pocos años, la cartografía social varió considerablemente: el llamado cordón industrial se convirtió en un verdadero cementerio de fábricas y pequeños comercios, que fueron reemplazados por cadenas de shoppings e hipermercados. En medio de la euforia neoliberal comenzaron a erigirse los altos muros de la ciudad privatizada (urbanizaciones cerradas, com

⁸⁴ <http://elecciones.gob.ar/articulo_princ.php?secc=2&sub_secc=9>.

⁸⁵ Na Argentina, usa-se o termo desocupados para se referir a trabalhadores desempregados (sem emprego formal).

seguridad privada), al tiempo que se multiplicaron las villas de emergencia y los asentamientos (SVAMPA, 2004, p.1).

Com essa decomposição social, novas formas de organização e mobilização que se contrapuseram à referida política econômica neoliberal foram emergindo na sociedade civil argentina, sobretudo a partir de 1996 e 1997. “De essa manera, la acción colectiva trajo consigo la idea de que otra identidad – y outro destino – era posible para quienes habían perdido su trabajo y habían visto interrumpida su carrera laboral” (SVAMPA, 2004, p.2).

A composição social do Movimento Piquetero estava conformada por trabalhadores metalúrgicos, ferroviários, do setor elétrico, petroleiros, portuários, estatais etc. A maioria dos desempregados desses setores “no son nuevos pobres, sino que son desocupados con una experiencia de lucha sindical y que en la actualidad se encuentran sin trabajo” (BUKSTEIN, 2007, p.147).

Os piquetes foram um novo formato de reivindicação e de protestos sociais que emergiram na década de 1990, com um conjunto de práticas, formas organizativas e demandas que se diferenciavam das formas clássicas de protesto sociais: greves e mobilizações sindicais. Essas novas práticas foram materializadas no fechamento de ruas e de rodovias, que limitava ou paralizava o fluxo de veículos, na formação de assembleias de bairros, no recrutamento de trabalhadores em seu local de trabalho e no controle ou na participação consultiva e deliberativa nos planos sociais “disponibilizados” por parte do Estado⁸⁶.

Segundo Bukstein (2007, p. 149),

la estrategia de un piquete es bloquear tanto los insumos como los productos acabados. Como una huelga debilitante, impide a la élite la acumulación de beneficios, ralentiza el cambio de divisas, recorta los ingresos por impuestos que permiten que el Gobierno pague su deuda. Com essa potente táctica, los ‘piqueteros’ argentinos han impulsado una agenda amplia de demanda al gobierno. En un piquete se exige la liberación de militantes encarcelados y la retirada de la policía, se piden alimentos, puestos de trabajo, salarios decentes, subsidios de desempleo, financiación de siembras e inversiones públicas en agua, electricidad, calles pavimentadas, viviendas e instalaciones sanitarias (BUKSTEIN, 2007, p.149).

⁸⁶ “Sólo cerca del 10% de los mismos son directamente controlados por las organizaciones piqueteras, mientras que el 90% restante es gestionado desde los municipios, vinculados em su mayoría al Partido Peronista” (SVAMPA, 2004, p.2).

As principais demandas - emprego e inclusão - nos planos sociais governamentais, representaram a condição que possibilitou vincular as diferentes organizações piqueteras em torno de uma agenda de luta em comum.

Segundo as explicações de Svampa e Pereyra (2005, p.355),

debemos decir que las organizaciones piqueteras dieron origen a ‘verdaderas experiencias de autogestión’ en las que los planes ‘fueron recibidos como salarios y la obligación de desarrollar una contraprestación laboral fue rápidamente asumida’. De esa manera los piqueteros se reencontraban con su dignidad. En no pocos lugares fue posible construir pequeñas economías de subsistencia, hacer frente a situaciones de hambre y desarrollar tareas de servicio logrando otra percepción y legitimidad de las organizaciones en el seno de sus comunidades.

Conforme Svampa e Pereira (2005), o Movimento Piquetero não é homogêneo, e uma dessas heterogeneidades e em sua organização de diretrizes ideológicas. Eles se guiam por três lógicas principais: uma lógica do tipo sindical, outra político-partidária e a terceira marcada na ação territorial. Algumas dessas organizações piqueteras combinam mais de uma dessas lógicas no interior de suas diretrizes, como por exemplo, a Corrente Classista e Combativa (CCC)⁸⁷. O Polo Obrero é um exemplo de organização piquetera que se formou a partir da intervenção de um partido político, o Partido Obrero, ideologicamente trotskista, que articulou as diferenças experiências forjadas no levante popular de 2001: as ações diretas piqueteras nas ruas com as assembleias de bairros (Plaza Congreso, por exemplo), juntamente com as fábricas recuperadas (Sasetru) e a luta sindical tradicional. Outras organizações operárias importantes de influência partidária foram o Movimento Territorial de Libertação (MTL) ligado ao Partido Comunista Argentino (PCA) e o Movimento Teresa Vive, que é parte do Movimiento Socialista de los Trabajadores (MST). Para Larker (2009), são organizações que têm um sentido político e eleitoral.

Fazemos um adendo sobre o PTS, que participou do MTD de Neuquén e dessa organização piqueteira, porém de forma bastante particular, com críticas às diretrizes amplas que abarcavam diferentes setores sociais, mas sem a perspectiva de romper com a estrutura de classes.

Durante o período de 2001 e 2002, as ações das organizações piqueteras se concentraram na Capital Federal, na grande Buenos Aires e em outras províncias de grande

⁸⁷ A CCC aparece como agrupamento sindical que disputa o campo trabalhista com o sindicalismo tradicional. Porém, a CCC tem uma vinculação orgânica a um partido político, o Partido Comunista Revolucionário, de origem maoista (CAMPIONE e RAJLAND, ANO).

densidade demográfica, invertendo o levante piqueteiro anterior (1996-1998), que foi mais intenso nas províncias menores (SVAMPA e PEREYRA, 2005). Em fevereiro de 2002, formou-se o Bloco Piqueteiro Nacional⁸⁸, uma entidade que organizou e dirigiu um conjunto de organizações independentes dos governos e expressões políticas que se opunham aos sucessivos governos nacionais nesse período.

A efervescência da crise argentina elevou o movimento piqueteiro à condição de protagonista das mobilizações sociais em escala nacional, juntamente com as classes médias afetadas pelas medidas econômicas do governo Fernando De La Rúa.

La crisi de 2001 era portadora de una demanda doble y contradictoria: por un lado, había un llamado a la creación de una nueva institucionalidad, que priorizaba la auto-organización de lo social, a distancia y en detrimento del mundo institucional; por otro lado, transmitía un llamado a la normalidad, que podía leerse como un reclamo de intervención estatal para garantizar el orden, la ejecutividad y la seguridad (SVAMPA, 2004, p.5).

A resposta do Estado, posteriormente, veio de duas formas: uma pela integração e cooptação de agrupamentos do Movimento Piqueteiro aos planos de assistência social para o reestabelecimento da ordem jurídico-política, e outra com a criminalização dos movimentos piqueteros que continuaram na oposição.

Os planos sociais foram estratégias de contenção da pobreza e das manifestações por via de distribuição de renda e acesso a alimentos. São exemplos dessas políticas sociais: o Plano Trabajar, o Plano Jefes e Jefas de Hogar⁸⁹, este último iniciado durante o governo de Eduardo Duhalde em 2002. Esses subsídios não alteraram a estrutura da falta de emprego (não é uma política de reinserção laboral), também não diminuiram as desigualdades econômicas de propriedade, acesso a bens de consumo duráveis, renda ou mobilidade social, porém, inseriram parte dos desempregados assistidos no consumo, ainda que em níveis muito baixos.

Quanto aos movimentos piqueteros que continuaram na oposição em relação ao Estado, sofreram criminalização a partir de três componentes que se completam: primeiro, a intensa deslegitimação de suas práticas e o conteúdo de suas ações por parte do oficialismo estatal, juntamente com a mídia burguesa, que fazia a função de construir uma visão negativa

⁸⁸ “Agrupación de organizaciones piqueteras constituida los días 16 y 17 de febrero de 2002, tomando distancia de otros sectores particularmente la CCC y FTV, después de la rebelión de diciembre de 2001 y em oposición al gobierno de Duhalde. Actualmente está raleado por el abandono del MTL PC y el alejamiento de Raúl Castells de la ANT” (WERNER e AGUIRRE, 2004, p.83).

⁸⁹ “Por medio de ese plan nacional, se pagan subsidios a personas desocupadas que tengan cargas de familia, equivalentes a 50 dólares al mes, cifra menor al nivel de ingresos por debajo del cual se considera indigente a una familia en Argentina” (CAMPIONE e RAJLAND, 2006, p.301).

das formas de ações praticadas pelos piqueteros, classificando-as como um obstáculo indesejável para a normalidade da vida cotidiana, produzindo um refluxo dos apoios obtidos pelo movimento na sociedade; segundo, opressão física, através da violência policial em todos os níveis (federal, provincial etc.), com mortes⁹⁰, detenções, confrontos em espaços públicos e perseguições aos principais expoentes do movimento; e por fim, a judicialização das ações do Movimento Piquetero através de processos civis e penais contra suas lideranças e membros do movimento, com leis de endurecimento aos protestos públicos.

Ainda no campo da oposição piquetera ao Governo Néstor Kirchner, alguns agrupamentos de linha político-ideológica próximas aos partidos de esquerda (Partido Obrero, Partido Comunista, MST) e da nova esquerda⁹¹ (MTR e MTDs), mesmo com forte cooptação e dispersão no interior do movimento em 2003, passando por forte perseguição militar, criminalização do movimento por parte do oficialismo estatal, não reconhecimento das representações e direito a protesto das organizações piqueteras de oposição, principalmente as que se encontravam no interior do Bloco Piquetero Nacional, resistiram (LARKER, 2009; SVAMPA, 2004).

A partir de 2002, sobretudo em 2003, o Movimento Piquetero sofreu um declive e um profundo momento de refluxo. No que diz respeito aos seus fatores endógenos, intensificou-se a fragmentação organizacional, produto da cooptação e da integração de parte do Movimento Piquetero ao oficialismo refletido na sua perda de capacidade de mobilização social e no plano exógeno e o retorno da demanda por “normalidade constitucional” atrelada a uma razoável estabilização econômica (SVAMPA, 2004; CAMPIONE e RAJLAND, 2006).

A fragmentação política do Movimento Piqueteiro propiciou, a partir da ascensão de Néstor Kirchner, a institucionalização e a integração das correntes ligadas à tradição nacional-popular, peronista, como a Federación de Tierra y Vivienda (FTV) e a Organización Barrios de Pie como exemplos do forte discurso de defesa da “normalidade institucional” e manutenção dos programas de assistência social (WERNER e AGUIRRE, 2004).

Uma das principais consequências da integração por parte do Kirchnerismo sobre o Movimento Piqueteiro foi potencializar as diferenças entre os grupos, no interior do movimento, com desmobilização, dispersão, a quebra de alianças feitas com os setores médios em 2003 e a cooptação através de cargos no governo em diferentes níveis e esferas para algumas das lideranças piqueteras.

⁹⁰ Assassinato dos dirigentes piqueteros, Darío Santillán e Maximiliano Kosteki.

⁹¹ “Un arco ideológico que va del guevarismo, la izquierda radical en sus diferentes variantes, hasta las formas más actuales del autonomismo” (SVAMPA, 2004, p.8). Larker denomina essa nova esquerda de setores independentes.

Ya perdí la cuenta de los compañeros del MTD-EVITA que son funcionarios en provincia, nación, que son diputados nacionales, senadores. miro los que éramos y los que somos ahora y me da miedo”, expresa Pérsico mientras reconoce que su preocupación por cumplir con su propio criterio de porqué y para qué es funcionario de gobierno. ‘estoy acá para cumplir con el objetivo del proyecto nacional en el que me he embarcado: la generación de trabajo y la inclusión social a través del empleo’ (BUKSTEIN, 2007, p.151-52).

O governo promoveu a criação de novas organizações piqueteras – por exemplo, o MTD-Evita – providas com assistência social por meio de programas sociais, como “Plan Arraigo” e “Manos a la obra”, que contemplan a construção de moradia e linhas de créditos para empréstimos populares.

Desde el gobierno de N. Kirchner se ha propuesto un vínculo con las ‘masas organizadas’, en un primer momento fueron sólo los sindicatos; posteriormente, se agregan los piqueteros oficialistas. Dentro del espacio piquetero existen corrientes que se identifican con la matriz nacional y popular, y por ello reivindican ciertas formas del peronismo histórico. Algunas son más negociadoras (Federación de tierra y Vivienda) y otras más confrontativas (Barrios de pie). En el año 2003 esas corrientes realizaron un diagnóstico positivo con respecto al gobierno viendo la posibilidad de volver a las fuentes históricas del peronismo. Por su parte, N. Kirchner desde el poder se encargó de crear otros movimientos piqueteros, por ejemplo el MTD-Evita. Esse giro coincidió con los cambios de gobierno en los países de América Latina, atravesados por una fuerte retórica antineoliberal, que reactiva nuevamente la tradición nacional y popular [...] se destaca que el MTD-EVITA es uno de los grupos piqueteros que el gobierno kirchnerista ha incluido en el ‘armado’ de su estructura política. [...] la estrategia de abrir canales de comunicación con los desocupados y la búsqueda de acuerdos con las organizaciones de base ha dado resultados en el objetivo oficial de reducir el número de movilizaciones (BUKSTEIN, 2007, p.150-51).

O principal dirigente do MTD-Evita na época, Emílio Pérsico, defendia que não havia perda de legitimidade (entenda-se autonomia para cobrar as demandas por parte do movimento), mesmo com a integralização do movimento pelo governo. Ele argumentou que a função do movimento era de ser um novo setor de representação institucional partidária em descredibilidade e de manter o princípio de participar do governo Néstor Kirchner, para cumprir sua parte no projeto nacional de geração de trabalho e inclusão social através do emprego. Ao posicionar o movimento alinhado ao Estado, defende que ele é uma ferramenta para unir as organizações sociais e o Estado rumo à constituição de um novo projeto político nacional (BUKSTEIN, 2007).

Em 2005, a cooptação estava completa. “Luego del triunfo del ‘Frente Para la Victoria’ de 2005, estos grupos, junto con otras organizaciones oficialistas, conformaron el Movimiento Libres del Sur, perdiendo su autonomía y subordinando su actuación a las consignas de movilización impartidas desde el gobierno nacional” (LARKER, 2009, p.9).

5.1.3 As assembleias populares (assembleias de bairros)

As assembleias populares - ou assembleias de bairros – surgiram da crise política, econômica e social de 2001 assim como o Movimento Piquetero e o Movimento de Ocupação das Fábricas, como parte dos desdobramentos do levante popular de dezembro de 2001. As assembleias de bairros construíram-se posteriormente aos eventos de 2001, durante o governo de Duhalde, em 2002, forjando mais de trezentas assembleias ativas em todo o país, presentes em bairros de classe média, na capital federal e nas localidades próximas da grande Buenos Aires. Isso, porém, não foi exclusivo da classe média. Igualmente a seus pares, caracterizaram-se por defender autonomia em relação ao Estado, aos patrões e aos partidos políticos (CAMPIONE e RAJLAND, 2006).

As Assembleias se organizavam em diferentes cidades do país, para discutir sobre problemas locais e nacionais, e expressavam as necessidades de um dos setores mais afetados pela crise de 2001 – em especial, os desempregados e a classe média. Para redefinir seu lugar na sociedade, através de debates e de deliberações a favor de formas de auto-organização social baseadas na organização e na deliberação horizontais e na ação direta, criaram um novo tipo de prática política alternativa e paralela à tradicional representação política partidária e institucional (BUKSTEIN, 2007; SVAMPA, 2003).

Quanto à estrutura organizacional,

en el MTD se practica una democracia desde la base, debido a que todas las decisiones, como formular demandas, hacer un piquete, se toman colectivamente en asambleas abiertas a nivel de barrio o a nivel municipal. A partir de la asamblea que tiene carácter soberano se toman las decisiones. Se estableció un proceso asambleísta semanal en los municipios, quincenal en las provincias y mensual en las comisiones nacionales. Se trata de un proceso de ida y vuelta donde los acuerdos buscan la profundización del estado de la democracia formal existente. La organización a partir de asambleas permite que todos los miembros puedan participar, proponer y resolver (BUKSTEIN, 2007, 148-49).

O objetivo principal das assembleias era de retomar organizadamente a participação social de setores que estavam fora da militância política e com pouca ou nenhuma

representação política de sua classe no plano partidário nacional. Desse modo, a classe média usou o Movimento Piquetero, os mecanismos horizontais de decisão, o debate aberto e os mandatos revogáveis e orientaram a realização de uma aliança com os trabalhadores desempregados.

A comienzos de 2002 se popularizó la consigna Piquete y cacerola, la lucha es una sola, y se dio activo apoyo de las asambleas a los piquetes y a las movilizaciones hacia el centro de la ciudad de los piqueteros. Con el correr de los meses, disminuyó tanto la simpatía de clase media con la movilización popular como el peso e influencia de las asambleas vecinales (BUKSTEIN, 2007, p.322).

No decorrer de 2002, diminuíram tanto a aliança da classe média, com a mobilização popular proposta pelo Movimento Piquetero, quanto a influência das assembleias de bairros sobre a população. A experiência, cujo ápice foi nos meses de fevereiro e março de 2002 (FORD, 2009), ainda que enfraquecida e finalizada em 2003, deixou um importante legado sobre a mobilização popular autônoma e paralela ao poder político institucional. “La recuperación de un espacio público ni estatal ni partidario, con base en el barrio y en la identidad de ‘vecinos’ parece destinada a perdurar y desarrollarse, sea a través de la forma asamblearia o de otras que vayan apareciendo” (CAMPIONE e RAJLAND, 2006, p.323-24).

As assembleias pareceram cumprir alguns objetivos mínimos – um, de colocar o Estado em alerta e questionar a legitimidade da classe política, e outro, de caráter mais pedagógico, o de auxiliar na formação da consciência política para participação nos problemas coletivos. Um dos efeitos das assembleias autogeridas foi a criação de ações coletivas cívicas para suas comunidades, que se materializaram em bibliotecas, hortas comunitárias, centros comunitários, revistas e folhetos (FORD, 2009).

5.1.4 As fábricas recuperadas

Na Argentina, as ocupações de fábrica ou recuperação de empresas, a partir do final dos anos 1990⁹², objetivaram recuperar a fonte de sustento dos trabalhadores e seus empregos em empresas e fábricas, que estavam na iminência de “quebrar”. Nesse sentido, essas ocupações diferem das ocupações do tipo prévias, uma tática que foi utilizada pelos trabalhadores como meio de confrontar o patronato para negociar salários e condições de

⁹² A ocupação de fábricas não é um fenômeno novo, pois, nos anos 1950, já se registravam ocupações de fábricas na Argentina, como parte das táticas da classe trabalhadora para as lutas de caráter sindical e político (FIGARI, 2007).

trabalho: “Nosotros siempre tomamos empresas quebradas, nunca las que todavía están funcionando, porque nuestro objetivo es librarnos del destino marginal que significa estar desempleados” (MURÚA *apud* HERNANDEZ, 2012, p.12).

O fenômeno do controle obreiro - ou gestão operária direta das fábricas – ocorreu, principalmente, em fábricas com baixos ou médios níveis de produção, devido a fatores diversos, porém conectados: empresários de parte dessas empresas fecharam por causa das condições econômicas de produção desfavoráveis, dívidas com os credores, com o Estado e com seus trabalhadores; outros entenderam que seria mais rentável fechar essas empresas e transferir seus capitais para o setor financeiro em detrimento do setor produtivo, e outros fechavam as empresas para fraudar o pagamento de dívidas com o Estado, os trabalhadores e outros. Na última etapa do esvaziamento (fechamento) das fábricas, antes de declarar a “quebra” delas, os proprietários contraíam novas dívidas com credores, não declaravam parte das mercadorias para retirá-las ilegalmente da fábrica, tentar retirar as máquinas das empresas ou retirar as peças mais importantes para, depois, recomprar a parte mais barata, além de “fugir” das dívidas trabalhistas (FIGARI, 2007).

A ocupação, o controle e a recuperação das fábricas por parte de seus trabalhadores ocorreram de diferentes formas. Com dívidas milionárias, os antigos proprietários abandonaram as fábricas, e parte deles negociaram diretamente com os trabalhadores, para que eles assumissem a gestão da empresa, por exemplo: a metalúrgica MVH, de Florêncio Varela.

Aquí no hubo ni convocatoria, ni pedido de quiebra, nada. La fábrica cesó en sus actividades, no presentó convocatoria de quiebra y a través de la mediación del abogado, hubo varias negociaciones y se llegó a un acuerdo entre alquilar la planta y pagar un canon por el producto que fabricamos. Nosotros pagamos un canon por lo que fabricamos a los antiguos dueños (Entrevista de um Trabalhador da MVH *apud* FIGARI, 2007, p.5).

Em outros casos, ao contrário da metalúrgica MVH, houve luta para que os trabalhadores lograssem o controle da fábrica. Depois da tomada da fábrica, veio a resistência para manter sob o controle operário a empresa:

Los obreros de la Gráfica Patricios [por exemplo] estuvieron casi once meses en la empresa, durmiendo en el piso y comiendo de los bolsones de alimentos que les proveía el sindicato gráfico y hasta tuvieron que enfrentar en la justicia una acusación por ‘usurpación’. (FIGARI, 2007, p.5).

Importante também a solidariedade de classe e da família para manter a resistência e as ocupações. Os exemplos mais notórios de resistência, nesse período (início dos anos 2000), foram os ocorridos nas fábricas de Brukman e Zanon.

Em Brukman⁹³, a resistência contra as ações do Estado, materializadas em órgãos como a Polícia e a Justiça, foi uma atitude das operárias da fábrica, como apresentado no relato de uma importante líder de Brukman, a operária Matilde, em que ela demonstra a luta dessas trabalhadoras, como também o momento histórico, que somava sua luta com a conjuntura argentina.

El 18 de diciembre de 2001, un día antes del Argentinazo, las obreras de Brukman se plantaron ante su patrón para exigirles algo de dinero de los salarios que les adeudaban. El gerente las mandó a trabajar diciéndoles que volvieron más tarde para ver cuánta plata conseguían juntar para pagarles. Cuando volvieron ya no estaba. Esperaron, una, dos, tres horas. Llegó la noche y nadie venía. Esa misma noche, un abogado les avisó por teléfono que se había decretado el estado de sitio. Muchos tuvieron miedo. Algunos, sobre todo los varones, comenzaron a irse. ‘Hasta que una compañera dijo: ‘De acá no se va más nadie. Agarra la llave y ‘pap’..(la pone entre los pechos). Esto es de todos y hay que cuidarlo’ (Matilde). Cerraron bien todo, se apiñaron en el fondo y esperaron. Cuando comenzaron a sentir el barullo de los cacerolazos de la gente en la calle, en el fragor de las protestas del 19 de diciembre de 2001, creyeron que era la gendarmería que venía a sacarlas. Pero ellas se quedaron y decidieron comenzar a producir. Había un pedido de bermudas que debía ser entregado urgente. Con el pago corrieron a saldar las deudas de luz, gas y teléfono para que no les cortaran los servicios. El resto, se lo repartieron de forma igualitaria (FIGARI, 2007, p.6).

Foi mais de oito meses de negociação, conflito, apoio de classe e popular, para que, em dezembro de 2003, fosse aprovada pela legislatura da cidade de Buenos Aires a lei de expropriação da fábrica, logrando a vitória das trabalhadoras de Brukman de forma definitiva (FIGARI, 2007; HERNANDEZ, 2012).

Ressaltamos que a ideia de autogerir a fábrica não aparece em um primeiro momento. “El deseo de todos era mantener la fuente de trabajo, en ningún momento, en esa fecha, se pensaba hacer una cooperativa. Se pensaba solamente que nos pagaran los sueldos atrasados y

⁹³ “El grupo Brukman estaba conformado por 3 empresas: Brukman Construcciones, Brukman Hermanos de electrodomésticos y Confecciones Brukman. Las 2 primeras empresas ya habían quebrado y en 1999 se modificó la razón social de la última por Cebex S. A. a la que se declaró en quiebra un año después. La empresa solicitó convertirla en concurso preventivo de acreedores para lo cual la ley exige presentar los balances de los últimos 3 años. Nunca se presentaron. Tampoco los libros contables. Sin embargo, el juzgado favoreció a la empresa convirtiendo la quiebra en concurso. A partir de ese momento comienza un endeudamiento creciente que según palabras de su apoderado, el abogado Jaime Muszkat, alcanzaba “unos cinco millones de pesos”, de los cuales, ‘2 millones 700 mil pesos’ correspondían a deudas con el Estado, según Miryam Bregman, abogada de los trabajadores. Pero mucho antes, desde mediados del ‘95, los obreros recibían vales semanales en lugar del sueldo mensual” (HERNANDEZ, 2012, p.3).

seguir con la fuente de trabajo”⁹⁴ (FIGARI, 2007, p.5). Porém, posteriormente, a partir da experiência da gestão operária de fábricas ocupadas, os trabalhadores começaram a adquirir a consciência de que eles próprios são capazes de produzir, comercializar, administrar e gerir, sem a necessidade de patrão ou agente exterior aos operários.

A organização das fábricas autogeridas pelos trabalhadores, na forma de cooperativas⁹⁵, emergiu como figura legal principal adotada pelas fábricas para acomodar essa nova forma de relação de trabalho (HERNANDEZ, 2012; FIGARI, 2007). A forma de organização cooperativa de trabalho foi adotada por mais de 90% das empresas recuperadas: “La cooperativa de trabajo es la figura legal que reconoce la ley de concursos y quiebras para dar ‘continuidad a la empresa’” (FIGARI, 2007, p.10). A maioria dos trabalhadores recorreu a essa forma de organização para que fosse assegurado pelo Estado que as dívidas, os delitos e outras penas dos antigos donos não fossem repassados para as cooperativas (FIGARI, 2007). Os principais marcos legais foram a lei de concursos e de quebras, que permitiu aos trabalhadores colocarem a empresa para funcionar, e a lei de expropriação, que não é uma solução definitiva, mas, por meio dela, foi possível estender os prazos para que os trabalhadores pudessem fazer a empresa funcionar de modo mais “racional”.

Ainda sobre a cooperativa como forma de organização mais acolhida entre as empresas recuperadas, destacamos a proposta de Zanon, que consistia em estatizar as fábricas ocupadas colocadas sob o controle operário. Zanon é uma empresa de cerâmica e porcelanato localizada na província de Neuquén, que fabrica desde a matéria-prima até seu produto final. Apesar de ter se conformado em uma cooperativa, os trabalhadores de Zanon defendem a estatização sob o controle operário, para que o Estado absorva a produção⁹⁶, e os benefícios produzidos pela fábrica abasteçam a comunidade.

A maioria das formas de organização referentes ao processo de tomada de decisões (estrutura da gestão da fábrica) sobre produção, investimento, financiamento, entre outras questões, nas fábricas autogeridas é feita de forma direta, por assembleia com voto para todos os trabalhadores em igualdade de força. Existe um conselho administrativo subordinado à assembleia que serve para operacionalizar e efetivar algumas das decisões acordadas. Os

⁹⁴ Depoimento de María Pino, trabalhadora da Empresa Nueva Esperanza/Grisinópolis.

⁹⁵ Outras empresas recuperadas se converteram em sociedade anônima ou de responsabilidade limitada. O antigo proprietário cedia ações em troca da divisão no pagamento de dívidas.

⁹⁶ Raúl Godoy, dirigente de Zanon e do PTS, explica que a “nacionalización” de la empresa significaría que la “fábrica funcionaría con el estado pagando los insumos, salarios y nosotros produciendo y dirigiendo el dinero a donde se necesita, para que toda la comunidad sepa a dónde va el dinero. Podemos tener control de toda la comunidad sobre la fábrica por medio de los trabajadores” (GODOY *apud* FIGARI, 2007, p.10).

benefícios econômicos são repartidos de forma igualitária em grande parte, ainda que existam exceções, como os médicos (FIGARI, 2007).

O Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER)⁹⁷ organizou-se em 2002⁹⁸ e reuniu mais de 100 empresas (Fábricas)⁹⁹ que defendiam a forma jurídica de cooperativa porque facilita o acesso ao crédito e o reconhecimento legal necessário para se desenvolver como empresas rentáveis, buscavam se fortalecer politicamente na organização de um movimento para pressionar o Estado a criar políticas públicas relativas às fábricas, e solidarizar-se com as lutas da classe trabalhadora. Em 2003, diferenças políticas, ideológicas e de lideranças, no interior do MNER, oportunizaram a criação do Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores (MNFRT), conformados pela Igreja Católica e por peronistas.

A eficácia e a eficiência do processo produtivo das empresas foram ampliadas, em grande parte, nas empresas autogeridas em relação à administração anterior (FIGARI, 2007; HERNANDEZ, 2012), assim como obteve aumento nos ganhos humanos, já que “trabajadores que ahora pueden hablar, tomar mate y escuchar música mientras trabajan, en un clima relajado y cómodo” (FIGARI, 2007, p.12).

Las fábricas y otras empresas recuperadas, por su parte, se convirtieron en una de las presencias más resonantes de los trabajadores ocupados, en un fenómeno que data de la década del noventa, que se fortaleció en consonancia con el avance de la crisis, y se radicalizó y ganó en visibilidad después de diciembre de 2001, al compás de la generalización de la rebeldía (CAMPIONE e RAJLAND, 2006, p.321).

A utilização conjunta dos procedimentos legais (“la ley de concurso y quiebras, la expropiación e la organización cooperativa”) indica que a maioria do movimento de fábricas ocupadas buscou as vias institucionais para consolidar as novas relações de produção autogeridas, e o direito vigente flexionou-se para a força do movimento das fábricas recuperadas e incluiu algumas de suas reivindicações.

⁹⁷ A necessidade de constituir coletividade entre as empresas recuperadas pelos trabalhadores teve sua primeira manifestação em 2002, com o Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER). Em 2003, o MNER dividiu-se e, dessa ruptura, emergiu o Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas MNFRT. Nos anos seguintes, o MNER se fragmentou ainda mais e deu origem a outras organizações, como a Federación Argentina de Cooperativas de Trabajadores Autogestionados (FACTA), que é forte no interior da Argentina e agrupa cooperativas de trabalhadores que não se limitam propriamente às empresas recuperadas. Outra que emergiu foi a FERYCOOTRA (Federación de Empresas Recuperadas y Cooperativas de Trabajo), que formam o Productivo y Social del Sur com outras empresas recuperadas e cooperativas de trabalho.

⁹⁸ Em 2000, reuniram-se no IMPA várias empresas recuperadas da cidade de Buenos Aires.

⁹⁹ Segundo Hernandez (2012), até meados de 2003, havia em torno de 150 empresas autogestionadas.

As empresas recuperadas são uma realidade consolidada do panorama trabalhista, econômico e social do país. Porém o movimento apresenta-se, predominantemente, circunscrito na luta para recuperar as empresas ao plano estritamente econômico e corporativo de defesa do trabalho abdicando da luta política de caráter anticapitalista. O MNER chegou a condenar as tentativas mais radicais das empresas recuperadas de postergar a luta política de caráter emancipacionista e a ameaçá-las de serem desvinculadas do movimento. As cerâmicas Zanon permanecem como símbolo de uma perspectiva anticapitalista e socialista, que inclui a participação ativa nas iniciativas classistas de alcance nacional.

5.1.5 Posição do PTS sobre o argentinazo 2001

De acordo com o PTS¹⁰⁰, o Movimento Piquetero foi um

movimiento social urbano de un sector de la clase obrera desocupada, que se nutre esencialmente de trabajadoras del servicio doméstico y amas de casa de las barriadas populares, viejos trabajadores fabriles, ex obreros de la construcción, además de una generación de jóvenes que nunca accedió al mercado de trabajo y una pequeña franja de las poblaciones marginales de pobres urbanos. Su organización es esencialmente barrial y sus demandas van del empleo y los subsidios hasta reivindicaciones de índole comunal. En esse sentido, los movimientos piqueteros se asemejan a los movimientos sociales reivindicativos de Latinoamérica (PTS, 2011, p.2).

A forma de ação realizada pelo levante popular, em 19 e 20 de dezembro de 2001, teve impacto profundo na classe operária e impulsionou tendências na organização de base, no assembleísmo, ou seja, nas ações diretas. Primeiro, foram as ocupações de fábricas e, depois, o sindicalismo de base posteriormente, como expressão desses processos. O PTS entende que a classe trabalhadora argentina chegou à crise de 2001 depois de duas décadas de ofensiva neoliberal, em que perdeu importantes conquistas sociais. Foi nesse marco que ocorreram as lutas da classe trabalhadora argentina, durante os anos 1990, e sua intervenção na crise de 2001 (PTS, 2011).

A ausência de uma classe trabalhadora revolucionária e de sua representação política - o partido revolucionário - fez com que, erroneamente, o Movimento Piquetero fosse tratado como novo sujeito histórico revolucionario e substituísse o proletariado. Suas ideias e suas ações autonomistas foram sobrevalorizadas para o PTS.

¹⁰⁰ Utilizamos os seguintes documentos do PTS para caracterizar suas posições sobre o argentinazo: *¿Que fue el 19 y 20 de diciembre de 2001* (2006); *10 años del 19 y 20 de diciembre de 2001: el movimiento piquetero y las jornadas revolucionarias* (2011).

Más que una respuesta histórica progresiva, fue el emergente de una ausencia: la de la clase obrera ocupada y su representación política, es decir su propio partido revolucionario. Essa ausencia, como describimos en los artículos anteriores, fue producto del rol traidor de la burocracia sindical y de las derrotas que habían minado estructuralmente la fuerza de los trabajadores, durante los años '90 (con la desocupación como máxima expresión). Sobre la base de esa debilidad de “los de abajo” pudo montarse el proyecto restaurador. Los cuestionamientos y las demandas expresadas en las calles en las jornadas del 2001 y durante los meses siguientes no obtuvieron respuestas bajo el ciclo kirchnerista. Se tomaron, sobre todo en el discurso, demandas parciales y se cambiaron las formas, pero la sustancia de la estructura del capitalismo semicolonial argentino quedó, hasta hoy intacta. Las salidas que propone Cristina, ante el nuevo episodio de la crisis internacional, constatan esa realidad (PTS, 2011, p.2).

O Movimento Piquetero foi tratado, equivocadamente, como novo sujeito histórico substituto do proletariado. Nesse contexto, os sujeitos que organizavam as classes oprimidas eram os excluídos. Esse pensamento autonomista considerava que a organização dos desempregados era uma nova forma de relação social solidária, que poderia repensar as relações sociais capitalistas com iniciativas cooperativistas (PTS, 2011). Para os autonomistas, a luta devia centrar-se em aproveitar os recursos obtidos do Estado para desenvolver cooperativas e outras formas de organização social que criticassem o sistema capitalista: “La principal ‘tragedia’ de aquella crisis fue que los trabajadores no contaron con una dirección política que impidiera que la catástrofe económica fuera descargada sobre sus espaldas, mediante la devaluación del peso con que pagan los salarios mientras el dólar alto significó la más alta rentabilidad para los grandes empresarios exportadores de la industria y el campo” (PTS, 2007, p.9).

O PTS posicionava-se a favor de um movimento único de luta, juntamente com os trabalhadores ocupados, com plena liberdade de tendências políticas e debates em seu interior. A fragmentação do movimento, já dividido entre setores cooptados pelo governo e outros ainda na oposição, demonstra o quanto a fragmentação fragiliza a luta e a organização (PTS, 2010). Naquela conjuntura, ainda não existiam tendências claras à independência de classe em setores significativos dos trabalhadores, salvo em setores minoritários. Isso era produto do grau de imaturidade dos trabalhadores ocupados, ainda pouco mobilizados politicamente naquele contexto e subordinados ao domínio da burocracia sindical oficialista.

O PTS não acreditava que uma ruptura de classe de setores de massas com os laços do peronismo e da burocracia sindical pudesse se dar de forma evolutiva ou pacífica, seria necessário um grande partido de trabalhadores para educar e conscientizar amplos setores que

iniciavam essa experiência política ante a cooptação de variantes de frentes de conciliação de classe, como as objetivadas por setores da CTA e da ATE¹⁰¹. A tática política defendida consistia em conquistar setores significativos dos trabalhadores para a independência de classe, na luta por construir um verdadeiro partido revolucionário que fosse dirigido a todas as organizações sindicais combativas e antiburocráticas, e não, ceder ao sindicalismo¹⁰², “El balance de los movimientos de lucha de 2001 y 2002 es a la luz de los acontecimientos presentes un gran capital político para preparar a las nuevas generaciones de militantes obreros y populares” (PTS, 2011, p.4).

O PTS defende que o Movimento Piqueteiro combativo deve por de pé um movimento único dos trabalhadores desocupados, com a elaboração de sua agenda de reivindicações e definição mediante debate democrático, como lutar por essas reivindicações e forjar uma unidade com os trabalhadores ocupados. O motivo disso é enfrentar o divisionismo no interior do Movimento Operário alimentado por parte da burocracia piquetera ligada ao governo e o próprio governo, objetivando uma alternativa política de classe contra o governo, a burguesia, e a burocracia sindical, “una organización así sería una buena base para que junto a los sindicatos combativos, el activismo antiburocrático y la izquierda clasista levante con fuerza una alternativa política de clase, un frente político de los trabajadores, que intente conquistar a las grandes masas obreras y populares aún cautivos de la burocracia sindical y del peronismo” (WERNER e AGUIRRE, 2004, p.82).

5.1.6 A posição do PO sobre o argentinazo 2001

Em dezembro de 2001¹⁰³, semanas antes do levante popular, o Partido Obrero (PO)¹⁰⁴ caracterizou a conjuntura argentina como pré-revolucionária e anunciou a iminência de uma rebelião popular. Então, convocou os trabalhadores e as massas para fazerem assembleias populares nos bairros (PO, 2011).

¹⁰¹ Movimiento político e social que objetivava fazer um pacto da centro-esquerda de Claudio Lozano e Pino Salinas, para aglutinar, em seu interior, setores do movimento piquetero, pequenos e médios empresários e a Federação Agrária da Argentina.

¹⁰² Um aspecto do pensamento burguês, segundo Lênin (ANO).

¹⁰³ Esse aspecto foi levantado pelo principal líder do PO, Jorge Altamira, em um de seus discursos, durante os tradicionais piquiniques de final de ano realizados pelo partido junto com seus militantes e a classe trabalhadora presente.

¹⁰⁴ Principais documentos que utilizamos para identificar a posição do PO nos acontecimentos da crise de 2001: *A diez años del argentinazo* (2011); *Congreso del Polo Obrero: la clase obrera piquetera* (2006); *Una historia del movimiento piquetero* (2002).

Como a criação mais genuína da classe operária e das massas exploradas argentinas, nos últimos 25 anos (pós-regime militar), “en el cuadro del furioso ataque a las condiciones de vida y de trabajo de las masas lanzado por los capitalistas y sus gobiernos, el movimiento piquetero es el único que puede exhibir conquistas y victorias [...] sólo el piquete – es decir la acción coactiva y colectiva de los explotados – puede garantizar esse derecho en la práctica” (OVIEDO, 2001, p.2).

Entendendo o Movimento Piquetero como o principal representante político do Movimento Obreiro, Oviedo defendia que não deveria haver divisão entre trabalhadores ocupados e desocupados:

El movimiento piquetero renovara, bajo nuevas condiciones, la tradición histórica de la clase obrera argentina [...] Los piquetes forman parte de la tradición obrera argentina desde hace más de cien años. Han regresado bajo nuevas circunstancias, no sólo como organización de los desocupados para quebrar la dictadura patronal que le niega al trabajador el único derecho verdadero que le asiste bajo el capitalismo, el derecho a ser explotado, sino también como organización que une al desempleado con el ocupado en una lucha común por el trabajo y por el salario. Essa ha sido la función de los piquetes en los grandes paros generales de los últimos años (OVIEDO, 2001, p.2-3).

Para defender uma unidade política para o Movimento Piquetero, com o fim de superar a divisão entre trabalhadores ocupados e desempregados e aglutinar os diversos estratos da classe trabalhadora, o PO criou o Polo Obrero como agrupamento piquetero para disputar a liderança e a direção do referido movimento.

La tarea del Partido Obrero y del Polo Obrero, reconociendo el cambio de las circunstancias sociales, es organizar a nuevos sectores y abrir nuevos frentes de lucha, y reclamar nuestros derechos y nuestras reivindicaciones: la atención necesaria, el subsidio al desocupado; salario digno porque tiene que ver con el salario el subsidio que le dan a un desocupado; terminar con el trabajo de los planes Trabajar en los hospitales, donde no son trabajadores permanentes y cobran un plan Trabajar cuando en realidad realizan un trabajo productivo como cualquier otro, organizar a los compañeros, prepararlos para ir a la huelga (PO, 2006, p.7-8).

Em seus informes, o PO atribuía a si mesmo o desenvolvimento do Movimento Piquetero mediante suas ações políticas desde a década de 1990: “El desarrollo del Movimiento Piquetero fue impulsado por Prensa Obrera desde sus inicios, cuando señaló que

el Santiagueño¹⁰⁵ — esse ‘Cordobazo de los 90’— mostraba ‘el camino de la huelga general, de la acción callejera, de la ocupación de edificios, de las asambleas populares y del poder’” (PO, 2007, p.1).

O PO defendia que a direção do Movimento Piquetero não foi exclusiva dos trabalhadores desempregados, porquanto havia ativistas políticos e delegados sindicais que tomaram para si a tarefa de organizar os desempregados. Enxergou que, na crise de 2001, a classe média fez um giro político em direção ao movimento de massas de desocupados e, posteriormente, uniu-se ao Movimento Piquetero em grande parte do ano de 2002. Para o PO, foi a classe operária que ocupou o lugar dirigente em todo o processo que desencadeou o argentinazo, e o Movimento Piquetero foi dirigido por delegados históricos da classe operária (PO, 2011).

Para superar os limites reivindicativos econômicos por emprego e assistência social do Estado, o PO defendeu que só a ação política dos trabalhadores, unindo estrategicamente ocupados e desempregados, poderia impedir sua degradação. Assim, em 24 de julho de 2001, a Assembleia Nacional Piquetera (ANP), em Matanza, reuniu trabalhadores desempregados e trabalhadores ocupados dos setores ferroviários, gráficos, aeronáuticos e a CTA para um grande ato. Na visão do PO, a realização da Assembleia Nacional Piquetera demonstrava o grau de maturidade do movimento assim como sua tendência a transformar a luta econômica em política, o que ocorreria meses depois.

A ANP, ponto alto do Movimento Piquetero, forjada sob a ideia de unidade nacional piquetera ampla, incluiu diversos setores, com a presença emblemática de Cláudio Lozano (CTA), por exemplo, sob uma perspectiva de alternativa popular (PO, 2001). O Bloco Piqueteiro Nacional agrupava a ala de esquerda da ANP e teria papel de destaque em 19 e 20 de dezembro de 2001, junto com as assembleias populares no levante de 2001.

A tática política deveria apontar para uma alternativa operária e socialista, incluindo em seu âmbito as forças populares que ganharam terreno na conjuntura da crise, defendendo uma tendência revolucionária para o Movimento Piquetero contra a tendência burocrata, a tendência conciliadora e a tendência centrista, com o objetivo de superar o nacionalismo burguês, era um entrave para desenrolar uma situação objetiva para a alternativa socialista.

Segundo o PO, o Movimento Piquetero passou de reivindicativo (por defender questões trabalhistas e de assistência social) para uma perspectiva de transformação social na

¹⁰⁵ Importante levante popular ocorrido entre os dias 16 e 17 de 1993, na cidade de Santiago del Estero, tendo como consequência a deposição do governo provincial de Fernando Lobo e lançou bases sobre a forma de agir coletiva do Movimento Piquetero.

Argentina, vislumbrada pelo partido em aspectos como: formulação de programas políticos, que encampavam reivindicações históricas da nação (reestatização da YPF); organização não só dos desocupados como também a incorporação dos setores dos trabalhadores industriais e formação e renovação de quadros dirigentes (os piqueteros de Tartagal e Mosconi), o que denota a seleção, a rotatividade e o pertencimento dos mandatos a serviço do movimento (OVIEDO, 2001).

O Movimento Piquetero, como líder dirigente da classe trabalhadora,

se ha transformado en un referente para todos los movimientos de lucha de los explotados de la ciudad y el campo, expresando la tendencia de la clase obrera a convertirse en la dirección de la nación oprimida. En la medida en que aparece como una autoridad política para las masas en lucha frente al Estado, plantea, en perspectiva, el poder de los explotados [...] El gran horizonte para los piqueteros es convertirse en la vanguardia política de la clase obrera y de todos los explotados. Una vanguardia obrera lucha en función de una estrategia y en base a un programa, y construye un partido propio para arrancarle el poder a los explotadores [...] la inmensa mayoría de los militantes y dirigentes que han creado el movimiento piquetero son, además, subjetivamente revolucionarios (OVIEDO, 2001, p.5-6).

Para o PO, o pós-argentinazo pode ser mais revolucionário do que o próprio argentinazo:

La etapa actual ofrece la oportunidad (que se cerró muy rápido luego del Argentinazo) de desarrollar una experiencia popular más amplia en el tiempo (y en el espacio social) y, como consecuencia de esto, la posibilidad de desarrollar una mayor preparación política. En esse sentido, la resaca ofrece mejores perspectivas que la embriaguez. (PO, 2004, p.865).

O argentinazo para o PO foi uma espécie de ensaio geral das futuras rebeliões populares (2011).

O Partido Obreiro propôs uma saída política para a crise de poder existente naquele período: lutar por uma assembleia constituinte nacional e, paralelamente, aprofundar a busca por uma greve geral para tentar se estabelecer como uma alternativa política para o Estado e as Centrais Sindicais burocratizadas (OVIEDO, 2001).

5.1.7 Posição da Izquierda Socialista sobre o argentinazo 2001

A Izquierda Socialista, fundada em 2006, não existia nos eventos de 2001. Era uma corrente no interior do Partido Movimiento Socialista de los Trabajadores (MST). Em 2006, o

grupo MST El Socialista¹⁰⁶ se separou e auxiliou a fundar um novo partido - a Izquierda Socialista.

5.1.8 Divergências entre os partidos trotskistas sobre 2001

Neste item, destacamos as principais críticas apontadas pelo PTS ao PO sobre suas ações e suas perspectivas políticas sobre os eventos do argentinazo em 2001. Essas divergências recaíram, principalmente, sobre a supervalorização do Movimento Piquetero como dirigente político de toda a classe trabalhadora e a questão do proletariado como sujeito histórico revolucionário; as alianças pluriclassistas realizadas pelo PO, no interior do Movimento Piqueteiro, e a contestação de seu horizonte político classista; e a ideia de que o argentinazo foi um ensaio geral para um futuro movimento revolucionário.

Utilizamos os seguintes documentos, em que o PTS critica o PO: Hacia la marcha del 20 de diciembre (2002); Los trabajadores y el poder (3º parte): un partido sin estrategia de poder. Un debate con el PO (2002); Debate con el MIJD y el Movimiento Piquetero combativo (2003); Debate con el PO (II), una vez más sobre los debates de estrategia y su actualidad (2011).

O PTS critica a supervalorização política do PO aos trabalhadores desempregados – base do Movimento Piquetero – setor da classe operária considerada como direção política de todas as massas exploradas. Acusa o PO de não achar que era necessário intervir nas lutas da classe operária empregada e de deixar em plano secundário o papel estratégico desse setor do proletariado nas relações de produção capitalistas (PTS, 2011).

El PO viene centrando su actividad en el movimiento de desocupados, poniendo la mayor parte de sus esfuerzos en la construcción del Polo Obrero, en pos de organizar un ‘Argentinazo’ y una ‘Asamblea Constituyente con poder’. (PTS, 2002, p.1)

Para o PTS, o PO propôs a substituição do sujeito histórico revolucionário, o proletariado, pelo sujeito explorado (Movimento Piquetero) e suprimiu questões imprescindíveis ao horizonte socialista, como a posição do proletariado industrial no processo produtivo vigente e como esse aspecto é estratégico de sua consciência de classe. Essa é a chave para se compreender o poder social dos trabalhadores e de onde emana sua força nas relações com o capital. A força dos assalariados unida com a força dos desocupados

¹⁰⁶ *El Socialista* também é o nome do principal periódico da Izquierda Socialista.

concentra, por seu papel fundamental na sociedade, o poder coletivo decisivo – sua capacidade de paralisar a produção e a circulação do capital e de debilitar o sistema – possibilitando condições objetivas revolucionárias para a classe trabalhadora e as massas oprimidas.

El PO al eliminar la definición objetiva de la clase obrera como producto de las relaciones sociales de producción, la reduce en su consideración a precisarla sólo por quién lucha, y por la subjetividad y conciencia que adquiere, medidas en términos de su propio programa y organización. Según esa lectura, el movimiento piquetero, ha sido transformado, por ser vanguardia militante y haber tomado en sus manos las consignas del PO – que en su práctica, junto al Bloque Piquetero Nacional, privilegia la lucha por reivindicaciones mínimas –, en un sujeto absoluto llamado a reemplazar a la clase obrera como un producto histórico (PTS, 2002, p.2).

A aliança entre o PO e o Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados (MIJD), liderado por Raúl Castells¹⁰⁷, e o PC no interior da ANT – bloco de oposição do Movimento Piquetero ao governo – denotou a proximidade do PO com agrupamentos que tinham perspectivas restritamente econômicas e possibilitavam concessões pelo PO nas lutas independente do Estado.

No interior da ANT, o pensamento predominantemente autonomista vislumbrava na organização dos desempregados uma nova forma de relação social solidária que poderia se opor às relações capitalistas com iniciativas cooperativistas. Para os autonomistas do Movimento Piquetero, a luta deveria centrar-se em reivindicar os recursos do Estado para desenvolver as cooperativas e outras formas de organização social. Dessa forma, aliavam o enfrentamento político ao Estado burguês e seus partidos, na disputa por mais recursos econômicos e sociais, e levavam o movimento a construir uma sociabilidade que se alicerçava na miséria, e não, em um programa e uma política para expropriar os expropriadores. O Partido Obrero, reconhecendo os desempregados como parte da classe trabalhadora, vislumbra a perspectiva de que o Movimento Piquetero possa ser o embrião da direção revolucionária da classe operária argentina, forjando sua aliança com as demais agremiações no interior do Movimento Piquetero, denominado de combativo, mais precisamente, o Bloco Nacional Piquetero e a ANT (PTS, 2003; PTS, 2011).

Resulta difícil ver que una alianza con partidarios de la conciliación de clases como el PC o Castells sea una alternativa socialista de dirección, es

¹⁰⁷ Líder do MIJD, um dos principais movimentos piqueteros na Argentina. Destacamos a aliança entre Castells e Macri para as eleições legislativas na província de Salta em 2013.

decir de independencia de clase y lucha revolucionaria contra el capital y su Estado. Poco tiempo después, en 2003, el PC cerró filas con el kirchnerismo y el dirigente del MIJD con el derechista Blumberg (PTS, 2011, p.6).

Entendemos que o PTS critica o PO porque concebe que, ao assumir a ideia de um movimento com classes pobres, em que convivem distintas frações e os setores sociais junto com os setores dos trabalhadores, ele perde a concepção política classista e emergem alianças policlassistas com diversos setores que podem ter estreita relação com a burguesia. Ao longo da história, as massas pobres foram a base combatente das revoluções modernas, porém nunca estabeleceram a própria saída e sempre careceram de independência em relação às classes dominantes da sociedade capitalista, à burguesia e ao Estado.

Na Argentina, as condições de existência geradas pela pobreza abriam possibilidades para que os mais pobres lutassem e para que houvesse uma possível aliança com a classe operária, e se ela não desse uma resposta contra a pobreza que padecem as massas, empurraria os pobres para que buscassem proteção do Estado, fortalecendo as tendências de convivência com o Estado capitalista, essa última aposta política das frações de conciliação de classe.

A maioria dos desempregados que criaram o Movimento Piquetero, com o objetivo de se reinserir no trabalho formal, não devem ser separados ideologicamente de sua classe, por uma concepção que os exalta como pobres distintos dos trabalhadores com empregos, porquanto isso limita a luta pelas necessidades mais urgentes causadas pela pobreza, com uma orientação política de reivindicação de auxílio social do Estado (PTS, 2003).

O Partido Obrero (PO), em sua aliança com o MIJD, pretendeu um argentinazo sem intervenção da maior força social do país - o proletariado industrial e de serviços.

La política del PO y MIJD, son, en realidad, de convivencia pacífica con el peronismo y la burocracia sindical: no tienen ninguna intención de que la vanguardia piquetera les dispute la base social a los sindicatos, ni ganarle a los millones de desocupados que reciben los planes Jefas y Jefes de las manos del gobierno. Para Altamira la cuestión se resuelve con ‘una consigna de conjunto’ [...] ‘Una Asamblea Constituyente Libre y Soberana. (PTS, 2002, p.2).

Lo cierto es que los desocupados ni constituyen una realidad distinta a la de la clase obrera, sino que son obreros sin trabajo, ni por ende un sujeto diferenciado llamado a sustituir a la clase trabajadora en la lucha contra el capital, ni portadores en la miseria de nuevas relaciones sociales. Lo que mostró la rebelión popular de 2001 es que la fuerza y organización de los desocupados escindida de la de los trabajadores de la industria y los servicios – por responsabilidad central de la burocracia sindical y el terror producido por la desocupación- se vio limitada a pedir planes y ayuda estatal – en gran medida por responsabilidad de las direcciones piqueteras- sin

destacar, salvo esporádicamente como en la defensa de Brukman y Zanon, tendencias reales a conformar el frente único obrero con los trabajadores ocupados. La alternativa a la barbarie capitalista que desplegaba la ANT y el Bloque Piquetero se negó constantemente a unificar las filas de los desocupados y los ocupados, como planteaban y practicaban los ceramistas neuquinos en la Coordinadora del Alto Valle. Y no sólo eso sino que además, en las distintas ANT, se opusieron a plantear, tal como sosteníamos desde el PTS, la consigna de preparar la huelga general con cortes de rutas, ocupaciones de empresas y movilización general sobre el poder político como forma de superar los límites del movimiento de diciembre y unificar a la clase obrera y el pueblo pobre en una gran acción en común, limitándose por el cambio a agitar la unidad del piquete y cacerola. (PTS, 2011, p.3-4).

O PTS contesta a ideia de que 2001 foi um ensaio geral para um futuro processo revolucionário, apesar de conter elementos de ensaio. A saída pelo alto do Argentinazo, com a Burguesia Nacional e o Partido Justicialista conduzindo o processo de restauração capitalista como saída para crise e o levante popular de 2001 demonstra a falta de inserção de um programa revolucionário para as organizações operárias que deixam pouco entusiasmo do PTS com a perspectiva do PO.

No se supera la principal y fundamental falencia que tuvieron las jornadas que voltearon a De la Rúa: la no intervención de la clase obrera industrial y de los servicios. Y el método de intervenir en gran escala que tiene la clase obrera, donde puede mostrar su poder de movilización contra los capitalistas, es mediante la huelga general activa, con acción en las calles, insurreccional. (PTS, 2002, p.1).

A não criação de uma estratégia de auto-organização dos trabalhadores que sinalizasse para um programa operário e socialista para lutar pelas massas por uma estratégia de poder dos trabalhadores impossibilitou que a luta política avançasse. A ANT e o Bloco Piquetero Nacional não são forças que objetivam estrategicamente o poder ou uma situação de duplo poder, porquanto esses aspectos antecipam e possibilitam um futuro Estado dos Trabalhadores.

Manter a divisão entre os trabalhadores ocupados e os desempregados condena o Movimento Piquetero a viver dependendo dos planos assistenciais do Estado e permite que a classe operária ocupada continue sob o domínio da burocracia sindical (PTS, 2002). Lançamos agora as principais críticas apontadas pelo PO ao PTS sobre as ações e as perspectivas políticas deste último sobre os eventos do argentinazo em 2001. Esses desacordos recaíram, principalmente, na forma como o PTS caracteriza o argentinazo, por entender esse fenômeno como protagonizado pela classe média argentina e pela ausência da classe operária ocupada; na sobrevalorização das experiências das fábricas ocupadas de Zanón

e Brukman, que só entende esses processos como experiências realmente revolucionárias, e a estratégia assembleísta.

Para explicar a crítica do PO ao PTS, utilizamos os seguintes documentos: Frente de Izquierda: *la izquierda frente a la Argentina kirchnerista, um libro de Christian Castillo* (2011); *'Divergencia', 'convergencia', ¿'divergencia?'* (2011).

O PTS enxergou a classe média como protagonista do levante de 2001, ainda marcado pela ausência da classe operária, que, segundo o PO (2011), são dois aspectos infundados. Para o PO, a classe média participou das jornadas de 19 e 20 de dezembro de 2001, aliado ao movimento de massas dos desempregados. Porém, discorda do PTS, ao colocar a classe média como protagonista do referido fenômeno político e declina da ideia de um movimento (piquetero) desligado das lutas classistas dos trabalhadores ocupados. O PO defendeu a representação orgânica do Movimento Obreiro no interior do Movimento Piquetero, ao afirmar que a classe operária ocupou o lugar dirigente no argentinazo, dirigindo o Movimento Piquetero através de seus dirigentes históricos. O PO discorda da ausência do Movimento Obreiro no argentinazo e enfatiza a falta de participação do PTS na crise, em que teria perdido a oportunidade histórica de participar de uma experiência dos trabalhadores e do povo argentino (PO, 2011).

O PO sugere que o PTS sobrevaloriza as experiências de Brukman e Zanon e só legitima as ações dos trabalhadores ocupados (PO, 2011). O PTS sobrevaloriza as experiências das fábricas ocupadas por Brukman e Zanon, porque esses experimentos foram realizados pela fração ocupada do proletariado, ou seja, segundo o PO, o PTS desnivela por baixo as conquistas do Movimento Piquetero. Aponta que o caráter revolucionário das experiências de Brukman e Zanón deve ser relativizado porque elas sofreram de cooptação e desprendimento com as demais lutas políticas dos trabalhadores. Brukman foi cooptada por um setor duhaldista, e Zanón foi apossada por uma política de domesticação - a lei de expropriação (PO, 2011).

Para o PO, a crise do proletariado não é de representação, mas de direção com a falta de independência política:

La explicación de los procesos históricos con 'ausencia de un partido revolucionario' omite lo fundamental: determinar si ese proceso acicateó el desarrollo del partido revolucionario o demostró la inconsistencia de las tentativas en esa dirección. El desarrollo enorme que registró el PO en esa etapa demuestra que fue también 'un ensayo general' y habría que buscar allí la razón última de los resultados exitosos del Frente de Izquierda (PO, 2011, p.2).

Para o PO, o argentinazo foi o ensaio geral, um aprendizado para forjar o partido revolucionário e criticar a ausência do PTS no argentinazo, defendendo que só é possível desenvolver o partido revolucionário participando das experiências de lutas dos trabalhadores e massas exploradas. Naquele momento, o único movimento que atendia a esse aspecto era o levante popular de 2001. Assim, o movimento de massas que se expressou nessas jornadas, em termos de autonomia política dos explorados em assembleias populares, a recuperação de sindicatos, a formação de quadros classistas, o controle das fábricas ocupadas e o movimento piquetero foram a forma concreta de emergir um partido verdadeiramente revolucionário.

O PO acusou o PTS de um estado assembleísta permanente, no tocante às decisões (políticas e econômicas) a serem tomadas pelos trabalhadores. Como exemplo, referiu-se à fábrica ocupada de Zanón denominando-a de uma autogestão soviética (PO, 2011). O PO aponta que é um discurso abstrato – “que as bases decidam” – reivindicado pelo PTS, pois restringe esse aspecto estratégico (as decisões em assembleias de trabalhadores) enquanto característica imprescindível à democracia socialista. O PO flexibiliza essa “máxima” porque o assembleísmo também pode paralisar as atividades dos trabalhadores e converter o programa em fatores secundários na construção do governo de trabalhadores (PO, 2011) em favor de uma excessiva valorização da participação sem um norte político definido. Ressaltamos que o PO entende como importante o aspecto pedagógico que tem a participação coletiva dos trabalhadores nas decisões.

5.1.9 Considerações sobre o argentinazo e a participação dos partidos trotskistas

Algumas considerações sobre o levante popular de 2001, no qual o Movimento Piquetero representou uma novidade no âmbito das ações coletivas, principalmente em relação as suas formas de lutas e à mobilização e à solidariedade de classes sociais que produziu, proporcionando um método prático para que os trabalhadores desempregados se organizassem criassem alianças com a classe média empobrecida para resistir, política e socialmente, ao Estado e ao mercado em período neoliberal.

La experiencia de la lucha piquetera en la argentina puede ser descripta como una manifestación de tácticas reactivas encaminadas a la recuperación o defensa de algo perdido y, al mismo tiempo, como una instancia proactiva, para la movilización por la justicia social, la lucha contra la corrupción. Es decir, por una sociedad más igualitaria, capaz de ofrecer trabajo digno para todos sus integrantes (BUKSTEIN, 2007, p.157).

Ressalte-se, contudo, que o movimento piquetero foi um movimento social de caráter reivindicativo (SVAMPA, 2004), “un movimiento político social reivindicativo de raigambre urbana de un sector de la clase obrera desocupada” (BUKSTEIN, 2007, p.2). Importante considerar os limites conjunturais e estruturais para a ação do movimento piquetero em 2001, porém, entendemos que ele não almejou uma perspectiva revolucionária para transformar o sistema social vigente.

O refluxo do levante popular, que se intensificou com as eleições presidenciais de 2003, foi reforçado pela rearticulação do sistema político, somado com a falta de articulação política entre os grupos que formavam o levante popular.

Las elecciones de abril de 2003 constituyeron un manifiesto punto de inflexión. Si bien el declive del grado de movilización y de profusión de luchas puede situarse bastante antes (en torno a mediados de 2002 e incluso con anterioridad), fueron esos comicios los que demostraron palmariamente que el sistema político existente podría recrear una cierta normalidad. Las fuerzas asociadas al ‘Que se vayan todos’ no lograron articular una táctica común y fracasaron tanto desde la abstención electoral (las corrientes autonomistas y parte de los partidos de izquierda) como con la presentación de candidatos (el resto de los partidos de izquierda, incluyendo a la coalición Izquierda Unida y al Partido Obrero). [...] La abstención y el voto nulo o en blanco no tuvieron presencia significativa, y los candidatos de la izquierda retornaron a guarismos muy bajos, similares a los que obtenían tradicionalmente. El peronismo consiguió, dividido en tres candidaturas, más del 60% de los votos. Entre el ex presidente Menem (uno de los tres candidatos peronistas) y otro postulante de neta orientación derechista (Ricardo López Murphy) habían reunido el 40% de los sufragios. Que daba notoriamente comprobado que si bien la sociedad argentina había sufrido complejos procesos de cambio, ello no incluía una radicalización duradera de la mayoría de las clases subalternas (CAMPIONE e RAJLAND, 2006, p.302-303).

O levante popular de 2001 – o “argentinazo” - ainda que tenha sofrido refluxo e perda de intensidade popular e política, deixou perspectivas abertas para o futuro da política e da sociedade argentina.

La posibilidad de que se produzca un proceso de activación en el movimiento obrero ocupado, bajo la dirección o al margen de las direcciones sindicales tradicionales? Si el movimiento de trabajadores desocupados mantendrá su presencia pública y, en ese caso, si conseguirá o no formar instancias de articulación más amplias, recreando el consenso que alcanzó en otros sectores sociales en el momento más álgido de la movilización. El desarrollo o no de una perspectiva de convergencia de trabajadores ocupados y desocupados en un movimiento, si no único, al menos articulado. Si la organización de amplios sectores de las capas medias con propuestas

radicales se mantendrá o habrá un vuelco moderado perdurable, siendo que es en esse sector en el que parece haber avanzado más la tendencia al reflujó, acelerada por la confianza, masiva en sus ámbitos, hacia el carácter progresivo del gobierno actual. [...] Un problema de fondo es si podrá lograrse desde abajo una articulación política de todo el vasto y variopinto movimiento generado, proporcionando una presencia de alcance universal, portadora de las demandas de democratización radical y los cuestionamientos a las peores manifestaciones de la opresión capitalista, y sin avasallar la capacidad de iniciativa y toma autónoma de decisiones de los variados grupos que desconfían de las propuestas políticas justamente por la recurrente tendencia hegemónica e instrumentalista de las fuerzas contestatarias ante sus demandas (CAMPIONE e RAJLAND, 2006, p.327-28).

Quanto às ocupações de fábricas pelos trabalhadores¹⁰⁸, característica da crise de 2001, demonstram que os trabalhadores podem organizar-se e gerir a produção por si mesmos, sem depender dos patrões. Isso vai de encontro à ideia de que são necessários empresários e gerentes e sua capacidade única de organizar a produção. Os trabalhadores das fábricas ocupadas viram que seria preciso gerir a produção e resistir ao Estado e aos seus órgãos (a Justiça, a Polícia), que tentam sufocar essas experiências. Os trabalhadores das fábricas recuperadas não são a vanguarda social do proletariado, o qual está concentrado nas grandes empresas de siderurgia, de automóveis, nas indústrias de base, nos serviços e nos transportes, porém atuaram como vanguarda política, guardadas as devidas limitações que impediram os trabalhadores de fazer uma verdadeira unidade ou solidariedade entre eles e os demais setores da classe operária, por superar a divisão entre a economia e a política, através dessas experiências, dando um salto na conscientização operária bastante significativa em nosso entendimento.

Quanto à participação dos partidos trotskistas na Argentina, existem vários grupos de tradição trotskista, porém o fenômeno político-social, conhecido como argentinazo, em 2001, alçou o Partido Obrero e o Partido de los Trabajadores Socialistas como organizações políticas destacadas (ainda que não fossem protagonistas) do referido evento, como os dois mais influentes na luta e na organização dos trabalhadores nesse início do Século XXI - O PO, no Movimento Piquetero, através do Polo Obrero, e o PTS, nas fábricas recuperadas. A atuação do PO foi marcada pela tensão entre a administração dos planos sociais estatais e sua independência política perante o Estado e por forjar uma unidade de norte classista no interior do Movimento Piquetero e suas organizações políticas marcadamente pluriclassistas e com

¹⁰⁸ O trabalho de Ruggeri (2013) apresenta que são 311 ERT (Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores) no território da Argentina, totalizando 13.462 trabajadores, presentes em 21 dos 24 distritos do país. Informar-se mais em: <http://www.recuperadasdoc.com.ar/Informe_IV_relevamiento_2014.pdf>.

certa dependência dos recursos estatais. E o PTS, visando consolidar-se como referente político para as denominadas fábricas recuperadas, logrou sucesso especialmente em Brukman e Zanón, e procurou conciliar elementos organizativos como decisões coletivas em assembleias e uma direção política classista que ultrapassasse a esfera das reivindicações econômico-trabalhistas e obtivesse mais inserção desses trabalhadores das fábricas recuperadas na totalidade da luta política.

5.2 A ARGENTINA SOB OS GOVERNOS KIRCHNER

Um ano e meio depois da queda do Governo Fernando De La Rúa, em dezembro de 2001, e, conseqüentemente, o processo de crise política, institucional e social, atravessado pelo país, em 25 de maio de 2003, o ex-governador da província patagônica de Santa Cruz, Néstor Kirchner – do Partido Justicialista (peronista) – assumiu a Presidência da República Argentina depois de uma profunda convulsão política, econômica e social. Esse acontecimento finalizou o impasse institucional decorrente da crise econômica e política que derrubou, por pressão e protesto social, o ex-presidente da Aliança (União Cívica Radical, Frepaso e outros partidos políticos), Fernando De La Rúa. Kirchner ganhou as eleições depois que o ex-presidente, Carlos Menem, desistiu¹⁰⁹ de concorrer ao segundo turno, apesar de ter vencido o primeiro com 24,36% dos votos válidos contra 22% de Kirchner. O processo que culminou com a eleição de Néstor Kirchner foi consequência da crise de 2001.

A crise de autoridade e de representação partidária é a sombra que acompanha todos os candidatos à Presidência da República da Argentina, tanto os candidatos de vinculação ideológica peronista quanto os não peronistas. O principal opositor de Kirchner, nas eleições presidenciais de 2003, foi Menem, preferido do eleitorado peronista tradicional que, apoiado pelo empresariado, buscava reeditar suas políticas neoliberais, característica da política econômica que levou à bancarrota argentina em 2001. Kirchner, apoiado e escolhido por Duhalde – peronista bonaerense – como candidato do governo, não era um dirigente nacional conhecido. Esse aspecto suscita uma análise dupla: pouca visibilidade e pouca rejeição, este último aspecto importante para a ascensão de Néstor quanto ao eleitorado.

Durante a campanha para a Presidência da República, uma das plataformas eleitorais de Néstor Kirchner consistiu em dar prosseguimento a Lavagna como ministro da Economia, o qual acabou com a convertibilidade iniciada em 2001 por Menem e trouxe para Kirchner

¹⁰⁹ Abdicou da disputa com Néstor, no segundo turno, por compreender (pesquisas de opinião, momento político desfavorável etc.) que seria derrotado.

reconhecimento das instituições. Assim, o crescimento começou a ser recuperado houve certa estabilidade na economia. Kirchner fez uma campanha pautada na defesa de bandeiras sociais e sinalizou para a reconstituição de políticas arrasadas no período menemista, fortalecendo o Estado como indutor do desenvolvimento econômico e social, o que foi caracterizado como governo do tipo nacional-popular.

Além da crise de 2001, que serve para compreender como Néstor Kirchner chegou ao poder, outras duas condições são imprescindíveis para entender a manutenção e a popularidade de Kirchner como Presidente: o combate à crise econômica, com o rechaço ao neoliberalismo com a política de convertibilidade, que produziram pobreza e desemprego; e as ações à crise no âmbito político, contornando a ingovernabilidade, a crise de representação e a desconfiança com as instituições.

Para superar a crise econômica, Kirchner, com auxílio de Eduardo Duhalde, no campo político, e seu ministro da economia Lavagna, refutou qualquer vinculação com o menemismo e sua política econômica de forte teor neoliberal, procurando diferenciar-se da política anterior, atrelada aos Estados Unidos e com os centros de poder financeiro, especificamente o FMI e o Banco Mundial. Assim, apoiou-se no comércio internacional, principalmente com a China, com os altos preços das commodities que beneficiam os países exportadores desses produtos. Os preços dos produtos primários (commodities) experimentaram uma considerável elevação na primeira década do Século XXI, e produtos como soja, carne, trigo, milho e petróleo constituem itens importantes na pauta de exportação Argentina – e de grande parte dos países de América Latina. De acordo com a CEPAL¹¹⁰, o PIB da Argentina cresceu 8,7% em 2003; 9%, em 2004; 8,6%, em 2005; e 6%; em 2006. O desemprego, ainda elevado, caiu de 17,8% para 10% aproximadamente; as taxas recordes de pobreza, que atingiram 57,6% em 2002, caíram para 40,2% no último ano. Segundo dados oficiais do Ministério da Economia da Argentina (MECON), o país teria crescido 9,1% em 2005¹¹¹.

A economia não deixa de se internacionalizar, e os setores de energia, alimentos e telecomunicações continuam dirigidos por empresas estrangeiras. No governo Kirchner, das 500 empresas maiores da Argentina, 73% eram estrangeiras, ainda que tenham ocorrido processos de reestatização de serviços como Aerolíneas Argentinas e Correio Argentino. Esse aspecto se dá pelo modo de inserção que a Argentina ocupa no capitalismo global, ou seja, periférico e dependente.

¹¹⁰ <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1074/103/2010-2011_es.pdf>.

¹¹¹ <<http://www.mecon.gov.ar/peconomica/informe/informe54/introduccion.pdf>>.

A recuperação acelerada alcançou índices de desenvolvimento mais altos do mundo nesse período¹¹² como consequência da política econômica de desvalorização do peso em relação ao dólar, que oportunizou uma taxa de câmbio favorável ao desenvolvimento de uma produção substitutiva de importações e as exportações de bens primários encorajados por uma conjuntura internacional propícia para os produtos argentinos. Esses aspectos fortaleceram o mandato de Kirchner com uma parte do capital burguês nacional e a opinião pública.

Quanto ao ambiente político, o resultado do processo eleitoral deu a Kirchner uma margem baixa de legitimidade e apoio, com menos de 25% dos votos, o que requeria a necessidade de forjar alianças tanto no parlamento quanto nos movimentos sociais, o que seria resolvido com o auxílio de seu “padrinho” político Duhalde, reconhecido peronista. A governabilidade passou a ser construída, primeiro, com o “enfraquecimento” da política econômica de convertibilidade (iniciada em Duhalde em 2002), apresentada como a principal responsável pela crise de 2001, que alçou Kirchner ao poder e o colocou como opositor dessa política econômica. Posteriormente, ele procurou apoio nos campos institucional e popular, para concentração de poder.

No campo institucional, Kirchner se beneficiou das transferências¹¹³ de poderes do Poder Legislativo para o Poder Executivo do mandato de Duhalde e passou a governar por meio de decretos em diversas questões importantes sem consultar o parlamento ou debater com ele. Já a governabilidade, ainda na esfera político-institucional, forjar-se-ia a partir do apoio político pessoal de Kirchner a parlamentares nacionais, governadores, autoridades provinciais e locais, muitas delas pouco conhecidas no cenário político nacional e que passaram a figurar em alianças mais fortes com o apoio de Néstor Kirchner, buscando construir uma base de sustentação governamental e parlamentar própria que girasse em torno de sua liderança, que se materializaria nas eleições legislativas nacionais de 2005. Exemplo dessa construção de uma base política própria são os partidos provenientes de correntes do peronismo, outrora relegados ao segundo escalão nas alianças políticas do PJ ou da UCR. A política de cooptação de setores no interior do peronismo foi chamada de transversalidade.

Segundo Torre (2005, p. 28), os objetivos da política de transversalidade eram dois: “lograr apoyos partidarios propios que compensaran el déficit al llegar al gobierno, y en una segunda etapa, más ambiciosa, impulsar una transformación dentro del PJ para volcarlo hacia

¹¹² En el primer trimestre de 2004 la economía aun creció a un ritmo del 11,2%. Se estima que el crecimiento para esse año rondará el 7,5%. Essa tasa de crecimiento influyó en los índices de empleo, aunque menos de lo esperado. Según las mediciones más recientes, la desocupación afecta al 14,4% de la población activa, pero si no se incluye a los que se benefician de planes de desempleo y efectúan alguna contraprestación, ese índice se eleva al 17,4%. V. *La Nación*, suplemento de Economía y Negocios, 18/6/04.

¹¹³ <<http://www.mecon.gov.ar/digesto/leyes/ley24156.htm>>.

sectores más progresistas y congruentes con sus credenciales setentistas. Así, Kirchner intentaría capitalizar sus apoyos populares y transformarlos en apoyos partidários”. Ou seja, ele obteria tal consolidação do poder político nas eleições legislativas de 2005, em que consolidou sua força política amparado em alianças territoriais, ampla base de apoio forjado na transversalidade e favorecido pelo crescimento econômico e pelo apoio majoritário da mídia.

A concentração de poder partidário no interior do PJ objetivava mais autonomia e independência de Kirchner em relação à Duhalde. Esse aspecto teria seu clímax nas eleições legislativas de 2005. Com a vitória de Kirchner, nas eleições legislativas de 2005, consolidaram-se as alianças políticas – como as descritas no parágrafo anterior – que não estavam com ele em 2003 e migraram de Duhalde. Esse respaldo oportunizou a Néstor liderar o PJ, estabelecer uma frente eleitoral (a Frente para la Victoria), com a implantação em todas as províncias e nos setores peronistas do partido também do seu perfil político. Para consolidar seu domínio sobre as estruturas do Partido Justicialista, Kirchner reforçou suas redes clientelistas com o estabelecimento de alianças locais com caudilhos e dirigentes tradicionais pouco alinhados a sua orientação ideológica.

No campo popular, algumas frações de classe em polos sociais diferentes, de relevante atuação nos levantes populares durante a década de 1990 e que ganharam protagonismo na crise de 2001, passaram a ser cooptadas pelo Kirchnerismo, para que ele tivesse a governabilidade e a aprovação necessárias. A classe média perdeu seu status social durante a década menemista, e os trabalhadores ficaram desempregados (piqueteros).

A classe média, de escassa organização e mobilização social, a partir de sua atuação autônoma do tipo “cidadã”, não organizada em movimentos coletivos e que se expressa principalmente de maneira virtual, constitui-se como uma referência importante na vida política argentina. A classe média, que se expressava majoritariamente por eleições, intenções de voto e como opinião pública passiva, salvo em momentos de presença pública inédita, como foram os “cacerolazos” e as assembleias de bairro em Buenos Aires, teve centralidade na vida política argentina e no governo Kirchner, que, para atrair a classe média, utilizou-se da bandeira dos direitos humanos, histórica desse setor: “Juicio y castigo a los culpables” palavras de ordem proferidas pelas mãos da praça de março, foram utilizadas pelo governo kirchner para construir uma ação governamental contra a impunidade realizada pelos repressores na época da ditadura militar. Exemplo dessas ações são: o Museo de la Memoria, en la Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA), a revogação da lei “Obediencia debida y el Punto Final”, o julgamento de alguns torturadores e os pedidos de desculpas em nome do

estado argentino outrora terrorista. A *Ley de Medios*, como medida democratizante para a difusão, a diversificação e a inclusão de informações na comunicação argentina – essa não era uma característica do peronismo reconhecidamente antidemocrático nesse aspecto - também sinalizava para os setores médios como importante aspecto de defesa da democracia (GALASSO, 2011). Através dessas ações, Kirchner obteve, por um período, o apoio da classe média argentina.

O outro polo é constituído pelos excluídos, setor social que experimentou, na década anterior ao Kirchnerismo, um crescimento vertiginoso impulsionado pelo desemprego e pela pobreza. Os Movimentos Piqueteros nascidos no final da década de 1990 se consolidaram e fracionaram-se em grupos e perspectivas diferentes. Através das políticas de assistência social, as diferentes organizações piqueteras administram parte dos subsídios de combate ao desemprego, como o Trabajar e Jefas y Jefes de Hogar. Essa medida e a não criminalização de parte do Movimento Piquetero (obviamente a que ficou ao lado de Néstor) serviram para diminuir os protestos sociais. A construção dessa base governista nos polos institucional e popular deveu-se à falta de estrutura partidária, de apoio de movimentos sociais e de uma frente que o respaldasse anteriormente ao processo eleitoral de 2003, portanto o governo Néstor construiu tal base durante seu mandato.

Além dos apoios políticos que trouxeram governabilidade, o Kirchnerismo promoveu ações de importante impacto político que lhe proporcionaram força, principalmente no primeiro mandato. As principais ações políticas da gestão kirchnerista foram: a reforma institucional orientada para dar ao Estado um rol regulador e de controle na execução dos aspectos tributários, orçamentários e fiscais; a relação com os organismos internacionais (em especial, o FMI) para o pagamento da dívida externa; a estratégia de pagamento da dívida externa “sem ajuste” (aumento da taxa de juros) para que não limite o governo em seus gastos públicos; a renovação da suprema corte de justiça e o combate às violações dos direitos humanos na ditadura militar (1976-83).

A renegociação da dívida externa passou pela resolução da saída da moratória por meio de uma difícil negociação com os credores privados e, em concomitância, com o FMI. A Argentina saiu da incômoda condição de moratória e conseguiu acordos “supostamente” mais vantajosos do que outros países na negociação com o FMI. A reestruturação da dívida externa com os credores privados, em 2005, e a saída da situação de moratória foram consideradas um sucesso por grande parte de população. Em janeiro de 2005, o governo argentino apresentou um programa de troca de uma parte da dívida com os credores privados argentinos e estrangeiros, os chamados bônus. Visando a esse objetivo, o governo emitiu bônus para

substituir os que não foram pagos - existiam mais de 150 tipos de bônus em moratória. Em 3 de março de 2005, o ministro Lavagna anunciou que 76,07% dos credores privados, do total de 152 títulos da dívida argentina em moratória, concordaram com a proposta de quitação apresentada pelo governo Kirchner, apesar da perda de, aproximadamente, 63% e 68% do valor original do bônus. A recuperação do crescimento da economia, que havia começado em 2002, inclusive em situação de moratória com os credores privados internacionais, fortaleceu o ministro Lavagna nas negociações diante do FMI e dos credores.

O pagamento da dívida externa confrontou as orientações de organismos internacionais de monitoramento dos gastos governamentais, como o FMI, sem, contudo, abandonar a negociação. Esse aspecto tem como critério político o reconhecimento popular e das instituições econômicas. O governo utilizou as reservas do Banco Central para quitar 9.810 milhões de dólares para comprar sua “soberania” (CLARÍN, 27/2/2005). Debilitou a dependência, porém o país não entrou em um processo de liberação nacional porque, no menemismo, importantes empresas nacionais foram privatizadas: Canale, Cinzano, Bagley e Terrabusi.

A renovação da Suprema Corte de Justiça passou, primeiramente, pela remoção dos magistrados que estavam, desde o período menemista, como juízes apoiadores incondicionais do governo Carlos Menem. A renovação realizada por Néstor Kirchner teve um papel convergente com o governo e outras iniciativas políticas tomadas pelo Presidente. Os maiores exemplos foram a reabertura e o julgamento dos militares que cometeram crimes contra os direitos humanos durante o regime de exceção na Argentina. Esse conjunto de iniciativas foi destinado a consolidar a liderança de Kirchner, e as iniciativas de políticas públicas, indicadas anteriormente neste tópico textual, puderam ser levadas adiante, graças à recuperação econômica fruto das exportações de *commodities*.

No fim do primeiro mandato, a popularidade de Kirchner cresceu, segundo uma pesquisa do Centro de Estudios de Opinión Pública (CEOP), e foi divulgada pelo Jornal Clarín. Em maio de 2005, o presidente acabou seu segundo ano de governo com um amplo apoio da população: 77,9% de imagem positiva pessoal e 63,7 % de aprovação ao conjunto de sua gestão presidencial. Três aspectos, segundo a pesquisa, auxiliaram essa popularidade positiva: a renegociação da dívida externa, a política econômica em geral e a política externa do país. Em 2007, Cristina Fernandez Kirchner foi eleita presidente, impulsionada, sobretudo, pelas medidas tomadas nos primeiros anos do governo Néstor. Efeitos do crescimento econômico, da recuperação do emprego e das políticas distributivas deram a Cristina um saldo político favorável para vencer o pleito de 2007. Seu estilo de governar era similar ao de

Néstor, por isso CFK mantém o poder concentrado no Executivo nacional, manejando áreas estratégicas com ministros com pouca autonomia decisória nas questões econômicas e políticas.

Durante o governo CFK, o principal opositor foi o Bloco agro-patronal-midiático, participante do maior conflito da referida gestão iniciado em março de 2008¹¹⁴. As consequências dessa política foram: apoio eleitoral, aumento nos índices de popularidade e aprovação do governo, inclusive à classe média historicamente adversária do peronismo.

5.2.1 Principais críticas ao Kirchnerismo

Nesse campo econômico, os governos Kirchner não superam o *neoliberalismo*, tão alardeado por ele, e continuaram a coexistir práticas neoliberais na relação entre o Estado e o mercado por meio de práticas neoextrativistas¹¹⁵. As novas modalidades estatais não são uma superação do neoliberalismo, elas dedicam parte da renda que capturam das *commodities* a subsídios sociais não só para combater a pobreza, mas também para atender ao consumo, sem modificar a estrutura social vigente, tampouco instituir padrões estáveis e seguros de desenvolvimento social, para angariar apoio político popular e ficar apenas no campo da cidadania, ou seja, é um neoliberalismo sem a política de convertibilidade vigente nos anos 1990 (BORON, 2004). A manutenção de parte da política desenvolvida nos anos 1990 com um discurso de renovação é perceptível devido à manutenção da flexibilização e da precarização laboral e à aliança do governo com o capital imperialista nos ajustes dos gastos públicos.

O pagamento da dívida externa é demagogia, já que ele continuou sendo pago, apesar de a dívida externa não ter diminuído. De maio de 2002 a abril de 2004, houve um acréscimo (incremento) na dívida de 65 milhões de dólares¹¹⁶. Com a manutenção do pagamento da dívida externa, intocável de auditoria e de revisão, manteve-se a vulnerabilidade econômica do país, medida na relação PIB e no pagamento da dívida. Ou seja, o PIB, que cresceu no período kirchnerista, principalmente nos primeiros anos, como demonstrado, serviu, principalmente, para pagar a dívida. O pagamento da dívida externa é a principal sangria da economia nacional, e a renegociação do pagamento da dívida com o FMI manteve a meta de

¹¹⁴ Sobre o conflito no campo, consultar a obra *Las Izquierdas em la política argentina* (2009), organizado por Martín Fioretti e Federico Shinzato (orgs.). Na obra, diversos líderes políticos da esquerda analisam o panorama do conflito agrário entre as patronais e o governo kirchnerista.

¹¹⁵ Os preços das *commodities* são determinados por dinâmicas financeiras.

¹¹⁶ Documento do EDI (economistas de Izquierda) ver em Castillo (2011).

superávit muito alta destinado ao pagamento, o que onerou investimentos e, juntamente com a desvalorização do peso, buscou lograr superávit para garantir o pagamento da dívida (CASTILLO, 2011).

O esquema de pagamento da dívida faz parte das altas taxas de lucro que estão recebendo os grupos capitalistas que concentram a atividade agrícola e a petroleira, dois setores que mais se beneficiaram com a política de desvalorização do peso em relação ao dólar. Não houve devolução da soberania nacional, como alardeado pelo Governo, e o pagamento da dívida externa ao FMI continuou. Muitos desses pagamentos são cobertos por uma nova dívida pública interna e pela emissão de bônus dessa dívida (a Venezuela comprou parte desses bônus), para substituir credores internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, por outros que surgem no mercado local (como os fundos vindos dos salários capitalizados da AFJP). Ou seja, não houve desendividamento.

As reacomodações da burguesia realizadas pelo Kirchnerismo apoiaram a recuperação econômica e seu momento favorável da conjuntura com a pesificação das dívidas em dólar. A substituição de importações se intensificou devido à desvalorização da moeda local e serviu para beneficiar setores capitalistas, como os grandes exportadores de commodities, que aproveitaram a vantagem que combinava a diminuição dos custos locais de produção com a subida de preços desses produtos no mercado internacional. Os exportadores de produtos agrícolas e de petróleo e grupos industriais que têm dimensão internacional, como Techint e Arcor, foram alguns dos favorecidos. As empresas privatizadas também obtiveram êxito, ex: a Repsol-YPF, que também se aproveitou da redução dos custos de produção locais em dólar para vender ao exterior petróleo e gás. Os bancos receberam compensações milionárias por parte do Estado. O projeto econômico desses grupos passaria pelo plano exportador sustentado pelo infraconsumo dos setores populares, porém apoiado na demanda, nas transferências e nos incentivos estatais, mantendo uma economia aberta tanto em termos de mercado de bens quanto de capitais, e sem projeto de reindustrialização que poderia provocar uma situação de competir com o grande capital transnacional. Ou seja, nenhuma mudança substancial da estrutura do país foi herdada do menemismo (CASTILLO, 2011).

O realinhamento no bloco dominante, que, nos anos noventa – com altas taxas de lucros – concentrava-se em empresas privadas, os bancos, os supermercadistas e um pequeno setor da cúpula industrial, nos governos Kirchner as altas taxas de rentabilidade estão concentradas nos setores ligados a exportações de produtos de insumos industriais, de bens manufaturados e de indústrias extrativas do setor agrícola. A Repsol-YPF, as empresas do grupo Techint e as do complexo agroindustrial são as que encabeçam os grandes ganhos no

período kirchnerista, seguidas das empresas automotivas, das construtoras, das telefônicas e dos setores financeiros (os possuidores de bônus da dívida).

A reorganização da institucionalidade, posterior à crise de representação e de autoridade, não resultou no surgimento de novos partidos orgânicos, tampouco em uma saída pela esquerda. A recomposição do sistema político não surgiu com novos partidos nem coalizões que substituíssem o bipartidarismo existente. O Duhaldismo e o Kirchnerismo, como expressões da chamada burguesia nacional, são os setores que “sofreram” com a política de convertibilidade e se reergueram com a de desvalorização do peso. O duhaldismo é o peronismo de Buenos Aires, que funcionou no governo Kirchner – principalmente na primeira metade do mandato – como garantidor da governabilidade, e manteve flexível apoio entre a centro-direita e a centro-esquerda. O Kirchnerismo, uma tendência burguesa da província patagônica de Santa Cruz, tornou-se a expressão das empresas petroleiras e mineiras, em nível provincial, e depois, em nível nacional. O Kirchnerismo se relaciona com o movimento de massas através de seu “prestígio pessoal” porque não detém base social nacional e emprega a força política e institucional que adquiriu durante o exercício do poder. Exemplo disso é que Kirchner buscou consolidar o maior poder possível no interior do peronismo e ser o referencial da centro-esquerda, objetivando ganhar a classe média em seu conjunto (não só apenas a ala progressista). A recomposição burguesa foi impulsionada, também, pela falta de protagonismo dos setores estratégicos da classe operária (o proletariado industrial e o setor de serviços). Os trabalhadores e as classes exploradas seguiram, em grande medida, os populistas e os autonomistas.

A cooptação e a amortização do levante popular de 2001 foi outro aspecto característico da política kirchnerista. As classes médias heterogêneas foram uma das protagonistas da crise de 2001, que defendeu a saída pela direita, seja através de um nome forte ou de um partido da ordem. Nesse período, o peso político e social das classes médias seguiu dominante e permeando com seus valores e pontos de vista o conjunto das classes sociais. A classe média exigia a volta da normalidade política em relação ao reaquecimento da economia e apoiou Kirchner, o que demonizou o Movimento Piquetero. A classe operária, muito omissa nos eventos de 2001, no mandato de Duhalde e na eleição de Kirchner – produto do temor de demissão e refém do colaboracionismo das burocracias sindicais – perdeu visibilidade na luta de classes, exceção feita às fábricas recuperadas. O Kirchnerismo transformou a adesão passiva em mobilização ativa em seu apoio, com a ampliação da base governista, com medidas de cooptação: cooptação de grupos piqueteros (FTV de Luís D’Élia,

Barrios de Pé, MTD Evita etc.), com organismos de Direitos Humanos, e com a CGT de Hugo Moyano.

A forma “independente” de fazer política do Kirchnerismo - Não era o partido, tampouco um movimento que garantia respaldo político ao Kirchnerismo para governar quando chegasse ao poder, algo que foi sendo construído, como já referimos. O uso da máquina estatal e uma política que focava o desenvolvimento nacional e a promoção de certos e limitados direitos traziam para Kirchner o apoio da população alheia aos grupos sociais organizados politicamente. Essa parcela da população “avulsa”, que formou, em 2001, o “voto de bronca” nas eleições legislativas e o cacerolazo, reclamou da renovação política, porém, por meio de canais legais (institucionais), e foi importante para o apoio ao Kirchnerismo.

Os indicadores sociais não acompanharam o crescimento econômico, o que demonstra o caráter regressivo do modelo econômico kirchnerista. A diferença entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres da população foi 28 vezes maior (os 10% mais ricos ganham, em média, \$2.226, e os 10% mais pobres ganham \$65 mensalmente) do que em 2006, segundo o INDEC. Quanto aos níveis de pobreza, 40% se mantêm na faixa de pobreza; 15%, de indigentes; 70 % dos postos de trabalho criados são de empregos precários; perda de poder de compra do salário devido à inflação; salários médios por setor: trabalhador privado legalizado (\$1.072), trabalhador estatal (\$700), trabalhador “en negro” (\$392)¹¹⁷.

O Kirchnerismo chegou ao poder prometendo um projeto nacional comum, integrador das formas tradicionais de fazer política e superior a elas, ao mesmo tempo em que se alinhava a tradição peronista. Reivindicando a ideia de refundação, buscava estabelecer uma fronteira com os governos que o antecederam e se opunha, no plano econômico, ao neoliberalismo, e no campo político, ao duhaldismo e ao menemismo, do qual foi aliado durante muitos anos¹¹⁸, a fim de articular um movimento transversal que incluiria forças de centro-esquerda e de ampliar a aliança com o aparato duhaldista do PJ, agora alinhado a Kirchner e a setores médios e populares. Porém, nos mandatos dos Kirchner, permaneceu o atrelamento ao capitalismo internacional, em que o país continua se inserindo de forma subordinada e dependente.

¹¹⁷ Ver dados em: Izmael Bermudez (Clarín, 8/4/2006).

¹¹⁸ <<http://www.pts.org.ar/La-alianza-de-los-Kirchner-con-Lavagna>>.

5.3 AS LUTAS NOS ESPAÇOS SINDICAIS ENTRE O KIRCHNERISMO E OS PARTIDOS TROTSKISTAS ARGENTINOS: SINDICALISMO BUROCRÁTICO GOVERNAMENTAL VERSUS INDEPENDÊNCIA CLASSISTA

Na Argentina, a estrutura sindical estabelece que o Estado nacional, através do Ministério do Trabalho, é que tem o poder de árbitro sobre as negociações coletivas¹¹⁹ acordadas entre empresários (câmaras empresariais) e sindicatos (organizados na Argentina por ramos de atividade e em centrais)¹²⁰: “La Ley de Asociaciones Profesionales¹²¹ en Argentina establece que sera reconocido y habilitado por el Estado un solo sindicato por rama de actividad. Esto implica que las negociaciones colectivas se establecen con dicho sindicato, siendo su resultado valido para todos los trabajadores de esa rama de produccion, esten o no afiliados” (VARELA, 2014, p.123).

En el sistema sindical argentino existen dos formas principales de organización de los sindicatos: las llamadas “uniones” y las “federaciones”, que pueden ser tanto nacionales o provinciales. Las “uniones” son sindicatos con jurisdicción directa en todo el territorio en el que actúan. Los representantes “locales” del sindicato son elegidos por los líderes nacionales (o provinciales) de la “unión”. Las “federaciones” están constituidas por varios sindicatos asociados. Por esa razón las autoridades “locales” no son electas por los líderes nacionales (o provinciales), sino por el voto directo de sus miembros. Los cinco agrupamientos sindicales tienen ambos tipos de organización sindical. Un Sindicato tiene un gobierno descentralizado y una actuación local, cada sindicato local tiene su propia conducción, o sea, un órgano ejecutivo y una asamblea. Una Unión, tiene un gobierno centralizado con actuación nacional (Ministerio de Trabajo, Empleo e Seguridad Social).

O modelo de organização sindical argentino caracteriza-se pelo predomínio de sindicatos verticalizados organizados por ramo de atividade, com estruturas internas piramidais e uma dupla representação: de um lado, os empresários e o governo, e de outro, as comissões internas de delegados. Essa forma de organização sindical centralizada facilita a negociação coletiva por parte do governo e o controle sobre os sindicatos.

¹¹⁹ “La función de la negociación colectiva como parte del sistema de relaciones laborales, entendido éste como un subsistema inescindible del sistema político democrático. Concebir de esse modo al sistema de relaciones laborales nos introduce a la noción de conflicto como dato permanente y propio de las relaciones sociales en las sociedades modernas. [...] la naturaleza de los sujetos en conflicto (en esse caso centrado en los actores que construyen las relaciones laborales), o su contenido su objeto (valores, intereses o poder), la búsqueda de un proceso de negociación involucra la tensión permanente entre dos aspectos: una esfera de intereses divergentes y una esfera de intereses comunes” (TOMADA e RIGAT-PFLAUM, ano, p.24).

¹²⁰ Ministerio del trabajo, empleo y seguridad social (MTEySS).

¹²¹ Ley de Asociaciones Sindicales – LAS – Lei N° 23.551/1988 e concebida pelo decreto 467/1943.

A centralização da estrutura da negociação coletiva argentina passa pelos três níveis em que ocorrem: na empresa - negociam seus representantes e o sindicato; por ramo de atividade - negociam um sindicato e os representantes dos empregadores do ramo do setor; e em nível nacional - negociam as confederações de trabalhadores e de empregadores com a intervenção do Estado. A respeito da intervenção do Estado, a Lei de Asociaciones Sindicales (LAS), sancionada em 1988, contém elementos-chave sobre o modelo sindical argentino: o direito de representação do sindicato (reconhecimento jurídico-institucional) é outorgado ao sindicato que tem a maior quantidade de filiados por setor produtivo e/ou empresa; a homologação das decisões coletivas privativa ao Ministério do Trabalho; a aplicação do conceito erga omnes, que obriga todos os trabalhadores que se encontram sob os âmbitos de atuação da representação sindical ou empresarial, independentemente de sua filiação sindical, a se submeter à referida lei, impedindo uma fragmentação e, conseqüentemente, oposição sindical a negociação coletiva.

Essa estrutura jurídico-institucional, propositalmente concentrada e pouco descentralizada herdada do peronismo, foi utilizada como suporte político do Kirchnerismo para o âmbito sindical e das relações trabalhistas, como apresentaremos.

No campo sindical, o período kirchnerista pode ser caracterizado como a reelegitimação das organizações sindicais como parte necessária do regime político pós-convertibilidade e pós-crise de 2001 de recomposição institucional (GIARETTO, 2011; VARELA, 2014; VARELA, 2013). Essa legitimação institucional se deve à convergência conflitante de alguns fatores, entre eles, a junção de dois: a reestituição do âmbito de negociação coletiva¹²² (muito debilitada no governo Menem, denominado de sindicalismo empresarial) e uma forte regulação governamental acordada diretamente entre o poder Executivo Nacional e as direções sindicais (VARELA, 2013; VARELA, 2014).

O âmbito da renegociação coletiva – que deveria ser um órgão central da defesa e da promoção dos direitos trabalhistas – foi reestituído pautado em subsídios governamentais através dos fundos de obras sociais sindicais¹²³. Em troca disso, os sindicatos burocratizados devolveram ao governo e às empresas negociações com responsabilidade e moderação - entenda-se assimetria e complacência – e confortaram-se com “acordos” que pouco contemplavam a classe trabalhadora e converteram-se em um instrumento orgânico de

¹²² Observamos que essa restituição opera combinada e limitada por uma forte intervenção presidencial direta que assume distintas formas durante o período.

¹²³ Ver: ANSES, disponível em: <<http://www.anses.gob.ar/>>.

contenção de classe, de suas reivindicações e lutas (CASAS, 2011; VARELA, 2013; GIARETTO, 2011).

A arbitragem governamental direta regeu as relações laborais objetivando não só regular o salário e as condições de trabalho mas também controlar o fortalecimento sindical. Como se deu essa regulação direta do Poder Executivo? Através do poder político-jurídico de decretos, o Poder Executivo nacional concedeu aumentos salariais¹²⁴, arbitrando diretamente entre capital e trabalho. Esses aumentos propiciaram uma mínima recuperação da capacidade aquisitiva do salário (em torno de 30%)¹²⁵ que havia se desvalorizado no período menemista e aliancista. Porém, como era insuficiente para reverter a perda de direitos trabalhistas da década menemista, não houve a “recidadanização” apregoada pelo Kirchnerismo.

A centralização das negociações coletivas é um importante aspecto tático na estratégia governista de manter sua regulação sobre as centrais sindicais, os sindicatos, os ganhos e os direitos trabalhistas dos trabalhadores o máximo possível sob seu controle, que iria contar com o apoio estratégico fundamental nesse período da CGT e Hugo Moyano. A política de reelegitimação dos sindicatos por parte do governo Néstor Kirchner contou com a figura de Hugo Moyano¹²⁶ e da Central General de los Trabajadores (CGT) como suporte político em sua aliança sindical.

Em 14 de julho de 2004, três meses depois da greve dos trabalhadores metroviários¹²⁷, o Congresso Geral da CGT escolheu o líder caminhoneiro, Hugo Moyano¹²⁸, como seu secretário geral. Até 2011, Moyano seria o aliado estratégico do Kirchnerismo até sua ruptura no governo Cristina Fernández no mesmo ano. Dizemos estratégico porque a exportação de matérias-primas, principalmente no mandato de Néstor, cresceu, e o setor alimentício, em

¹²⁴ Regulación del Salario Mínimo Vital y Móvil (SMVM) cuyo monto se había mantenido congelado en \$200 desde 1993. El aumento otorgado es de \$50, llevando el SMVM a \$250, monto inferior al salario promedio incluso en los trabajadores no registrados (VARELA, 2013).

¹²⁵ Según cifras oficiales, entre “2002 y 2006 el crecimiento acumulado de la economía alcanzó a más del 40% y los sectores productores de bienes acumularon un crecimiento mayor al 50%, descollando, entre ellos, el incremento de la construcción (146%) y la industria (52%). El impacto del crecimiento económico sobre el empleo fue, esa vez, asombrosamente intenso. La elasticidad empleo/producto inusualmente alta, sobre todo en el comienzo de la recuperación, se mantiene muy por arriba de la existente durante la década precedente...” (Chitarroni y Cimillo, 2007).

¹²⁶ <http://www.pts.org.ar/Hugo-Moyano-reivindicaciones-legitimas-y-politica-patronal>.

¹²⁷ Conflito entre os trabalhadores metroviários e a Empresa Metrovías sobre a automação de tickets de passagem e o risco de perder postos de empregos, além de aumento salarial para os trabalhadores, acabou tornando-se o primeiro conflito aberto entre o sindicalismo apoiado pelo Kirchnerismo e o sindicalismo de base apoiado por grupos e partidos de caráter classista, tendo como principal força o corpo de delegados de Subte.

¹²⁸ Moyano: significativamente, el dirigente camionero asumió el cargo que Kirchner dejó vacante en la conducción del Partido Justicialista de la Provincia de Buenos Aires. Cualquier interpretación crítica de esse posicionamiento debe comenzar por recordar que hasta hace muy poco Moyano no era kirchnerista. En las elecciones presidenciales de 2003, el líder del MTA enfrentó a Néstor Kirchner y al Frente para la Victoria apoyando públicamente la candidatura de Adolfo Rodríguez Saá, y puso a hombres de su confianza en las boletas del político puntano.

particular, para a Argentina, transformou-se no eixo da recuperação econômica (exportação de commodities), e os setores sindicais ruralista¹²⁹ e dos caminhoneiros têm papel estratégico nessa relação. A política da CGT está ajustada em torno de uma política de unidade sindical¹³⁰, que objetiva centralizar a negociação coletiva e concentrar a autoridade e os recursos na cúpula nacional de cada sindicato (CASAS, 2011).

Entre 2008 e 2009, a dinâmica entre negociação coletiva, intervenção presidencial direta e conflito trabalhista continuou, porém uma série de fatores políticos e econômicos a atravessam. Em nível político, o governo Cristina Fernández enfrentou o denominado “conflito no campo”¹³¹, que levou à derrota de seus aliados políticos nas eleições de 2009. Em nível econômico, o impacto da crise internacional gerou a desaceleração da economia (inflação e demissões). Em 2010, o assassinato de Mariano Ferreyra, militante da Unión Juventude Socialista (UJS) do Partido Obrero (PO), na Unión Ferroviaria, em meio a uma jornada de luta dos terceirizados de ferrocarril (VARELA, 2013), teve forte repercussão nacional e mobilização em torno da causa do militante terceirizado chamando ao debate público a perseguição ao militante do sindicalismo de base e a precarização dos trabalhadores terceirizados como temas a serem discutidos.

O ano de 2011 marca um ponto de inflexão na política governamental para os sindicatos e o sindicalismo, o começo de uma reversão política marcado, outrora, pela política de reelegitimação sindical e por uma ação direta do Estado nas negociações coletivas. Essa mudança tem duas explicações principais: o aumento da inflação e a ruptura do governo Cristina Fernández com Hugo Moyano, que fizeram decair o poder de negociação entre o governo e os sindicatos burocratizados. Os motivos imediatos para a ruptura estão na não sincronia entre a nova força dos sindicatos, porém sem o reconhecimento político dentro do PJ, que gerou insatisfações no interior do sistema de alianças kirchneristas. Esses motivos imediatos ligam-se diretamente à contradição entre a nova força social dos trabalhadores e a manutenção das condições de exploração herdadas dos anos 1990. Desde o início dos governos Kirchner, na Argentina, os trabalhadores vivem um processo de forte recomposição social e sindical, com a incorporação de quatro milhões de postos de trabalho e o exercício de

¹²⁹ Teve Gerónimo Venegas à frente da direção dos trabalhadores rurais, nesse período, destacadamente próximo do presidente argentino anterior, Duhalde.

¹³⁰ La CGT exige o que se denomina “unicidad sindical”. O Estado deve reconhecer uma central nacional, um sindicato por indústria ou ramo de atividade e, uma representação sindical por cada lugar de trabalho. Isso implica diretamente o não reconhecimento legal da Central de los Trabajadores Argentinos (CTA), existente desde 1992, identificado com o sindicalismo de movimento social, entre cujas bandeiras está o reconhecimento legal como central sindical e a pluralidade de sindicatos por ramo e por empresa, aspectos postos aos interesses da CGT de Moyano.

¹³¹ Conflito no Campo: conflito entre o Governo CFK e as patronais agrárias em 2008.

lutas reivindicativas. Essa nova força social e sua experiência sindical no período kirchnerista confrontam-se com a manutenção das condições de exploração que permanecem desde a década neoliberal, que se manifesta em precarização¹³² e fragmentação operária. É a política de manutenção das conquistas que o capital obteve sobre a classe trabalhadora durante o neoliberalismo, como política de estado do modelo kirchnerista, que opera como limite objetivo para fortalecer os sindicatos por “cima” (VARELA, 2013).

Em 2012, a ruptura se consumiu e, com ela, um novo cenário para as centrais sindicais: a existência de cinco centrais sindicais - três opositoras e duas oficialistas. Com a passagem de Moyano e seus aliados para a oposição, a arbitragem direta do governo sobre as negociações coletivas (convênios e acordos no âmbito trabalhista) se dificultaram. Em 2013, o governo continuou a ter dificuldade com as negociações coletivas.

El año 2013 comienza con un hecho que refuerza la tendencia: ante el reclamo de los docentes por un aumento salarial del 30%, el MTEySS cierra unilateralmente la paritaria a través de un decreto que establece un aumento del 22%. Esto obligó a la oficialista CTERA a oponerse a la política gubernamental y plantear el no inicio del año lectivo. Al momento de escribir esse artículo, el conflicto sigue en curso (VARELA, 2013, p.87).

O regime sindical kirchnerista, pautado numa contradição constituinte entre a recomposição social dos trabalhadores (possível pelo regime de acumulação pós-converbilidade pautada na exportação de comodites para o mercado chinês) e a manutenção das condições de exploração neoliberais, sobre as quais se organiza a acumulação - “El retorno de los sindicatos al centro de la escena política nacional, lejos de una restitución del pasado, contiene las tensiones entre la herencia de los 90, la impronta de las jornadas de 2001 y la nueva fuerza que los asalariados asumieron de 2003 en adelante” (VARELA, 2013, p.95-96) - sofre graves ataques e perdas de força, sejam endógenas (conflitos no campo e a perda estratégica do apoio de Moyano e da “sua” CGT), sejam exógenas (com a emergência do sindicalismo de base que disputa as comissões internas e os corpos de delegados opondo-se à direção sindical oficialista na organização de setores e nas fábricas recuperadas, que congregam importante força política de setores da esquerda classista).

A realidade do conflito sindical é dinâmica e está constantemente impactada por uma correlação de forças políticas que incluem o governo, o capital empresarial, a burocracia

¹³² Entendemos precarização laboral conforme as seguintes características: a relação contratual (desde os trabalhadores formais até os informais não registrados); o processo de trabalho (flexibilização do tempo/jornada e da organização do trabalho); organização sindical (níveis de sindicalização e presença organizativa em âmbito laboral).

sindical e os trabalhadores, além de uma estrutura de negociação condicionada por um marco institucional forte - o sistema de normas que regula as relações trabalhistas e reflete as características centralizadas que assumem a negociação coletiva - quais grupos políticos estão autorizados a negociar e a função do Estado na intermediação da negociação. É nesse âmbito sindical que os partidos trotskistas disputam as comissões internas de fábricas e repartições (locais de trabalho); fazem oposição à CGT; estruturam o sindicalismo de base como contraponto ao sindicalismo burocrático e resistem nas lutas das fábricas ocupadas de Zanon e Brukman.

Analisar a questão política, no interior dos sindicatos, supõe indagar sobre as relações de poder que se estabeleceram e se sucederam ao longo tempo pelos distintos setores que o conformavam. Nesse caso, a análise recai sobre as comissões internas e/ou os corpos (comissões) de delegados, como espaço de luta importante, devido à sua função estratégica, que detém, na condução da luta sindical dos trabalhadores, por exemplo, a representação na condução das negociações coletivas e o norte político a seguir.

Na Argentina, a junta interna de delegados (ou comissão interna) é o órgão que os sindicatos têm nos lugares de trabalhos de seus representados. As associações têm delegados nos lugares de trabalho, são representantes do sindicato e, às vezes, dessa fábrica ou repartição. Esses trabalhadores-delegados compõem a comissão interna através de eleições, com votos dos filiados do sindicato que se realizam a cada dois anos. Nesse contexto, os delegados aparecem como intermediários entre os dirigentes sindicais e os trabalhadores e entre os trabalhadores e os patrões. As ações dos delegados no interior das comissões internas podem não estar alinhadas ou ser contrárias às dos principais dirigentes sindicais de seu setor (DUHALDE, 2013).

A esquerda trotskista disputou e liderou as disputas pelas comissões internas e pelos corpos de delegados de empresas e sindicatos por ramos de trabalho, tanto em nível provincial quanto nacional, como parte do processo de reorganização de setores classistas combativos, embora tenham lidado com problemas como a falta de unidade política e o alcance nacional dos partidos em dados momentos.

5.3.1 Sindicalismo de base

As disputas pelos corpos de delegados e pelas comissões internas das fábricas e das repartições foi parte do processo estratégico para o campo sindical e as lutas trabalhistas, a

construção e a estruturação do sindicalismo de base como contraponto ao sindicalismo burocrático governamental reerguido em 2003.

Desde 2004¹³³, tem havido conflitos diretivos e sindicais em empresas e repartições dirigidas por delegados de base de forma independente ou em oposição aberta à condução sindical, o que impulsionou a política sindical kirchnerista de fortalecimento de sindicatos e da CGT. O sindicalismo de base emerge das contradições entre “a recomposición social y gremial de los trabajadores y la reversión de las derrotas de los 90” (VARELA, 2013, p.88). De uma parte, é expressão das contradições entre a recomposição social da classe trabalhadora argentina e a manutenção das condições de exploração neoliberais e, de outra, expressão da contradição entre essa a recomposição social e a continuidade da perda de legitimidade dos sindicatos na década de 1990.

Emerso durante o processo de recuperação sindical, manifesta-se em uma série de experiências heterogêneas, porém com características comuns possíveis de identificá-lo como tal: o lugar de trabalho como lócus de organização política, através da constituição de comissões internas e/ou comissões de delegados; o caráter independente e, às vezes, opositor que postulam os dirigentes de base nas direções sindicais; o protagonismo de jovens entre 25 e 40 anos, conhecidos por ser a geração 2001 como sua principal composição social; e a representação das expressões político-ideológicas externas ao kirchnerismo e ao peronismo ligadas à tradição da esquerda classista (VARELA, 2014).

O sindicalismo de base é uma organização sindical no local de trabalho, que reivindica bandeiras como liberdade sindical, democracia no interior dos locais de trabalho, luta por autonomia frente ao governo e ao patronato, trabalho clandestino nas fábricas, classismo, ou seja, organizar os trabalhadores para enfrentarem o poder do capital dentro e fora das empresas. Para os marxistas, o sindicalismo de base pressupõe a defesa de uma democracia pautada em assembleias de base, com processo eleitoral interno na escolha de listas para comissão interna da fábrica/repartição com direito a formar oposição, com plena participação dos trabalhadores que não fazem parte da comissão interna, viabilizado por assembleias de base entendidas como um órgão coletivo de discussão e deliberação. Desse modo, a ação

¹³³ “Semana Santa de 2004, en la ciudad de Buenos Aires con las cinco líneas del subterráneo y premetro completamente paralizadas, los túneles tomados y piquetes en las cabeceras. La primera huelga de esa envergadura bajo el gobierno de Kirchner. El resultado del conflicto fue, por una parte, la obtención de la implementación de la jornada de 6 horas de trabajo para todo el personal (y, por consiguiente, 500 nuevos puestos de trabajo en Metrovías); por otro, el freno de la decisión de la empresa de colocar máquinas expendedoras de boletos; y por último, pero de mucha importancia para la vida política sindical, el reconocimiento del cuerpo de delegados opositor a la dirección de la UTA, como representante de los trabajadores en la negociación” (VARELA, 2013, p.80).

Ver: <<http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/negCol/index.asp>>.

externa dos sindicatos identifica-se como um produto direto de um resultado contraditório de disputas entre diferentes correntes e setores internos nas comissões internas de delegados de fábrica:

Un sindicato tampoco es un bloque monolítico sin fisuras. Más bien es una estructura compuesta por elementos diferentes que establecen entre sí distintas relaciones, que pueden contradecirse, y cuya estrategia de acción es precisamente el resultado de las disputas dadas en su interior. (DUHALDE, 2013, 164)

Segundo Varela (2013), os partidos trotskistas (sobretudo o PTS) foram inseridos no sindicalismo de base (ou combativo) em diversos ramos: alimentação, subterrâneos (metroviários), saúde etc. A participação nos conflitos laborais, segundo a autora, pode ser evidenciada na condução desses conflitos sem a presença de seus representantes sindicais oficiais ou em confronto com eles: em 2007, representou 14%¹³⁴, e em 2010, 17% dos conflitos laborais são conduzidos por direções não reconhecidas institucionalmente ou opositoras a sua direção sindical; são fortes no setor de serviços, ainda que o setor fabril seja o foco principal por causa de sua posição estratégica na luta de classes dos trabalhadores.

Destacamos como participação dos partidos trotskistas na gestão das fábricas em comissões internas nos seguintes locais: a gestão dos trabalhadores metroviários de Subte da capital federal, que vem organizando esse sindicato em oposição à CGT e ao Ministério do Trabalho desde 2004; a UTA¹³⁵ (reconhecimento do corpo de delegados opositor, tendo a frente, por exemplo, Cláudio Dellacarbonara, dirigente do PTS); professores estatais de Buenos Aires, Sindicatos dos Caminhoneiros, Telefonía, Hospital Garrahan, Federación Gráfica Bonaerense, o Gremio de la alimentación, gremio jabonero, a ATEN (docentes de la provincia de Neuquén), o Sindicato Aeronáutico (APA) e a Ferrocarril Sarmiento (cujo dirigente é Rubén “Pollo” Sobrero, militante da Izquierda Socialista) (VARELA, 2013). Esse assunto já foi mencionado no terceiro capítulo desta tese.

Esse confronto pelas direções sindicais, pelas comissões internas de fábricas e pelas repartições coloca em campos opostos dois projetos distintos: um sindicalismo burocrático pautado sob a tutela governamental kirchnerista e baseado no controle de recursos sociais para os trabalhadores, e outro de base classista, que defende a autonomia nas negociações coletivas

¹³⁴ Ver: Observatorio del Derecho Social de la CTA.

¹³⁵ “El conflicto se desata a partir de que la dirección de la UTA (Unión Tranviaria Automotor) firma un acta-acuerdo con Metrovías en el que se establece la reducción de la jornada laboral de los boleteros a 7 horas diarias a cambio de la instalación de máquinas expendedoras de boletos. El cuerpo de delegados del subte, opositor a la dirección de la UTA, decide parar las cinco líneas para impedir que se coloquen las máquinas y exigir que se incluya a los boleteros dentro de la jornada de 6 horas” (VARELA, 2013, p.80).

entre os trabalhadores e o Estado (também o patronato), com ampla participação dos trabalhadores nas decisões internas de sindicatos através de uma democracia assembleísta. Para exemplificar essa disputa política que marcou a “década kirchnerista”, reportar-nos-emos aos episódios de Kraft e Zanón, emblemáticos, que materializam o antagonismo desses dois projetos políticos distintos.

Em 2009, desenvolveu-se o que seria o principal referente do sindicalismo de base na Argentina - a comissão interna de delegados de Kraft Foods¹³⁶.¹³⁷ Na fábrica Kraft Foods (ex Terrabusi¹³⁸), esse conflito operário industrial foi o mais importante das últimas décadas, na Argentina, incorporado à agenda política nacional local com notícias regulares nos meios de comunicação e que obrigou a intervenção direta do governo nacional, da CGT, das câmaras empresariais e até da embaixada norte-americana (VARELA e LOTITO, 2009; WANDERLEY, 2015).

Em agosto de 2009, a empresa comunicou a demissão de 158 trabalhadores, entre eles, cinco delegados da comissão interna, a maioria do corpo de delegados de base (ativistas). O Ministério do Trabalho ditou a conciliação obrigatória, porém ela não foi acatada pela empresa. A partir daí, os trabalhadores promoveram uma paralização geral da empresa, com a ocupação e a permanência dos despedidos no local de trabalho. Ao mesmo tempo, deram início a um plano de luta, que incluiu assembleias permanentes, paralizações de ruas próximas à fábrica Kraft, entre outras ações que promoveram a publicização do ato de repúdio às demissões. O conflito se intensificou com a militarização do prédio fabril por parte da polícia

¹³⁶ Considerada a 4ª maior do ramo de produtos alimentícios no país, atrás da Arcor, Bagley e Ledesma. Conta com três estabelecimentos comerciais em três localidades: Tres Arroyos, Buenos Aires, Terrabusi em Pacheco, com 3.700 pessoas empregadas pela companhia, 2.700 trabalham em Pacheco (foco do conflito), localizada no cordão industrial mais concentrado do país. Kraft Foods Argentina nasceu em 2000, a partir da fusão mundial entre a Kraft e a Nabisco. É a segunda maior empresa do setor alimentício em nível mundial (dados da própria empresa: <http://www.kraftfoods.com.ar>).

¹³⁷ Según la empresa, los despidos con causa tuvieron como fundamento el conflicto en la planta de Kraft Foods iniciado el día 3 de julio de 2009, en plena pandemia de la Gripe A, cuando un grupo de empleados se movilizó dentro de la planta bloqueando las salidas del edificio en el que funciona la administración de la empresa. En ese momento, los trabajadores junto a su Comisión interna y los delegados del turno tarde, exigieron condiciones de salubridad para garantizar su salud y la de sus familias. Entre esas medidas, exigían el cierre de la guardería y el asueto para las madres para que pudieran cuidar a sus hijos. En ese momento la empresa desestimó el pedido, por lo cual se paralizó la producción y fue esa medida la que logró, tras la intervención del Ministerio de Trabajo, que se decretara el asueto con pago durante una semana y la desinfección de la planta. Por estos hechos, la empresa hizo una presentación judicial contra los trabajadores por "privación ilegítima de la libertad" en perjuicio de los empleados que cumplían sus funciones dentro de ese edificio. Según relató la empresa en un comunicado, "los autores de estos hechos, 156 en total, fueron identificados y despedidos", pidiéndose el "desafuero" ante la Justicia de quienes eran delegados del Sindicato de Trabajadores de la Industria de la Alimentación (STIA) y de la Comisión Gremial Interna. Como se demuestra en el transcurso del conflicto y la historia misma de la organización de los trabajadores de Terrabusi, la represalia de la empresa responde a un fundamento más profundo, descabezar la organización democrática de base de los trabajadores dentro del lugar de trabajo, como veremos en el desarrollo de ese trabajo.

¹³⁸ Nombre de la tradicional empresa de capitales nacionales que fuera propiedad de Gilberto Montagna y Carlos Reyes.

bonaerense. A intenção da empresa era de impedir a entrada e a saída dos trabalhadores despedidos da fábrica. Mesmo com a repressão policial, os trabalhadores mantiveram a resistência e continuaram no prédio. O conflito durou por 38 dias, até que, em 25 de setembro de 2009, os trabalhadores despedidos, que permaneciam no interior da fábrica, foram desalojados, definitiva e violentamente, pela polícia. Na “segunda fase do conflito”, a negociação entre os trabalhadores e a empresa foi feita no Ministério do Trabalho, por medida judicial. Os delegados da comissão interna que foram despedidos deveriam ser reincorporados na empresa, inclusive, Javier Hermosilla, delegado da comissão interna da fábrica e militante do PTS (VARELA e LOTITO, 2009).

Durante o conflito, o sindicalismo burocrático, representado aqui pela CGT de Moyano e por Rodolfo Daer¹³⁹, principal dirigente sindical do ramo de alimentação, condenou as medidas de lutas dos trabalhadores de Kraft, porque elas estavam ideologizadas e por terem politizado o conflito (VARELA e LOTITO, 2009). Essa postura foi combatida, auxiliada pelo desprestígio e pela perda de legitimidade da direção sindical de Rodolfo Daer, que estava ligada ao tipo de sindicalismo empresarial dos anos 1990, em franca oposição ao sindicalismo de base que emergiu na conjuntura kirchnerista.

A lista do PTS para a comissão interna de Kraft, o agrupamento denominado “desde abajo”, encabeçado por Javier “Poke” Hermosilla, militante do PTS, como delegado principal, obteve sucesso nas disputas em 2009, 2011 e 2013, e sua composição foi apoiada não só pelos trabalhadores de Kraft-Terrabusi, como também pelos delegados e ativistas de outro ramo de alimentação, como a PepsiCo e a Cadbury-Stani, referenciadas na experiência de luta e organização antiburocrática dos trabalhadores de Zanón em Neuquén. Ou seja, uma significativa ampliação espacial do sindicalismo de base para o coração do proletário industrial argentino.

Com a comissão interna dirigida pelo PTS e sua linha classista e combativa em Kraft, os trabalhadores obtiveram, ao longo de quatro anos (2009-2013), as seguintes conquistas: “reforma del servicio médico, 4 años sin despidos, reincorporación judicial de tres compañeros despedidos en el 2009, respeto en las líneas, efectivización de contratados, pago de la deuda ilegal a los compañeros de mantenimiento y sobre todo total democracia para que sean los compañeros en las asambleas los que deciden que se hace y que no” (PTS, 2013, p.1).

¹³⁹Rodolfo Daer dirige a seccional Buenos Aires-Capital Federal do Sindicato de Trabalhadores das Indústrias de Alimentação (STIA). Rodolfo Daer está à frente da STIA desde 1984. Também foi dirigente da Confederación General del Trabajo (CGT) entre os anos de 1996 e 2000 (CAMBIASSO, 2016).

Segundo Varela, Lotito (2009) e Cambiasso (2016), além dos processos políticos e econômicos exógenos ao âmbito sindical, como já retratado, aspectos endógenos a esse espaço produziram antagonismos que proporcionaram a instabilidade na representação sindical e a ascensão do sindicalismo de base exemplificado no conflito de Kraft. A primeira está relacionada ao processo de desindicalização vivido na Argentina, principalmente na década de 1990, e a segunda, à debilidade das cúpulas sindicais quanto a sua finalidade de defender os direitos dos trabalhadores nas negociações coletivas com o Estado e o patronato. A falha nisso, segundo os autores, pela linha política defensiva e pelo baixo número de sindicalização dos trabalhadores, um indicador que serviu para mensurar o distanciamento representativo entre o sindicalismo oficialista e os trabalhadores desprotegidos. Com essa fragilização da representatividade sindical que houve antes do período kirchnerista, outro conjunto de fenômenos agora se soma a esses, reforçando a vacância de representação sindical pela qual passa os trabalhadores argentinos nessa época kirchnerista, pois o processo de reelegitimação sindical e a centralidade política ocupados pelo sindicalismo, em especial, a CGT, mesmo produzindo alguns ganhos aos trabalhadores – como já destacado no início deste capítulo – não produziu um controle, seguido de amortização ou apatia sobre as lutas dos trabalhadores, pois as condições de trabalho (incluindo diversos direitos) continuaram precarizadas. Somam-se a isso a crise econômica mundial de 2008 e 2009 e as derrotas políticas nas eleições legislativas nacionais de 2009, que proporcionaram um cenário de descontentamento dos trabalhadores e lhes suplantaram uma alternativa por meio do sindicalismo de base e da tática desse de controle das comissões internas das fábricas, como foi o caso de Kraft.

Las características particulares del conflicto de Kraft-Terrabusi [...] son fundamento de las tendencias al desarrollo de una creciente incompatibilidad entre el surgimiento y fortalecimiento de instituciones de organización democráticas de los trabajadores en los lugares de trabajo (Comisiones Internas y Cuerpos de Delegados) y la libertad de mando de los capitalistas para aumentar su rentabilidad en el marco de la crisis económica en curso (VARELA e LOTITO, 2009, p.287).

As táticas principais usadas pela esquerda classista, em especial, pelo PTS, para conquistar e dirigir a comissão interna de delegados de Kraft funda-se em características já apresentadas como inerentes ao sindicalismo de base, a saber: realização de assembleias para a tomada de decisões; ação direta com paralizações na fábrica e interdição das ruas próximas à fábrica Kraft; e proposições que se posicionam como alternativa e oposição para as

conduções da representação oficial, em que se reivindicava uma tradição antiburocrática e classista: “Cuando un Cuerpo de Delegados o una Comisión Interna tienen injerencia, por ejemplo, en la fijación de los ritmos de trabajo, en los hechos está cuestionando el mando en el lugar de trabajo, aunque sea en forma parcial y temporaria [...] las comisiones internas, elegidas en asambleas generales, los delegados de sección, el funcionamiento de los cuerpos de delegados como verdaderos parlamentos de fábrica” (VARELA e LOTITO, 2009, p.278-79). Ou seja, existe um esforço por parte da comissão interna classista para que as decisões assembleárias da fábrica valham tanto quanto as decisões legais judiciais. O não reconhecimento da comissão interna de delegados por parte da empresa faz parte da estratégia de garantir que os trabalhadores se ajustem aos procedimentos produtivos e conter a possibilidade de aflorar um processo de duplo poder no interior da empresa (CAMBIASSO, 2016).

Assim, o corpo de delegados (comissão interna) aparece como espaço de politização direta dos trabalhadores e de suas lutas, em que a esquerda classista disputa com a tradição peronista para ser o referencial da classe operária argentina.

Alguns dos resultados obtidos na disputa pela comissão interna de fábricas lideradas pela esquerda classista foram: a perda da capacidade de conter as cúpulas sindicais tradicionais; a presença de expressões da esquerda classista em setores da classe operária e a ocupação de espaços de direção no Movimento Obreiro.

El conflicto de Kraft mostro dos cosas: a) que el sindicalismo de base, cuya conflictividad había sido aplacada hacia 2006, continuó extendiéndose en forma molecular em los lugares de trabajo; b) que ese ‘movimiento’ que se había constituido en el período 2004-2006 como expresión de la lucha por la ruptura del techo salarial, podía convertirse, en ‘época de crisis’ en obstáculo de aplicación de ajustes. (VARELA, ano, p.84).

A disputa pelas comissões internas de delegados de fábricas e repartições, em especial, Kraft Foods, logrou forças para os trotskistas, para concorrerem à representação sindical do ramo da alimentação – STIA - contra Rodolfo Daer, conformando a lista Bordó, até 2013, sem obter a direção. Porém foi obtido quase 40% dos votos na última eleição em 2012. Assim, a luta para ocupar o corpo de delegados da comissão interna visou não apenas realizar os interesses econômico-trabalhistas dos empregados de Kraft, como também acentuar o caráter político de sua luta, desde sua forma, de caráter pedagógico - utilização da assembleia como um espaço democrático de debate e tomada de decisão, renovação dos quadros de delegados da comissão interna, articulação com outras categorias de trabalhadores (efetivos,

contratados, sindicalizados e não sindicalizados) e conquista de esferas maiores no sindicalismo, como a representação por setor, até a luta pelas centrais sindicais. Quanto ao conteúdo, contribuiu para potencializar a organização dos trabalhadores no lugar de trabalho, com o objetivo de produzir efeitos marcadamente políticos, como a conscientização e a politização dos trabalhadores, e de interferir na produção da fábrica.

Na Argentina, as experiências mais simbólicas da crise de 2001 foram a tomada, a ocupação, o controle e a gestão sob o comando dos trabalhadores da Cerâmica Zanón, na província de Neuquén, iniciada em 2001 e permanente até os dias atuais. O fenômeno das denominadas fábricas recuperadas continua a se desenvolver no período kirchnerista, porém com reduzido número de experiências¹⁴⁰. A expropriação da Cerâmica de Zanón, também conhecida como Fábrica Sin Patrones (FASINPAT), com seu processo de reconhecimento legal de expropriação com estatização sob o controle obreiro, sem pagamento da antiga dívida patronal contraída¹⁴¹ e com destinação da produção fabril à obra pública, era pleiteada desde 2004 e tornou-se um marco da vitória dos trabalhadores classistas argentinos. Ressaltamos que os militantes operários do PTS não só obtiveram a direção do corpo de delegados (comissão interna de fábrica) – como em Kraft Foods – como também aprofundaram para o controle da empresa em sua totalidade.

Zanón é uma fábrica do ramo industrial ceramista com mais de 450 trabalhadores que a ocupam desde 2001, produziram sem respaldo legal, durante grande parte do controle operário e destinam grande parte de sua produção a hospitais, escolas, bibliotecas, e incorporou aos seus quadros de trabalhadores, em 2004 e 2013, mais de 100 trabalhadores de organizações piqueteras que apoiaram a ocupação de Zanón (AIZICZON, 2009).

Como já mencionamos, a realidade das fábricas sobre o modo de organização jurídica se modificou desde o governo de Duhalde (2002), e elas passaram a ser reconhecidas como cooperativas. O formato de cooperativa de trabalho domina em mais de 90% dos casos, e restaram ao controle obreiro (com proposta permanente de estatização) 2,3% da representatividade das fábricas recuperadas, pertencentes, principalmente, ao setor industrial. Essas fábricas ocupadas notabilizam-se pelo baixo número de trabalhadores, que estão há bastante tempo nas empresas, com experiências em organizações sociais e sindicalismo (FAJN, 2003).

¹⁴⁰ Ver: *Informe del IV levantamiento de Empresas Recuperadas en la Argentina: las empresas recuperadas em período 2010-2013*, de Andrés Ruggeri (2014).

¹⁴¹ Esse aspecto não foi obtido, pois Zanón foi expropriada por 23 milhões de pesos.

Ressaltamos que a experiência em Zanón, como parte do fenômeno da eclosão das fábricas recuperadas, não surgiu em 2001, pois, desde os últimos anos da década de 1990, os trabalhadores de Zanón já organizavam protestos e reivindicações sobre questões inerentes ao mundo do trabalho, e em seu interior já havia uma liderança dos trabalhadores de caráter classista¹⁴², tendo como expoente principal Raul Godoy, delegado da comissão interna da referida fábrica e militante trotskista do PTS.

Os eventos que desencadearam a tomada da fábrica por seus trabalhadores, em outubro de 2001, foram uma série de demissões e suspensões em massa que afetaram quase a totalidade de seus funcionários (380), conciliadas ao não pagamento de salários e outros vencimentos aos trabalhadores pela empresa, que decretou falência nesse período.

O controle da fábrica foi operacionalizado da seguinte forma: depois de cinco meses que o proprietário de Zanón decretou sua falência, a Justiça decretou o sequestro de 40% do estoque de produtos que havia para destiná-lo ao pagamento de salários atrasados. Porém, inúmeros problemas existiram desde que foi decretada a referida sentença, o que impossibilitou que o problema dos salários atrasados fosse resolvido. Assim, os trabalhadores de Zanón organizaram uma comissão de vendas para liquidar o estoque, e outras comissões se formaram para as atividades necessárias ao funcionamento da fábrica (comissão de higiene, de seguridade social, de segurança no trabalho). Elas foram a primeira forma de organização operária em Zanón e, posteriormente, transformaram-se no núcleo orgânico do controle obreiro sobre a fábrica.

Una condición *sine qua non* del control obrero es que en el grupo de trabajadores dispuestos a llevarlo a cabo debe existir una cantidad de personal de cada sección de la fábrica que permita operar al mínimo todo el conjunto o la línea de montaje; carecer de ello en secciones neurálgicas puede significar un obstáculo difícil de sortear puesto que habría que conseguir reemplazos puertas afuera de la fábrica. En Zanón, los 270 obreros que resistieron hasta aquí representaban bastante bien un esquema para arrancar a producir; aún más, para el mínimo de funcionamiento hasta sobraba gente. Había gasistas, electricistas, mecánicos, un par de ex-jerárquicos, y planteles completos de cada sector. Y el otro requisito se desprende de la misma organización del trabajo fabril que operaba en Zanón, en donde polivalencia significaba que un trabajador muchas veces debía realizar y cubrir las tareas de varios operarios y a veces en distintas secciones (AIZICZON, 2006, p.14).

¹⁴² A luta sindical dos docentes de ATEN foi uma importante inspiração para o caráter classista da luta em Zanón. Ver artigo: “Crítica del sindicalismo corporativo una polémica con la conducción de aten y sus defensores”.

No início dos anos 2000, desde a articulação pela estratégia de obter a direção da comissão interna de delegados de Zanón, o PTS defende uma estratégia classista, antiburocrática e operária, com o objetivo de dirigir o Sindicato de Obreros y Empleados Ceramistas de Neuquén (SOECN)¹⁴³. Esse partido obteve o dirigente máximo do setor na província de Neuquén conquistado em 2002. Raúl Godoy, Mariano Pedrero e Alejandro López, principais líderes locais do PTS, foram os responsáveis pela tarefa de promover a formação político-ideológica dos trabalhadores de Zanón, assentada nos pressupostos teórico-práticos do Trotskismo.

A inserção no Movimento Operário, como elemento estratégico, marcado por seu caráter antiburocrático, classista, de base e independente do governo e do patronato, teve a finalidade de recuperar comissões internas (corpos de delegados) “pertencentes” à burocracia sindical e de combater a cooptação e o isolamento promovido pelo governo e o patronato, como estratégias para conter a organização e a unidade dos trabalhadores materializados no sindicalismo burocrático de contenção ao sindicalismo combativo revolucionário. Zanón e o SOECN são exemplos dessa estratégia classista que o PTS emprega, na dinâmica interna da fábrica, através das lutas e das experiências, por meio das quais os trabalhadores possam adquirir, nas relações de trabalho e nas relações políticas, uma direção mais igualitária, plural e classista, expressa nas assembleias de base, na rotatividade dos dirigentes, entre outros métodos de organização e ação para decisões coletivas. “Zanon no fue nunca un objetivo en sí mismo sino una trinchera para aportar al avance del conjunto de la clase obrera y el pueblo, incorporando a los trabajadores desocupados a la producción, coordinando con otros sectores en lucha, editando el periódico *Nuestra Lucha*, siendo parte del Frente de Izquierda en el terreno político, entre tantos otros ejemplos” (PTS, 2011, p.1).

As atividades do PTS, orientadas nesse sentido acima descrito, permitiram ocupar, nessa década atual, um posto importante e reconhecido nos principais processos do sindicalismo de base, na indústria e no transporte: “la necesidad de avanzar en el desarrollo de una corriente clasista, y en perspectiva revolucionaria, en el movimiento obrero, [...] desarrollando el ‘sindicalismo de base’ como principal fenómeno en la clase obrera que plantea una oportunidad clave para quienes queremos poner en pie un partido revolucionario” (PTS, 2011, p.1).

Destacamos aqui dois aspectos principais que tensionaram o conflito de Zanón entre sua direção classista e o governo kirchnerista: a busca pelo Sindicato de Obreros y Empleados

¹⁴³ Sindicato Ceramista de Neuquén reúne as quatro fábricas ceramistas (sindicato do ramo) da referida província.

Ceramistas de Neuquén (SOECN), que reunia as quatro cerâmicas da província e que foi conquistado pelos operários classistas em 2000 (primeiro se conquistou a comissão interna de delegados de Zanón em 1998); e a procura pelo reconhecimento legal do controle obreiro sobre Zanón, obtido definitivamente em 2012.

A disputa com a CTA pelo SOECN tinha um importante aspecto estratégico: a vitória na composição da comissão de delegados do referido sindicato proporcionava a delimitação do seu enfoque político para as lutas. Essa linha política é levada aos coordenadores setoriais e a cada trabalhador do setor. São os representantes sindicais os responsáveis por publicizar e encampar a linha política, através de declarações, conferências de imprensa, comunicados, constante interação com os sindicalizados e, sobretudo, as lutas dos trabalhadores. Isso produz um duplo efeito: alinha politicamente a fábrica – via sindicato – e marca o caráter da discussão no interior de fábrica. A vitória de Godoy no SOECN apontou para uma linha política de caráter classista.

Logicamente, não houve uma politização total dos trabalhadores de Zanón e do SOECN na linha classista do PTS, tampouco houve homogeneidade política entre seus trabalhadores, porém predominou o PTS nas fileiras da comissão interna na fábrica no período de 2002 a 2012. Segundo o PTS, o partido pratica uma política de abertura para outras organizações que colaborem com a linha política de Zanón, por exemplo, e apoiem as organizações do Movimento Piquetero Polo Obrero (PO) e Barrios de Pie, refutando qualquer acusação de sectarismo.

Essas discussões entre a linha política do partido e a linha política da fábrica, entre 2002 e 2005, principalmente, segundo Fernando Aiziczon¹⁴⁴ (2006), ocorreram por causa de desconfiança e rejeição dos trabalhadores às instituições políticas de forma geral, entre elas, os partidos políticos. O PTS moldou sua estratégia para esse campo (sindical das fábricas recuperadas), flexibilizou a estratégia “puramente classista” e abarcou algumas diretrizes autonomistas e espontaneístas.

Nociones como la revocabilidad de mandatos vía asamblea o la insistencia en la práctica de la democracia directa (‘que la asamblea decida’) propuesta desde los núcleos dirigentes más politizados no hacían más que consolidar el prestigio y la dinámica política ceramistas a la vez que confirmaban al PTS la validez y vigencia del modelo del soviét, de la libertad de tendencias ó la confianza en la autoorganización de las masas (AIZICZON, 2006, p.14).

¹⁴⁴ Membro da revista marxista *Herramienta*.

O sucesso do PTS, na disputa política da fábrica de Zanón, pode ser comprovado não só pela maioria da comissão interna dos delegados de fábrica, mas também na reforma do estatuto da Fábrica¹⁴⁵ (2005), com a defesa de uma linha política alicerçada na luta de classes anticapitalista, com revogabilidade dos mandatos e rotatividade dos membros, a assembleia como órgão máximo deliberativo, a liberdade de tendências, entre outros aspectos que evidenciam um caráter classista e obreiro a Zanón.

O reconhecimento legal definitivo veio em 2012¹⁴⁶, e a Justiça trabalhista da província de Neuquén concretizou a entrega definitiva da fábrica de Zanón e de seus bens (o terreno, as máquinas e a marca) aos cooperados da Fasinpat. O balanço sindical do período kirchnerista é complexo. Se, no início do governo Néstor, houve melhoras no nível de emprego e dos salários, esses aspectos parecem paralisados desde 2008. A contradição é que, mesmo com essas melhorias, a precarização, o trabalho “en negro” (que alcança em torno de 40% da força de trabalho), os tercerizados e o trabalho escravo continuaram. Essa caracterização é consentida pelo atual modelo sindical e suas representações e traz sérios problemas para a classe trabalhadora, como, por exemplo: desarticulação entre a consciência e a identidade de classe, descrença na solidariedade de classes e nos interesses comuns, fortalecimento de lutas econômico-sindicais corporativas focalizadas, entre outros aspectos.

junto con la bonanza económica y los altos índices de crecimiento, han crecido la desigualdad y la miseria social. Un puñado de empresas transnacionales y amigas del gobierno está ganado como nunca, mientras gran parte de la población sigue en la indigencia o la pobreza, el problema habitacional en las grandes ciudades ha devenido explosivo y las carencias en materia de salud y educación son terribles. Que Moyano diga lo que quiera. Yo pienso que no es momento de agradecimientos, sino de lucha (CASAS, 2011, p.7).

Nesse contexto, a revitalização das comissões internas e dos corpos de delegados como organismos fundamentais de organização e combatividade operária voltaram a por no centro da discussão o lugar de trabalho como núcleo da resistência dos trabalhadores frente ao governo e o capital. Durante esse período, o PO participou, entre outras lutas, dos principais movimentos docentes, como em Neuquén, onde foi assassinado o docente Carlos Fuentealba (do partido Nuevo MAS), também com participação em sindicatos docentes em Salta e Santa Cruz. Dirigiu a luta no Colégio Secundário Carlos Pellegrini e interveio como presidência do

¹⁴⁵ Ver o periódico *Nuestra Lucha*, Nº 22, julho de 2005.

¹⁴⁶ Outra importante vitória no campo jurídico-institucional ocorreu em 2009, quando o Poder Legislativo de Neuquén aprovou a Lei 2656, que obrigava o Poder Executivo Provincial a expropriar diferentes bens do antigo proprietário de Zanón.

Centro de Estudiantes e da direção da Asociación Gremial Docente. Dirigiu a luta estudantil do Colégio Nacional de Buenos Aires (2008), entre outras lutas em âmbito estudantil e docente (ALTAMIRA, 2012).

O PO organiza agrupamentos de trabalhadores com alcance regional e, em parte, nacional, dos setores docentes: Suteba-CTERA, ATEN, UEPC-CTERA. No setor de transportes metroviários, com participação no sindicato de UTA; nos sindicatos gráficos, com delegados em várias fábricas, como a Naranja Gráfica, principal oposição à direção sindical; também estão presentes nos sindicatos de imprensa, como corrente de oposição, na UTPBA, através da Naranja de Prensa: “Otras agrupaciones son Tribuna de Salud, Fibra Obrera (Trabajadores de Televisión), Agrupación Combativos Mercantiles y la lista Naranja de docentes universitarios. Además, el Partido Obrero tiene presencia entre los feriantes del Parque Centenario, estatales (de la Nación, provincias y municipios varios), pintureros, papeleros, entre otros” (ALTAMIRA, 2012, p.28).

A participação da Izquierda Socialista (IS) no sindicalismo está fortemente vinculada ao setor ferrocarril, onde dirige três seções, também com a presença de seus agrupamentos sindicais nos setores aeronáuticos, telefônicos, metalúrgicos (UOM), na construção civil (UOCRA), Tercerizados de Subte, Indec, além dos setores de comércio e serviços.

5.3.2 A luta sindical sob a perspectiva marxista: considerações sobre as ações dos trotskistas argentinos

Lênin, em sua obra *Que Fazer*, afirma que toda luta sindical tem um acentuado grau corporativista, produto da necessidade que o trabalhador tem de tirar dos patrões e/ou do Estado condições materiais melhores para vender sua força de trabalho, ao que ele chamou de luta econômica. Para conquistar essas condições materiais melhores, seria necessário que essa luta econômica se transformasse em luta política, ainda que esta última estivesse restrita ao caráter reivindicativo dos trabalhadores, e não, à superação dos marcos do capitalismo e da tutela dos patrões burgueses. Lênin era contrário à limitação da luta política à esfera de conquista de melhores condições de trabalho, ainda que concordasse com sua importância, e enxergava, no desenvolvimento e na profundidade da luta política dos trabalhadores, a estratégia principal para libertá-los totalmente. Importante destacar que a luta política dos trabalhadores, iniciada no caráter reivindicativo por melhores salários e condições de trabalho, precisa superar o corporativismo, que limita suas lutas ao seu campo econômico-trabalhista, fruto do sindicalismo burocrático, sem independência de classe e cooptado pelo Estado, assim

como da fragmentação e da divisão do movimento operário, que impõe limites à formação de uma unidade entre os trabalhadores de diferentes setores e esferas salariais para forjarem o caráter político e revolucionário de suas lutas em direção a sua própria emancipação. Ou seja, o corporativismo próprio do sindicalismo burocrático inibe a formação de condições subjetivas ao desenvolvimento da luta política (unidade política entre os trabalhadores).

Segundo Trotsky, além da heterogeneidade da classe operária e de sua fragmentação política, coexistem distintos momentos de luta por que ela passa, em que alguns setores estão subordinados ao caráter da luta econômica, outros procuram intensificar o caráter da luta política, e outros sequer estão inseridos nas lutas. No texto, *Os sindicatos na época da decadência capitalista*, Trotsky defende que os sindicatos sejam ferramentas revolucionárias para o movimento operário, pois a superação do período concorrencial do capitalismo levou consigo o caráter de uma ação corporativa dos trabalhadores e não pode pleitear reivindicações reformistas para o campo político-trabalhista, porque elas não seriam duradouras por causa das condições objetivas em que se encontrava o período do capitalismo imperialista.

Difieren entre sí en que algunos intentan orientarse en una dirección democrática, buscando apoyo de obreros y campesinos, mientras que otros implantan una dictadura policíaco-militar. Esto determina también la suerte de los sindicatos: o están bajo la tutela del Estado o bien, sujetos a una cruel persecución. Esse tutelaje está determinado por las dos grandes tareas antagónicas que el Estado debe encarar: atraer a toda la clase obrera, para así ganar un punto de apoyo para la resistencia a las presiones excesivas por parte del imperialismo y, al mismo tiempo, disciplinar a los mismos obreros poniéndolos bajo control de una burocracia (TROTSKY, 2009, p.129).

As comissões internas de fábricas, segundo Trotsky, são organismos potenciais de desenvolvimento e organização de uma prática classista, que unem comitês de fábrica com conselhos operários como estratégia de poder operário. A política revolucionária para o sindicato defende uma prática política classista, com unidade e independência política dos trabalhadores, organizada e coordenada pelos próprios trabalhadores, com funcionamento democrático da base e um processo de decisão coletivo pautado nas assembleias soberanas dos trabalhadores.

Feita essa rápida explanação teórica, apresentaremos, sucintamente, os pontos em que a esquerda classista se insere na temática do sindicalismo.

O sindicalismo corporativista, materializado aqui na CGT, sob a direção de Hugo Moyano, entre outras estruturas burocráticas, procurou evitar, por todos os meios, que o

processo de lutas saísse das reivindicações de âmbito setorial e avançasse para o âmbito político. Para isso, contou com o auxílio governamental kirchnerista, durante a maior parte desse período, que fez concessões para tentar limitar a luta dos trabalhadores ao âmbito corporativista.

A estratégia para o âmbito sindical, forjada pela esquerda classista, em especial, o PTS, inseriu-se nas lutas trabalhistas para disputar as comissões internas (ou comissão de delegados) das fábricas, aspecto tático importante pela posição estratégica dessas comissões tais como: participação nas negociações coletivas entre o Estado, o patronato e os trabalhadores e a direção política das lutas sindicais. Assim, a ocupação das comissões oportunizou o enfrentamento mais próximo com o Estado.

A organização de base no lugar de trabalho como ponto de apoio da reconstrução por “baixo” do coletivo de classe, um lócus de reconstituição de estratégia classista, foi a característica principal das ações do sindicalismo de base dessa primeira década do Século XXI, realizada pelos partidos trotskistas. Para Trotsky, as comissões internas de fábricas podem se transformar em organismos de frente única operária para além da organização por setores produtivos, como prevê o oficialismo argentino. As Comissões internas apontam também contra essa política de Estado e se apresentam como organização do conjunto de trabalhadores dentro do estabelecimento de trabalho e fora dele. Exemplos de luta por uma política revolucionária para os sindicatos, a partir da liderança nas comissões internas, nesse período, foram o sindicato de Subte de Buenos Aires e a Kraft. A abertura dos livros de contabilidade e a defesa da expropriação sob o controle obreiro, como ocorreu em Zanón, são exemplos de uma orientação classista para os trabalhadores. Esses aspectos podem ser vistos no Programa de Transição proposto por Trotsky.

Destacamos a discussão sobre o processo de cooperativização imposto pelo Governo Kirchner e pelo qual passaram as fábricas ocupadas e recuperadas durante o levante popular de 2001. Outro campo de disputa entre o Kirchnerismo e os partidos trotskistas para as lutas dos trabalhadores que demos destaque são as fábricas recuperadas que, no período kirchnerista, passam pelo processo político-jurídico de normatização e regulação, através de sua forma de organização e gestão em cooperativas. Esse processo emergiu como saída para as ocupações, um dos símbolos da crise política e do levante popular de 2001.

A cooperativização¹⁴⁷, como parte da política social do estado capitalista, faz a mediação para tentar diminuir o antagonismo entre capital e trabalho.

¹⁴⁷ Ver: Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (INAES) e Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas (MNFR).

Identifiquemos formas de cooperativización claramente direccionadas por el Estado, como son algunas cooperativas de trabajo creadas en el marco del Plan Federal de Viviendas, circunscriptas a beneficiarios del Plan Jefas y Jefes de Hogar y al objetivo de construcción de la vivienda propia. Aquí la estrategia tiene tres dimensiones: dar de baja el plan duhaldista de subsidios, reducir la tasa de desempleo y satisfacer la necesidad de vivienda (GIARETTO, 2011, p.5).

Para Giaretto (2011), a cooperativização instrumentada estatalmente foi um dos pilares econômicos e políticos fundamentais para construir a supremacia capitalista atual e institucionalizar (controlar) o conflito social de que emergiu o fenômeno das fábricas recuperadas, que colocou a cooperativização com o controle estatal como alternativa intrassistêmica para manter, em um nível “razoavelmente estável”, as contradições estruturais da lógica capitalista.

O acesso a planos e a programas sociais, via cooperativas, implicou, necessariamente, o cumprimento de requisitos e formatos institucional-burocráticos que podem significar sérios limites e obstáculos para as práticas de autogestão e organização política. O suposto potencial transformador da economia social cooperada é bastante difícil de se materializar, pois depende dos subsídios estatais que estão vinculados ao capital não põe em risco as relações de produção exploratórias que o constituem. Sob o pretexto de solucionar o desemprego e a informalidade, as cooperativas tornam-se instrumento de contenção social amortizando seu caráter autônomo, participativo e democrático, pois, sob a tutela do Estado, é nessa perspectiva que elas se constituem.

Essas nuevas cooperativas no funcionan como tales sino que se convierten en empleados del Estado. Es una práctica política que contribuye a la tercerización del empleo y al no cumplimiento de los derechos de los trabajadores. Se convierten en empleos precarios, inestables. No contribuyen al objetivo planteado de reinserción social de los sectores populares porque continúan en el estado de marginalidad y desafiliación en el que se encontraban antes de participar de estos planes. Essas son políticas focalizadas, donde se subsidia y reproduce la pobreza (TIFNI, 2008 *apud* GIARETTO, 2011, p.7).

A cooperativização, como um processo em que, dialeticamente, entrelaçam-se estratégias de subsistência e formas de sociabilidade das classes subalternas com mecanismos de instrumentalização estatal,

rebase la definición en términos de política social de un Estado capitalista en pos de garantizar la subsistencia de la clase trabajadora y de dispersar diferentes focos de conflictividad social, y la rebase porque lo que subyace es la cooperación social en el proceso de trabajo concreto, es decir, de actividad humana creadora. La cooperación como fuerza productiva capitalista no encierra ningún potencial emancipador, en la medida que rige la ejecución cotidiana del trabajo abstracto, es decir, trabajo asalariado, forma de actividad extrañada, fetichizada, esto es trabajo alienado. [...] Pero aún así, si reconociéramos la posibilidad de escapar a esa lógica dentro de las propias relaciones de producción capitalistas, el trabajo cooperativo de hombres aislados no puede detener el crecimiento del monopolio, como tampoco liberar a las masas ni aliviar su miséria. [...] De lo que se trata, entonces, es de recuperar el sentido creativo y emancipador de la cooperación en tanto fuerza productiva del trabajo social (GIARETTO, 2011, p.15-16).

A cooperativização aparece como processo e como estratégia; o Estado capitalista, como espaço, mas também como sujeito; e os trabalhadores cooperados, como protagonistas de suas lutas sociais e sujeitos de instrumentação estatal.

Importante ressaltar que o recente processo de cooperativização se materializou de diferentes formas na Argentina kirchnerista: existem as cooperativizações que emergem de programas e de plano estatais para microemprendimentos (plano ‘Manos a la obra’), outras vinculadas ao acesso à terra urbana, e outras ligadas às iniciativas de fábricas recuperadas (GIARETTO, 2011), nestas últimas, os partidos trotskistas inseriram-se na luta. As cooperativas que obtiveram certa autonomia em relação às estratégias estatais foram algumas das que emergiram das experiências de fábricas recuperadas durante o argentinazo e transformadas em cooperativas, mas que adotaram essa forma legal por razões pragmáticas¹⁴⁸ em detrimento de motivações ideológicas.

A recuperação de fábricas pelos trabalhadores, com o intuito de mantê-las em funcionamento, é parte do repertório das lutas de classes em que está imersa a Argentina neste Século XXI e de que participam os partidos trotskistas argentinos. Utilizando métodos assembleários, paralizações de ruas, independência ao governo, reivindicaram liberdade e democracia operária em conflitos de notável repercussão, como Zanón, Brukman e Kraft. Esses eventos marcaram a esquerda classista em seus conflitos com o governo kirchnerista.

Importante registrar que os trabalhadores das empresas recuperadas, com sua prática, preservaram seus empregos e a gestão das fábricas que não passa pela necessidade de ter ganhos extraordinários (lógica das empresas imperialistas e das câmaras empresariais). Porém

¹⁴⁸ “Constituir una cooperativa costaba 255 dólares menos que una sociedad, con el 10 por ciento del salario de seis de sus integrantes alcanzaba. Además, el trámite de inscripción en el INAES (Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social) era mucho más simple y barato, posibilitando sortear las normativas restrictivas del Instituto Nacional de Cooperativas” (Sin Patrón, 2004 *apud* GIARETTO, 2011, p.5).

a forma de os trabalhadores autogerirem coletivamente a fábrica não transforma a dinâmica das relações de produção no sistema econômico produtivo vigente, ela fica restrita ao contexto em que todas as outras relações sociais e de trabalho existentes se estruturam sob a lógica de exploração privada da força de trabalho.

A importância de recuperar o debate estratégico para os estudos sobre os partidos em ambiente sindical contribui para entender as orientações políticas das organizações e as características que elas assumem.

5.4 A ARENA ELEITORAL - TROTSKISMO VERSUS KIRCHNERISMO: A EMERGÊNCIA DA FIT

Analizamos as campanhas para os pleitos, principalmente os nacionais, e os resultados eleitorais e políticos obtidos pelos partidos trotskistas argentinos (PTS, PO e IS) e como foram as posturas desses atores que implicaram diretamente sua ação com os governos Kirchner. Aqui a perspectiva do Marxismo é de que seus partidos se caracterizam por utilizar uma estratégia política que enaltece o aspecto ideológico como arma principal para a disputa do poder na arena eleitoral, com o fim de conseguir votos dos eleitores e, primordialmente, de formar uma consciência política voltada para os valores do socialismo e do classismo. Nessa perspectiva, procura se diferenciar dos partidos burgueses e socialdemocratas para formar uma consciência política de caráter operário e socialista, que proporcione o desenvolvimento e o afunilamento da luta política em direção à superação da sociedade de classes.

Tabela 1 – Votação conjunta dos partidos trotskistas (PTS, PO e IS) nos pleitos eleitorais entre 2003 e 2013 (%)

ELEIÇÕES	%	Nº de deputados eleitos
2003	139.399 (0,72%)	0
2005	¹⁴⁹ —	0
2007	201.382 (1,0%)	0
2011	497.082 (2,3%)	2 ¹⁵⁰
2013	1.154.657 (5,1%)	4 ¹⁵¹

Fonte: Dirección Nacional Electoral

¹⁴⁹ O número total do eleitorado não foi disponibilizado de modo sistemático para os partidos e coligações. Mais detalhes ver: <http://www.juntaelectoral.gba.gov.ar/resultados/poranio/2005.pdf>

¹⁵⁰ Deputados provinciais eleitos para Neuquén e Córdoba.

¹⁵¹ Deputados nacionais eleitos pelas provinciais de Buenos Aires, Mendoza e Salta.

5.4.1 Antes da FIT

Nos respectivos processos eleitorais, a esquerda trotskista, aqui representada pelo PTS, pelo PO e pela IS, obteve diminuto apoio eleitoral na Argentina: em 2003, o PO saiu sem coligação, tendo como candidatos a presidente e a vice, respectivamente, Altamira e Salas, que conquistaram 139.399 votos, o que representava 0,72% do total do eleitorado. O PTS não lançou candidato, posicionou-se contrário ao processo político eleitoral, por entendê-lo como ilegítimo – pois foi convocado pelo então presidente Duhalde, de maneira arbitrária e despótica – porquanto privilegia candidatos próximos às políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Dessa forma, recomendou o voto em branco. Em 2003, a Izquierda Socialista (IS) ainda não existia formalmente, e seu registro legal foi obtido por meio da Dirección Nacional Eleitoral em 2006.

Em 2005, nas eleições legislativas, o PTS e o MAS formaram uma coligação para as eleições na capital e na província de Buenos Aires. O PO preferiu sair sozinho, sem coligação. Conforme o PTS, o PO fugiu de uma aliança política com a esquerda operária e socialista (PTS, 2005). A crítica do PTS ao PO e ao MST é devido ao fato de que,

en Argentina, la práctica de los principales grupos (como el PO o las dos fracciones del MST) combina la construcción de colaterales piqueteras con el electoralismo más febril, tomando como tarea secundaria la inserción en el movimiento obrero ocupado. Sus ‘proyectos políticos’ van de la autoproclamación como ‘el’ partido revolucionario (PO) – luego de mendigar durante meses un frente con el centroizquierdista Partido Comunista – al MST que llama a construir un partido no sólo sin delimitar reformistas de revolucionarios, sino que incluya a figuras del tipo del diputado burgués peronista y clerical Mario Cafiero. Lamentablemente, luego de las elecciones, la izquierda que se reclama obrera y socialista ha profundizado su desorientación y/o claudicación, y está muy lejos de levantar en alto la estrategia de un partido de trabajadores revolucionario (PTS, 2005, p.8).

Em 2007¹⁵², o PTS e a IS coligaram-se sob a denominação de Aliança Frente de los Trabajadores (FTE), composta também pelo Movimento ao Socialismo (MAS), com os seguintes candidatos: J. Montes e H. Heberling – o primeiro membro do corpo de delegados de seu local de trabalho (Río Santiago) – com o total de 84.694 votos, representando 0,44% do eleitorado. O PO, mais uma vez, saiu sem coligação, tendo como candidatos a presidente e

¹⁵²http://www.elecciones.gov.ar/estadistica/archivos/2007/FORMULAS PRESIDENCIALES/Resultados_Formulas_Presidenciales%202007_16_Mayo.pdf.

a vice, respectivamente, N. Pitrola e G. Arroyos, com o total de 116.688 votos, portanto, 0,61 do eleitorado.

Nas eleições legislativas de 2009, o Partido Obrero obteve 220 mil votos (1,1%) na província de Buenos Aires, e o PTS, a IS e o MAS conformaram uma aliança sob a designação de Frente de Izquierda e los Trabajadores, anticapitalista e socialista (FITAS), com 180 mil votos que, somados, chegam a quase 400 mil. Nesse período eleitoral, os partidos que iriam compor a FIT e que privilegiaram candidaturas avulsas e/ou casualmente coligadas não lograram fazer nenhum parlamentar em nível nacional e provincial, tampouco obtiveram êxito em cargos para o Poder Executivo.

5.4.2 FIT 2011: superação da cláusula de barreira e a polêmica do programa mínimo

A *Frente de Izquierda y de los Trabajadores (FIT)* foi uma frente eleitoral de orientação trotskista fundada em 14 de abril de 2011, que objetivava as eleições presidenciais argentinas do mesmo ano, composta pelo Partido Obrero (PO), pelo Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS) e pela Izquierda Socialista (IS). A FIT disputou as eleições para os cargos dos Poderes Executivo e Legislativo, na esfera nacional com as províncias. Os candidatos da FIT à Presidência da República Argentina e a Vice-Presidente foram: Jorge Altamira (PO) e Christian Castillo (PTS). Importante mencionar que outros partidos de esquerda aderiram em apoio à FIT: Frente Obrero Socialista (FOS), Corrente Obrero Internacionalista (COI), Partido de los Trabajadores Unificados (PSTU), Convergência Socialista (CS) e Opción Socialista e POR-Masas.

No ano de 2009, o Congresso Nacional Argentino sancionou a *Ley de Democratización de la Representación Política, la Transparencia e la Equidad Electoral* (nº 26571), que inclui um sistema de eleições primárias abertas, simultâneas e obrigatórias (PASO) e estabelece a modificação das regras eleitorais vigentes, para tornar o sistema eleitoral mais “eficaz”, com a diminuição do número de partidos na disputa eleitoral com eleições primárias. Essa lei serve como cláusula de barreira, um limitante jurídico-institucional da participação política dos partidos com baixo número de eleitores, com argumentos do governo de otimizar a representação política e fortalecer institucionalmente os

partidos. Esse foi o principal motivo para formar a FIT e superar a cláusula de barreira¹⁵³.

Para Castillo (2011), principal dirigente do PTS e candidato a vice-presidente pela FIT em 2011, a Lei nº 26571/2009 faz parte da reforma política aprovada no Congresso, de inclinação reacionária e antidemocrática, particularmente contra a esquerda e que aumenta a ingerência estatal na vida interna dos partidos, acrescentando os requisitos para apresentação de candidaturas exigindo obter 1,5% dos votos em primárias obrigatórias para poder concorrer às eleições gerais de outubro de 2011; uma cláusula sem antecedentes eleitorais. Para Altamira (2012), além do aspecto antidemocrático da referida lei, o candidato a presidente da Argentina pela FIT, do Partido Obrero (PO), adiciona ao surgimento da FIT o assassinato do militante obreiro Mariano Ferreyra e a mobilização popular produzida pela morte desse militante como desatador de um processo político mais amplo (do que o âmbito sindical), sem a qual a frente não haveria se constituído.

As regras institucionais do jogo político são produtos de determinada correlação de forças de dada conjuntura que pode atender aos interesses do grupo político que as promove e que ocupa posição de poder para conseguir realizá-las. Nesse caso, a supramencionada lei objetivava, em 2009, fortalecer as posições de poder interno do Kirchnerismo no interior do PJ – aspecto perseguido pelo Kirchnerismo, como já retratamos neste trabalho – e eliminar competidores externos, em especial, os partidos situados à esquerda do governo.

el Kirchnerismo aspiraba, en primer lugar, a reunificar al peronismo, encolumnándolo detrás suyo en las primarias abiertas, maximizando su posición de cara a las elecciones generales; y en esa instancia procuraba sumar también a los votantes de aquellas fuerzas que hubieran quedado afuera en las PASO, logrando monopolizar el área ideológica izquierda/centroizquierda (GALLO, 2014, p.3).

O Kirchnerismo buscava consolidar o maior poder possível do peronismo para, posteriormente, ocupar todo o espaço da centro-esquerda (CASTILLO, 2011). Essa mudança nas regras do jogo político partidário ocorreu porque as crises econômicas de 2008, tanto no campo internacional quanto no doméstico, principalmente com o conflito agrário argentino, enfraqueceram o Kirchnerismo no palco político-eleitoral com derrotas nos pleitos

¹⁵³ Eleições Primárias (Ley de Democratización de la Representación Política, la Transparencia y la Equidad Electoral§, lei de nº 26571): fueron creadas en el 2009, tras la aprobación de la Ley Electoral nº 26.571. En la misma se definen básicamente dos cuestiones: cuales partidos están habilitados a presentarse a las elecciones nacionales del 23 de octubre, que según la ley son aquellos que obtengan al menos el 1,5% de los votos válidamente emitidos en el distrito de que se trate para la respectiva categoría. También quedará definida la lista que representará a cada partido político, de ahí lo de interna abierta. Disponible integralmente em: <<http://chauindiferencia.org.ar/pdf/leydemocratizacion.pdf>>.

legislativos de 2009. A lei não obteve êxito: “No hubo un avance hacia el incremento en la representatividad del sistema de partidos, la politización ciudadana, ni la democratización de los partidos” (GALLO, 2014, p.17).

As propostas políticas da FIT focaram no caráter classista e socialista as seguintes alternativas políticas: aumento do salário mínimo, reparação das horas de trabalho não pagas, formação e qualificação profissional dos trabalhadores a cargo dos empregadores, combate ao desemprego; fim da terceirização; não pagamento da dívida externa; nacionalização sem indenização dos bancos, do petróleo, das minas e das telecomunicações e o comércio exterior agrário (setores econômicos estratégicos); nacionalização dos meios de transporte públicos, agora sob a gerência dos trabalhadores; julgamento e criminalização dos assassinos de Mariano Ferreyra; e na política internacional, apoio à rebelião popular, com a expulsão do imperialismo de todos os países, à unidade socialista da América Latina e ao socialismo internacional. Importante destacar que essas propostas podem ser vistas nos seguintes periódicos dos referidos partidos que servem para difundir-las: *En defensa del marxismo*, *Prensa Obrera*, *La Verdad Obrera*, *El Socialista*, como os mais destacados meios de comunicação e divulgação dos princípios socialistas desses partidos.

A FIT procurou desenvolver uma oposição operária, classista e socialista ao governo e apontou a saída anticapitalista como a única possível para os trabalhadores e as massas, destacando sua independência política. Na Argentina, o PTS, o PO e a IS defenderam a postura de partido de combate, presente nas grandes e nas pequenas lutas da classe operária e dos setores populares e que reivindica o método da ação direta, com a mobilização das massas nos locais de trabalho, nas escolas e nas universidades, nos sindicatos e nos diferentes movimentos sociais, em detrimento da ação parlamentar¹⁵⁴, como um fim em si mesma e como o centro de sua atividade. Porém, ressaltamos que, na Argentina, os referidos partidos, durante o processo eleitoral, sofreram duras críticas porque, supostamente, o caráter classista e denunciatório da democracia política institucional foi flexibilizado, e o foco da campanha foi fundamentalmente eleitoral, direcionado para superar a “cláusula de barreira” que impunha um limite mínimo de votos. A campanha desses partidos visava chamar os trabalhadores a resolverem seus problemas por meio do voto, sem colocar no centro a necessidade de organizar os trabalhadores. Esse argumento foi rebatido pelos partidos que

¹⁵⁴ Os partidos revolucionários usam o Parlamento com fins revolucionários (conquistar esses aparelhos, enfraquecê-los e substituí-los por órgãos de poder proletário), diferentemente dos partidos de esquerda, que reconhecem no parlamentarismo uma estabilidade relativa e utilizam-no para defender reformas a fim de diminuir a exploração dos trabalhadores, mas não buscam incessantemente sua derrubada (próprio da II Internacional). Os partidos trotskistas argentinos posicionam-se na primeira vertente. Para obter mais informações sobre o parlamentarismo revolucionário, consultar as resoluções do 2º Congresso da III IC.

compuseram a FIT, em cuja defesa argumentaram que a “cláusula de barreira” era um instrumento a serviço dos interesses governistas e em detrimento do pluralismo partidário.

A formulação do programa político e governamental da FIT foi declaradamente classista, anti-imperialista e socialista. Porém, em curto prazo, propôs-se a fazer um programa de transição de atendimento às reivindicações dos trabalhadores (salário mínimo, fim das terceirizações, estatização e nacionalização de empresas e recursos naturais sem indenizações e com administração dos trabalhadores). A defesa democrática do direito de participar das eleições, aliada a um conteúdo político classista de denúncia do governo kirchnerista e do regime político existente, foi a marca da campanha da FIT nas eleições de 2011, a qual entende as demandas democráticas como parte constituinte do programa de transição, que visa mobilizar as massas para que levem a única saída para os trabalhadores - conquista do poder.

A internet, com suas mídias sociais e os meios de comunicação tradicionais (jornal impresso, rádio, TV), foi importante para o desenvolvimento da campanha eleitoral, porém foi a militância na rua, nos locais de trabalho e nos bairros que fez a diferença, por causa do poder de recrutamento mais pessoal e direto desse tipo de ação (ALTAMIRA, 2012; CASTILHO, 2011).

Os resultados eleitorais obtidos pela FIT nas eleições primárias – que serviram para a FIT superar a cláusula de barreira de 1,5% de votos – obtiveram 2,49% dos votos, ou 507.323 votos. Nas eleições presidenciais, a FIT manteve a média percentual de votos e conseguiu 2,31% deles, portanto, 497.082 votos. Ficou na sexta colocação geral no pleito presidencial argentino¹⁵⁵.

Quanto aos resultados eleitorais provinciais, em Neuquén, Patricia Jure, candidata a governadora, obteve 2,56% dos votos – um fato importante – e a lista apresentada para deputados provincianos conseguiu 3,6% dos votos logrando um representante, cujo mandato foi compartilhado e revezado entre Alejandro López e Raul Godoy do PTS, Angélica Lagunas, da IS, e Gabriella Suppich, do PO. Além da rotatividade entre os membros da FIT do mandato, outro aspecto que diferencia essa atuação da FIT é que o salário do deputado é equivalente ao de um professor, e o restante é designado para um fundo de greve para atender aos trabalhadores que estão em luta. Além disso, as decisões políticas de que participam os parlamentares da FIT na esfera decisória institucional será deliberada por assembleia. A FIT não conseguiu fazer deputados nacionais, porém logrou sucesso para os cargos legislativos

¹⁵⁵ Dados do Ministério do Interior Argentino, disponível em: <<http://www.mininterior.gov.ar>>.

provinciais, fazendo deputados em Neuquén, como já referimos e obteve um mandato parlamentar provincial em Córdoba, onde conseguiu 24.627 votos (1,40%).

Castillo (2011) assevera que a explicação do resultado eleitoral obtido pela FIT 2011 está na conformação de uma frente classista, pois, em 2009, ao concorrer separadamente¹⁵⁶, debilitou o impacto político e eleitoral com a possibilidade de obter cadeiras no Poder Legislativo em meio à crise econômica internacional. Um segundo aspecto importante foi o eleitorado que apoiou a FIT. Foram setores avançados dos movimentos trabalhistas e estudantis, como os militantes de Subte, Kraft, Zanón, espaços onde o PTS tem lideranças, e o PO e a IS têm participação reconhecida.

Castillo (2011), Altamira (2012) e José Castillo (2011) - este último, um dos principais dirigentes da IS - refutam o voto de protesto que lhes foi colocado por parte da mídia. As eleições revelaram que as candidaturas do PO, do PTS e da IS se dispuseram a divulgar as ideias socialistas. A postura dessas organizações, internalizada nas propostas de governo e no discurso de suas lideranças, privilegiou o forte embate contra o kirchnerismo do Partido Justicialista (PJ), além do reconhecimento popular da identificação dos partidos que compõem a FIT com as lutas dos trabalhadores e das massas, o que inviabilizou, segundo seus dirigentes, a tentativa de explicar a votação da FIT como mero voto de protesto¹⁵⁷, despojado do seu conteúdo e identificação com as ideias classistas e socialistas. Ou seja, a política eleitoral foi utilizada como instrumento de propaganda socialista e recrutamento revolucionário.

Para Altamira (2012), as razões da vitória política da FIT se devem ao uso estratégico de uma pauta democrática de reivindicações mínimas, como o direito de participar das eleições. Porém Altamira se defende da vinculação dele, da FIT e das ideias socialistas ao voto meramente democrático-eleitoral: “Nuestra tarea de aquí en más es “desarrollar”, metódicamente, en un proceso de transición, el voto ‘popular’ y la consciencia ‘popular’ hacia la izquierda, em um voto socialista y en una conciencia socialista” (ALTAMIRA, 2012, p.128). Altamira (2012) refere que as eleições primárias, principalmente, oportunizaram forjar uma ponte entre as reivindicações democráticas e uma perspectiva socialista e defende que a campanha para as eleições gerais (em outubro) focalizaria a questão socialista. Se nas eleições primárias de agosto, a tática foi o direito de a FIT poder discutir sobre seu programa e suas ideias para os argentinos, para as eleições gerais de outubro, Altamira (2012) deslocou outro aspecto tático como foco: ocupar assentos no Congresso Nacional.

¹⁵⁶ Em 2005, o PTS aliou-se ao MAS, e em 2007 e em 2009, ao MAS e à IS.

¹⁵⁷ A iniciativa de Jorge Rial e de Gustavo Silvestre (#unmilagroparaaltamira) é refutada por Altamira e Castillo.

Importante destacar que o cenário político para as eleições gerais era o seguinte: a burguesia dividida em dois polos, um kirchnerista e outro fragmentado em diferentes variantes, desde a direita até a centro-esquerda - Rodriguez Sáa e Binner - por exemplo, todas opositoras do kirchnerismo. Altamira (2012) defendeu a tática de buscar o eleitorado operário do Kirchnerismo, presente nos grandes conglomerados industriais e o eleitorado popular disperso nos vários partidos opositoristas ao Kirchnerismo. Altamira corrobora em parte com Castillo (2011), por entender que o eleitorado predominante foi formado de jovens¹⁵⁸ e trabalhadores inseridos nas lutas sociais em que a FIT também se insere. Porém, não foram só votos da esquerda revolucionária, pois a não revolucionária, que apoia Kirchner, Binner ou Solanas, votou para os cargos de deputado na FIT como crítica e diminuição de poder a C. F. Kirchner em âmbito legislativo.

Para José Castillo (2011), da IS, a explicação para o sucesso da FIT passa pela defesa dos seguintes aspectos: do direito democrático de participação nas eleições; do reconhecimento dos candidatos da FIT como militantes das causas classistas e populares; dos militantes dos partidos nos locais de trabalho (campanha do tipo militante); e da utilização de redes sociais. A respeito do eleitorado, José Castillo (2011) alinha-se à perspectiva de Altamira, que entende que houve o misto de um eleitorado obreiro com o eleitorado de esquerda não revolucionária descontente com o Kirchnerismo.

La elección del domingo mostró que existe un sector de la clase trabajadora y de sectores populares que no se deja llevar por el canto de sirena de los partidos políticos patronales o la centroizquierda. Que sin duda se potenció ante el hecho de que hayamos sido capaces de plantear una propuesta unitaria. También sabemos que muchos nos votaron ahora, porque están en contra de la proscripción, pero piensan apoyar a otros candidatos en octubre. Celebramos que hayan decidido votar al Frente de Izquierda y no a otras listas. Y con ellos queremos dialogar [...] queremos hacer llegar las propuestas del Frente de Izquierda al conjunto de la clase trabajadora, de la juventud y demás sectores populares (IS, 2011, p.3).

5.4.3 FIT 2013: ampliação do sucesso político e eleitoral

As eleições legislativas de 2013 foram para os cargos de senador, deputado nacional e deputado provincial. A conjuntura que se apresentava no plano econômico era o reaparecimento de uma crise pautada na questão do pagamento por parte do governo da dívida

¹⁵⁸ O crescimento eleitoral da esquerda classista é o mais alto desde 1983. A FIT é muito forte entre os jovens com menos de 30 anos, e sua votação entre eles foi a terceira maior (ALTAMIRA, 2012).

externa¹⁵⁹, aliada a mais um ajuste econômico (fiscal e orçamentário). No plano político, houve uma grande fragmentação interna do Kirchnerismo: de um lado, o esvaziamento da base de apoio ao Governo CFK (saída de Moyano e da CGT), e de outro, conflitos no interior dos grupos e frações de apoio ao Governo, vislumbrado no conflito entre CFK e alguns governadores pejetistas “aliados”.

A FIT manteve-se integrada nos três partidos (PO, PTS e IS), com candidaturas conjuntas em 19 dos 24 distritos eleitorais nacionais, para enfrentar as candidaturas das coligações governistas ‘Frente para la Victoria (FPV)’, das variantes opositoras, desde as mais de direita como PRO, até as de centro-esquerda conformadas por FAP, UCR, Coalición Cívica e Pino Solanas. A campanha realizada pela FIT manteve o caráter anticapitalista, classista e socialista da campanha eleitoral de 2011 e baseou-se na crítica à política antioperária do Governo das alternativas reacionárias de direita e centro-esquerda que, para a FIT, não são realmente alternativas da classe trabalhadora e das massas. A participação no parlamento, vislumbrada pela conquista de mandatos no Poder Legislativo, objetivava mandatos a serviço das causas trabalhistas, populares e revolucionárias contra a política governista e sua íntima relação com os diversos setores patronais, ou seja, as relações entre o Estado capitalista, o patronato, o sindicalismo burocrático e o mais importante, segundo a FIT, intervir em todo o processo de luta dos trabalhadores, da juventude e dos estudantes, o que deve ser feito nos lugares de trabalho e de estudo, com o objetivo de construir um partido revolucionário com militantes nos lugares de trabalho, nas direções de sindicatos e nos centros estudantis, todos com capacidade de dirigir uma parcela significativa da classe trabalhadora. Assim, a FIT busca ser um instrumento para esse objetivo, visando a uma saída para os trabalhadores ante a crise do capitalismo, para não sair dela pelas mãos da classe dominante capitalista local, com a utilização da tribuna eleitoral para fortalecer a luta e a mobilização extraparlamentar nas causas dos trabalhadores e da juventude.

Os princípios que determinavam que os trabalhadores fossem independentes politicamente do Estado e da burguesia, com a defesa do desenvolvimento de uma alternativa operária e socialista e um programa que impulsione a mobilização política dos trabalhadores e dos setores explorados contra o governo, as patronais e o Estado permanecem como pilares da FIT. Outros princípios programáticos defendidos referem-se ao uso do mandato parlamentar pela FIT, com a equiparação salarial entre deputados e trabalhadores com base no salário docente (“Que gane como um Maestro”), revogabilidade dos mandatos legislativos por parte

¹⁵⁹ Paga regularmente durante todo o período kirchnerista.

dos eleitores e consulta aos eleitores para a tomada de decisões dos parlamentares (assembleias).

Para alcançar o primeiro objetivo do processo eleitoral de 2013 - superar a cláusula de barreira - a FIT lançou mão da tática de candidatos orgânicos da classe trabalhadora, do movimento estudantil e dos movimentos sociais (mulheres, diversidade sexual), para corroborar os discursos e as declarações do manifesto e o programa da Frente de Esquerda, como já mencionado, pautados nas condições (terríveis) dos trabalhadores assim como na defesa das liberdades democráticas e da transformação social, aliada à conscientização classista e socialista para os trabalhadores e as massas, canalizando seu descontentamento e semeando a possibilidade de concretizar as ideias que defendem.

Nas eleições primárias de agosto de 2013, a FIT teve uma eleição significativa, porquanto duplicou a quantidade de votos obtidos em agosto de 2011, agora com 900.371 mil¹⁶⁰ (4,14%), e superou com tranquilidade o piso mínimo para participar das eleições gerais legislativas em outubro, que implicavam 1,5% dos votos. Nas eleições gerais de outubro de 2013, a FIT foi votada por mais 1.203.896 milhões de eleitores em todo o país (5,32%) e obteve três mandatos¹⁶¹ para deputado nacional e sete para deputados e senadores provinciais. Esses mandatos¹⁶² serão rotativos entre os integrantes da FIT.

As contradições do modelo econômico, as divisões no interior do peronismo e a tendência ao esgotamento dos governos que se apresentaram como progressistas na América Latina, entre eles, o Kirchnerismo, levaram a cenários políticos instáveis, o que proporcionou a ascensão de um voto mais classista que premiou a FIT.

O voto recebido expressou o descontentamento com o governo kirchnerista, através do voto consciente pela esquerda, o que refutou a perspectiva de um simples voto de protesto, despojado de crítica e de consciência política, e que veio como reconhecimento e resposta positiva à presença constante dos partidos e das lideranças militantes da FIT presentes nas lutas políticas e sociais dos últimos anos, como, por exemplo, o lançamento das dezenas de listas em sindicatos como alternativa para o sindicalismo burocrático, alinhado ao governo de matriz peronista, ressaltando sua vinculação orgânica com os trabalhadores e os estudantes, suas lutas e representação política. A FIT defende que, para a composição de seu eleitorado,

¹⁶⁰ <http://www.elecciones.gov.ar/resultados_definitivos_PASO_2013_distritos.pdf>.

¹⁶¹ Um quarto mandato para deputado nacional foi obtido posteriormente por Liliana Oviedo (PO) e por Córdoba.

¹⁶² Os deputados nacionais eleitos foram: Néstor Pitrola (PO), pela província de Buenos Aires; Pablo López (PO), por Salta, e Nicolás Del Cano (PTS), por Mendoza, e os provinciais, Héctor Fresina (PO), Martín Dalmau (PO), Cecilia Soria (PTS) e Noelia Barbeiro (PTS) todos na Província de Mendoza; Andrea Ruiz (PO) em Santiago del Estero; Christian Castillo (PTS) em Buenos Aires; e Marcelo Ramal (PO), pela cidade autônoma de Buenos Aires.

há a maturidade com que o eleitorado anticapitalista, classista e socialista se identifica com a FIT e vem aderindo ao programa, ampliando sua base eleitoral e extraeleitoral (FIT, 2013).

O PTS defende a tese de que a esquerda classista cresce em fim de ciclos:

Desde el fin de la dictadura hubo dos ocasiones donde la izquierda canalizó electoralmente parte del descontento popular y llegó al parlamento nacional. Una fue en 1989, en el ‘fin de ciclo’ alfonsinista, con Izquierda Unida, el frente entre el MAS (Movimiento al Socialismo) y el Partido Comunista (PC), por el que entraron Luis Zamora al congreso nacional y Silvia Díaz como diputada provincial en la legislatura bonaerense. El carácter democratizante del programa de esse frente donde participaba un partido defensor de la conciliación de clases como el PC y la construcción abiertamente electoralista ‘geográfico-poblacional’ del MAS (en función de los distritos electorales y no de las fábricas, gremios y grandes concentraciones decisivas para la lucha de clases) preanunciaban que no jugarían ningún rol progresivo en los eventos convulsivos de la lucha de clases. Todo lo contrario, sin perspectiva revolucionaria consecuente, combinando sindicalismo y electoralismo, el MAS mostró su impotencia claudicando a la burocracia sindical en las grandes luchas contra la embestida menemista y luego estalló en decenas de grupos, producto de su carácter centrista, oscilante entre la reforma y la revolución. La otra fue durante el ‘fin de ciclo’ de la convertibilidad, donde Autodeterminación y Libertad (AyL), el agrupamiento liderado por Luis Zamora, y la segunda variante de Izquierda Unida (essa vez formada por el MST y el PC) llegaron al parlamento nacional (siendo los principales beneficiarios de 1.200.000 votos que recibieron el conjunto de las listas de izquierda en octubre de 2001) y obtuvieron numerosas bancas en la legislatura porteña en el caso del grupo de Zamora. Pero IU no fue alternativa durante la crisis del 2001 y el bloque de legisladores de AyL en la Ciudad de Buenos Aires, electo en 2003, se disgregó, como antes había pasado con la ruptura de sus diputados nacionales. En ningún caso estos frentes o listas electorales, que captaron el descontento de franjas minoritarias pero importantes de las masas, fueron la base para la construcción de un partido revolucionario de la clase obrera (PTS, 2013, p.5-6).

Assim como, em 2011, o sucesso eleitoral da FIT produziu reflexos nos campos trabalhista e social, “esse ‘ascenso de la izquierda’ ha proseguido en las semanas siguientes: se ha manifestado en las elecciones estudiantiles en la UBA, sindicales y de delegados de empresas; en colegios y universidades; en el campo cultural. Se desarrolla la posibilidad de que los trabajadores encuentren la expresión política adecuada para enfrentar la nueva etapa” (FIT, 2013, p.5). Endossado pelo PTS,

no es casual que en fábricas donde la militancia del Frente tiene presencia nos votaron el 20, 30 y hasta 40% de los trabajadores. Y hablamos de empresas “grandes”. Si en todo el ciclo K se votaba a compañeros de izquierda como delegados o para las comisiones internas lo nuevo es que esse voto político a la izquierda, en algunos casos repetido desde 2011 (ya

son cuatro elecciones) y en otros por primera vez, es acompañado por la militancia activa de numerosos trabajadores. Hay establecimientos donde decenas de trabajadores fiscalizaron y convencieron de votar al FIT a compañeros, amigos, vecinos y familiares (CASTILLO, 2013, p.3).

A Izquierda Socialista e o Partido Obrero também concordam com o PTS sobre a composição social do eleitorado da FIT, conformado por trabalhadores ex-kirchneristas desiludidos com a “década ganha” e com o modelo de desenvolvimento econômico “nacional e popular”; também votou na FIT o eleitorado que viu na oposição “mais do mesmo”, porém, o principal eleitorado continuou sendo a classe trabalhadora combativa com alianças com componentes da FIT nas arenas extraeleitorais (sindicatos, comissões internas de fábricas), e os estudantes secundários e universitários (a geração 2001). Concorda, também, que esse apoio eleitoral à FIT é parte do reconhecimento das massas as lutas em que eles se inserem, através de suas articulações para os diversos campos das lutas sociais, estudantis e trabalhistas.

Destacamos o episódio conhecido como “fraude em Córdoba”, para materializar o conflito entre o Kirchnerismo e a Frente de Esquerda e seu sucesso nas eleições gerais de 2013. A FIT acusou o Kirchnerismo de roubar a vaga no Congresso Nacional conquistado pela FIT, com a candidatura de Liliana Olivero¹⁶³ (IS) pela província de Córdoba, que seria uma quarta cadeira legislativa para a FT no Congresso Nacional. Segundo a FIT, Liliana Olivero conquistava uma das cadeiras ao parlamento nacional até pouco mais de 95% de urnas apuradas, quando, com 97% dos votos apurados, foi superada e não mais apresentava votos no restante da apuração. Ou seja, não foram contados votos para a FIT no restante da apuração, que, durante quase toda a sua regularidade, apresentava votos para a FIT.

Hicieron desaparecer nuestras boletas de los cuartos oscuros en aquellos lugares donde no llegamos con nuestros fiscales. Hicieron figurar “cero” votos al FIT en 174 telegramas de mesas donde después se descubrió que habíamos obtenido entre 30 y 50 votos. Pero lo más fraudulento fue que se sustituyeron durante la elección las boletas oficializadas por la de las PASO, casi idénticas entre sí, con el objetivo de confundir a nuestros electores y hacer anular esos votos al momento del escrutinio. Detectada esa maniobra por nuestros fiscales, se hizo la denuncia, constatada por la Junta Electoral, lográndose que emitieran una resolución a las 14 horas del propio domingo 27 (el Acta 17), que declaró válidos los votos emitidos con boletas de las PASO. Pero esa comunicación no llegó a la totalidad a los casi 8.000 presidentes de mesa, distribuidos por todo el extenso territorio de la provincia, para que la aplicasen al momento del escrutinio. Muchos de ellos dudaron de su veracidad, propiciado por fiscales de los partidos patronales (IS, 2013, p.3-4).

¹⁶³ Destacamos que a candidata da IS conseguiu retomar na Justiça o mandato eletivo conquistado nas urnas.

5.4.4 As diferenças políticas e estratégicas entre os partidos que compõem a FIT permanecem, principalmente, fora das eleições

Entre os partidos, foram notados, durante a campanha da FIT, algumas diferenças e conflitos. O primeiro, de âmbito mais técnico-eleitoral, referia-se a quem ficaria com “a cabeça da chapa”. Dois critérios foram propostos: que a distribuição entre os integrantes da FIT fosse equitativa (critério proporcional) e que fossem utilizados os candidatos mais bem avaliados, independentemente de partido ou proporcionalidade, e o PASO foi o critério de seleção para as candidaturas às eleições gerais. O PTS foi a favor do PASO como critério de desempate, e a IS e o PO, não. No fim, o PASO foi a solução aceita na Convenção Nacional de 8 de junho de 2013 e estabeleceu que o PTS encabeçasse a lista para deputados nacionais de Santa Fé, Neuquén, Jujuy e Mendoza, que, em Córdoba, encabeçasse a lista da FIT Liliana Olivero (IS) e que o PO encabeçasse, nas demais províncias, as listas nacionais. Também foi modificado o tempo de permanência no mandato legislativo compartilhado entre os políticos dos partidos que compõem a FIT (PTS, 2013).

Outra discussão que surgiu foi sobre a questão estratégica das eleições, a crítica do PO aos demais integrantes da FIT, em especial, o PTS, por eles acharem as eleições um campo político menos “digno” do que as lutas sindicais e trabalhistas. Essa discussão se deve ao destacado papel que ocupam integrantes do PTS, e em menor proporção, da IS no chamado sindicalismo de base (ou sindicalismo combativo), em que o PO não tem grande inserção, e o Polo Obrero é o principal espaço que ocupa nas lutas sociais.

5.4.5 Partidos trotskistas argentinos e eleições: conclusões do tópico

Os partidos marxistas de caráter socialista-comunista – aos quais se aliam os partidos argentinos trotskistas em estudo – surgiram com o intuito de ajudar a criar uma consciência coletiva para educar as massas e torná-las politicamente ativas e conscientes do seu papel de classe. A participação no processo eleitoral, segundo a lógica dos marxistas, contribui para uma melhor organização da classe operária (pensamento predominante na 1ª Internacional). Nesse contexto, as eleições são úteis como um terreno favorável para o proletariado acumular força e onde as eleições devem servir de importante ponto de apoio às lutas diretas e construir o momento decisivo para tomar o poder político centralizado na figura do Estado. Para Lênin (1920), em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, os partidos revolucionários tinham a obrigação de participar das eleições e do parlamento enquanto as massas acreditassem nessas

instituições burguesas, e não se pode eliminá-los enquanto os partidos não forem suficientemente fortes para auxiliar no estágio de consciência da classe operária e dos trabalhadores, que é necessário para dissolver essa instituição política burguesa. Portanto, a participação nas eleições e no parlamento é importante, porém secundária, é um aspecto tático. A ação direta das massas em campos não institucionais é mais importante do que a ação eleitoral e parlamentar.

Para Lênin, o parlamento é um produto do desenvolvimento histórico e não se pode eliminá-lo enquanto a classe trabalhadora não for suficientemente forte (estágio de consciência da classe operária e dos trabalhadores) para dissolver essa instituição burguesa. Lênin (1978) explica que, no campo da propaganda e da teoria, é correto falar que o parlamento burguês já ultrapassou o seu tempo, entretanto, para que desapareça, de fato, vai uma enorme distância. Para Lênin, era uma obrigação dos revolucionários participarem das eleições e do parlamento enquanto as massas mantivessem esperanças nessas instituições da burguesia. Uma parte da pequena burguesia proletarizada, os operários atrasados e os pequenos camponeses acreditam que seus interesses estão representados nos parlamentos. É preciso lutar contra essas ilusões, também através do trabalho no parlamento, e mostrar às massas a verdade dos fatos.

Assim, a utilização do campo político institucional tem valor tático, por articular a unidade entre a participação eleitoral com a ocupação dos postos parlamentares e a organização revolucionária das massas operárias e populares. A participação nos processos eleitoral e parlamentar tem o aspecto tático de conscientizar as classes sobre os limites da democracia burguesa e de preparar as massas para as mobilizações extraparlamentares. A esfera política é caracterizada como um dos principais instrumentos de que dispõe a classe trabalhadora para enfrentar a exploração e a opressão do capital, já que a arena política tem visibilidade privilegiada sobre as demais na disputa pelo poder e contra o Estado. Nesse contexto, a esquerda classista argentina se propôs a resgatar o papel histórico de partido revolucionário no movimento de massas e a disputar sua hegemonia política e ideológica com a participação no processo eleitoral para confrontar o Kirchnerismo.

Uma campanha eleitoral como instrumento revolucionário foi a proposta tática da formação da FIT pelos trotskistas. Nenhum processo eleitoral possibilita a transformação do caráter de classe do Estado e sua desintegração como instrumento da opressão de uma classe sobre outra, que é uma tarefa reservada para a ação consciente e revolucionária das massas. Porém, não se pode negar a importância da luta parlamentar e eleitoral como fator de esclarecimento político e a ampliação do campo de ação da esquerda revolucionária, pois o

parlamento não é uma criação artificial e unilateral da burguesia, mas o produto de lutas de classes históricas, cuja decomposição será resultado de um processo histórico do declínio do capitalismo. Portanto, a luta pelo socialismo é uma luta política, em que a crise econômica mundial eclodida no fim da primeira década do Século XXI abriu um novo período de lutas reivindicativas. Assim, a FIT objetiva levá-las ao campo revolucionário. A FIT desenvolveu suas ações e procurou constituir-se como referência política para essa possibilidade, ou seja, dar aos trabalhadores uma direção política adequada por meio de uma agitação sistemática e regular, para que a luta reivindicativa se transformasse em luta política, que é a única que assegura a vitória da classe operária sobre o capital, e deve estar contida na luta reivindicativa. A agitação política sistemática e regular deve alcançar todas as classes afetadas pela crise capitalista e concentrar-se nas fábricas para formar uma vanguarda operária poderosa, com capacidade de ganhar as massas.

A FIT colocou-se como artífice na constituição de um bloco revolucionário, diferenciando-se dos demais partidos com forte inclinação a privilegiar os aspectos eleitorais, dos quais o maior exemplo é o PJ kirchnerista. O programa político da FIT para as campanhas conjuntas de enfrentamento ao governo kirchnerista estava alicerçado nos parâmetros democrático-socialistas (programa de transição), um programa de reivindicações imediatas, de acordo com as alternativas possíveis da situação política e a consciência das massas votantes. Rechaçou o imediatismo do programa máximo (socialista), que ignora a transição entre as situações imediatas e os objetivos estratégicos, isto é, adaptando seu discurso eleitoral às condições políticas das eleições e, posteriormente, converteu-se em um programa pré-revolucionário. Um programa eleitoral não pode apontar para uma minoria de classe, mas buscar uma maioria: “La recuoeración de la política electoral para luchar en un período entre la conciencia y disposición de las masas, por um lado, y los objetivos estratégicos, por el otro lado, há sido un ejemplo de desarrollo dialéctico concreto. Essa unión contradictoria de ló inmediato y ló estratégico, si expresó en toda la estética de la campaña electoral” (ALTAMIRA, 2012, p.201).

As reivindicações da FIT deixam de ter caráter meramente imediatista, quando se articulam conjuntamente com uma série de reivindicações transitórias que objetivam mobilizar as massas em função do poder. Exemplos disso são o controle operário das fábricas e as nacionalizações também com controle obreiro.

Os objetivos alcançados pela FIT, no processo eleitoral, que rivalizavam com o kirchnerismo, eram de: participar dos processos democráticos (não de sua defesa acrítica), estabelecer um voto do tipo classista, superar a cláusula de barreira e ocupação de cadeiras

parlamentares, que são partes constituintes e importantes da construção do programa de transição e não podem ser reduzidas ou confundidas com um processo de adequação de princípios classistas aos dos partidos exclusivamente eleitorais. A hipótese de transformação para partidos eleitorais (catch all) não procede, e a tática de defender as liberdades democráticas, como participar das eleições, tinha como objetivo superar a armadilha político-jurídica do PASO usada pelo Kirchnerismo.

A manutenção do aspecto ideológico, portanto, denota seu uso substantivo por parte dos partidos marxistas trotskistas. Dessa maneira, afasta a premissa de utilização meramente instrumental do arcabouço ideológico e a substituição dos fins ideológicos originários por outro de caráter inerentemente pragmático-eleitoral. A política de organização dos partidos trotskistas deve estar em consonância com a correta interação entre a política e o modo de organização partidário, visando capacitar os partidos para as tarefas revolucionárias que se propõem.

Compreendemos que as organizações partidárias trotskistas não parecem sofrer com o dilema de Przeworski (1989), que permeou os partidos operários socialistas europeus em meados do século passado, e alguns representantes da mesma esquerda no fim do Século XX em países da América Latina para o campo ideológico-eleitoral na década de 1990: entre fazer um discurso “eleitoral” pragmático, como o faz a esquerda socialdemocrata (moderada) argentina, e um discurso classista, como fazem os referidos partidos marxistas trotskistas não governamentais. Esse é o clássico dilema de Przeworski (1989) e dos partidos socialistas revolucionários quando decidem participar das eleições: devem manter sua identidade de “partido classista” e ter poucos votos ou ampliar o seu discurso tornando-se um “partido popular”.

A esquerda classista trotskista reforçou, durante os processos eleitorais, a necessidade de se manter coerente em suas alianças políticas, de privilegiar os partidos da esquerda socialista e classista e de ressaltar a firmeza dos princípios ideológicos que a norteiam, mantendo a linha política pautada em sua história de lutas e em seu viés mais pertinente, que é o de buscar ser o instrumento de revolução proletária na Argentina. A mudança na linha de atuação política, ainda alicerçada no conceito de organização partidária marxista para um modelo de flexível mais concorrencial aos pleitos eleitorais, mesmo dentro de uma democracia burguesa, não parece ser um caminho a ser seguido pela FIT e seus integrantes.

A rotatividade no interior dos mandatos obtidos pela FIT, com a alternância entre os partidos da Frente, com todos exercendo o cargo parlamentar, permite que cada partido, com seus candidatos, dirigentes e a militância, tenha uma importante experiência congressual,

além do aspecto pedagógico de colocar os cargos legislativos como atributo da Frente como um todo, e não, apenas, de um partido ou político, buscando romper o estigma de privilégio e vitaliciedade que cercam os mandatos públicos eletivos. O salário dos parlamentares eleitos pela FIT foi outro importante instrumento de conscientização realizado por ela através da eleição de parlamentares, estabelecendo que seus legisladores não podem receber mais do que um docente ou um trabalhador qualificado. O excedente salarial foi transferido para um fundo de apoio aos trabalhadores que estão em lutas e que passam por dificuldades financeiras.

Além de defender e de utilizar a prática dos pressupostos do programa de transição, houve, nos últimos processos eleitorais em conjuntura kirchnerista, a ruptura com a trajetória política da defesa de “frentes democráticas e populares” como na década de 1980¹⁶⁴, para alianças e coligações mais restritas aos campos de esquerda classista para dentro da arena eleitoral. Também o abstencionismo, como um instrumento político, não foi utilizado pelos partidos trotskistas argentinos em período kirchnerista.

O principal objetivo estratégico da participação dos trotskistas argentinos no processo eleitoral, assim como nossa principal hipótese de trabalho, foi de transformar o êxito eleitoral em força militante. Os resultados da FIT são expressões de setores militantes, minoritários na totalidade dos trabalhadores, porém significativos em suas lutas, conformados também por jovens e setores populares (Direitos Humanos, Mulheres etc.). A participação regular e contínua dos partidos trotskistas que compuseram a FIT também acontece em período não eleitoral e os identifica perante as massas como uma presença permanente na luta de classes e na política para além das eleições.

En 2009 la suma de los votos de quienes componemos el FIT rondaba los 400 mil votos. Para entonces habíamos protagonizado algunos de los conflictos más relevantes de la clase obrera bajo el kirchnerismo (la gran lucha de Kraft) algo que se repetiría en la lucha de los tercerizados ferroviarios del Roca, durante la cual fue asesinado Mariano Ferreyra. En particular el PTS fue conquistando comisiones internas y cuerpos de delegados en numerosas fábricas y empresas, con gran peso en el cordón industrial de la zona norte del Gran Buenos Aires. La unidad electoral consagrada en el FIT en 2011 dio mayor visibilidad e impulso a esa presencia, permitiendo lograr más de 500 mil votos a la fórmula presidencial y 660 mil a diputados nacionales [...] En lo inmediato está planteado el crecimiento de la militancia en fábricas, establecimientos, escuelas y universidades. El apoyo electoral debemos ponerlo en función de dar nuevos pasos en la construcción del gran partido revolucionario que la clase trabajadora necesita para vencer (CASTILLO, 2013, p.3).

¹⁶⁴ O MAS, nos anos 1980, sob a denominação de *Izquierda Unida* (IU), conformou a coalizão fundada em 1987 com o Partido Comunista (PC), produzindo o binômio presidencial Vicente (PC) e Zamora (MAS). Nas eleições presidenciais de 1989, a IU obteve 400.000 votos. Em 1991, a IU se dissolveu.

A defesa da ação direta, como resistência política e contra a ação predominantemente institucional, teve, na constituição de uma práxis revolucionária, localizada para além da esfera institucional (parlamento e as eleições), a tentativa de combater a domesticação dos eventos transformadores. Os movimentos de trabalhadores combativos das fábricas ocupadas e do sindicalismo de base e os movimentos populares com participação dos partidos trotskistas não se cooptaram à ordem estatal dirigida pelo Kirchnerismo e foram importantes alicerces do sucesso político que obteve a FIT. Exemplo disso foi a expressiva votação em nível nacional (com a superação da cláusula de barreira nas eleições primárias e manutenção percentual da votação nas eleições gerais) e toda a repercussão publicitária da política em torno das diretrizes da FIT.

Além desses importantes pontos, destacamos que a conquista de mandatos legislativos privilegiou candidatos orgânicos da classe trabalhadora e oriundos das lutas diretas, em que os trotskistas estiveram imersos, como nas eleições provinciais de Neuquén, sob a denominação de *Izquierda para una Opción Socialista*, onde obteve êxito ao conseguir fazer um parlamentar provincial, Raul Godoy¹⁶⁵, militante destacado da Fábrica Recuperada de Zanón, e que fora claramente impulsionado para a representação parlamentar pelos trabalhadores de Zanón e sua força política em Neuquén. O ótimo desempenho da FIT com mandatos no Congresso Nacional, aspecto inédito entre os partidos trotskistas argentinos, e a ampliação do número de mandatos da FIT confirmam a perspectiva de impulso das lutas eleitorais às lutas diretas.

O sistema eleitoral argentino acabou materializando-se como contingência e como vetor da FIT. O Sistema Jurídico (PASO), como contingência na participação política dos partidos trotskistas, acabou os reunindo por essa premissa “reivindicativa”, e esse espaço (eleitoral) foi transformado não apenas como lócus de denúncia, mas também de ação, que objetivou quebrar (ao menos “tremar”) o centro de gravidade do peronismo-kirchnerista, que é o controle da maioria dos sindicatos e das comissões internas dos corpos de delegados. Os mandatos da FIT, em especial, do PTS, reforçaram o sindicalismo de base, presente nas estatais, na docência, nas indústrias e nos serviços dos setores alimentícios, gráficos, ferroviários, metalúrgicos etc. O sucesso da FIT impulsionou a conquista de novos corpos de delegados nos locais de trabalho e de apoio aos sindicatos.

¹⁶⁵ Revezou seu mandato com Alejandro López, Angélica Lagunas e Gabriela Suppicich, suplentes parlamentares membros da FIT.

Resumindo, a eleição histórica das forças trotskistas argentinas, reunidas em 2011 e em 2013, foi a expressão da emergência de uma corrente política de alcance nacional. O apoio eleitoral que adveio foi fundamentalmente de setores trabalhistas e estudantis combativos com acentuada participação nas lutas políticas extrainstitucionais, como a luta dos precarizados de Ferrocarril (onde ocorreu o assassinato do líder dos trabalhadores tercerizados e militante do Partido Obrero, Mariano Ferreyra), e as lutas de Subte, Kraft e Zanón, com participação destacada do PTS. Também entendemos que o voto “de bronca” dado à FIT não representa apenas um descontentamento político de setores de esquerda, dos trabalhadores e das massas não revolucionários com o Kirchnerismo, mas pode estar contida em si a identificação, ainda que tímida, desses setores com um programa anticapitalista e de independência de classe, como defendido pela FIT:

En una clase obrera que ha seguido mayoritariamente casi sin fisuras al peronismo por 60 años, la conquista de 1.200.000 votos, 3 diputados nacionales y 7 legisladores provinciales (que se suman a los dos existentes en Neuquén y Córdoba) posibilita a la izquierda clasista luchar por organizar políticamente a una base obrera activa que plantee romper políticamente con toda variante patronal (LIZARRAGUE, 2013, p.4. El “mandato” de la votación del FIT para los revolucionarios).

Sobre o futuro da FIT,

los resultados y las posiciones logradas em el parlamento nacional, las legislaturas y concejos deliberantes provinciales, abren una nueva etapa para la izquierda clasista, en un marco político nacional de ‘fin de ciclo’ de la experiencia kirchnerista, de una crisis de representación de la identidad del peronismo en general y por lo tanto de las burocracias sindicales divididas; y con una crisis capitalista internacional que, aunque no golpea de manera catastrófica la economía argentina, comienza a hacerse sentir, junto al agotamiento propio de lo que llaman el ‘modelo’(CASTILLO e ROSSO, 2013, p.4).

Os partidos trotskistas propuseram uma agenda política oposta¹⁶⁶ (esse seria um elemento tático dessa luta) - a agenda governista - vislumbrando a construção do bloco histórico na perspectiva do socialismo (elemento estratégico utilizado pelos partidos de caráter marxista). Assim, buscaram pressionar e rivalizar com o governo kirchnerista, com o propósito de disputar as entidades de massa, base de sustentação do governo no âmbito popular.

¹⁶⁶ Pautam essa agenda ações como: boicote à dívida externa, reestatização de empresas privatizadas e desapropriação fundiária.

6 ANÁLISE DAS AÇÕES DOS PARTIDOS À LUZ DAS CATEGORIAS TROTSKISTAS EM AMBIENTE KIRCHNERISTA

No capítulo 5, analisamos as ações e os comportamentos dos partidos políticos trotskistas em confronto com o kirchnerismo, à luz da teoria trotskista e suas principais categorias analíticas apresentadas no capítulo teórico e no decorrer deste trabalho. Empregamos o arcabouço teórico marxista-leninista, assim como as categorias analíticas trotskistas apresentadas para compreender a conjuntura argentina kirchnerista e as ações dos partidos políticos PTS, PO e IS, buscando alicerces que puderam solucionar a hipótese do nosso trabalho.

O papel dos sindicatos, como elemento político de construção e de organização partidária, é significativo nas metas estabelecidas pelos três partidos. Sua tradição histórica, oriunda dos trabalhadores e da luta junto com as entidades sindicais, que, por vezes, lideravam-nas (casos principalmente do PTS e do PO), fez com que os partidos utilizassem os aspectos sindicais a que tanto se assemelham para lutar nessa esfera e torná-la, uma vez mais, um campo de atuação política.

Historicamente, a arena sindical representa um campo de atuação para os partidos de origem socialista e operária, desde o Século XIX, por constituir espaços para os operários aglutinarem forças e desenvolverem uma ação coletiva em detrimento da dispersão dos operários no início da união de classe. O desenvolvimento político do proletariado realizou-se por intermédio dos sindicatos e por sua ação conjunta com os partidos da classe operária. Os partidos socialistas que lutavam pela classe trabalhadora dedicaram-se sempre às bandeiras dos sindicatos para dirigi-los e, ao mesmo tempo, utilizar essa experiência como processo posterior às lutas de classe no campo político-estatal.

A justificativa para a atuação dos partidos na arena sindical é de que sua origem partidária, com forte viés ideológico, de caráter classista-trabalhista, impõe às organizações trotskistas argentinas que participem das lutas sindicais, pelo fato de esses partidos buscarem a representação classista tanto quanto (ou até mais) a representação eleitoral, e a arena sindical passa a ser um campo de disputa para esses partidos e de busca de manutenção de identidade classista imprescindível a esse tipo de organização.

Os partidos supramencionados não se limitam à atividade específica (buscar votos ou ganhos eleitorais) ou ao ambiente onde se desenvolve essa atividade (arena eleitoral), porque também procuram outros tipos de resultados políticos, não inseridos exclusivamente nas perspectivas de âmbito estritamente parlamentar-eleitoral, vislumbrando o comando nas

instâncias sindicais, o desenvolvimento da consciência de classe e a organização política das ações dos trabalhadores. São partidos que buscam representatividade política institucional, porém a legitimação “externa” do movimento operário imerso em sindicatos serve para inserir parte dos quadros desses partidos nessas organizações, na tentativa de dominar as representações de classe fora da arena política decisória, em que podem obter mais sucesso. Assim, o PTS, o PO e a IS formaram uma frente de oposição de esquerda, na arena política eleitoral e no movimento sindical, ao PJ e à CGT. O PJ é o partido peronista que, nos governos Kirchner, assumiu as posturas e o ideário nacional-populista e liberal, apoiado nas estruturas sindicais pela principal central sindical argentina, a CGT, sob a liderança de Hugo Moyano.

Compreende-se que os partidos trotskistas tentam ocupar o espaço que historicamente os origina e que também tem função estratégica imprescindível no objetivo maior desses partidos: a revolução operária e socialista. Por isso usam o espaço das eleições para divulgar suas propostas e, posteriormente, dirigir a arena sindical. Portanto, ocupam um espaço à esquerda, que estaria disponível não só na arena eleitoral, como também em outras arenas políticas e nos movimentos sociais, principalmente priorizando a atuação sindical. Posicionam-se, tanto no espaço sindical quanto no eleitoral, ante a atuação pragmática do partido mais forte (o PJ), onde os partidos trotskistas não só perseguem o eleitorado de esquerda, como também vislumbram adicionar a possibilidade de ter influência dos setores de massas.

A grande tarefa dos partidos de esquerda classista, relevantemente os de influência trotskista (como o PTS, o PO e a IS), passou a ser de ganhar a direção dos setores trabalhistas na arena sindical e dos movimentos sociais para conduzi-los à luta pela revolução. A arena eleitoral passou a ser um campo indireto ou secundário do qual esses partidos se utilizaram, visando à comissão interna de delegados de fábrica e à direção de sindicatos e estruturar uma oposição classista no interior das centrais sindicais - a CTA e CGT. Essa é a hipótese que queremos evidenciar, e para isso, respondemos aos seguintes questionamentos que nos auxiliam a compreender a hipótese: O sucesso da FIT impulsionou a conquista de novos corpos de delegados nos locais de trabalho e apoio nos sindicatos? Que tipos de ataque a posição de independência política manifestada pelos partidos sofreu? E como os partidos saíram dela? Por fim, tentar avaliar até onde, no processo de desencadeamento de uma situação pré-revolucionária, avançaram os partidos argentinos.

No campo sindical, o período kirchnerista pode ser caracterizado como o retorno da legitimação das organizações sindicais como parte do regime político pós-convertibilidade e

pós-crise de 2001 de recomposição institucional (GIARETTO, 2011; VARELA, 2013, 2014). Essa relegitimação institucional deveu-se à convergência conflitante entre a restituição do âmbito da negociação coletiva e uma forte regulação governamental acordada diretamente entre o Poder Executivo Nacional e as direções sindicais (VARELA, 2013, 2014). A arbitragem governamental direta regeu as relações laborais, não só visando regular o salário e as condições de trabalho, mas também controlar o fortalecimento sindical, a fim de centralizar a negociação coletiva, a concentração da autoridade e os recursos na cúpula nacional de cada sindicato.

O regime sindical kirchnerista foi pautado numa contradição constituinte entre a recomposição social dos trabalhadores (possível pelo regime de acumulação pós-converbilidade pautada na exportação de commodities para o mercado chinês) e a manutenção das condições de exploração neoliberais, sobre as quais se organiza a acumulação. O sindicalismo corporativista, materializado na CGT, sob a direção de Hugo Moyano, entre outras estruturas burocráticas, procurou evitar, por todos os meios, que o processo de lutas saísse das reivindicações de âmbito setorial e avançasse para o âmbito político, contando com o auxílio governamental kirchnerista, durante a maior parte desse período, o qual fez concessões para tentar limitar a luta dos trabalhadores ao âmbito corporativista.

Essa estrutura jurídico-institucional, propositalmente concentrada e pouco descentralizada, herdada do peronismo, foi utilizada como suporte político do Kirchnerismo para o âmbito sindical e as relações trabalhistas. O Kirchnerismo sofreu graves ataques e perdas de força, durante seu governo, do patronato agrário, em 2008, a perda estratégica do apoio de Moyano e da “sua” CGT, em 2011, e das forças trabalhadoras e de esquerda com a emergência do sindicalismo de base, que disputam as comissões internas e os corpos de delegados de fábricas e sindicatos e se opõem à direção sindical oficialista, como também na organização de setores nas fábricas recuperadas que congregam importante força política de setores da esquerda classista.

A estratégia para o âmbito sindical, forjada pela esquerda classista, em especial, o PTS, foi de se inserir nas lutas trabalhistas e disputar as comissões internas (ou comissão de delegados) das fábricas e das repartições, aspecto tático importante pela posição estratégica dessas comissões como: participação nas negociações coletivas entre o Estado, o patronato e os trabalhadores e a direção política das lutas sindicais. Assim, a ocupação das comissões oportunizou o enfrentamento mais próximo com o Estado.

A inserção de delegados nas comissões internas de fábricas e repartições foi obtida a partir da estratégia pautada na organização de base no lugar de trabalho como ponto de apoio

da reconstrução por “baixo” do coletivo de classe, um locus de reconstituição de estratégia classista característico das ações do sindicalismo de base emergido nessa primeira década do Século XXI, realizada pelos partidos trotskistas. Para Trotsky, as comissões internas de fábricas podem se transformar em organismos de frente única operária para além da organização por setores produtivos, como prevê o oficialismo argentino. As comissões internas apontam também contra essa política de Estado e se apresentam como organização do conjunto dos trabalhadores dentro do estabelecimento de trabalho e fora dele. Exemplos de luta por uma política revolucionária para os sindicatos, a partir da liderança nas comissões internas nesse período, foram o Sindicato dos Metroviários de Subte, de Buenos Aires, e a Kraft-foods.

Foi nesse âmbito sindical que os partidos trotskistas disputaram as comissões internas de fábricas e repartições (locais de trabalho) fazendo oposição à CGT, estruturando o sindicalismo de base como contraponto ao sindicalismo burocrático (Subte e Kraft-foods) e resistindo nas lutas das fábricas ocupadas de Zanon e Brukman, por exemplo.

As disputas pelos corpos de delegados e comissões internas das fábricas e das repartições foram parte do processo estratégico para o campo sindical e as lutas trabalhistas postos pelos partidos trotskistas com a construção e a estruturação do sindicalismo de base como contraponto ao sindicalismo burocrático governamental reerguido em 2003. O sindicalismo de base é a expressão das contradições entre a recomposição social da classe trabalhadora argentina e a manutenção das condições de exploração que se manifestam em uma série de experiências heterogêneas, porém com características comuns possíveis de identificá-las como tal: o lugar de trabalho como locus de organização política, através da constituição de comissões internas e/ou comissões de delegados; o caráter independente e, por vezes,positor que postulam os dirigentes de base nas direções sindicais; o protagonismo de jovens com idades entre 25 e 40 anos, conhecidos por ser a geração 2001 como sua principal composição social; por fim, representam expressões político-ideológicas externas ao Kirchnerismo e o Peronismo, ligadas à tradição da esquerda classista.

Esse confronto pelas direções sindicais, pelas comissões internas de fábricas e repartições colocaram em campos opostos dois projetos distintos: um sindicalismo burocrático, pautado na tutela governamental kirchnerista e baseado no controle de recursos sociais para os trabalhadores em troca de apoio político, e outro de base classista, que defende a autonomia nas negociações coletivas entre os trabalhadores e o Estado (também o patronato), com ampla participação dos trabalhadores nas decisões internas de sindicatos através de processos decisórios assembleístas.

Segundo Varela, Lotito (2009) e Cambiasso (2016), além dos processos políticos e econômicos exógenos ao âmbito sindical, como já retratado, aspectos endógenos a esse espaço produziram antagonismos que proporcionaram a instabilidade na representação sindical e, com ela, a ascensão do sindicalismo de base exemplificado no conflito de Kraft. A primeira está relacionada ao processo de desindicalização vivido na Argentina, principalmente na década de 1990, e a segunda, à debilidade das cúpulas sindicais quanto a sua finalidade de defender os direitos dos trabalhadores nas negociações coletivas com o Estado, e o patronato falha nisso, segundo os autores, devido à linha política defensiva, ao baixo número de sindicalização dos trabalhadores e ao indicador que serviu para mensurar o distanciamento representativo entre o sindicalismo oficialista e os trabalhadores desprotegidos. Perante essa fragilização da representatividade sindical construída anteriormente ao período kirchnerista, outro conjunto de fenômenos agora se soma a esses e reforça a debilidade da representação sindical pela qual passam os trabalhadores argentinos nessa época kirchnerista, pois o processo de reelegitimação sindical e a centralidade política ocupada pelo sindicalismo, em especial, a CGT, mesmo produzindo alguns ganhos aos trabalhadores – como já destacados durante esse trabalho – não conseguiu um controle, seguido de amortização ou apatia, sobre as lutas dos trabalhadores, pois as condições de trabalho (incluindo diversos direitos) foram mantidas precarizadas. Somam-se a isso as crises econômicas mundiais de 2008 e 2009, que proporcionaram cenário de descontentamento dos trabalhadores e suplantaram uma alternativa a eles, via o sindicalismo de base, e sua tática de controlar as comissões internas das fábricas, como foi o caso de Kraft.

Assim, o corpo de delegados (comissão interna) aparece como um elemento tático crucial e como espaço de ocupação e politização direta dos trabalhadores e de suas lutas, em que a esquerda classista disputa com a tradição peronista (kirchnerismo) o referencial da classe operária argentina.

A experiência de Kraft representou uma das principais lutas do sindicalismo de base levada à frente pelos partidos trotskistas, no período kirchnerista, com a lista do PTS para a comissão interna de Kraft, o agrupamento denominado de “desde abajo”, encabeçado por Javier “Poke” Hermossila, militante do PTS, como delegado principal, obteve sucesso nas disputas em 2009, 2011 e 2013, quando sua composição foi apoiada não só pelos trabalhadores de Kraft-Terrabusi, como também pelos delegados e ativistas de outro ramo de alimentação, como PepsiCo e Cadbury-Stani, e referenciada na experiência de luta e organização antiburocrática dos trabalhadores de Zanón em Neuquén. Ou seja, uma

significativa ampliação espacial do sindicalismo de base para o coração do proletário industrial argentino.

A luta para ocupar o corpo de delegados da comissão interna visou não só aos interesses econômico-trabalhistas dos empregados de Kraft, mas também a um acentuado caráter político de sua luta, desde sua forma, de caráter pedagógico, com a utilização da assembleia como um espaço democrático de debate e de tomada de decisão, renovação dos quadros de delegados da comissão interna, articulação com outras categorias de trabalhadores (efetivos, contratados, sindicalizados e não sindicalizados) e conquista de esferas maiores no sindicalismo, como a representação por setor, e a luta pelas centrais sindicais. Quanto ao conteúdo, contribuiu para potencializar a organização dos trabalhadores no lugar de trabalho, objetivando produzir efeitos marcadamente políticos, como a conscientização e a politização dos trabalhadores, e sobre interferir na produção da fábrica.

Sobre Zanón, são aspectos que evidenciam seu caráter classista e obreiro na disputa política que enfrentou: a maioria na comissão interna dos delegados de fábrica; a reforma do estatuto da Fábrica (2005), com a defesa de uma linha política alicerçada na luta de classes anticapitalista, a revogabilidade dos mandatos e a rotatividade dos membros; a assembleia como órgão máximo deliberativo; a liberdade de tendências e, principalmente, a expropriação e seu reconhecimento legal com estatização sob o controle operário, que se tornou um marco da vitória dos trabalhadores classistas argentinos. A abertura dos livros de contabilidade e a defesa da expropriação sob o controle operário, como ocorreu em Zanón, são exemplos de uma orientação classista para os trabalhadores. Esses aspectos podem ser vistos no Programa de Transição proposto por Trotsky.

As ações dos partidos classistas de ocupação, controle e produção nas fábricas recuperadas, em especial, a Zanón, visaram contrapor-se à saída cooperativista imposta pelo Kirchnerismo pelo qual passaram as fábricas ocupadas e recuperadas durante o levante popular de 2001. No período kirchnerista, passaram essas fábricas pelo processo político-jurídico de normatização e regulação, através de sua forma de organizar e de gerir cooperativas. Esse processo emergiu como saída para as ocupações de um dos símbolos da crise política e do levante popular de 2001. A cooperativização, como parte da política social do estado capitalista, faz a mediação do antagonismo entre capital e trabalho, para institucionalizar (controlar) o conflito social em que emergiu o fenômeno das fábricas recuperadas, colocando a cooperativização sob o controle estatal como alternativa para manter em um nível “razoavelmente estável” as contradições da lógica capitalista.

A recuperação de fábricas com o intuito de mantê-las em funcionamento pelos trabalhadores é parte do repertório das lutas de classes em que está imersa a Argentina neste Século XXI e de que participam os partidos trotskistas argentinos. Utilizando métodos assembleários, paralizações de ruas e independência ao governo, reivindicaram liberdade e democracia operária em conflitos de notável repercussão, como Zanón e Brukman, eventos como marcos para a esquerda classista em seus conflitos com o governo kirchnerista.

Importante ressaltar que, em 1931, no texto *Os conselhos de fábrica e o controle operário da produção*, Trotsky informava os obstáculos do controle operário sobre o fato de a produção ocorrer via conselhos de fábrica nos limites da legalidade burguesa. Os conselhos de fábrica só podem se converter em organismos de controle operário, com um objetivo revolucionário, partindo da premissa de uma pressão por parte das massas em que a dualidade de poder nas fábricas e no país esteja parcial ou totalmente estabelecida. As leis que regulam os conselhos de fábrica inibem as tentativas de transgressão. O que fazer então? Explorar esse espaço, ainda que limitado pelas leis e outras coerções, de forma revolucionária (burlando a lei, transgredindo-a). Ou seja, preparar a situação de convulsão revolucionária. Foi para esse caminho que a atuação dos partidos trotskistas argentinos apontou em ambiente kirchnerista.

A importância de recuperar o debate e as ações estratégicas para o ambiente sindical contribuiu para entender as orientações políticas das organizações e as características que elas assumem, em que a luta central do movimento operário combativo argentino foi contra o sindicalismo burocrático de tendência peronista. A diferença principal entre Zanón e Kraft Foods foi de que os militantes operários do PTS não só obtiveram a direção do corpo de delegados (comissão interna de fábrica) – como em Kraft Foods – como também o aprofundaram para controlar totalmente a empresa.

A inserção no movimento operário, como elemento estratégico, foi marcada por seu caráter antiburocrático, classista e de base, independente do governo e do patronato, com a finalidade de recuperar comissões internas (corpos de delegados) “pertencentes” à burocracia sindical e de combater a cooptação e o isolamento promovido pelo governo e pelo patronato como estratégia para conter a organização e a unidade dos trabalhadores materializados no sindicalismo burocrático de contenção ao sindicalismo combativo revolucionário. Subte, Kraft, Zanón e o SOECN são exemplos dessa estratégia classista que os trotskistas, em especial, o PTS, empregaram, procurando na dinâmica interna da fábrica, através das lutas e das experiências que os trabalhadores adquirem nas relações de trabalho e nas relações políticas, uma direção mais igualitária, plural e classista, expressa nas assembleias de base e

na rotatividade dos dirigentes, entre outros métodos de organização e ação para decisões coletivas.

É importante conquistar o corpo de delegados das fábricas e o Sindicato do Ramo. A disputa com a CTA pelo SOECN, por exemplo, teve um importante aspecto estratégico - a vitória na composição da comissão de delegados do referido sindicato proporcionou a delimitação do seu enfoque político para as lutas. Essa linha política é levada aos coordenadores setoriais e daí a cada trabalhador do setor. São os representantes sindicais os responsáveis por publicar e encampar a linha política através de declarações, conferências de imprensa, comunicados, constante interação com os sindicalizados e, sobretudo, as lutas dos trabalhadores contra o Governo, os patrões e a burocracia sindical. Isso produz um duplo efeito: alinha politicamente a fábrica – via sindicato – e marca o caráter da discussão no interior dela. A vitória de Godoy no SOECN apontou para uma linha política de caráter classista.

No período kirchnerista, o âmbito sindical foi marcado, em seu início, no governo Néstor, por melhoras no nível de emprego e de salários e na quantidade de acordos e de convênios negociados¹⁶⁷ (saltando de 380 em 2003 para 1699). A contradição é que, mesmo com as referidas¹⁶⁸ melhorias, permaneceram a precarização, os tercerizados e o trabalho informal, além da amplificação da quantidade de conflitos trabalhistas¹⁶⁹ (com ou sem paralizações das atividades dos trabalhadores), em âmbitos público e privado, que saltou de 348, em 2004, para 1206, em 2013. Essa caracterização é consentida pelo atual modelo sindical e suas representações, o qual traz problemas para a classe trabalhadora, como a

¹⁶⁷ DERT-SPTyEL-MTEySS

¹⁶⁸ A recuperação acelerada alcançou índices de desenvolvimento entre os mais altos do mundo nesse período,¹⁶⁸ como consequência da política econômica de desvalorização do peso em relação ao dólar, o que oportunizou uma taxa de câmbio favorável ao desenvolvimento de uma produção substitutiva de importações, sustentada com as exportações de bens primários encorajados por uma conjuntura internacional propícia para os produtos argentinos. Esses aspectos fortaleceram o mandato de Kirchner junto com uma parte do capital burguês e a opinião pública. Em períodos de crise, é comum que governos adotem medidas para desvalorizar sua moeda e aumentar a competitividade dos produtos da economia (esses produtos ficam em dólar mais baixos). O setor terciário correspondeu, no período kirchnerista, a 66% do PIB, o setor secundário, a 27%, e o primário, a 7% (CASTILLO, 2011). Outro fator importante na economia foi a questão da dívida pública¹⁶⁸. Em 2003, quando Néstor Kirchner assumiu a presidência, a dívida pública nacional representava 138% do PIB do país, e em 2013, 45%. Quanto à dívida externa,¹⁶⁸ caiu de 155 bilhões de dólares, em 2002, para 141,1 bilhões de dólares, em 2013. A produção industrial e o nível de emprego são importantes parâmetros para se entender se a economia apresentou crescimento. A primeira¹⁶⁸ (inclui mineração, indústria e construção), entre 2003 e 2012, expandiu-se em um ritmo anual médio de 9%, por exemplo, a indústria automotiva¹⁶⁸ cresceu em média anual de 15% em igual período, usando como critério a quantidade de unidades de veículos produzidos. O nível¹⁶⁸ de empregos na indústria foi de 3,5% dos contratados no período kirchnerista. Entre 2003 e 2013, os postos de trabalho registrados na indústria cresceram, em média 3%, com 766.000 trabalhadores industriais em 2003, e saltou para 1.240.000 trabalhadores em 2013, ou seja, um crescimento de quase 60% nesse período. Quanto à taxa de desemprego geral, foi de 9% em média, em 2002, estava em 21,5%, e em 2013, caiu para 7,5%.

¹⁶⁹ <<http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/ConLab/informesa.asp>>.

desarticulação entre a consciência e a identidade de classe, a descrença na solidariedade de classes e nos interesses comuns e o fortalecimento de lutas econômico-sindiciais corporativas focalizadas, entre outros aspectos. Nessa esteira, a revitalização das comissões internas e dos corpos de delegados, como organismos fundamentais de organização e combatividade operária, voltou a conduzir para o centro da discussão o lugar de trabalho como núcleo da resistência dos trabalhadores ao governo e ao capital.

Quanto à experiência eleitoral dos partidos, divide-se entre antes e depois da Frente de Izquierda e de los trabajadores (FIT). Antes da FIT, nos respectivos processos eleitorais, a esquerda trotskista, aqui representada pelo PTS, pelo PO e pelo IS, obteve diminuto apoio eleitoral na Argentina, com eleições que sequer chegavam a fazer 1% dos votos. Outra característica era a falta de unidade na formação de coligações que dificilmente se coligavam entre si. Essas divergências, geralmente, eram de razão programática. Nesse período eleitoral, os partidos que posteriormente iriam compor a FIT privilegiaram candidaturas avulsas e/ou casualmente coligadas (casos do PTS e da IS em 2007 e 2009) e não lograram fazer nenhum parlamentar em nível nacional e provincial, tampouco em cargos executivos.

A FIT 2011 tinha como objetivo principal superar a cláusula de barreira que, no ano de 2009, foi criada pelo Congresso Nacional Argentino com a denominação de Ley de Democratización de la Representación Política, la Transparencia e la Equidad Electoral (nº 26571), que inclui um sistema de eleições primárias abertas, simultâneas e obrigatórias (PASO) e estabelece a modificação das regras eleitorais vigentes, objetivando diminuir o número de partidos na disputa eleitoral com eleições primárias que serviam como cláusula de barreira e como um limitante jurídico-institucional a participação política dos partidos com baixo número de eleitores, com argumentos do governo de otimizar a representação política e o fortalecimento institucional dos partidos.

Entendemos que as regras institucionais do jogo político são produtos de determinada correlação de forças de dada conjuntura, que pode atender aos interesses do grupo político que as promove e que ocupa posição de poder para conseguir realizá-las. Nesse caso, a supramencionada lei objetivava, em 2009, fortalecer as posições de poder interno do kirchnerismo, no interior do PJ, evitar a sangria das derrotas eleitorais no pleito de 2009, produto do enfraquecimento do governo fruto da crise econômica mundial de 2008, e eliminar competidores externos, em especial, os partidos situados à esquerda e centro-esquerda do governo.

A formulação do programa político e governamental da FIT foi declaradamente classista, anti-imperialista e socialista e se propôs a realizar o programa de transição para

atender às reivindicações dos trabalhadores (salário mínimo, fim das terceirizações, estatização e nacionalização de empresas e recursos naturais sem indenizações e com administração dos trabalhadores) e a defender democraticamente o direito de participar das eleições aliado a um conteúdo político classista de denúncia do governo kirchnerista e do regime político existente.

Os resultados eleitorais e políticos chegaram, primeiro, em âmbitos provinciais, e a FIT logrou sucesso para os cargos legislativos provinciais, elegeu deputados em Neuquén e assumiu um mandato parlamentar provincial em Córdoba, onde obteve 24.627 votos (1,40%). Em Neuquén, a lista apresentada para deputados provincianos conseguiu 3,6% dos votos e logrou um representante, que compartilhou revezou o mandato com Alejandro López e Raul Godoy, do PTS, Gabriella Suppich, do PO, e Angélica Lagunas, da IS. Além da rotatividade entre os membros da FIT do mandato, outro aspecto que diferencia essa atuação da FIT dos outros partidos é que o salário do deputado é equivalente ao que ganha um docente, e o restante é designado para um fundo de greve para atender aos trabalhadores que estão em luta. Além disso, as decisões políticas de que participam os parlamentares da FIT, na esfera decisória institucional, é deliberada por assembleia.

A tática da FIT caracterizou-se por candidatos orgânicos da classe trabalhadora, do Movimento Estudantil e dos movimentos sociais (mulheres, diversidade sexual) para corroborar os discursos e as declarações do manifesto e do programa da Frente de Esquerda e defender as liberdades democráticas e a transformação social. Essa tática era aliada à conscientização classista e socialista para os trabalhadores e as massas canalizando seu descontentamento e semeando a possibilidade de concretizar as ideias que defendiam.

A explicação do resultado eleitoral obtido pela FIT 2011 está na conformação de uma frente classista, pois, em 2009, concorrendo separadamente, debilitou o impacto político e eleitoral com a possibilidade de obter cadeiras no Poder Legislativo em meio à crise econômica internacional. Um segundo aspecto importante foi o eleitorado que apoiou a FIT, composto dos setores avançados dos movimentos trabalhistas e estudantis, como os militantes de Subte, Kraft e Zanón, espaços onde o PTS tem lideranças, e a participação do PO e do IS é reconhecida. Refutam o voto de protesto que lhes foi colocado por parte da mídia. As eleições revelaram que as candidaturas de PO, PTS e IS se dispuseram a divulgar as ideias socialistas. A postura dessas organizações internalizadas nas propostas de governo e no discurso de suas lideranças privilegiou o forte embate contra o kirchnerismo do Partido Justicialista (PJ) e obteve o reconhecimento popular da identificação dos partidos que compõem a FIT com as lutas dos trabalhadores e das massas, que inviabilizaram, segundo seus dirigentes, a tentativa

de explicar a votação da FIT como mero voto de protesto, despojado do seu conteúdo e da identificação com as ideias classistas e socialistas, ou seja, a política eleitoral foi utilizada como instrumento de propaganda socialista e recrutamento revolucionário.

As contradições do modelo econômico, as divisões no interior do peronismo e a tendência ao esgotamento político dos governos que se apresentaram como progressistas na América Latina, entre eles, o Kirchnerismo, levaram a cenários políticos instáveis, que proporcionaram a ascensão de um voto mais classista que premiou a FIT. O voto recebido expressou o descontentamento com o governo kirchnerista, através do voto consciente pela esquerda, e refutou a perspectiva de um simples voto de protesto, despojado de crítica e de consciência política, que veio como reconhecimento e resposta positiva à presença constante dos partidos e das lideranças militantes da FIT presentes nas lutas políticas e sociais nos últimos anos, como, por exemplo, o lançamento das dezenas de listas em sindicatos como alternativa para o sindicalismo burocrático, alinhado ao governo de matriz peronista. A FIT ressalta sua vinculação orgânica com os trabalhadores e os estudantes, suas lutas e representação política. Outra importante explicação sobre a FIT para a composição de seu eleitorado é a maturidade com que o eleitorado anticapitalista, classista e socialista se identifica com a FIT e vem aderindo ao programa, ampliando sua base eleitoral e extraeleitoral.

Desse modo, a utilização do campo político institucional tem valor tático, por articular a unidade entre a participação eleitoral com ocupação dos postos parlamentares e a organização revolucionária das massas operárias e populares. A participação nos processos eleitoral e parlamentar tem aspecto tático de conscientização das classes sobre os limites da democracia burguesa e as prepara para as mobilizações extraparlamentares. A esfera política é considerada como um dos principais instrumentos de que dispõe a classe trabalhadora para enfrentar a exploração e a opressão do capital, já que a arena política tem visibilidade privilegiada em relação às demais na disputa pelo poder e contra o Estado. A conhecida premissa do pensamento marxista dá a ideia de um fazer político que não é independente do Estado, mas que diferente dele, cujo propósito é de evitar que a participação institucional seja mera mediação da domesticação dos partidos classistas à ordem política institucional.

Nesse contexto, a esquerda classista argentina se propôs a resgatar o papel histórico de partido revolucionário no movimento de massas e disputou sua hegemonia política e ideológica, com a participação no processo eleitoral para confrontar o kirchnerismo e ganhar posições nos espaços sindicais.

A FIT desenvolveu suas ações procurando constituir-se como referência política para essa possibilidade, ou seja, dar aos trabalhadores uma direção política adequada, por meio de uma agitação sistemática e regular, para que a luta reivindicativa se transformasse em luta política, que é a única que assegura a vitória da classe operária sobre o capital, a agitação política sistemática e regular deve alcançar todas as classes afetadas pela crise capitalista e concentrar-se nas fábricas para formar uma vanguarda operária poderosa, com capacidade para ganhar as massas. Foi com essa perspectiva que as ações da FIT se desenvolveram.

Os partidos podem se pautar na lógica da competição eleitoral ou na de representação das bases. Os partidos trotskistas argentinos em estudo guiam-se mais pela lógica da representação das bases. Entretanto, não se trata de duas categorias absolutas, porquanto existe um continuum entre elas. Por isso entendemos que são exemplos da expansão do sindicalismo de base, para ocupar espaços na institucionalidade eleitoral e parlamentar com a FIT, os mandatos de Alejandro López, Raul Godoy (PTS), Angélica Lagunas (IS) e Gabriela Supicich (PO), oriundos do sindicalismo de base e representantes orgânicos da classe trabalhadora, com suas candidaturas legislativas parlamentares em Neuquén, na perspectiva de conseguir um mandato provincial, assim como Hernán “Bocha” Puddú, que foi o primeiro candidato a deputado nacional por Córdoba e que, agora, trabalha como acessor da bancada da FIT na legislatura provincial, e Claudio Dellecarbonara, candidato a deputado na capital. Esses são alguns dos exemplos de militantes orgânicos da classe trabalhadora que encamparam as candidaturas classistas e socialistas sob a bandeira da FIT nesse período.

A defesa da ação direta, como resistência política e contra a ação predominantemente institucional, teve, ao constituir uma práxis revolucionária, localizada para além da esfera institucional (o parlamento e as eleições), a tentativa de combater a domesticação dos eventos transformadores. Os movimentos de trabalhadores aguerridos das fábricas ocupadas e do sindicalismo de base e os movimentos populares, com a participação dos partidos trotskistas, não se cooptaram à ordem estatal dirigida pelo Kirchnerismo. Os movimentos são importantes alicerces do sucesso político que obteve a FIT. Exemplos disso foram a expressiva votação em nível nacional (com a superação da cláusula de barreira nas eleições primárias e a manutenção percentual da votação nas eleições gerais) e toda a repercussão pública da política em torno das diretrizes da FIT. Além desses importantes pontos, destacamos que a conquista de mandatos legislativos privilegiou candidatos orgânicos da classe trabalhadora e oriundos das lutas diretas em que os trotskistas estiveram imersos, como nas eleições provinciais de Neuquén, com a denominação de *Izquierda para una Opción Socialista*, em que obteve êxito,

ao conseguir fazer um parlamentar provincial, Raul Godoy¹⁷⁰, militante destacado da Fábrica Recuperada de Zanón e que fora claramente impulsionado para a representação parlamentar pelos trabalhadores de Zanón e sua força política em Neuquén. O ótimo desempenho da FIT, com mandatos no Congresso Nacional, aspecto inédito entre os partidos trotskistas argentinos, e a ampliação do número de mandatos da FIT corroboram a perspectiva de impulso das lutas eleitorais as lutas diretas.

Importante explicar que a manutenção da estratégia política-eleitoral de caráter marxista-leninista, que lhes acarreta também o ônus pragmático-eleitoral em ambiente de eleição para o Poder Executivo, não tem impacto relevante sobre os partidos. Sucessivas derrotas eleitorais para o Poder Executivo não alteram o programa político nem a tática de utilização da arena eleitoral para divulgar ideias revolucionárias socialistas, tampouco substituem as alianças pouco eficazes, do ponto de vista eleitoral, por parte dos partidos trotskistas argentinos, o que demonstra uma fidelidade político-ideológica às teses de caráter marxista sobre a participação de partidos revolucionários no processo eleitoral da democracia representativa. A perspectiva das eleições, para os partidos que compuseram a Frente de Esquerda, é vista como importante por servir de ponto de apoio às lutas diretas.

As estratégias partidárias tomadas por essas organizações (a independência de classe é a principal delas), que buscam igualar o alcance dos seus objetivos ideológicos e políticos à importância deles em ambiente eleitoral são insuficientes para obter tal êxito em alguns espaços, como a eleição para a Presidência da República e para o Senado. Isso quer dizer que a estratégia eleitoral dos partidos de identificação com o eleitorado é parcial, pois ele está pouco inserido nos debates de classe e com forte antipatia pelas discussões políticas. Sob esse enfoque, a posição social classista dos indivíduos não seria um incentivo para o eleitor votar massivamente de forma a valorizar a identificação ideológica e programática com alguma dessas agremiações partidárias em níveis satisfatórios para elevar as chances de esses partidos conquistarem as eleições.

Assim, entendemos que a perspectiva das eleições para os partidos que compuseram a Frente de Esquerda é importante por servir de ponto de apoio às lutas diretas, que alavancaram a “ascensão eleitoral” em 2011 e 2013.

A eleição histórica das forças trotskistas argentinas reunidas em 2011 e 2013 foi a expressão da emergência de uma corrente política que saiu dos âmbitos provinciais e passou a ter alcance nacional. O apoio eleitoral que adveio foi, fundamentalmente, de setores

¹⁷⁰ Revezou seu mandato com Alejandro López, Angélica Lagunas e Gabriela Suppicich, suplentes parlamentares membros da FIT.

trabalhistas e estudantis combativos, com acentuada participação nas lutas políticas extrainstitucionais, como a luta dos precarizados de Ferrocarril (onde ocorreu o assassinato do líder dos trabalhadores tercerizados e militante do Partido Obrero (PO), Mariano Ferreyra), e as lutas de Subte, Kraft e Zanón, com participação destacada do PTS. Também entendemos que o voto “de bronca” dado à FIT não só representa um descontentamento político de setores de esquerda, dos trabalhadores e das massas não revolucionários com o kirchnerismo, como também está contida a identificação, ainda que tímida, desses setores com um programa anticapitalista e de independência de classe.

A luta central do movimento operário combativo argentino foi contra o sindicalismo burocrático de tendência peronista, através da mobilização, da organização, das ações e da formação de quadros do sindicalismo de base que atuaram para além das fronteiras de sua fábrica ou grêmio sindical.

Segundo Trotsky (1930, p.2), “a situação revolucionária somente existe quando as condições econômicas e sociais que permitem a revolução provocam mudanças bruscas na consciência da sociedade e de suas diferentes classes”. A mudança a que o pensador marxista se refere é a de mentalidade das classes sociais no capitalismo – burguesia, classe média e proletariado – que transformará também a estrutura social em sua totalidade. Essa mudança de mentalidade acontece, segundo Trotsky (1931), com o aumento da intensidade dos sentimentos revolucionários das massas (critério de maturidade da situação revolucionária), que ocorre com a tomada de consciência de classe – exploração e opressão – oriunda de ações políticas do proletariado. Posterior à etapa de consciência de classe e à ação política organizada pelo proletariado, Trotsky (1931) ressalta que é preciso mudar a mentalidade também nas outras classes, para que ocorra o sucesso da revolução. As ideias e os sentimentos políticos da classe média devem convergir, em grande medida, com o proletariado, na perspectiva de que haja uma mudança radical da sociedade (e não, uma mudança contrarrevolucionária, fascista), assim como a burguesia deve transformar sua mentalidade, pois a inerente ameaça revolucionária deve acarretar, no interior da classe dominante burguesa, seu fracionamento e, conseqüentemente, sua desintegração.

Ressalva Trotsky (1931) sobre a assimetria que as condições de uma situação revolucionária se desenvolvem, principalmente, quanto às irregulares condições políticas. Foca, especificamente, a maturação vagarosa do Partido Revolucionário do Proletário e como essa condição compromete o desenvolvimento das condições objetivas de manifestação de situação revolucionária, apesar de não impedi-la. Como o partido revolucionário do proletariado é responsável pela luta e pela organização política dos trabalhadores, o atraso do

seu desenvolvimento acaba atrasando suas condições políticas. Porém, como já ressaltamos, atrasa, mas não impede. Trotsky (1931) lembra o exemplo da Alemanha de 1923 e refere que pode ocorrer uma situação revolucionária sem o amadurecimento do partido revolucionário do proletariado. De todo modo, as tarefas internas realizadas ou que se propõem a realizar os partidos de caráter classista e revolucionário não resolvem sem uma luta revolucionária simultânea contra o imperialismo.

Ao analisar a conjuntura política argentina, entendemos que houve movimentações dentro do aparato institucional, por exemplo, mudanças legalistas e na organização dos três poderes dentro do sistema presidencialista, no sistema eleitoral e partidário e mudanças fundamentais nas lutas trabalhistas e sindicais. Essas são questões institucionais que se referem aos fenômenos que ocorrem na superestrutura jurídico-política da conjuntura kirchnerista.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Kirchnerismo, como produto da crise de autoridade pela qual passaram as instituições políticas burguesas no início do Século XXI, foi um momento histórico excepcional, quando as massas e seus representantes políticos tradicionais “romperam” o pacto social, e o regime político e suas instituições perderam credibilidade e poder. Na Argentina, essa crise de autoridade recebeu algumas denominações: jornadas de dezembro, crise de 2001, “que se vayan todos” e argentinazo foram algumas delas.

A restauração do poder político – suas instituições e normas – da classe burguesa em torno do Kirchnerismo visou reverter a crise desencadeada em 2001, para frear o momento favorável às massas, em que o Estado, a partir de uma nova configuração governamental, não atrelada diretamente ao bloco responsabilizado pela crise de autoridade de 2001, emergiu para restaurar a autoridade estatal por meio de conciliações entre classes e frações de classe.

A recuperação econômica foi essencial para o processo de restauração capitalista iniciado em 2003. Os alicerces dessa recuperação econômica foram a desvalorização do peso, que recuperou, em parte, o poder de compra dos argentinos, e o crescimento internacional, que favoreceu, especialmente, as matérias-primas que exportou o país. Na política, as alianças com Duhalde, a política de transversalidade e o aparato do PJ auxiliaram o Kirchnerismo a manter o poder na esfera institucional. No campo popular, o retorno das negociações coletivas e a política de direitos humanos foram algumas das ações que beneficiaram o Kirchnerismo diante da classe média e dos setores populares.

Foi contra essa força política, acima descrita, caracterizada, na maior parte do período kirchnerista (antes do início do seu enfraquecimento em 2009), que os partidos trotskistas argentinos lutaram. Segundo os partidos trotskistas argentinos, não há perspectivas de transformação para a classe trabalhadora no governo kirchnerista, porque o sucesso das alianças entre ela e a burguesia, com vistas à construção de um governo que pudesse desencadear um processo de pleno desenvolvimento social, com boa qualidade de vida e bem-estar, com amplo acesso dos trabalhadores aos bens e aos serviços essenciais à vida, não existiu desde o seu início. Os governos Kirchner e a CGT não só aprofundaram seu papel conciliador como também se transformaram em uma correia de transmissão dos interesses do patronato. Durante o período aliado ao governo (2004-2011), a CGT serviu como braço sindical para as políticas governamentais de Kirchner e respaldou suas ações (no âmbito trabalhista e nopolítico) e configurou-se como uma central burocrática, conciliadora e sem qualquer possibilidade de desempenhar um papel progressista na luta de classes.

A Argentina, em um período kirchnerista, econômica e politicamente, manteve a dependência do Imperialismo e continuou com seu caráter semicolonial, caracterizado por ser um país exportador de matérias-primas, dependente de capital externo refletido nos pactos e nos compromissos políticos e econômicos firmados ao longo desse período. O Kirchnerismo tentou superar a crise do neoliberalismo, cujo ápice foi em 2001, e surgiu como um grupo político no interior do peronismo de matriz nacionalista burguesa, que se apoiou nos trabalhadores e no campo popular para governar em benefício da burguesia industrial e da agrícola e da burocracia estatal.

A oportunidade histórica aberta pela crise política de 2001 não foi aproveitada devidamente pelos partidos em questão. A omissão da classe operária e suas representações políticas pouco efetivas na década de 1990, em âmbito sindical e partidário, devido ao desmonte que sofreram nesse período, podem ser colocadas como parte das explicações que conduziram a Argentina a sair da crise “por cima”, e não, pela esquerda. Trotsky já afirmava que, quando as condições objetivas e políticas estão dadas e não ocorre o desencadeamento do processo de revolução - a direção revolucionária da classe trabalhadora - o partido do proletariado fica responsável por não desenvolver por completo algumas das condições subjetivas (consciência de classe, quadros revolucionários) necessárias à revolução, o que culmina em um período de refluxo.

Os partidos tiveram divergências quanto à análise da crise de 2001, e o PTS avaliou que a classe trabalhadora argentina chegou à crise de 2001, depois de décadas de ofensiva neoliberal, quando perdeu importantes conquistas sociais, cuja ausência de uma classe trabalhadora revolucionária e a ausência de sua representação política - o partido revolucionário - aleijados por conta do processo de desmonte no campo trabalhista feito no menemismo, fizeram com que, equivocadamente, o Movimento Piquetero fosse tratado como um novo sujeito histórico revolucionário e substituísse o proletariado. As ideias e as ações autonomistas do Movimento Piqueteiro foram sobrevalorizadas para o PTS. Já o PO divergiu do PTS quanto ao papel do Movimento Piquetero, que, com a criação da classe operária e das massas exploradas argentinas nas últimas décadas, foi o único movimento que conseguiu mobilizar a atenção e impactar as forças governistas durante os anos 1990 e na crise de 2001. Dessa forma, deveria pensar no Movimento Piquetero como organizador da classe operária (empregada e desempregada) e das massas.

Até a saída “por cima” para a crise de 2001 deixou lições, e o Movimento Piquetero, as assembleias de bairros e as ocupações de fábrica apresentaram-se como uma novidade no âmbito das ações coletivas, principalmente no tocante às suas formas de lutar com a

mobilização e a solidariedade de classes sociais que produziu, proporcionando um caminho para os trabalhadores se organizarem para resistir, política e socialmente, ao Estado e ao mercado, que permaneceram em graus diferentes no período kirchnerista.

Na Argentina, existem vários grupos de tradição trotskista, entre eles, escolhemos o Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS), o Partido Obrero (PO) e a Izquierda Socialista (IS), por serem os que tiveram mais influência na organização e nas lutas dos trabalhadores no período kirchnerista. O PTS, com protagonismo nas lutas das fábricas recuperadas, em especial, Zanón, e no sindicalismo de base, em que muitos dos quadros do partido são lideranças em setores trabalhistas; o PO, com certa influência do Movimento Piquetero, através do Polo Obrero; e a IS, que é forte no setor ferroviário, com dirigentes como Rúben Pollo Sobrero.

Na Argentina, o PTS, o PO e a IS defenderam a postura de partido de combate, presente nas lutas da classe operária e dos setores populares que reivindicam o método da ação direta com a mobilização das massas nos locais de trabalho, nas escolas, nas universidades, nos sindicatos e nos diferentes movimentos sociais, em detrimento da ação parlamentar, como o centro de sua atividade. Esses partidos políticos buscaram ser expressão da classe trabalhadora e procuraram ter um vínculo com as estruturas da sociedade, na perspectiva de que as ideologias a expressem. As bases sociais perseguidas pela esquerda classista para apoiar sua ideologia político-social para a militância extraeleitoral e para compor os quadros partidários são: assalariados do campo e da cidade, camponeses pobres e/ou de média renda, movimento estudantil e, principalmente, os trabalhadores e operários da indústria e do setor de serviços. A ampliação das bases sociais para os trabalhadores desempregados e para as massas é tema recorrente em diversas de suas publicações, que citam sempre o conjunto dos trabalhadores excluídos do modo de produção capitalista como também pertencentes à luta política.

Quando falamos do campo eleitoral como apoio ao campo sindical na luta pela mobilização, pela organização e pelo desenvolvimento das atividades revolucionárias dos partidos em análise, não estamos afirmando que eles promoveram a supervalorização dos sindicatos em detrimento dos partidos¹⁷¹, mas que a utilização do espaço eleitoral – por todos os seus limites e alcances – teve papel de apoio ao desenvolvimento das ações do campo sindical, ainda que esse ambiente também tenha suas restrições, já discutidas aqui, as quais foram valorizadas pelos partidos quanto ao seu potencial estratégico. É o espaço sindical e o

¹⁷¹ Ler a crítica de Trotsky a Louzon – sindicalista revolucionário e membro do Partido Comunista Francês – em *Uma explicação necessária aos sindicalistas comunistas*, publicado, originalmente, em 1923.

poder que a luta nesse espaço tem para se transformar em luta política que foi valorizado pelos partidos.

O campo eleitoral No regime político-democrático burguês, o campo eleitoral é um obstáculo para qualquer perspectiva de vitória eleitoral dos partidos trotskistas. Contingências externas, como seu sistema jurídico, o processo eleitoral e o eleitorado, mostraram-se como entraves para os partidos trotskistas. O outro obstáculo é de natureza interna aos partidos trotskistas e atrelado invariavelmente a sua origem e à manutenção de suas diretrizes políticas (socialista, comunista de caráter marxista), através da sua organização interna, o que demonstra a dificuldade dos partidos que detêm essas características de disputar as eleições com partidos eleitorais de massa mais flexíveis à atuação nesse espaço.

Essa postura dos partidos trotskistas argentinos pode ser medida pelo pouco impacto que esse número de votos (a dimensão eleitoral) tem sobre a organização, ou seja, não há mudança na postura política desses partidos: sua plataforma política continua substancialmente a mesma durante todo período kirchnerista; não houve a relativização de seus discursos e manifestos políticos que são publicizados objetivando ganhar maiores parcelas do eleitorado com discursos moderados nem mudanças nas estratégias eleitorais que pudessem produzir mais ganhos eleitorais, como abertura a coligações, união com a coalizão de governo e alterações pontuais em aspectos de sua linha ideológica.

A disputa política que o campo da esquerda classista trava com o Kirchnerismo não deve ser pensada nos limites políticos de conquistas eleitorais, cargos eletivos, número de eleitores e número de parlamentares. Deve-se entender que esses partidos pensam a política para além da perspectiva teleológica de obter o poder e de conservá-lo. Eles defendem uma ação política mais ampla, que procura romper com os limites da lógica institucional-eleitoral, e desenvolver uma estratégia revolucionária articulada com a defesa do conjunto das reformas democrático-populares e a luta pelo socialismo.

Dito isso, entendemos que, no atual contexto democrático eleitoral-institucionalista, em que esses partidos estão imersos, sobram poucos espaços para o sucesso eleitoral deles. Podemos perceber que a não adaptação ou flexão de alguns princípios acarreta limitações e insucessos na arena eleitoral porque esses partidos não estão fazendo o jogo político que lhes poderia trazer apoio, como o fazem as agremiações de centro-esquerda, por exemplo. Isso corrobora nosso entendimento de que os partidos trotskistas argentinos utilizaram os processos eleitorais para divulgar seus ideais, endereçados objetivamente aos espaços não eleitorais, em especial, o sindical.

Nessa perspectiva, a alternativa socialista aparece como o objetivo maior a ser alcançado e como o norte balizador de todas as ações e iniciativas transformadoras. Entendemos que, dessa forma, a revolução socialista é um processo complexo e de longo prazo, que envolve múltiplas formas e instrumentos de luta. Para que esse objetivo se viabilize, será necessária a união de todas as forças que identifiquem no capitalismo e no imperialismo as causas do quadro excludente atual e os inimigos centrais a serem derrotados. Para isso, Trotsky ressalta a importância da frente-única, forjada na necessidade de unificar os trabalhadores e exigir de suas direções uma ação comum para combater os ataques sofridos pela classe trabalhadora. A política dos revolucionários deve buscar a mais ampla frente-única com todos os setores de trabalhadores. Esse aspecto estratégico é buscado pelos partidos que formam a frente de esquerda, ainda que não tenham obtido êxito.

Falamos, ao longo da escritura da tese, sobre a defesa e a elaboração das tarefas revolucionárias que esses partidos buscam desempenhar. Tomando como referência algumas das tarefas do partido revolucionário do proletariado, em diversos escritos de Trotsky, questionamos quais foram as realizadas pelos partidos trotskistas argentinos, circunscritas às delimitações de nossa pesquisa, e destacamos algumas.

A independência política dos partidos foi uma das tarefas feitas pelos três partidos. No âmbito eleitoral, rejeitaram qualquer coligação com partidos que não tivessem independência política com o Governo ou que não tivessem como horizonte a defesa da classe trabalhadora e o norte do socialismo. No sindicalismo, os embates foram com a burocracia sindical, comprometida com a estratégia de conciliar classes. As lutas pelas fábricas recuperadas e o sindicalismo de base foram expressões de uma oposição contínua e sistemática durante o período kirchnerista, nos âmbitos das centrais sindicais, dos sindicatos, por ramo de atividades, e no local de trabalho, com a construção de comitês de fábrica que fizeram os partidos trotskistas para conscientizar e formar os trabalhadores e obter sua representação no espaço sindical. Seguindo o *Programa de Transição*, os partidos trotskistas, em especial, o PTS, apoiaram as ocupações de fábricas pelos operários e participaram delas, o que não deixava claro quem seria o dono da fábrica: o capitalista ou os operários. Também reconheceram que era preciso trabalhar nas organizações proletárias de massas, sobretudo em sindicatos reformistas para fazer oposição através do sindicalismo de base.

O desenvolvimento do programa revolucionário - A construção e a defesa de um programa revolucionário para edificar um período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização não ficaram apenas no discurso, porquanto o desenvolvimento de pontos contidos no programa de transição foi levado ao seu exercício, por meio das diferentes lutas

de que a esquerda trotskista argentina participou, objetivando conscientizar e apoiar as lutas do operariado e das massas em seu cotidiano, em que os partidos trotskistas se empenharam em construir vínculos entre as reivindicações específicas desses grupos com o desenvolvimento de um programa revolucionário socialista e o deslocamento das lutas de âmbito econômico para o âmbito político. Assim, a participação orgânica de membros dos partidos nas lutas sindicais e dos movimentos sociais também visava conscientizar os trabalhadores de que as reivindicações que eles perseguiram deveriam conciliar-se com a construção de uma verdadeira independência de classe que rejeitava o capitalismo imperialista, suas instituições, normas e valores.

O desenvolvimento de uma política de frente única para as organizações operárias de massas tanto sindicais quanto políticas, em parte, foi posto em vigor pelos partidos. A Frente única operária é pensada para agir em espaço não eleitoral, como colocado parcialmente pelos partidos em sua atuação, também parcialmente conjunta na arena sindical, como demonstrado em alguns episódios políticos neste trabalho. Por isso ressaltamos que a FIT não se constituiu numa frente única, ainda que tenha sido conformada por partidos classistas, mas como um polo político-programático, que objetivava a independência de classe para as correntes que a compunham, pois a frente eleitoral serve para propagar e difundir as ideias e o programa para as massas.

A esquerda trotskista reafirmou o significado coletivo das candidaturas e dos possíveis mandatos e denunciou as dificuldades que as condições desiguais da democracia burguesa impõem e a necessidade de o PTS, o PO e a IS se valerem do processo eleitoral para divulgar a linha política e contribuir para que as organizações se popularizassem. Percebemos, portanto, que não romperam com as diretrizes do passado que as inspiravam e continuavam atribuindo à luta eleitoral-parlamentar um papel significativo em seu programa, apesar de não ser um aspecto central ou prioritário entre os elementos fundamentais que compõem a estratégia revolucionária desses partidos. Assim, parte da atual tarefa a que se designam esses partidos está no dever de fincar posicionamento marxista e socialista no Kirchnerismo de matriz peronista, um adversário que buscou isolar essa perspectiva política diante de seu projeto político nacional-popular e conciliador.

REFERÊNCIAS

AIZICZON, Fernando. Expropiar Zanón. **Revista Herramienta**, Buenos Aires, n. 42, out. 2009. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-42/expropiar-zanon>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ALTAMIRA, Jorge. **Los desafíos de una transición histórica**. Buenos Aires, 2014. Disponível em: <<http://www.po.org.ar/uploads/libros/pdf/1.pdf>>. Acesso em 21 de agosto de 2015.

_____. **El ascenso de la izquierda**: em el marco de la bancarrota capitalista. 1ª edición. Buenos Aires: Rumbos, 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

BARRET, Patrick; CHAVEZ, Daniel; GARAVITO, César A. Rodríguez (eds.). **La nueva izquierda en América Latina**: sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Norma, 2005.

BENSAÏD, Daniel. **Trotskismos**. Tradução: Sérgio Vitorino. Lisboa: Edições Combate, 2008.

BIANCHI, Álvaro. Democracia e revolução no pensamento de Marx e Engels (1847- 1850). **Outubro**, São Paulo, n. 16, p.109-143, 2007.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1988.

BUKSTEIN, Gabriela. Tiempo de oportunidades: el movimiento piquetero y la democratización en la Argentina. In: **Innovación democrática en el sur**: participación y representación en Asia, África y América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708024402/09buk.pdf>>.

CAMBIASSO, Mariela. Organización sindical en el lugar de trabajo e izquierdas en la Argentina reciente: la Comisión Interna de Kraft-Mondelez (ex Terrabusi). **Trabajo y Sociedad**, Núm. 26, 2016.

CAMPIONE, Daniel; RAJLAND, Beatriz. 2006. Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante: novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos. In: G. Caetano (org.), *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: **CLACSO**. pp.297-330.

CASAS, Aldo. La clase trabajadora a diez años de la rebelión popular. **Revista Herramienta** n° 46, marzo de 2011. Disponible em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/la-clase-trabajadora-diez-anos-de-la-rebelion-popular>>.

CASTANEDA, Jorge. **Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. Tradução: Eric Nepomuceno. São Paulo: Editora Schwarcz, 1994.

CASTILLO, Christian. **La izquierda frente a la argentina kirchnerista**. 1ª Ed. Buenos Aires: Planeta, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Historia del trotskismo en Argentina y América Latina**. 1ª Ed. Buenos Aires: RyR, 2006.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. Tradução: Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

DUHALDE, Sérgio. Organización y acción en el sindicalismo de base en argentina un abordaje conceptual. **Revista de Sociologia e Política**, V. 21, n° 48: 161-177, dezembro de 2013.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FAJN, G. Coord. **Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad**. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos. 2003.

FIGARI, Carlos. Ocupar, resistir, producir y educar. Fábricas y empresas recuperadas en la Ciudad de Buenos Aires. **Labour Again Publications**. 2006.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. **O impacto da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. 2013.

FIT. **Declaración programática del frente de izquierda y de los trabajadores**, 2013. Disponible em: <<http://www.pts.org.ar/declaracion-programatica-del-frente-de-izquierda-y-de-los-trabajadores-2013>>.

FORD, Alberto. Variaciones y efectos del experimentalismo democrático. *Miríada: Investigación en Ciencias Sociales*, 2 (3), 153-174. 2009.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GALASSO, Norberto. **De Perón a Kirchner: apuntes sobre la historia del peronismo**. 1ª Ed. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2011.

GALLEGOS, Franklin Ramírez. Mucho más que dos izquierdas. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 205, p.30-44, set/out. 2006.

GALLO, Ariadna. Partidos de izquierda y regulación estatal sobre la vida partidista: análisis del impacto de las nuevas normativas electorales en Argentina. 2014. **V Congreso Uruguayo de Ciencia Política**. Disponible em: <http://aucip.org.uy/docs/v_congreso/articulospresentadosenvcongresoaucip/at16-partidoseleccionescomportamientoelectoral/ariadnagallos_partidosdeizquierda.pdf>.

GALVÃO, Andréia. O neoliberalismo na perspectiva marxista. *Crítica Marxista*, 1. ed. São Paulo, n. 27, p.149-156, 2008.

GARRETÓN, Manuel António. Modelos y liderazgos en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 205, p.102-113, set/out. 2006.

GIARETTO, Mariana. Cooperativización: algunas aproximaciones a las relaciones actuales entre Estado capitalista y sectores subalternos. *Herramienta 10*, Diciembre de 2011. Disponible em: <<http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-10/cooperativizacion-algunas-aproximaciones-las-relaciones-actuales-entre-estado-cap>>.

HARVEY, David. El 'nuevo' imperialismo: acumulación por desposesión, *socialist register*, Gales, vol. 40, p.99-129, 2004.

HAYEK, Friedrich A. von. **O caminho da servidão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1987.

HERNÁNDEZ, Mario. **El movimiento de autogestión obrera en Argentina. Empresas recuperadas y movimientos de trabajadores desocupados.** Cap.1. Movimiento de ocupación fabril y autogestión obrera en Argentina. Buenos Aires. Topia Editorial. 2012.

HOBSBAWN, Eric J. Era dos extremos: o breve Século XX: 1914 – 1991; tradução Marcos Santarrita; **Revisão técnica Maria Célia Paoli.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **Imperialismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

IS. Um triunfo de la unidad de la izquierda. **El Socialista**, nº 200, 17 de agosto de 2011.

_____. Córdoba: sigue la pelea para que se abran las urnas - ¡Defendamos la banca de Liliana Olivero y el FIT!. **El Socialista**, 2013, p.3-4.

JACYN; FERRERO, Cláudia; ALTAMIRA, Jorge *et al.* **Mariano Ferreyra: el diario del juicio.** Compilado por Jacyn; con prólogo de Jorge Altamira. -1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Rumbos, 2013.

KINZO, Maria D’Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.7, 2005.

LANZARO, Jorge. La socialdemocracia criolla. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 3, p.1-23, Mar. 2009. Disponível em: <http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/60_analises_AC_n_03_mar_09.pdf>.

LARKER, José Miguel. Piqueteros: nuevos protagonistas en la sociedad Argentina, **FHUC-UNL**, Santa Fe, 2009.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer?**. Tradução: Editora de Humanismo. São Paulo: Editora Hucitec. 1978.

_____. **Esquerdismo: doença infantil do comunismo.** Fonte da transcrição: 5ª Edição Global Editora, Brasil. Transcrição para Web: o “vermelho”. HTML por José Braz para os Marxist Internet Archive, 1920. Disponível em: <[HTTP://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm](http://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm) >.

_____. **Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução (1979).**

LESSA, Sérgio. Política, partido, representação e sufrágio: a polêmica entre Alain Badiou e Ronald Rocha. Resenha de: GARCIA, Célio (org.). **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, vol. 1, n. 3, 1996, p.169-170, 1995. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha24Resenha7.pdf>.

LISZT, Gabriela. Historia y balance del MAS Argentino. **CEIP León Trotsky**, 2006. Disponível em: <[HTTP:// http://www.ceipleontrotsky.org/Historia-y-balance-del-MAS-Argentino-Parte-I](http://www.ceipleontrotsky.org/Historia-y-balance-del-MAS-Argentino-Parte-I)>.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora ALFA-OMEGA, vol. 1. 1990.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; 1982.

MIRES, Fernando. Socialismo nacional *versus* democracia social: una breve revisión histórica. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 217, p.59-71, set/out. 2008. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3547_1.pdf>.

MORENO, Nahuel. **Actualización del Programa de Transición**. [1980]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/moreno/actual/index.htm>>.

_____. **Argentina**: una revolución democrática triunfante. [1983]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/moreno/1980s/1983marz/index.htm>>.

MOURA, Pablo Thiago Correia de. Crítica à teoria da democracia institucionalista contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, vol. 10, n. 118, p.161-170, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11237/6715>>.

NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o Neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

NOVARO, Marcos. Continuidades y discontinuidades trás el derrumbe político. **Revista SAAP**, Buenos Aires, vol. 1, n. 2, p.341-376, out. 2003. Disponível em: <<http://www.saap.org.ar/esp/docs-revista/revista/pdf/1-2/Novaro.pdf>>.

OPPO, Anna. Partidos políticos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Trad. Carmem C. Varriale et al. **Dicionário de política**. 12 ed. Brasília: UNB, 1999. Vol. 2.

OVIEDO, Luis. **La historia del movimiento piquetero**. Editorial Rumbo. Buenos Aires. 2001.

PANEBIANCO, Angelo. **Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PANIZZA, Francisco. La marea rosa. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 8, p.1-16, Ago. 2006. Disponível em:
<http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/21_analises_La_marea_rosa.pdf>.

PARAMIO, Ludolfo. Giro a la izquierda y regreso del populismo. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 205, p.62-74, set/out. 2006. Disponível em:
<http://www.nuso.org/upload/articulos/3382_1.pdf>.

PETKOFF, Teodoro. Las dos izquierdas. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 197, p.114-128, mai/jun. 2005. Disponível em:
<http://www.nuso.org/upload/articulos/3263_1.pdf>.

PO. **Congreso del Polo Obrero: la clase obrera piquetera**. 2006. Disponível em:
<<http://www.po.org.ar/prensaObrera/949/partido/congreso-del-polo-obrero-la-clase-obrera-piquetera>>.

_____. **El movimiento piquetero**. 2007. Disponível em:
<<http://www.po.org.ar/prensaObrera/1000/partido/el-movimiento-piquetero>>.

_____. **Frente de izquierda: 'divergencia', 'convergência', 'divergência?'**. 2011. Disponível em: <<http://www.po.org.ar/prensaObrera/1203/politicas/frente-de-izquierda-divergencia-convergencia-divergencia>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. El clasista. **Periódico de la coordinadora sindical clasista**. Ano 1, nº 1, 2014. Disponível em: <http://www.po.org.ar/uploads/el_clasista/elclasista_1.pdf>.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Tradução de Antônio Roberto Neiva Blundi. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. [original publicado em 1974].

PRAÇA, Sérgio & DINIZ, Simone. **Partidos políticos: funcionan?**. São Paulo: Paulus, 2005.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PTS. **Declaración programática del frente de izquierda y de los trabajadores**. Buenos Aires: 2011a. Disponible em: <<http://www.pts.org.ar/Declaracion-programatica-del-Frente-de-Izquierda-y-de-los-Trabajadores>>.

_____. **Hacia el IX Congreso del PTS**. 2006. Disponible em: <http://www.pts.org.ar/spip.php?page=boletin_notas&id_article=4851>.

_____. **Trotsky y la revolucion latino-americana**. 2008. Disponible em: <<http://www.pts.org.ar/Trotsky-y-la-revolucion-latinoamericana>>. Acceso em: 10 jul. 2015.

_____. **La clase obrera en las jornadas revolucionarias**. 2011b. Disponible em: <<http://www.pts.org.ar/La-clase-obrera-en-las-jornadas-revolucionarias>>. Acceso em: 14 ago. 2015.

_____. **Por qué luchamos**. 2005. Disponible em: <<http://pts.org.ar/Por-que-luchamos-28994>>.

_____. **Los precandidatos del PTS en el frente de izquierda**. 2014. Disponible em: <<http://www.pts.org.ar/Los-precandidatos-del-PTS-en-el-Frente-de-Izquierda>>.

_____. **Hacia la marcha del 20 de diciembre**. 2002. Disponible em: <<http://www.pts.org.ar/Hacia-la-marcha-del-20-de-diciembre>>.

_____. **Los trabajadores y el poder (3º parte): un partido sin estrategia de poder**. Un debate con el PO. 2002. Disponible em: <<http://www.pts.org.ar/Hacia-la-marcha-del-20-de-diciembre>>.

_____. **Debate con el MIJD y el movimiento piquetero combativo**. 2003. Disponible em: <<http://www.pts.org.ar/Debate-con-el-MIJD-y-el-movimiento-piquetero-combativo>>.

_____. **Debate con el PO (II), una vez más sobre los debates de estrategia y su actualidad.** 2011. Disponible em: < <http://www.pts.org.ar/Una-vez-mas-sobre-los-debates-de-estrategia-y-su-actualidad>>.

_____. **Elecciones de Comisión Interna en Kraft.** 2013. Disponible em: <<http://www.pts.org.ar/Elecciones-de-Comision-Interna-en-Kraft>>.

_____. **Qué revolución y qué partido necesitamos.** 2005. Disponible em: <<http://www.pts.org.ar/Que-revolucion-y-que-partido-necesitamos>>.

_____. **Derrota del gobierno, gran elección del frente de izquierda y de los trabajadores,** 2013. Disponible em: < <http://pts.org.ar/Derrota-del-gobierno-gran-eleccion-del-Frente-de-Izquierda-y-de-los-Trabajadores>>.

_____. **El significado de la votación histórica del FIT.** 2013. Disponible em: <<http://www.pts.org.ar/El-significado-de-la-votacion-historica-del-FIT>>

_____. **Acuerdos y desacuerdos en el FIT.** 2013. Disponible em: < <http://www.pts.org.ar/Acuerdos-y-desacuerdos-en-el-FIT>>

REID, Michael. **Forgotten continent:** the battle for Latin America's soul. New Haven and London: Yale University Press, 2007.

ROBERTS, Kenneth. ¿Es posible una socialdemocracia en América Latina?. **Nueva Sociedad,** Buenos Aires, n. 217, p.86-98, Set/Out. 2008. Disponible em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3549_1.pdf>.

ROJO, Alicia. Los orígenes del trotskismo argentino: una aproximación a sus elaboraciones teórico-políticas. 2010. **Boletín Electrónico del CEIP León Trotsky,** n° 13, Disponible em: < <http://www.ceipleontrotsky.org/Los-origenes-del-trotskismo-argentino>>.

_____. El trotskismo argentino y los orígenes del peronismo. 2002. **Cuadernos del CEIP,** Buenos Aires: Ediciones CEIP. Disponible em: < <http://www.ceip.org.ar/El-trotskismo-argentino-y-los-origenes-del-peronismo,123>>.

ROJAS, Gonzalo Adrián. **Os socialistas na Argentina (1880-1980):** um século de ação política. Tese (Doutorado em Ciência Política) –Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROSSI, C. **A contra-revolução na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1987.

_____. Los orígenes del trotskismo argentino: de los años 30 al surgimiento del peronismo. Elaboraciones teórico-políticas y vínculos con la clase obrera. **Revista Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, núm. 1, 2012.

ROUQUIÉ, Alain. La democracia hoy: el jardín de los senderos que se bifurcan. **Temas y debates**, vol. 11, n. 13, p.1-17, Ago. 2007. Disponível em: <http://rehip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/1476/La_democracia_hoyTyD13.pdf?sequence=1>.

SACCHETTA, Herminio (1946). O Trotskismo. In: **O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos**. Pontes Editores, 1992. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/sachetta/1946/mes/trotskyismo.htm>>.

SÁEZ, Manuel Alcántara. La escala de la izquierda: la ubicación ideológica de presidentes y partidos de izquierda en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 217, p.72-85, set/out. 2008. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3548_1.pdf>.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, Fabrício Pereira da. Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível? **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, vol.4, n. 2. jul/dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/3948/3344>>.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Os comunistas e a democracia**: a “nova política” do Partido Comunista Brasileiro na Paraíba (1954 – 1964). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte na ditadura**: 20 anos de autoritarismo. São Paulo, 1984.

SVAMPA, Maristella. El devenir de las organizaciones piqueteras en Argentina. **Revista Barataria**, La Paz, 2004.

_____. **Entre la Ruta y el Barrio: las experiencias de las organizaciones piqueteras.** Argentina: Biblos. 2003.

TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática: adeus à revolução? **Crítica marxista**, São Paulo, n. 1, p.27-38, 1994. Disponível em:
<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo285Artigo1.2.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2014.

TORRE, Juan Carlos; CEDIT. La operación política de la transversalidad. El presidente Kirchner y el Partido Justicialista. **CEDIT, Argentina en perspectiva. Reflexiones sobre nuestro país en democracia.** Buenos Aires: La Crujía-UNTD, 2005.

TROTSKY, Léon. **A revolução permanente.** [1929]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>>.

_____. **Balanço e perspectivas.** [1906]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1906/balanco/index.htm>>.

_____. **O programa de transição** [1936]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa>>.

_____. **As frações e a quarta internacional.** [1935]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1935/mes/fracoes.htm>>.

_____. **O que é centrismo?** [1930]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/05/28.htm>>.

_____. **Quando uma situação é revolucionária** [1931]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/12/19.htm>>.

_____. **A questão da unidade sindical** [1931]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/03/25.htm>>.

_____. **O problema nacional e as tarefas do partido proletário** [1935]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1935/04/20.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. **O Estado não operário e não burguês** [1937]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1937/11/25.htm>>.

_____. **Sobre o partido “operário”** [1940]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/08/07.htm>>.

_____. **Os sindicatos na época da decadência imperialista** [1940]. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>>.

VARELA, Paula. Los sindicatos en la Argentina kirchnerista. Entre la herencia de los '90 y la emergencia de un nuevo sindicalismo de base. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, abril, Buenos Aires, 2013.

VARELA, Paula; LOTITO, D. La lucha de Kraft-Terrabusi. Comisiones internas, izquierda clasista y “vacancia” de representación sindical. **Revista Conflicto Social**, Instituto Gino Germani, UBA, Buenos Aires, 2009.

_____. Estado y sindicatos en la Argentina postdevaluación. El retorno del debate estratégico. **Crítica marxista**, n.38, p.119-132, 2014.

WANDERLEY, S. L. A. Estado, poder político e luta de classes na Argentina kirchnerista: a emergência do sindicalismo de base. **Anais do VII Epmarx**. Campina Grande, 2015.

WARE, Alan. **Partidos políticos y sistemas de partidos**. Madrid: Istmo, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica: Gabriel Cohn. Brasília, DF: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEFFORT, Francisco. Novas democracias. Que democracias?. **Revista Lua Nova**, São Paulo, nº 27, p.5-30, Dez. 1992. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451992000300002&lng=pt&nrm=iso>.

WERNER, Ruth y AGUIRRE, Facundo. Movimiento piquetero: entre la lucha de clases y la institucionalización, en **Revista Estrategia Internacional** 21, Buenos Aires, 2004.

ANEXO 1

ENTREVISTA COM CHRISTIAN CASTILLO (PTS): QUESTIONÁRIO

Temas: formação partidária; militância de esquerda; partido; sindicalismo; kirchnerismo; horizontes políticos

- *Sobre a formação partidária do dirigente*

1. Pediria que o senhor se apresentasse: nome, idade, local de nascimento, história de vida, sua trajetória até chegar ao PTS.
2. Como foi seu início nas agremiações de esquerda? Qual tipo militância foi desenvolvido? Qual sua função? Como era seu relacionamento com sua direção?
2. Qual a sua ocupação profissional e no partido?
3. Por que o senhor ingressou no Partido?
4. De que corrente teórica o senhor participa dentro do partido?
5. Qual sua participação no diretório nacional (comitê central) do partido?

- *Sobre a estrutura organizativa partidária*

6. O quanto a organização partidária influencia as estratégias eleitorais e a ideologia política?
7. Há quanto tempo a atual direção está no poder?
8. O partido atua da mesma forma nas arenas eleitoral, parlamentar e sindical?

- *Sobre o processo eleitoral*

9. As diretrizes da organização são “tímidas” em relação a uma estratégia de domínio no campo das eleições. Por qual motivo isso ocorre?
10. Quais os critérios utilizados para a formação de alianças eleitorais?
11. O que norteou o Partido nas eleições: buscar a vitória nas eleições ou sucesso em outras plataformas políticas como a sindical?
12. Qual análise e avaliação da campanha da frente de esquerda para as eleições de 2011 e a de 2015? Semelhanças e diferenças.

- *Sobre a participação dos partidos nos sindicatos*

13. Quantos sindicatos o partido dirige ou coparticipa da direção?
14. Qual a relação do(s) partido(s) com as Centrais Sindicais na Argentina?

15. Nas direções nacionais do partido, são comuns, em seus quadros, dirigentes nacionais oriundos do sindicalismo. Essa inserção ocorre de qual forma: o militante partidário insere-se nos sindicatos de classe ou ocorre o inverso?

- *Kirchnerismo*

16. Como o senhor enxerga o desenvolvimento dessa corrente? A que atribui a permanência desse grupo político no poder?

17. No âmbito sindical, como você concebe a influência do kirchnerismo sobre o movimento sindical na Argentina? Qual tipo de influencia é exercido pelo kirchnerismo? Quais as principais lideranças kirchneristas nessa área? Quais as centrais sindicais?

- *Sobre a Teoria política*

18. A que se deve a discussão político-ideológica que dividiu o discurso da Frente, de um lado, o PTS, e do outro, o PO e a IS? Eram as perspectivas teóricas voltadas para os aspectos democrático-popular e de outro que defendiam um programa classista-socialista?

19. O que faz um partido revolucionário quando o horizonte da revolução está aparentemente bloqueado?

20. Como se pode avaliar o Socialismo hoje?

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa, intitulada ‘Os partidos políticos marxistas de matriz trotskista na Argentina (PTS, PO e IS): atuação contra os governos kirchneristas na última década’ (2003-2013), que está sendo desenvolvida pelo aluno Pablo Thiago Correia de Moura, do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “STRICTO SENSU” em Ciências Sociais, Doutorado, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, sob a orientação do Professor Doutor Gonzalo Adrián Rojas, a tem como temática os partidos políticos. A proposta consiste em estudar os chamados partidos da esquerda marxista que não compõem as bases governistas na Argentina, o Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS), o Partido Obrero (PO) e a Izquierda Socialista (IS), que fazem oposição aos Governos Kirchner, Néstor (2003-2007) e Cristina Fernández (2007-2015).

Solicito sua permissão para apresentar os resultados desta pesquisa em eventos científicos e publicar em revista da área de Política e Sociologia. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento.

Esperamos contar com o seu apoio. Desde já, agradecemos a sua colaboração.

Contato com o pesquisador responsável:

Caso necessite de mais informações sobre o estudo, favor ligar para o pesquisador:

Pablo Thiago Correia de Moura. Endereço: Rua Tenente João Coelho Lemos, nº 25, Bairro Mangabeira I, CEP: 58055-610. João Pessoa-PB.

E-mail: pablomoura@hotmail.com. Fone: (83) 988192763

AUTORIZAÇÃO

Depois de ter sido informado (a) sobre a finalidade da pesquisa, AUTORIZO a realização da entrevista para pesquisa.

Campina Grande, ____ de _____ de 2015.

(Assinatura do participante da pesquisa)

(Assinatura do pesquisador responsável)